

Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História

Tese de Doutoramento

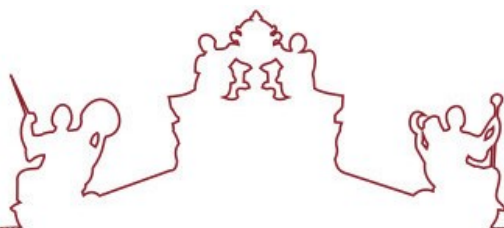
Os espaços de mercado nas cidades portuguesas, entre os
séculos XVI e XVIII

Daniela Sofia Nunes Pereira

Orientador(es) | João Brigola
Eduardo Duarte

Évora 2021





Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História

Tese de Doutoramento

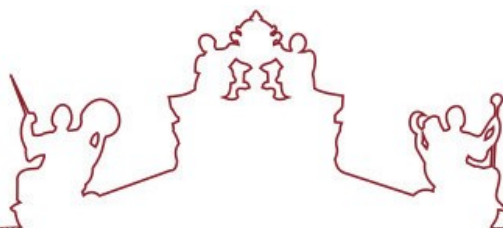
Os espaços de mercado nas cidades portuguesas, entre os
séculos XVI e XVIII

Daniela Sofia Nunes Pereira

Orientador(es) | João Brigola
Eduardo Duarte

Tese financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito da UNESCO *Chair - Intangible Heritage and Traditional Know-how: Linking Heritage*. Referência da bolsa: (ref. ue_unesco_cidehus).

Évora 2021



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora)

Vogais | Eduardo Alves Duarte (Universidade de Lisboa - Faculdade de Bellas-Artes)
(Orientador)

Luisa Trindade (Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras)

Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora)

Nome: Filipe Themudo Barata (Universidade de Évora)

Renata Araujo (Universidade do Algarve)

Évora 2021



Para o meu filho, João Bernardes

Resumo

O mercado sempre fez parte da história da cidade. Mas qual era a imagem espacial e arquitetónica dos lugares onde ocorriam as transações comerciais? Esta tese apresenta um estudo sobre os locais de troca na cidade, para apurar em que medida as atividades comerciais influenciaram a organização, configuração e transformação do espaço urbano de algumas cidades portuguesas, ao longo dos séculos XVI a XVIII. O que persiste dos espaços de mercado correspondentes à cronologia em questão são os edifícios que foram especialmente idealizados para fins comerciais. O olhar sobre os vestígios que subsistem nas cidades atuais e na documentação permite apurar como é que a praça, o largo, a rua ou o rossio se tornaram num “bazar” organizado e controlado. Os capítulos desta investigação não abordam apenas as áreas do mercado, mas também avaliam os efeitos da legislação régia e concelhia no espaço e na arquitetura. A investigação debruça-se, essencialmente, nos processos que deram forma e significado aos lugares de mercado e nos edifícios com vocação mercantil. Deste modo, o objetivo da nossa investigação é analisar o espaço físico do mercado e de como se manifestou em termos arquitetónicos.

Palavras-chave: Urbanismo, Arquitetura Comercial, História Económica, Portugal, Época Moderna.

The market spaces in Portuguese cities between the 16th and 18th centuries

Abstract

The market has always been part of the history of the city. But what was the spatial and architectural image of the places where commercial transactions took place? This thesis presents a study on the exchange places in the city, determining how the commercial activities influenced the organization, configuration and transformation of the urban space of the portuguese cities, throughout the 16th to 18th centuries. Looking at the remains in current cities and in the documentation allows us to ascertain how the square, street or *rossio* became an organized and controlled “bazaar”. The chapters of this investigation do not only address areas of the market, but also assess the effects of royal and municipal legislation on space and architecture. This research focuses, essentially, on the processes that gave shape and meaning to market places and on buildings with a mercantile vocation. Thus, analysing the physical space of the market and how it manifested itself in architectural terms is the main purpose of our investigation.

Keywords: Urbanism, Commercial Architecture, Economic History, Portugal, Early Modern Age.

Agradecimentos

As diversas etapas desta tese envolveram várias pessoas e instituições, às quais devo um sincero agradecimento:

Aos meus orientadores, Professor Doutor João Brigola e Professor Doutor Eduardo Duarte, por terem aceitado a orientação desta investigação, a liberdade concedida, a confiança depositada. Agradeço-lhes a leitura atenta dos textos, as correções, os conselhos metodológicos, as indicações bibliográficas, bem como os valiosos comentários e, ainda, as constantes frases de ânimo e de estímulo.

Ao Professor Doutor Filipe Themudo Barata, pelo apoio e entusiasmo demonstrado, nomeadamente na minha candidatura à bolsa de Doutoramento, no âmbito da Cátedra UNESCO, sem a qual nunca teria conseguido dedicar-me inteiramente à investigação.

Ao Professor Doutor José Eduardo Horta Correia, meu mentor e amigo, por me ajudar a organizar o índice, pelas críticas e observações pertinentes sobre o tema da tese.

Ao Professor Doutor Luís Oliveira, pelo tempo que gastou comigo a ler e a transcrever textos quinhentistas.

Ao Professor Doutor Francisco Azevedo Mendes, por me acompanhar aos arquivos e bibliotecas de Braga, bem como pela leitura da tese e sugestões pertinentes.

À Professora Doutora Conceição Lopes, pelo empréstimo e envio de bibliografia referentes à cidade de Coimbra e Beja, bem como pela leitura e correção dos respetivos textos.

Ao Dr. Américo Rodrigues, então diretor da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço (Guarda), por facilitar a consulta de documentação antiga que se encontra em depósito nesta biblioteca.

Ao Pedro Pinto, do CHAM, pela indicação de vários documentos referentes à Lisboa quinhentista.

Quero deixar, igualmente, uma nota de reconhecimento ao CIDEHUS, pela bolsa concedida para uma missão a Bolonha. Esta viagem permitiu o acesso a uma vasta bibliografia italiana sobre a temática em questão, o que possibilitou dar um novo rumo à investigação. Durante essa estada fui gentilmente recebida pelas Professoras Francesca Bocchi e Rosa Smurra, com quem discuti a presença dos arcos e alpendres no espaço urbano, bem como a metodologia que deveria aplicar na análise destas estruturas, pelo que agradeço a disponibilidade e o interesse de ambas.

Ao meu amigo e colega de curso, José Filipe Neves, pelo apoio e troca de saberes ao longo destes anos.

Termino os agradecimentos reconhecendo a presença constante e incansável do meu marido, João Pedro Bernardes, agradecendo-lhe as palavras de encorajamento, a leitura atenta de todos os textos que escrevi para a tese, bem como as importantes observações.

Abreviaturas

- ADE** - Arquivo Distrital de Évora
- ADF** - Arquivo Distrital de Faro
- ADG** - Arquivo Distrital da Guarda
- ADVC** - Arquivo Distrital de Viana do Castelo
- ADS** - Arquivo Distrital de Setúbal
- AMAP** - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
- AMB** - Arquivo Municipal de Braga
- AML- AH** - Arquivo Municipal de Lisboa –Arquivo Histórico
- AML** - Arquivo Municipal de Loulé
- AMP** - Arquivo Municipal do Porto
- AMT** - Arquivo Municipal de Tavira
- AMVC** - Arquivo Municipal de Viana do Castelo
- ANTT** - Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- BA** - Biblioteca da Ajuda
- BDE** - Biblioteca Digital do Exército
- BNP** - Biblioteca Nacional de Portugal
- BNB** - Biblioteca Nacional do Brasil
- BMEL** - Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço (Guarda)
- BPE** - Biblioteca Pública de Évora
- BPT** - Biblioteca Pública de Toronto
- HL** - Hemeroteca de Lisboa
- IPG** - Instituto Geográfico Português
- LUL** - Leiden University Libraries
- RAH** - Real Academia de la Historia
- SMA** - Swedish Military Archives

Índice

Resumo	5
Abstract	6
Agradecimentos	7
Abreviaturas	8
Índice de Figuras	11
Introdução	14
1 - Estado da questão	17
2 - Objetivos	20
3 - Metodologia.....	22
Capítulo I - A cidade, o mercado e a feira: definições e significados	29
1.1 - Cidade	29
1.2 - Mercado.....	37
1.3 - Feira	41
Capítulo II - O mercado na cidade: topografias e morfologias	45
2.1 - A praça.....	50
2.1.1 - Guimarães	55
2.1.2 - Viseu	62
2.1.3 - Coimbra	68
2.1.4 - Beja	73
2.2 - O adro	82
2.3 - A rua.....	90
2.3.1 – A rua do Souto/rua Nova do Sousa, em Braga.....	96
2.3.2 – A rua Nova, no Porto	101
2.3.3 – A rua da Calçada, em Coimbra.....	106
2.3.4 – A rua Nova dos Mercadores, em Lisboa	111
2.3.5 – A rua Ancha, em Évora.....	123
2.4 - O rossio, o terreiro, o campo e o chão: lugar de feiras e de grandes mercados	130
2.4.1 - O rossio de Lisboa.....	139
2.4.2 - O rossio do Toural, em Guimarães	143
2.4.3 - O rossio de São Brás, em Évora	148
Capítulo III - As arquiteturas do mercado: tipologias e funções	151
3.1 - O alpendre	154
3.2 - O paço do concelho.....	169
3.3 - O açougue	189
3.3.1 - Évora	190
3.3.2 - Estremoz	192
3.3.3 - Beja	193
3.3.4 - Elvas	196
3.4 - O celeiro	203
3.4.1 - O terreiro do trigo, em Lisboa.....	206

Capítulo IV – O mercado na evolução urbana: estudos de caso	210
4.1 - <i>Braga</i>	211
4.2 - <i>Guarda</i>	230
4.3 - <i>Évora</i>	241
4.4 - <i>Faro</i>	254
4.5 - <i>Tavira</i>	267
Considerações finais.....	278
Fontes e Bibliografia	293
<i>Fontes manuscritas</i>	293
<i>Fontes impressas</i>	299
<i>Bibliografia</i>	303

Índice de Figuras

<i>Figura 1. Identificação das cidades estudadas.....</i>	<i>23</i>
<i>Figura 2. Elvas. Localização da praça nova.....</i>	<i>52</i>
<i>Figura 3. Villeréal, Grenade-sur-Garonne (França). Casa comum sobre o mercado (halle)....</i>	<i>56</i>
<i>Figura 5. Guimarães. Praça de Santa Maria da Oliveira e praça de São Tiago</i>	<i>57</i>
<i>Figura 4. Guimarães. Praça de Santa Maria da Oliveira, século XVI.....</i>	<i>57</i>
<i>Figura 6. Guimarães. Paços do concelho. Postais Antigos, 1923.</i>	<i>61</i>
<i>Figura 7. Viseu. Praça D. Duarte. Postais Antigos, 1930.....</i>	<i>64</i>
<i>Figura 9. Coimbra. Loggia do paço episcopal.....</i>	<i>65</i>
<i>Figura 8. Lisboa. Paço da Ribeira, D. Manuel.</i>	<i>65</i>
<i>Figura 10. Viseu. Localização dos paços do concelho do século XVI na praça D. Duarte.....</i>	<i>67</i>
<i>Figura 11. Coimbra. Localização da praça e das igrejas de São Tiago e São Bartolomeu.</i>	<i>69</i>
<i>Figura 12. Coimbra. Localização do açougue e paços do concelho praça, século XVI.....</i>	<i>71</i>
<i>Figura 13. Beja. Simulação do traçado da rua de Alcobaça</i>	<i>75</i>
<i>Figura 14. Beja. Praça de Beja no reinado de D. Manuel.....</i>	<i>76</i>
<i>Figura 15. Beja. Localização do açougue e paços do concelho na praça, século XIX.....</i>	<i>77</i>
<i>Figura 16. Beja. Praça de Beja, lado setentrional, século XIX.....</i>	<i>78</i>
<i>Figura 17. Beja. Aspeto atual do lado setentrional da praça de Beja</i>	<i>79</i>
<i>Figura 18. Vila do Conde. O adro da igreja de São João, [ca. 1570].....</i>	<i>84</i>
<i>Figura 19. Lisboa. Grade q deve ter a Nova Igreja de S. Sebastiam. 1571.</i>	<i>85</i>
<i>Figura 20. Zafra (Badajoz, Espanha). Passagem entre plaza Chica e plaza Grande.</i>	<i>86</i>
<i>Figura 22. Braga. Rua Nova do Sousa e rua do Souto, 1756.....</i>	<i>97</i>
<i>Figura 21. Braga. Traçado atual da rua Nova do Sousa e rua do Souto.....</i>	<i>97</i>
<i>Figura 23. Braga. Exemplo de casa com pilastra e arquitrave na rua da Violinha.</i>	<i>99</i>
<i>Figura 24. Braga. Rua do Souto, 1750.....</i>	<i>100</i>
<i>Figura 25. Porto. Representação da rua Nova, no período medieval.....</i>	<i>103</i>
<i>Figura 26. Coimbra. Traçado da atual rua Ferreira Borges.....</i>	<i>106</i>
<i>Figura 27. Coimbra. Illustris civitatis Conimbriae, 1598.....</i>	<i>107</i>
<i>Figura 28. Coimbra. Casa na rua Sargento mor</i>	<i>110</i>
<i>Figura 29. Lisboa. Localização da rua Nova dos Mercadores, 1650.....</i>	<i>112</i>
<i>Figura 30. Lisboa. Pintura da rua Nova dos Mercadores de Lisboa, século XVI</i>	<i>117</i>
<i>Figura 31. Lisboa. Rua Nova dos Mercadores, D. Manuel.....</i>	<i>117</i>
<i>Figura 32. Évora. Localização da rua Ancha e rua do Paço.....</i>	<i>123</i>
<i>Figura 33. Évora. Conjunto das arcadas da praça do Giraldo</i>	<i>125</i>
<i>Figura 34. Évora. Rua Ancha (atual rua João de Deus).....</i>	<i>127</i>
<i>Figura 35. Évora. Arcaria da porta Nova</i>	<i>128</i>

<i>Figura 36. Medidas-padrão gravadas na pedra.....</i>	<i>131</i>
<i>Figura 37. De Lakenmarkt van 's-Hertogenbosch, 1530.....</i>	<i>137</i>
<i>Figura 38. Tomar. Reconstituição hipotética dos estaus, 1960.</i>	<i>140</i>
<i>Figura 39. Lisboa. Rossio de Lisboa, antes do terramoto de 1755.....</i>	<i>143</i>
<i>Figura 40. Guimarães. Rossio do Toural, 1570.....</i>	<i>144</i>
<i>Figura 41. Estremoz. Detalhe do rossio, em 1818.</i>	<i>147</i>
<i>Figura 42. Évora. Detalhe do rossio de São Brás, entre 1750-1790.</i>	<i>149</i>
<i>Figura 43. Penha Garcia. Desenho de alpendre (1508-1509).....</i>	<i>157</i>
<i>Figura 44. Portelo. Desenho de alpendre (1508-1509).....</i>	<i>157</i>
<i>Figura 45. Ouguela e Castelo de Vide, desenhos alpendres (1508-1509).</i>	<i>158</i>
<i>Figura 46. Mosteiro Flor da Rosa (Crato). Alpendre da feira, 1620.....</i>	<i>159</i>
<i>Figura 47. Caçarelhos (Bragança). Alpendre da feira, século XIX.....</i>	<i>160</i>
<i>Figura 48. Lisboa. Alpendres na “Casa dos Bicos”, século XVII.....</i>	<i>160</i>
<i>Figura 49. Florença (Itália). Loggia del Pesce, 1567.....</i>	<i>165</i>
<i>Figura 50. Loulé. Localização do alpendre, 1523.....</i>	<i>167</i>
<i>Figura 51. Viana do Castelo. Planta do paço do concelho, 1776.....</i>	<i>171</i>
<i>Figura 52. Viana do Castelo. Paços do concelho, 1960.</i>	<i>172</i>
<i>Figura 53. Guimarães. Paços do concelho.</i>	<i>173</i>
<i>Figura 54. Braga. Paços do concelho, 1750.....</i>	<i>174</i>
<i>Figura 55. Coimbra. A praça de Coimbra, inícios do séc. XX.....</i>	<i>175</i>
<i>Figura 56. Évora. Paço do concelho, final do século XIX.....</i>	<i>176</i>
<i>Figura 57. Setúbal. Vista lateral da casa da câmara, século. XIX.....</i>	<i>180</i>
<i>Figura 58. Beja. Paço do concelho, século XIX.....</i>	<i>181</i>
<i>Figura 59. Elvas. Alpendre do paço do concelho de Elvas.....</i>	<i>182</i>
<i>Figura 60. Angra do Heroísmo (Açores). Paço do concelho, 1595.....</i>	<i>183</i>
<i>Figura 61. Leiria. Desenho do paço do concelho, século XIX.....</i>	<i>184</i>
<i>Figura 62. Covilhã. Paço do concelho, meados do século XX.....</i>	<i>185</i>
<i>Figura 63. Évora. Templo romano adaptado a açougue, meados do século XX.....</i>	<i>191</i>
<i>Figura 64. Beja. Antigo açougue da fruta e legumes (atual igreja de Misericórdia).</i>	<i>196</i>
<i>Figura 65. Elvas. Planta do açougue, 1720.....</i>	<i>200</i>
<i>Figura 66. Elvas. Interior do açougue organizado em naves.....</i>	<i>201</i>
<i>Figura 67. Lisboa. Localização do terreiro do trigo, 1650.....</i>	<i>206</i>
<i>Figura 68. Lisboa. Localização do terreiro do trigo, 1570.....</i>	<i>208</i>
<i>Figura 69. Braga. Localização dos espaços de mercado, século XVI.....</i>	<i>213</i>
<i>Figura 70. Braga. Alpendre da porta do Souto, 1750.....</i>	<i>215</i>
<i>Figura 71. Braga. O alpendre no campo de Santa Ana, século XVIII.....</i>	<i>216</i>
<i>Figura 72. Braga. Paços do concelho e praça do pão, 1750.....</i>	<i>219</i>

<i>Figura 73. Braga. Localização do açougue do peixe, 1756.....</i>	<i>220</i>
<i>Figura 74. Braga. Localização do novo açougue do peixe, 1756.....</i>	<i>222</i>
<i>Figura 75. Braga. Localização do novo açougue da carne, 1756.</i>	<i>224</i>
<i>Figura 76. Braga. Detalhe do campo dos Touros, 1594.....</i>	<i>226</i>
<i>Figura 77. Braga. Detalhe dos alpendres do campo dos Touros, 1756.....</i>	<i>227</i>
<i>Figura 78. Braga. Conjunto arquitetónico do campo dos Touros, 1834.....</i>	<i>228</i>
<i>Figura 79. Guarda. Localização das praças na planta da cidade da Guarda.....</i>	<i>232</i>
<i>Figura 80. Guarda. Organização da praça de São Vicente, final do século XIV.....</i>	<i>233</i>
<i>Figura 81. Guarda. “Edifícios dos Balcões”.....</i>	<i>237</i>
<i>Figura 82. Guarda. Reconstituição hipotética dos “Edifício dos Balcões”.....</i>	<i>238</i>
<i>Figura 83. Guarda. Vista da fachada lateral da Sé, século XVII.....</i>	<i>240</i>
<i>Figura 84. Guarda. Paço do concelho.....</i>	<i>239</i>
<i>Figura 85. Évora. Praça do Giraldo.....</i>	<i>241</i>
<i>Figura 86. Évora. Praça do Giraldo, século XVI.....</i>	<i>243</i>
<i>Figura 87. Évora. Paço do concelho, final do século XIX.....</i>	<i>247</i>
<i>Figura 88. Évora. Paço do concelho, início do século XX.....</i>	<i>247</i>
<i>Figura 89. Évora. Igreja de Santo Antão e arcaria da praça do Giraldo.....</i>	<i>252</i>
<i>Figura 90. Faro. Possíveis localizações do alpendre e açougue, século XVI.....</i>	<i>254</i>
<i>Figura 91. Faro. Localização da venda do peixe à porta da Vila, século XV.....</i>	<i>256</i>
<i>Figura 92. Faro. Praça da Ribeira, século XVIII.....</i>	<i>259</i>
<i>Figura 93. Faro. Praça da Ribeira, século XIX.....</i>	<i>265</i>
<i>Figura 94. Tavira. Praça da Ribeira, séculos XV.....</i>	<i>269</i>
<i>Figura 95. Tavira. Praça da Ribeira, século XVI.....</i>	<i>272</i>
<i>Figura 96. Tavira. A rua Nova, século XVIII.....</i>	<i>273</i>
<i>Figura 97. Tavira. Detalhe da vista da praça, século XVIII.....</i>	<i>275</i>
<i>Figura 98. Mexico. Plaza Mayor de Mexico, 1760.....</i>	<i>286</i>
<i>Figura 99. Vila Real de Santo António. Projeto relatório da vila, 1774.....</i>	<i>288</i>

Introdução

O interesse pelo tema dos espaços de mercado nas cidades portuguesas surgiu em 2006, quando estudava, sob a orientação do Professor Doutor José Eduardo Horta Correia, a evolução urbana da cidade da Guarda, durante a Época Moderna. Nesse estudo, o que mais me intrigou foi o facto de algumas praças portuguesas deste período possuírem edifícios com balcões, arcos, alpendres ou esteios em um ou mais lados da praça, levando-me a questionar se serão estes elementos arquitetónicos, recorrentes ou presentes em alguns espaços públicos, que identificam o espaço do mercado na urbe¹. Este aspeto urbano, comum a muitas cidades e vilas portuguesas, está longe de ser esclarecido, porque em Portugal o tema dos mercados nunca foi analisado sob o ponto de vista urbano e arquitetónico².

Parece-nos, portanto, oportuno apresentar um estudo sobre o espaço do mercado na cidade. Com base na construção e transformação espacial, procuramos abrir uma discussão sobre a presença do mercado na cidade, tentando investigar em que medida as atividades comerciais influenciaram a organização, configuração e transformação do espaço urbano de algumas cidades portuguesas, ao longo dos séculos XVI a XVIII.

Os diferentes acontecimentos históricos contribuíram para uma contínua adaptação e transformação física dos espaços mercantis que, desde o início da Idade Média, passaram por diferentes arranjos até à sua consolidação, a partir do século XVI. São desses séculos as marcas significativas que a existência do mercado deixou na paisagem urbana, cujas características são completamente irreconhecíveis para a maioria das pessoas. Em Portugal, alguns dos espaços para o mercado desenvolveram-se em contextos de grande prosperidade económica, estimulados pelo comércio de longa distância. Como refere Paulo Pereira, o enriquecimento do reino deveu-se a essas mudanças económicas, “dando-lhe um perfil mercantil, e financeiro muito importante, além de fixar investimentos, multiplicar aquisições, e de proceder a uma redistribuição

¹ PEREIRA, Daniela Sofia Nunes (2006). *As Transformações urbanísticas da Guarda na Época Moderna: a formação da praça*. Dissertação de Licenciatura em Património Cultural. Faro: Universidade do Algarve.

² A falta de investigações sobre o espaço de mercado não se observa apenas em Portugal. Em 2006, Peter Stabel constatava que a historiografia referente aos Países Baixos tinha dado pouco atenção à dimensão espacial das vendas, por mais importante que ela tenha sido na paisagem urbana. STABEL, Peter (2006). “From the market to the shop: retail and urban space in late Medieval Bruges”. In BLONDÉ, B., STABEL, P., VAN DAMME, I., STOBART, J. (eds.). *Retail Circuits and Practices in Medieval and Early Modern Europe*. Turnhout: Brepols, p. 82.

ou adscrição de rendas para iniciativas construtivas”³, nomeadamente no período manuelino.

Em 1499, D. Manuel intitulou-se como “Rei de Portugal e dos Algarve d’aquém e d’além em África, senhor da Guiné e da conquista, da navegação e do comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia”, como que a afirmar o domínio terrestre e marítimo⁴. Atendendo à nova soberania da coroa portuguesa, quisemos avaliar os efeitos desse comércio global no espaço urbano português, e perceber em que medida o mercado se encontra refletido na arquitetura e no espaço. Este período caracteriza-se por uma intensa renovação e transformação dos espaços urbanos, refletindo a necessidade de adaptar a cidade às novas circunstâncias económicas e de regulamentar a circulação de bens⁵. Esta mudança levou a grandes alterações na organização dos espaços de mercado há muito estabelecidos, regularizando-os ou mudando-os de sítio, para os arrabaldes, onde havia mais espaço para renovações. Como esperamos demonstrar ao longo da tese, a criação de zonas comerciais envolveu muito mais que a sua (re)localização no tecido urbano. Exigiu, como veremos nos casos de Lisboa e de Beja, só para nomear alguns, uma clara demarcação da posição das lojas, boticas ou tendas e de outros edifícios públicos comerciais. Delineado o espaço do mercado este passa a ser usado como uma ferramenta de controlo sobre o mercado através da arquitetura. Deste modo, a análise do espaço urbano e da arquitetura comercial pretende demonstrar que as trocas comerciais estiveram sujeitas à configuração espacial, sendo regulamentadas por um conjunto de normas impostas pela coroa.

Apesar da grande fase transformativa que se assistia neste próspero período, a criação de zonas e estruturas para o mercado não aconteceu de forma linear em todas as cidades. Aliás, é durante o reinado de D. Afonso V que no Algarve se sentem os primeiros efeitos do comércio ultramarino e da carência de estruturas adequadas para abrigar e organizar as trocas comerciais, necessárias para fazer face ao aumento de mercadores e

³ PEREIRA, Paulo (1995). “As grandes edificações (1450-1530)”. In PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da Arte Portuguesa. Do “modo” gótico ao maneirismo*. Vol. II. Lisboa: Temas e Debates, p. 15.

⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e (2005). *D. Manuel I. 1469-1521. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Círculo de Leitores, p.108.

⁵ Como refere David Luis, “A partir do momento em que o processo ligado aos atos de compra era uma parte indissolúvel do mundo urbano do período, isso teve óbvias consequências espaciais”. LUIS, David Igual (2008). “Poder, mercat i espai urbà a València entre els segles XIII i XV”. *Encontre Internacional Los espacios de poder en las sociedades urbanas del arco mediterráneo occidental (ss. IX-XV)*. Chambéry: Universidad de Lérida y Universidad de Saboya-Chambéry, Lérida, p. 156.

mercadorias nas urbes algarvias. No entanto, só apenas alguns edifícios revelam um projeto planeado.

José-Augusto França refere que D. Manuel I, ao abandonar a residência do castelo medieval para se instalar num Paço que mandara construir junto ao rio Tejo, iniciara uma renovação urbana nesta zona ribeirinha, marcando o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna na capital portuguesa, porque causou uma alteração nos órgãos administrativos⁶, ao colocar a supremacia no porto – ou seja, no comércio – sobre as outras funções da cidade⁷. A uniformização do aparelho administrativo levada a cabo por este monarca – como as reformas dos forais, dos pesos e das medidas, e elaboração do *Regimento da câmara de Lisboa*, em 1502, que servirá de base aos regimentos de funcionamento das câmaras mais importantes das cidades do reino – repercutiu-se pelas cidades e vilas, motivando uma alteração na estrutura urbana medieval⁸.

Compreende-se, pois, que o estudo tome como ponto de partida o reinado de D. Manuel, período durante o qual se regista uma mudança, uma inovação, na organização das cidades e vilas. Todavia, há que ter presente que estas mudanças no espaço urbano resultaram de anteriores períodos preparatórios, em que, não havendo descontinuidades, se observa uma inovação. A vontade de introduzir uma nova ordem no espaço urbano causava resistências por parte dos habitantes ou, por vezes, do concelho. Veja-se o caso da Guarda cuja mudança do mercado para um outro ponto da cidade se arrastou ao longo de várias décadas, ou mesmo séculos, na tomada de decisões que envolviam renovações no tecido urbano.

Sobre a resistência e este género de mudança, Donatella Calabi conclui que a intenção de descentralizar, ou de mover o que já se encontra consolidado, não é suficiente para reverter completamente o papel assumido por uma praça e pelas suas ruas; nunca é resultado de decisões políticas, de uma única vontade, ou de pensamento de uma

⁶ FRANÇA, José-Augusto (1997). “Lisboa Pombalina e a Estética do Iluminismo”. In *Lisboa Iluminista e o seu tempo* (Actas do Colóquio). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, p. 19.

⁷ RIBEIRO, Orlando (1994). *Opúsculos Geográficos: temas urbanos*. Vol. V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 142.

⁸ Como se verifica com o regimento manuelino para a cidade do Porto, de 1518, copiado quase na totalidade pelo de Lisboa. CARITA, Hélder (2001). “Legislação e administração urbana no século XVI”. *Actas do Colóquio Internacional. Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 171.

comissão de técnicos que trabalham de acordo com uma lógica rigorosa e inflexível, mas resultado cumulativo de várias gerações⁹.

Mathieu Arnoux nota que a deslocalização dos antigos espaços de mercado, bem como a instituição de novos mercados ou o estabelecimento de um novo horário (datas e horas), pode significar uma organização dos territórios, adaptando-os aos novos desenvolvimentos da produção, do comércio e do consumo¹⁰. Por outro lado, Roberto Greci refere que o enfraquecimento do antigo local do mercado no tecido urbano estava, sem dúvida, vinculado ao enfraquecimento dos poderes públicos tradicionais dentro da cidade¹¹. De facto, como veremos no caso de Braga, a criação de condições para receber o mercado e mercadores estrangeiros revelou uma forma de reverter a sua situação económica, por se encontrar afastada do porto de mar, onde a circulação de bens, pessoas e mercadorias era muito mais dinâmica e atrativa.

1 - Estado da questão

No contexto do estudo da formação das cidades e dos seus espaços deve ser mencionada a tese de doutoramento de Luísa Trindade, *O Urbanismo na Composição de Portugal*, mais precisamente os capítulos 8 e 9: um intitulado *O Emergir da Centralidade* e o outro dedicado às tipologias das *casas da câmara*¹². A sua pesquisa trouxe uma nova compreensão relativamente às praças medievais – lugar principal do mercado. Fornece um conjunto de dados importantes sobre a formação e definição dos espaços de mercado medievais, bem como pontos de partida interessantes para um contexto mais amplo, como o aprofundar da relação daqueles lugares com a tipologia das casas da câmara ou paços do concelho, que se caracterizam por terem no piso térreo uma galeria aberta para o espaço público. Este trajeto, embora trate do espaço urbano no período medieval, no tempo em

⁹ CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la città. Piazze, strade, architetture d'Europa in età moderna*, Venezia: Marsilio, p. 60.

¹⁰ ARNOUX, Mathieu (2015). “Les marchés médiévaux (XIe-XIVe siècle): entre institution, économie et société”. In BAYARD, Françoise, FRIDENSON, Patrick, et RIGAUDIÈRE, Albert (Dirts.), *Genèse des marchés: Colloque des 19 et 20 mai 2008*, Nouvelle édition [en ligne]. Paris: Institut de la gestion publique et du développement économique, 2015, p. 103.

¹¹ GRECI, Roberto, (1983). “Luoghi di fiera e di mercato nelle città medievali dell'Italia Padana”, *op. cit.*, p. 948.

¹² TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na Composição de Portugal*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra. Esta tese foi editada pela Universidade de Coimbra em 2013. Porém, por motivos de acesso, consultámos a original que é a que se encontra *online* no repositório.

que esses espaços ainda não encontravam uma clara definição física e espacial, apresentasse como referência essencial para entendermos as mudanças ocorridas posteriormente à formação desses espaços públicos. A investigação desta autora vem na senda dos estudos sobre a cidade portuguesa encetados por Walter Rossa. No texto *A cidade Portuguesa*, este autor dá bastante atenção à praça, que tem agregada o sinónimo e a função de mercado, analisando uma componente urbana que tendia a expressar, através da sua tripla função (religiosa, política e económica), uma ordem e uma nova centralidade que caracterizarão a maioria das praças portuguesas. Essa centralidade resulta, na maioria dos casos, de uma expansão urbana ou de uma reestruturação funcional nos finais do século XV e inícios do XVI. Desse processo, os principais edifícios públicos, nomeadamente os paços do concelho ou casas da câmara e cadeia, mercado, açougues e templos religiosos, ficam reunidos na mesma zona, passando esta a ser a principal área da urbe¹³. Outra grande contribuição para o estudo do urbanismo português, particularmente sobre a evolução e formação das praças portuguesas, é o trabalho de Manuel Teixeira, *As praças urbanas portuguesas quinhentistas*, no qual deixa claro que inicialmente “muitos aglomerados urbanos portugueses, incluindo muitas cidades medievais planeadas, não existiam praças rigorosamente estruturadas”¹⁴, processo que se inicia a partir do século XVI. Porém, como o interesse sobre as praças é voltado para a sua morfologia, são muito poucas as menções feitas à função comercial destes espaços. Veja-se, por exemplo, as abordagens do livro *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*, onde se destaca o reflexo das conjunturas e atividades económicas nas cidades e nos edifícios públicos, sem se desenvolver, ainda, uma atenção à morfologia dos espaços de mercado¹⁵.

Entre as muitas teorias desenvolvidas sobre a cidade, que têm permitido a reconstituição da formação, da expansão e da organização do espaço urbano, continua ainda por explorar a presença e limites do mercado no espaço urbano. Tal como comprovou Luísa Trindade, as praças, sobretudo no período medieval, são sinónimo de mercado¹⁶. Mas é justamente isto que deve ser investigado. Se as praças são o principal espaço da cidade, onde se centram os principais edifícios do poder, como é que - se é que

¹³ ROSSA, Walter (1995). “A Cidade Portuguesa”. In PEREIRA, Paulo (Dir.), *História da Arte Portuguesa*, III. Lisboa: Círculo de Leitores.

¹⁴ TEIXEIRA, Manuel C. (2001). “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”. In *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

¹⁵ RIBEIRO, Maria do Carmo, MELO, Arnaldo Sousa (coords.) (2012). *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”.

¹⁶ TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na Composição de Portugal*, op. cit., pp. 529, 708.

- ocorre aí o mercado? De que forma o mercado esteve presente na praça e noutros espaços urbanos, nomeadamente nas ruas que tiveram uma vocação comercial? Do ponto de vista da espacialidade, a sua forma física e arquitetónica tem sido pouco aprofundada no campo da história da cidade e do urbanismo. Uma falta também sentida por Patrick Haughey que, num dos textos introdutórios ao livro *A History of Architecture and Trade*, reconhece que na história da arquitetura o mercado raramente é incluído, quando a atividade comercial é maioritariamente proporcionada pela arquitetura¹⁷. Talvez a ausência de estudos sobre os espaços de mercado na cidade possa estar relacionada com as problemáticas ou dificuldades apontadas por Donald Harreld, para os casos da Antuérpia. Segundo Harreld, um dos problemas que o historiador da cidade enfrenta ao debruçar-se sobre os lugares do mercado é apurar em que sentido as mudanças dos usos do espaço para fins comerciais são resultantes das novas práticas comerciais que surgiram no século XVI. Embora não totalmente modernas, mas também afastadas das práticas medievais, os homens de negócios dos séculos XV e XVI tinham uma variedade de lugares para o mercado. Por isso, este autor questiona se o surgimento de uma cultura mercantil pode ter tido um impacto profundo na forma como os europeus passaram a olhar os usos público e privado do espaço¹⁸. Mathieu Arnoux, no seu texto apresentado no congresso que se realizou em Paris, em 2008, *Les marchés médiévaux (XIe-XIVe siècle): entre institution, économie et société*, referiu que alguns historiadores podem ter abandonado o tema do mercado por não o encontrarem explícito nas fontes, realçando a importância das fontes indiretas para atestarem a existência de uma organização dos mercados¹⁹. A falta de documentos primários que versem sobre os lugares do mercado também é debatida pelos os historiadores italianos. Elena Svalduz constata que, para os investigadores que lidam com a configuração física dos espaços de troca, há um dado bastante evidente: uma extraordinária riqueza de documentos sobre a história social e económica do mercado e uma grande carência de dados sobre os lugares

¹⁷ HAUGHEY, Patrick (2018). "Introduction. The architecture of trade is as old as human history". In *A History of Architecture and trade*. New York: Routledge, pp, 1-9. Este livro é composto por vários artigos de autores internacionais e das mais diversas áreas disciplinares que estão focados na importância do papel da arquitetura e do urbanismo nas práticas comerciais ao longo dos últimos cinco séculos.

¹⁸ Harreld pergunta: "Could the rise of a merchant culture have had a deep impact on the ways in which Europeans viewed the public and private use of space?". HARRELD, Donald (2003). "Trading places: the public and private spaces of merchants in sixteenth-century Antwerp". *Journal of Urban History*, 29(6), p. 659.

¹⁹ ARNOUX, Mathieu (2015). "Les marchés médiévaux (XIe-XIVe siècle): entre institution, économie et société", *op. cit.*, pp. 72-73.

que foram atribuídos para as trocas comerciais²⁰, questão que se sente, igualmente, na historiografia portuguesa.

Para compensar a falta de estudos portugueses, esta investigação apoia-se numa vasta bibliografia europeia que, desde 1990, tem explorado o tema do mercado na cidade.

Fixemos, já, o trabalho de referência de Donatella Calabi, *Il mercato e la città. Piazze, strade, architetture d'Europa in età moderna*²¹. No seu estudo comparativo, a autora dedica a sua atenção à forma como o mercado se posicionava no tecido urbano e que implicações urbanísticas podem ser observadas; explora a influência do mercado sobre a configuração espacial e arquitetónica das cidades ao longo da Época Moderna para reconhecer quais as decisões e com que instrumentos operativos o comércio contribuiu para a reformulação das cidades. O método utilizado por Donatella Calabi, para a construção dos espaços de mercado na cidade, toma como ponto de partida as tipologias arquitetónicas desses espaços. Assim sendo, são as próprias arquiteturas, nomeadamente as suas funções comerciais, que definem o lugar do mercado nas várias partes da cidade. Segundo esta autora, a partir do século XV observam-se, um pouco por toda a Europa, novas formas urbanas que testemunham a intenção de organizar o mercado e as trocas comerciais no tecido urbano, cujas renovações procuravam adaptar os espaços de mercado aos ideais urbanos renascentistas.

2 - Objetivos

O que subsiste dos espaços de mercado correspondentes à cronologia em questão são os edifícios que foram especialmente idealizados para fins comerciais. Deste modo, o objetivo da nossa investigação é analisar o espaço físico do mercado e de como se manifestou em termos arquitetónicos. As múltiplas questões que a seguir se listam refletem a complexidade que este tema envolve.

Qual a origem dos conjuntos arquitetónicos sustentados por colunas e pilastras em meio urbano? Os vocábulos tenda, botica, mercado, loja, alpendre, arco, arcada, balcões, esteios, *loggia* que aparecem na documentação estão relacionadas com estes edifícios?

²⁰ SVALDUZ, Elena (2004). “Spazi di fiera e di mercato: le opportunità di una comparazione”. In *Il mercato, le fiere, la città. I luoghi del commercio nella storia di Carpi*. Catalogo mostra, (a cura) P. Borsari, M. Ghizzoni) Carpi, p. 103.

²¹ CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la città. Piazze, strade, architetture d'Europa in età moderna*, op. cit. Este livro conta com uma edição em inglês *The market and the city: square, street and architecture in early modern Europe*. Ashgate Publishing Company.

São palavras cujo significado conhecemos realmente ou são antes termos que, com a mudança e diversificação semântica ao longo dos tempos, adquiriram sentidos muito ambíguos? A que situação corresponde a aplicação de uma determinada terminologia? Será pela forma ou pela função? Uma pode estar ligada à demonstração de poder e a outra a uma solução pragmática? Como se passa do efêmero (tenda) ao definitivo (loja, botica, alpendre...)? Desde quando há referências para a sua utilização em Portugal? Como é que esses conjuntos se formaram? Mandando fazer igual? Terá sido moda, como nos casos de Elvas e Badajoz? Ou a ideia de fazer exatamente igual era menos importante do que construir o conjunto arquitetónico, como nos casos de Guimarães, Guarda, Évora e Beja, independentemente dos materiais, medidas ou estruturas de suporte (coluna, pilar)? Existia algum regimento que obrigasse à construção de arcos, alpendres ou balcões em zonas onde se mercadejava? Qual o papel deste tipo de construção nesse contexto? Que relações poderão existir entre os arcos e alpendres das praças e o modelo dos paços do concelho que, a partir dos finais do século XV e nos séculos seguintes, se caracteriza por ter no piso inferior uma arcada?²²

Para além das questões acima colocadas, queremos acrescentar outras perguntas que Derek Keene formulou para a existência de pórticos na Inglaterra, mas que se encaixam perfeitamente nos objetivos que pretendemos para os casos portugueses. Em que partes da cidade estavam localizados esses edifícios caracteristicamente diferentes? Estariam planeados ou evoluíram? Os alpendres foram invadindo a rua ou outros espaços? De que forma os respetivos requisitos de comércio e circulação influenciaram o desenvolvimento destes elementos? Quais as influências da formação das galerias? E quais os direitos legais e consuetudinários associados à sua utilização?²³ Também é necessário entender como se desenrola a atividade comercial nos espaços destinados para essa função: que atividades económicas são permitidas; se é diferente de urbe para urbe, consoante o poder que as regula.

No fundo, o que pretendemos saber é o modo como as práticas comerciais e a sua regulamentação se podem manifestar no tecido urbano e na arquitetura. A intenção desta tese não é responder de forma cabal a todas as questões colocadas. A pergunta é mais

²² Esta questão relacionada com a arquitetura das casas da câmara foi levantada por Caroline Cabral na sua dissertação de mestrado. CABRAL, Caroline Almeida Aragão (2012). *Casos de Câmara. Quatro "Paços" na consolidação de um modelo*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Departamento de Arquitectura.

²³ KEENE, Derek (2015). "Portici in England". In BOCCHI, Francesca, SMURRA, Rosa (a cura di). *I portici di Bologna nel contesto europeo*. Atti del convegno internazionale di studi, Bologna, 22-23 novembre 2013. Roma: ed. Luca Sossella, p. 200.

importante que a resposta porque permite refletir sobre aspetos relacionados com os espaços de mercado e a sua arquitetura e que estão por explorar ou por esclarecer, bem como suscitar o levantamento de outras questões.

3 - Metodologia

O tema que escolhemos para a nossa tese de doutoramento requer o manuseamento de uma grande variedade de fontes documentais para conseguirmos apurar todas as referências aos espaços de mercado no tecido urbano das cidades portuguesas. Exige-se ainda o recurso a uma multiplicidade de disciplinas históricas que nos ajudam a responder às questões levantadas nos objetivos. A natureza do tema é, de facto, intrinsecamente multidisciplinar: não é só um motivo urbanístico e arquitetónico, mas também geográfico, económico, político, social e religioso. O estudo do espaço destinado à prática do mercado direciona-nos para questões mais amplas, particularmente a adaptação urbana à conjuntura económica, política, social e religiosa ao longo do período em análise.

Há que ter em consideração que o lugar do mercado não é fácil de detetar nas fontes coevas. Assim, a abordagem conceptual e metodológica escolhida para se apurar a génese, construção e transformação dos espaços de mercado foi investigar os elementos arquitetónicos que evidenciassem a presença do mercado num determinado espaço urbano, mas também a posição em que se encontram edificados, que é de extrema importância para entendermos os seus limites e funções no tecido urbano. Estes elementos são, voltamos a recordar, a praça, os alpendres, os arcos, os balcões.

Relativamente às fontes, a nossa investigação baseia-se na consulta de arquivos, nomeadamente os municipais, e na releitura de documentação transcrita e citada por outros autores. São poucas as fontes escritas que fazem referência aos espaços de mercado, pelo que se impõe uma interpretação do espaço urbano existente confrontando-o com os documentos iconográficos e cartográficos que permitam uma reconstrução física das áreas urbanas onde as atividades comerciais estavam concentradas.

A metodologia que se propõe assenta na observação comparativa de vários estudos de caso. A comparação entre os casos abordados é feita a partir de duas perspetivas de reflexão (Fig. 1). Na primeira perspetiva, o conjunto de cidades envolvidas neste estudo serve para compreender as especificidades e diversidade dos espaços de mercado, pelo que foi necessária uma digressão pelas praças, ruas e rossios mais

significativos do reino. Na segunda perspetiva, correspondente ao capítulo IV, que se baseia em estudos de caso, a atenção foca-se nos espaços de mercado mais expressivos dentro da própria cidade, sem perder de vista a evolução e transformação urbana que é necessária para perceber as persistências e as mudanças ocorridas nos espaços de mercado de cada uma. A intenção é compreender como se constrói e funciona um espaço de mercado, que tem nas praças uma particular incidência e que, por vezes, é mais expressivo numas cidades que noutras.

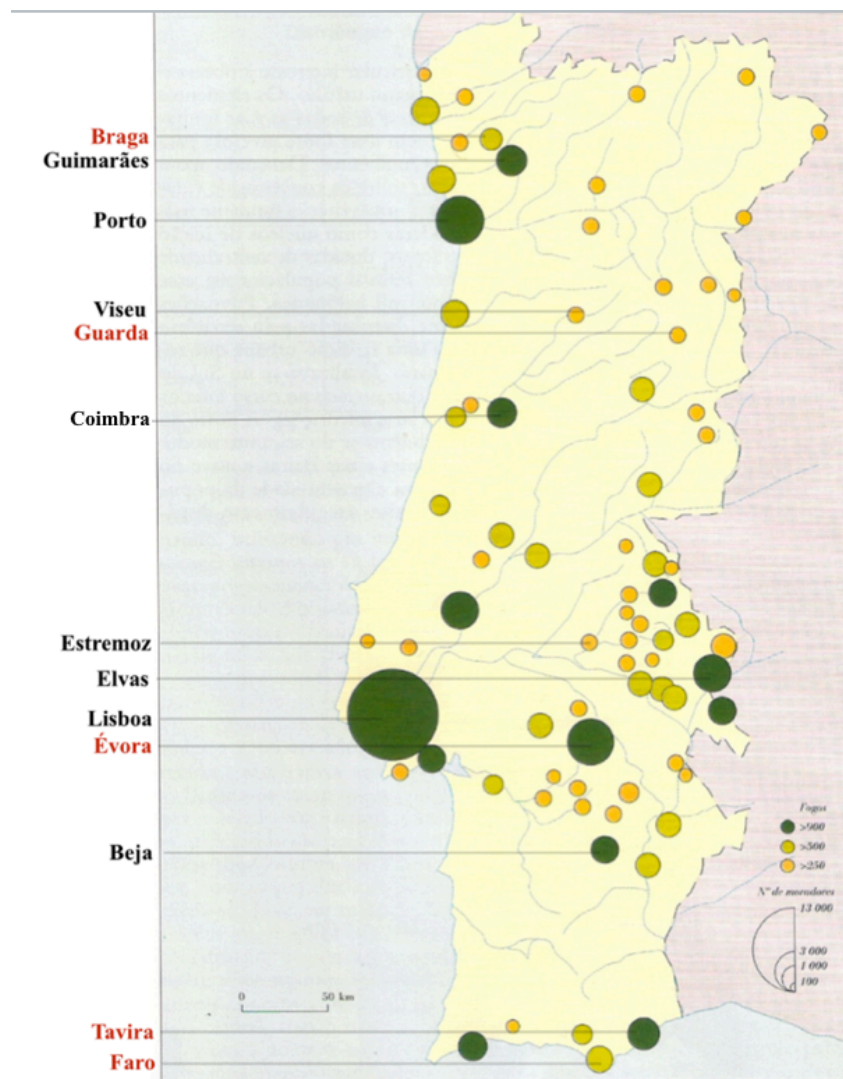


Figura 1. Identificação das cidades estudadas (a vermelho os estudos de caso analisados no capítulo IV), sobre uma representação cartográfica do Portugal urbano de 1527 (SERRÃO, José, 1996, p. 70.)

Depois de uma incursão geral pelos espaços de mercado mais significativos das urbes portuguesas, concentramos, assim, a pesquisa no estudo de cinco cidades, Braga, Guarda, Évora, Faro e Tavira. A escolha destes casos dependeu da existência de fontes documentais, da diversidade das situações e das evidências arquitetónicas ainda existentes.

De Braga, a cidade dos arcebispos, interessa saber como tal situação se expressa na evolução e morfologia urbanas, uma vez que todas as intervenções ocorreram sob o mecenato dos vários prelados, que detinham grande poder de decisão relativamente ao senado.

A Guarda, uma cidade pequena (e ainda por cima de fronteira), pode significar uma maior polivalência dos espaços urbanos que convém explorar. Segundo João Cordeiro Pereira, entre as comarcas portuguesas a da Beira era das que melhor se situava relativamente ao nó viário de Medina del Campo, através das estradas de Plasencia e de Salamanca. Contudo, se por um lado o acesso viário permitia um próspero comércio com o país vizinho, por outro, contribuía para uma diminuição das cobranças aduaneiras. Na primeira metade do século XVI, evidenciou-se um decréscimo de volume das receitas registados nos portos da Comarca da Beira. A situação geográfica permitia um facilitado acesso a Medina del Campo, que neste século era um dos principais centros mercantis da região de Castela²⁴. A *Plaza Mayor* desta vila castelhana era rodeada de lojas de comerciantes mais caros, sendo que nos séculos XVII há indicações de que “las mercaderías de Portugal se aposentaban en la calle de Salamanca”²⁵.

Évora, a par de Beja, capital de uma importante área rural, permitirá averiguar como se exprime no espaço urbano a relação com o campo e o alheamento com o mar. A escolha de Évora, residência da coroa, também se justifica por ser, utilizando a expressão de Rui Santos, a “centralidade económica” do mercado do trigo alentejano e da comercialização de gado²⁶. Além disso, a região do Alentejo era servida por duas vias internacionais, uma das quais de grande movimento. Contudo, apesar de estar ligada com a importante estrada que, passando por Albuquerque, chegava a Cáceres, seguindo depois

²⁴ PEREIRA, João Cordeiro (2003). *Portugal na Era de Quinhentos: Estudos vários*. Cascais: Patrimonia Historica, p. 136.

²⁵ GORDO PELÁEZ, Luis Jacinto (2010). *Equipamientos y edificios municipales en la Corona de Castilla en el siglo XVI*. Tesis Doctoral. Madrid: Departamento de Historia del Arte II da Facultad de Geografía e Historia. (Moderno) da Universidad Complutense de Madrid, p. 515.

²⁶ SANTOS, Rui (1995). *Celeiro de Portugal algum dia. Crescimento e crises urbanas na Região de Évora 1595-1850*. Tese de Doutoramento, Vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

para Medina del Campo, encontrava-se ainda a uma distância considerável de um dos principais centros económicos e financeiros da Península”²⁷. Mas esta proximidade com Cáceres faz-nos refletir nas semelhanças formais que existem entre as praças de cada urbe. Pode-se adiantar que Évora era das poucas cidades cuja praça era rodeada por arcarias em três lados, revelando muitas semelhanças formais com as praças espanholas de Cáceres e Trujillo, em Espanha.

Quanto ao Algarve, do ponto de vista territorial era percebido como um reino, o que evidencia uma sólida identidade entre as urbes. A partir do século XV, o Algarve teve um papel considerável nos primeiros avanços da expansão ultramarina e que, a par de Lisboa, experimentou um desenvolvimento pioneiro no que se refere à organização espacial dos espaços destinados às trocas comerciais, à qual se junta a particularidade de receber e hospedar mercadores nacionais e estrangeiros.

Lisboa, por ser uma cidade grande, densamente povoada e a principal do reino, é a mais suscetível de apresentar respostas cabais às questões que foram levantadas nos objetivos. No entanto, esta cidade fica excluída do nosso estudo enquanto estudo de caso, muito embora se façam constantes referências a Lisboa, para reforçar ou justificar as nossas questões. Além do mais, Lisboa e os seus espaços de mercado devem ser comparados com outras cidades europeias de grande tamanho e importância comercial, como Londres, Paris, Amesterdão, Veneza, Florença, entre outras.

No fundo, queremos saber como se formaram e organizaram os espaços de mercado nas cidades portuárias, mas também averiguar o que se passa com as áreas comerciais de cidades do interior ou da fronteira. Como aponta Dennis Romano para os casos italianos, o espaço de mercado dependia do tamanho da urbe, da especialidade comercial de cada lugar (sector primário ou secundário), da situação económica e geográfica (nos quais se incluem o acesso ao mar ou aos rios, bem como o acesso a vias terrestres). Estas circunstâncias são cruciais para explicar a existência de um ou mais lugares para o mercado distribuídos pela cidade²⁸.

Enfim, os estudos de caso foram selecionados pelo seu significado histórico, de acordo com as suas funções antigas e predominantes: a defensiva, portuária, económica, mercantil, religiosa, agrícola, dimensão urbana, densidade populacional, organização da hierarquia urbana, estruturação das redes de comunicação, posição geográfica, causas e

²⁷ PEREIRA, João Cordeiro (2003). *Portugal na Era de Quinhentos: Estudos vários, op. cit.*, p. 136.

²⁸ ROMANO, Dennis (2015). *Markets and Marketplaces in Medieval Italy, c. 1100 to c. 1440*. New Haven & London: Yale University Press, p. 44.

ritmos do crescimento urbano, factos políticos, relações económicas com o exterior e com a zona envolvente ou as características sociais e culturais de cada uma, entre os séculos XVI-XVIII. As cidades escolhidas têm uma certa especialização e também uma complementaridade funcional entre elas, o que pode ajudar a explicar a especificidade dos estudos de caso aqui seleccionados. Não podemos esquecer que determinadas produções, como a lã na Guarda e Covilhã, o gado em Évora e Beja, ou as pescas e frutos secos provenientes do Algarve, acabavam por colocar estes centros urbanos nas rotas internacionais do comércio. Assim, escolhemos cidades que dominam um determinado território e outras que sobrevivem pela complementaridade e descentralização. Veja-se como a preferência por algumas vilas ou cidades por parte dos reis, bispos e outras elites – onde construíram aí as suas casas senhoriais, órgãos administrativos afetos a esses senhores – ou a criação de títulos – como duque de Beja, senhor da Covilhã, etc. – provocou mudanças e evoluções urbanas muito específicas nesses lugares. Estas circunstâncias tiveram impacto não só na administração, mas na própria organização da malha urbana, nomeadamente na formação e expansão, condicionando, por isso, a morfologia dos espaços de mercado, cuja composição resultou num grande número de variações significativas em todo o país. Além disso, a observação de diferenças ou especificidades nas várias urbes, contextos geográficos e circunstanciais permitem apontar algumas regras ou tendências, mas também inúmeras situações.

Para entendermos com mais precisão como as transformações do espaço urbano foram conduzidas, é necessário conhecer a cronologia das intervenções arquitetónicas relacionadas com o mercado. Será recorrente a comparação com os espaços de mercado espanhóis, franceses, italianos e ingleses pela existência de uma matriz comum – a herança clássica. O recurso esporádico aos casos ibero-americanos durante a União das Coroas (1580-1640) é, igualmente, imprescindível por reproduzirem a essência da génese dos espaços de mercado de tradição urbanística portuguesa e espanhola. Esta análise pressupõe a leitura de documentos iconográficos, cartográficos, ou outros como registos fotográficos antigos, que façam referência às configurações anteriores, ou configurações precedentes que tenham relevância para a compreensão do espaço em análise.

O remate cronológico desta investigação fixa-se na primeira metade do século XVIII. A partir daqui os espaços de mercado recebem tratamentos diferentes, configurando um outro tempo. Com efeito, na segunda metade deste século, os espaços de mercado passam a ser vistos como lugares pouco higiénicos. Essa consciência levou à

implementação de novas infraestruturas, incluindo planos de mercados cobertos, sobretudo para as vendas de bens alimentares. Os projetos que visavam a reforma dos mercados antigos resultaram da necessidade de acomodar adequadamente os vendedores num recinto fechado que, em muitos casos, transitam para outras partes da urbe, longe dos espaços centrais, de que são exemplo o mercado de frutas da praça da Figueira, em Lisboa, ou o mercado do peixe, em Braga. Estas ações encontram-se refletidas nas cidades inteiramente novas, imbuídas de valores iluministas, que apresentam uma conceção diferente dos lugares para o mercado. Um bom exemplo é a edificação *ex-nihilo* de Vila Real de Santo António, no Algarve, em 1774. Neste caso, quando se projetou a nova vila faltou, no planeamento, um espaço para receber o mercado. O programa arquitetónico da praça, denominada “Real”, com referências culturais à *Place Royal* francesa, relegou o espaço de mercado para a parte posterior da casa da câmara²⁹.

Todas estas temáticas serão desenvolvidas e organizadas ao longo de quatro capítulos.

O capítulo I - *A cidade, o mercado e a feira: definições e significados* é dedicado à explicação dos vocábulos aplicados no título: “mercado” e “cidade”. Apesar de a palavra mercado usada no título aludir mais concretamente ao espaço físico onde estavam concentradas as trocas comerciais convém, não obstante, definir o mercado e, por conseguinte, a feira.

O capítulo II - *O mercado na cidade: topografias e morfologias* foca os padrões de localização, bem como as características dos espaços de mercado. Pretendemos saber como e porquê uma determinada rua se converte numa artéria comercial, e apurar a relação – ou não – entre estes lugares de compras com o tecido urbano envolvente. Pretendemos esclarecer as seguintes questões: como se definiram aqueles lugares? Como estão organizados? Com que outros espaços se relacionam? Na existência de uma relação, que limites os separam? Quais são as estruturas arquitetónicas que os caracterizam?

O capítulo III – *As arquiteturas do mercado: tipologias e funções* trata dos edifícios necessários ao desenvolvimento de determinadas atividades económicas, exigindo uma tipologia arquitetónica própria. Algumas das estruturas para acolher os mercados e as mercadorias parecem dever as suas origens à antiguidade clássica e renascimento italiano. Deste modo, inicia-se com a definição e análise dos vocábulos

²⁹ CORREIA, José Eduardo Horta (1997). *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto: FAUP Publicações, pp. 154, 166.

“alpendres”, “arcos”, “balcões” que denunciam uma fachada com galeria aberta no piso inferior. Este exercício tornou-se muito mais difícil do que se poderia imaginar. Porém, permite obter dados significativos sobre a formação do espaço mercantil. Também se apresenta como um ponto de partida para rastreamos outras arquiteturas de vocação comercial, nomeadamente o vínculo que pode existir entre os paços do concelho e o mercado (na praça), expresso pela forma arquitetónica. As arcadas que ocupam o piso térreo de muitos edifícios servem para a colher algumas vendas que o concelho administrava e controlava. Uma questão surge. Os paços do concelho sem arcada ou alpendre no piso inferior resultam de uma evolução tipológica ou, antes, de nem sempre ser necessário uma galeria aberta devido à sua função meramente administrativa e, por isso, não estarem orientados para receber o comércio, como nos casos da Covilhã e de Leiria? O mesmo parece acontecer com os açougues e celeiros ou terreiros. A localização dos arcos pode transmitir uma clara mensagem de organização das vendas no espaço urbano. A existência destas arquiteturas nalguns espaços urbanos não deve ser interpretada, apenas, como uma forma de proteger o mercado e os mercadores das condições climáticas. Nesta tese tentaremos demonstrar como é que esta linguagem arquitetónica pretende organizar, delimitar, definir, impor, regular, distinguir e enobrecer o mercado no espaço urbano onde se desenrola.

O capítulo IV estuda *O mercado na evolução urbana: estudos de caso*. É impossível, num trabalho desta natureza, analisar os espaços de mercado de todas as cidades portuguesas. Foram seleccionadas cinco cidades: Braga, Guarda e Évora, Tavira e Faro. Neste capítulo, os espaços de mercado são abordados sem perder de vista a evolução urbana subjacente, para se perceber a escolha de um determinado espaço para as atividades mercantis em detrimento de outros e, com isso, apresentar as diversas trajetórias e comportamentos de cada cidade relativamente às zonas que eram destinadas ao comércio.

Capítulo I - A cidade, o mercado e a feira: definições e significados

Se vamos analisar a presença do mercado nas cidades portuguesas durante a Época Moderna esta relação encaminha-nos para uma reflexão sobre a definição de "cidade", "mercado" e, por conseguinte, de "feira", vocábulos frequentemente usados ao longo da tese, cuja definição concetual seguida deve ficar desde já assente.

1.1 - Cidade

Investigar o conceito de cidade, contextualizando historicamente os seus significados, permitirá esclarecer melhor, em termos práticos, as designações que enquadravam, na sua diversidade, o tecido urbano por nós estudado.

Mobilizando a definição resultante das *cartas de criação de cidade concedidas a povoações portuguesas*, organizadas, pela data de concessão, por Pedro de Azevedo, em 1917³⁰, podemos começar a esboçar os critérios que levaram, no período abrangido pelo nosso estudo, à consagração do título de cidade de um determinado lugar.

No final do século XV o reino de Portugal estava organizado em nove cidades: Braga, Coimbra, Évora, Lamego, Lisboa, Porto, Silves, Viseu e Guarda³¹. Uma das particularidades que definia estas cidades medievais, independentemente da sua dimensão espacial, era a existência de um bispado e de uma cinta de muralha. Estas divisões eclesíásticas eram legado da antiga organização territorial romana, das quais não sobreviveram Dume, Chaves, Idanha, Calabre e Beja que, durante a presença, islâmica perderam o episcopado e desceram à categoria de vila³². A exceção é Bragança, antiga cidade sem bispo, que, em 1464, viu ser-lhe restituído o título de cidade outrora concedido pelo rei D. Sancho I³³.

³⁰ AZEVEDO, Pedro (1917). "As cartas de criação de Cidade concedidas a povoações portuguesas". *Separata do Boletim da "segunda classe". Vol. X. Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

³¹ OLIVEIRA MARQUES, António Henriques, GONÇALVES, Iria, ANDRADE, Amélia Aguiar (1990). *Atlas das cidades medievais portuguesas: séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

³² AZEVEDO, Pedro (1917). "As cartas de criação de Cidade concedidas a povoações portuguesas", *op. cit.*, p. 7.

³³ "daquy por diante a sua vila de Bragança se chamar Cidade e aver todollos priuilegios e liberdades que ham e deuem hauer as outras cidades de nosos Regnos e que seja em os asentamentos das cortes com ellas e os cidadãos della gouvirem de todollas honrras e preminencias de que gouuem os cidadãaos das outras nosas cidades e esto fazemos por que ouuemos certa enformaçom que hantigamente ella era Cidade e asy no forall que tem he nomeada por cidade e despois se despobrou E quando se tornou a Rehedificar ficou

Não obstante, quando Maria Condessa decidiu procurar a palavra “cidade” nos textos de cronistas medievais, nomeadamente de Rui de Pina e de Duarte Galvão, concluiu que o termo é vago, sem qualquer referência ao espaço físico, ao assento episcopal ou a qualquer outra estrutura urbana com atributos mensuráveis. Porém, a autora deste estudo consegue apurar que a cidade é percebida como reduto defensivo, local de refúgio, centro de consumo onde circulam com abundância bens e alimentos³⁴. Bastante esclarecedora é a descrição feita pelos representantes do concelho de Silves sobre a urbe, na qual parece estar representada a imagem mental de cidade, em 1459. Aqui, a palavra ou o estatuto aparece associado ao lugar que domina, que é um território economicamente rico, variado e extenso: “Esta cidade he cabeça de todo este nosso Regno do algarue e setuada e colocada em terras de grandes lauras e criações de todos gaados Assi na cidade como nos termos darredor. A qual foi gran pouoraçam em que morauam grandes caualleiros, fidalgos, escudeiros mercadores lavradores criadores e outro mujto pouo, sendo em ella e derredor fundados grandes edifficios e ortas e pumares e uinhas e boas crastas”³⁵.

Para José Mattoso, esta característica dominante – o território – constitui a chave para entender o que é cidade. Sem se concentrar estritamente nos atributos físicos, este historiador refere que “sem território não há cidades”. Combina a cidade propriamente dita com o território, sobre o qual exerce o seu poder³⁶. No *Atlas de Cidades Medievais*, resultante do crescente interesse pela história urbana medieval portuguesa na década de 1980, a seleção das cidades estudadas corresponde aos aglomerados urbanos com certa importância, descurando-se o assento episcopal. Assim, compõem este atlas: Ponte de Lima, Braga, Guimarães, Porto, Chaves, Guarda, Aveiro, Leiria, Óbidos, Abrantes,

villa” AZEVEDO, Pedro (1917). “As cartas de criação de Cidade concedidas a povoações portuguesas”, *op. cit.*, p. 10.

³⁴ CONDESSA, Maria Sofia Marques (2001). *A memória das cidades: dos séculos XII a XIV nas Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Cascais: Patrimónia Histórica, pp. 72-75.

³⁵ Apud IRIA, Alberto (1957). “As Pescarias nos Algarve. Subsídios para a sua História”. *Conservas de Peixe*, n.º 134, p. 21.

³⁶ MATTOSO, José (1987). “Introdução à História Urbana: A Cidade e o Poder”. In *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 14-18. Não é por acaso que Fernand Braudel reafirmava que cidade é, antes de mais, um domínio, que se define e mede pela capacidade de controlo do espaço onde se desenvolve, ou seja, no território. BRAUDEL, Fernand, (1986). *L'identité de la France. I. Espace et Histoire*. Paris : Éditions Arthaud, p. 159.

Tomar, Santarém, Torres Vedras, Sintra, Cascais, Évora, Silves, Funchal³⁷. Para estes autores o território é condição *sine qua non* para a existência de uma cidade.

No reinado de D. Manuel as vilas que passaram à categoria de cidade não constituem uma sede de bispado: Elvas (1513), Tavira (1520) e Beja (1521). Nas cartas de título de cidade, os critérios usados destacam os atos de lealdade, o reconhecimento dos serviços prestados à coroa, nomeadamente o auxílio no domínio das terras do Norte de África e apoio na conservação destes territórios então recém conquistados; o número de habitantes (especialmente fidalgos e nobres); a prosperidade económica; e a importância que detinham no território onde se inserem³⁸.

Adelaide Costa repara que há uma estreita articulação dos títulos de cidade de Elvas, Tavira e Beja com a edição das *Ordenações Manuelinas*, de 1521, que tem uma lista atualizada das *Vilas Notáveis*. A par de Santarém, Leiria e Guimarães, merecem este estatuto Olivença (1512), Estremoz (1520), Lagos (1525), Setúbal (1525), Moura (1525) Castelo Branco (1535)³⁹. Embora confinadas à categoria de *Vila* possuem muitas características das cidades, um bom número de habitantes, edifícios públicos essenciais e variadíssimas atividades económicas, que são particularidades que justificam a designação de *Vila Notável*. A existência da palavra *notável* dava-lhe mais privilégios, como se pode exemplificar com o caso de Lagos: “avendo eu Respeito ao nobreçimento e asy aos seruiços que tem feitos aos Reys pasados e a mym e aos que ao diamte espero que façam e como por todas estas Rezoes he digna de Reçeber de mym homra merçe [...] e a faço notauel e quero e me praz que asy se chame e posa chamar notável”⁴⁰. Tanto para para as cidades como para as vilas notáveis a criação de um termo, ou seja, um território, era igualmente muito importante, pois era ele que gerava riqueza, através da exploração dos seus recursos naturais. Vejamos o caso de Aveiro que “sendo das mais notáveis deste Reino [que] não tinha termo algum porque a tiro de besta quasi por todas as partes esta cercada de outras jurisdições e termos de outras Villas e Concelhos sendo eles de pouca

³⁷ OLIVEIRA MARQUES, António Henriques, GONÇALVES, Iria, ANDRADE, Amélia Aguiar (1990). *Atlas das cidades medievais portuguesas: séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

³⁸ AZEVEDO, Pedro (1917.) “As cartas de criação de Cidade concedidas a povoações portuguesas”, *op. cit.*, pp. 12-15.

³⁹ COSTA, Adelaide Pereira Millán (2014). “O impacto urbano no discurso jurídico da baixa Idade Média em Portugal. Uma abordagem possível”. *Edad Media. Revista de Historia*, 15, p. 69.

⁴⁰ Acrescenta o seguinte: “e que goze e aja e lhe sejam gurdadas todas as homras preminemças preuilégios e liberdades que tem as outras mjnhas villas notavejs em meus reinos e lhe são outorguadas por Rezão de serem notaveys”. *Apud* IRIA, Alberto (1964). “As Pescarias no Algarve. Subsídios para a sua História”. *Conservas de Peixe*, n.º 224, p. 34.

povoação e tendo a dita Villa quase dous mil vezinhos pelo que padescião os moradores della muita necessidade de carnes por não terem termo onde se possa crear o guado”⁴¹.

Quando se deu a reforma da divisão dos bispados, durante o reinado de D. João III, o estabelecimento de novas dioceses foi acompanhado da concessão do título de cidade. São elevadas a cidade, Faro (1540), Leiria (1545), Miranda do Douro (1545) e Portalegre (1550). A cidade culminava com edificação de uma sé e a criação de um termo para que esta o pudesse administrar. Este rei retira Leiria da jurisdição do mosteiro de Santa Cruz e do bispado de Coimbra, agregando-lhe as povoações de Ourém, Aljubarrota, Porto Mós e Alpedriz, desanexadas do termo de Coimbra⁴². A Miranda do Douro estabeleceu-lhe novos limites para a sua jurisdição, desanexando as terras de Trás-os-Montes que pertenciam ao governo do arcebispado de Braga⁴³. No que diz respeito a Portalegre, cuja área religiosa se dividia pelo arcebispado de Évora e pelo bispado da Guarda, foi criada uma nova prelazia que abrangia a região que atualmente corresponde ao Alto-Alentejo, com seu bispado, separando-a da diocese da Guarda. A este propósito, Veríssimo Serrão afirma que no momento de elevação a cidade não se evocava a expansão urbana nem os serviços prestados à coroa porque se visava a redução dos territórios dos antigos bispados. A anterior organização tornava o acesso episcopal difícil e a atividade pastoral mais complicada, sobretudo para combater a heresia nestas zonas do interior, que pela proximidade com a fronteira castelhana estavam mais permeáveis a serem influenciadas pelas ideologias que se formavam no país vizinho⁴⁴.

Na elevação de Lagos a cidade, em 1573, no reinado de D. Sebastião, parece haver uma relação entre a demografia, a expansão urbana, o papel económico e a importância militar que assumia no reino do Algarve. A ascensão de Faro e de Lagos a cidade pode explicar o declínio de Silves. No entanto, apesar de Silves perder o episcopado, o título de cidade não lhe foi retirado, como aconteceu nos referidos casos de Dume, Chaves, Idanha, Calabre e Beja⁴⁵ e, no século XVII, a Diu. O caso de Diu é bastante ilustrativo.

⁴¹ Alvará de Filipe II (1589) que permite aos carniceros de Aveiro comprarem carne nos concelhos vizinhos. *Apud* SILVA, Francisco Ribeiro da (coord), 2000. *Filipe II de Espanha, rei de Portugal (Colectânea de Documentos filipinos guardados em Arquivos Portugueses)*. Vol. 1. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 241-242.

⁴² FREIRE, Antonio de Oliveira (1739). *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal, que contem huma exacta relaçam de sua Provincias, Comarcas, Cidades, Villas, Freguezias*, p. 116.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 43.

⁴⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1973). *A Concessão do foro de cidade em Portugal, dos séculos XII a XIX*. Lisboa: Portugaliae Historica, p. 20.

⁴⁵ AZEVEDO, Pedro (1917). “As Cartas de Criação de Cidade Concedidas a povoações Portuguesas”, *op. cit.*, p. 7.

Em 1615, D. Filipe II retirou-lhe o título de cidade e emitiu um alvará para “que o forte de Dio não fosse chamado de cidade, nem por tal fosse havida”⁴⁶. Esta situação contribuíra para alterar os privilégios que tal estatuto oferecia aos moradores⁴⁷.

Em termos práticos, o estatuto de cidade tinha repercussões nos habitantes, nomeadamente nas honras e privilégios gozados, que as vilas (notáveis ou leais) não tinham, entre eles um tratamento diferenciado e privilegiado. Segundo Romero Magalhães, a fruição de mordomias era um dos atrativos mais apetitosos desse estatuto, apenas concedido pelo rei. Ser cidadão de uma nobre cidade, como era a cidade do Porto, carregava privilégios para a oligarquia dominante, entre os quais não ser preso em cadeia pública e o uso de indumentária de seda⁴⁸.

Até ao século XVII contabilizavam-se, entre cidades e vilas notáveis, cerca de trinta centros urbanos, dezanove dos quais eram designados por cidades⁴⁹. Na segunda metade do século XVIII, a cidade aparece no contexto da organização administrativa e religiosa do território e não está relacionada com o tamanho e a demografia. Aveiro (1759), Penafiel (1770), Pinhel (1770), Castelo Branco (1771) e Vila Nova de Portimão (1777) eram vilas que, segundo Inês Amorim, tinham uma densidade populacional reduzida, mas que deram origem a novos bispados, muito embora sem grande futuro⁵⁰.

Para além das definições coevas, devem ser valorizadas, como já vimos, as interpretações que historiadores e arquitetos fazem da palavra cidade para que possa ser entendida num sentido mais amplo possível.

Na historiografia recente a palavra cidade e a sua definição têm sido abordadas sob diferentes pontos de vista. Para Roberto Greci, as cidades ajudam a entender como as palavras não descrevem realidades, lembrando que “o termo cidade nem sempre indica

⁴⁶ Alvará, 7 de março de 1615, D. Filipe II (1598-1621), Livro 1613-1619, p. 124. *Colecção de Legislação Portuguesa*, consultado em <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/1/19/p156>.

⁴⁷ “O Conde de Aveiras, do Conselho d'Estado de Sua Magestade, seu Viso-Rei e Capitão Geral da India, etc. Faço saber aos que este Alvará virem, que, tendo eu respeito a que todos os moradores da Fortaleza de Dio, assim christãos como gentios e mouros, dizem na petição atraz escripta, e ao que nella allegam, hei por hem que se lhe guardem os privilegios que tiverem: com declaração que não se intenderá isto nos que lhe eram concedidos no tempo em que foi Cidade, que sem ordem de Sua Magestade se lhe não podem guardar”. Alvará, 4 de dezembro de 1645, D. João IV (1640-1656), Livro 1675-1700, p. 146. *Colecção de Legislação Portuguesa*, consultado em <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/9/43/p171>.

⁴⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993). “Os Concelhos”. In MATTOSO, José. *História de Portugal*. 3. *No Alvorecer da Humanidade*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 181.

⁴⁹ OLIVEIRA, António de (1996). “As cidades e o poder no período filipino”. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXI, Vol. 2, p. 310.

⁵⁰ AMORIM, Inês (2000). “Urbanismo e cidades portuárias: Aveiro na segunda metade do século XVIII”. *Análise Social*, Vol. XXXV (156), p. 208.

a mesma realidade [...] quando falamos de cidades, imaginamos uma realidade demograficamente consistente, que vive numa economia não agrícola, que contém uma sociedade diferenciada, unida por relações variáveis e fortemente mediadas; portanto, a sede das instituições que regulam essa complexidade. A cidade medieval é e não é tudo isso, tanto que as tentativas de definição são muitas vezes insatisfatórias. Ainda mais se essas definições estiverem limitadas a dados morfológicos e primários⁵¹. As distinções observam-se a partir da combinação de diferentes funções que cada cidade assume.

Cláudia Damasceno refere que “a concessão do título de Cidade – tal como o de vila – nem sempre reflete o grau de desenvolvimento alcançado pelas aglomerações, nem mesmo a sua importância política⁵². A este respeito, veja-se o exemplo mostrado por José Vicente Serrão que, tendo por base o numeramento de 1527, constata que na região da Beira Baixa só a Covilhã e Castelo Branco se apresentam como “dois centros populacionais cuja dimensão apresenta algum significado, sem que, contudo, possam sequer receber o qualificativo de *cidades*”⁵³.

Na senda do arquiteto Aldo Rossi que, no seu livro *A Arquitectura da Cidade*, entende a cidade como uma arquitetura⁵⁴, Walter Rossa encontra na forma construída um significado de cidade: “foi sempre com Arquitectura que se construiu a materialidade visual da cidade⁵⁵. Segundo Walter Rossa, é “na arquitetura, no tratamento do espaço público e, em parte, no território (com)vertido em paisagem, que se recolhem os elementos que integram as imagens mentais (conscientes ou não) da cidade”⁵⁶. Esta perceção é particularmente evidente no momento da edificação de Vila Real de Santo António, em 1774, no Algarve, cujo plano ortogonal concretizou o significado metafórico de “cidade ideal” sem, contudo, ostentar o título de cidade. Para o caso espanhol, Bonet Correia correlaciona fortemente os principais espaços da urbe – a *Plaza Mayor* e a *Calle*

⁵¹ GRECI, Roberto (2011). *Città e territorio*. Parma: Università degli Studi di Parma, p. 122.

⁵² FONSECA, Cláudia Damasceno (2010). “Cidade”. In TOPALOV, Christian, LILLE, Laurent Coudroy, DEPAULE, Jean-Charles, MARIN, Brigitte (Dir.). *L’Aventure des mots de la Ville à travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris: Robert Laffont, p. 285.

⁵³ SERRÃO, José Vicente (1996). “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII”. In *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 63-77.

⁵⁴ ROSSI, Aldo (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, p. 31.

⁵⁵ ROSSA, Walter (2002). “A Cidade. O sonho de Nero, o desenho, o comércio tradicional e outras provocações expressas de forma desordenada”. In *A urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, p. 41.

⁵⁶ ROSSA, Walter (2002). “A Cidade – palco expressivo da *portugalidade*”. In *A urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português, op. cit.*, p. 26.

Mayor – como elementos urbanos que melhor expressam a imagem mental que os castelhanos têm da cidade”⁵⁷. Neste sentido de arquitetura e construção vai a própria definição de cidade no dicionário do padre jesuíta Raphael Bluteau: “Cidade. Multidão de casas, distribuídas em ruas, & praças, cercadas de muros, que vivem em sociedade, & subordinação”⁵⁸.

A dinâmica, o ritmo de crescimento e expansão urbana eram particularidades que contribuíram para elevar à categoria de cidade, pelo que existem variadíssimas cidades, todas desiguais; desiguais no tamanho, na importância, no poder, na economia, na organização eclesiástica, nas infraestruturas, etc. A palavra cidade foi-se ajustando à importância de um certo lugar, ao seu passado, ou à necessidade de aumentar a importância de lugar num determinado território.

Chegados a este ponto é oportuno justificar o uso da palavra no título da tese. O seu uso foi fortemente influenciado a partir das leituras de autores como Henri Pirenne, Fernand Braudel e Max Weber nos quais podemos encontrar uma máxima enraizada entre estes historiadores que é a relação indestrinçável que existe entre a cidade e o mercado. Pirenne identifica nas trocas comerciais uma condição inerente à cidade, posto que há uma dinâmica económica nas funções da cidade⁵⁹. Braudel também confirma estes laços, garantindo que não existem cidades sem mercado e não há mercados regionais ou nacionais sem cidades⁶⁰. Weber descreve a cidade como um aglomerado de habitantes que vivem, principalmente, do comércio, em vez de agricultura. No entanto, o autor ressalva que esta subordinação não significa que se possam chamar cidades todas as localidades com comércio, porque ele não é a única característica distintiva. Acrescenta, todavia, outra importante ressalva dizendo que nem todos os mercados deram origem a uma cidade. Contudo, pode falar-se em cidade quando existe um mercado regular e quando os habitantes têm acesso a uma vasta lista de produtos que satisfaça as necessidades diárias⁶¹. A sobrevivência da cidade e da expansão urbana dependeu, na

⁵⁷ BONET CORREA, Antonio (1976). “Le concept de Plaza Mayor en Espagne depuis le XVIe S.”. In *Forum et plaza mayor dans le monde hispanique: colloque interdisciplinaire*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 79.

⁵⁸ BLUTEAU, Raphael (1712-1728). *Vocabulário Portuguez e Latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, vol. 2, p. 309.

⁵⁹ PIRENNE, Henri (sd). *As Cidades da Idade Média*. Mem Martins: Publicações Europa-América, p. 55.

⁶⁰ BRAUDEL, Fernand (1997). *Civilização material, economia e capitalismo – Séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, p. 441.

⁶¹ WEBER, Max (1969). *Classic Essays on the Culture of de Citie*. New Jersey: Edited by Richard Sennett Brandeis University, pp. 23-25.

maior parte dos casos, da sua capacidade económica. Donatella Calabi refere que na historiografia a categoria mais usada para definir a qualidade urbana de uma cidade da Época Moderna é, justamente, a presença e o tamanho do seu mercado, porque ele é visto como uma expressão de prestígio, um instrumento essencial para a conservação da grandeza das cidades⁶².

Evidentemente que nestas reflexões e argumentos há uma generalização da palavra cidade, que deve ser entendida como uma dimensão urbana ou um centro densamente povoado, comparativamente aos espaços rurais. A palavra cidade que usamos no título é meramente topográfica, espacial. Equivale a considerá-la essencialmente como espaço urbano, independentemente do título político ou administrativo. Dada a existência de múltiplos fatores de mudança a que está sujeita a palavra cidade, considerou-se apropriado seguir a conceção que Orlando Ribeiro faz dela – um fenómeno puramente urbano. Este geógrafo considera cidades aqueles espaços urbanos que correspondem a núcleos que assumem uma feição urbana, alguma densidade construtiva e que, num determinado território, se apresentem como pólo de agregação administrativa, com capacidade económica, podendo ser definida como um assentamento relativamente grande⁶³. Esta escolha concetual serve para impedir que as análises aos espaços de mercado fiquem reféns das cidades que lograram alcançar essa categoria, porque estaríamos a excluir lugares que, apesar de não ostentarem o título de cidade, detinham uma grande importância, tal como observou Joaquim Veríssimo Serrão, referindo que “na maioria dos casos, uma vila ou povoação menor não se tornou cidade por mero capricho dos governantes ou por uma razão isolada do contexto nacional”⁶⁴.

⁶² CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la città. Piazze, op. cit.*, pp. 63-64.

⁶³ Orlando Ribeiro considera como núcleos de feição urbana todas as aglomerações com mais de 250 fogos (correspondentes aproximadamente a mil habitantes), que fossem também sedes de concelho, exercendo, desse modo, funções de centralidade administrativa. RIBEIRO, Orlando (1971). “Cidade”. In SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, p. 10.

⁶⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1973). *A Concessão do foro de cidade em Portugal, dos séculos XII a XIX*. Lisboa: Portugaliae Historica, p. 8.

1.2 - Mercado

As temáticas sobre o *Mercado*, entre os períodos medieval e moderno, permanecem praticamente inexploradas na historiografia portuguesa quando comparadas com o tema da *Feira*, analisado em profundidade pela medievalista Virgínia Rau⁶⁵. Este subcapítulo não pretende, obviamente, preencher esse vazio. Dada a relação indestrinçável entre cidade e mercado achamos oportuno, antes de mais, esclarecer a definição de mercado e de outros significados possíveis associados ao vocábulo.

“O núcleo de qualquer cidade medieval era o mercado”⁶⁶. James Davis, na senda de Pirenne, Braudel e Weber, também coloca o mercado no centro do desenvolvimento urbano. Mas o que se entende por mercado? Alguns autores, como Colin Smith⁶⁷ e Mathieu Arnoux⁶⁸, referem uma ambiguidade na definição da palavra mercado, percebida pela sobreposição dos significados. Segundo estes autores o termo pode ser interpretado como o lugar, o espaço físico onde ocorrem as trocas comerciais ou, no sentido mais abstrato, como um processo de troca. Para Fernand Braudel, a palavra mercado é ambígua porque é empregue em todos os tipos de mercado que vão além da autossuficiência: dos mercados urbanos, regionais e internacionais; dos mercados de determinados produtos, como o açúcar, os metais preciosos e as especiarias, etc. Neste sentido, a palavra mercado é equivalente a troca, circulação, distribuição. Além disso, esta palavra é muitas vezes aplicada como uma forma relativamente ampla da negociação conhecida como economia de mercado, ou seja, um sistema. Para Braudel, a palavra mercado deve ser pensada consoante a sua conjuntura⁶⁹.

Para a cidade medieval, Alberto Grohmann constata que os “mercados urbanos são pontos estáveis de troca diária ou semanal, onde chegam vendedores do campo para a cidade para vender os seus próprios bens”⁷⁰. De facto, no período medieval, a palavra

⁶⁵ RAU, Virgínia (1982). *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença.

⁶⁶ DAVIS, James (2012). *Medieval Market Morality: Life, Law and Ethics in the English Marketplace, 1200-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3.

⁶⁷ “The twin meanings of market as physical zone of exchange and abstract process of Exchange”. Citado por SMITH, Colin (2002). “The Wholesale and Retail Markets of London, 1660-1840”. *The Economic History Review*, Vol. 55, N.º 1 (Feb., 2002), p. 34.

⁶⁸ ARNOUX, Mathieu (2015). “Les marchés médiévaux (XI-XIVe siècle) : entre institution, économie et société”, *op. cit.*, p. 78.

⁶⁹ BRAUDEL, Fernand (1992). *Civilization and Capitalism, 15th-18th Century. The Wheels of Commerce*. Vol. II. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, pp. 223-224.

⁷⁰ GROHMANN, Alberto (2003). *La città medievale*. Roma: GLF Editori Laterza, p. 70.

mercado era usada no sentido topográfico, fazia referência ao local de venda, a um centro de trocas inscrito no tecido urbano. A palavra era entendida como espaço. Porém, como observa Colin Smith, quando o mercado é percebido enquanto lugar a ambiguidade do conceito está igualmente presente, porque não existem critérios únicos que esclareçam como eram esses espaços, contabilizando-se, também, as constantes deslocalizações dos pontos de venda ao longo dos séculos ou, ainda, a existência de vários espaços que se distinguiam pelos produtos que eram comercializados⁷¹.

Passando da historiografia para as fontes, no texto legislativo das *Sete partidas*, redigido durante o reinado de Afonso X, no século XIII, o termo mercado aparece claramente como lugar onde as pessoas vão, com alguma regularidade, vender, comprar ou trocar. Esta atividade não deveria ser realizada noutros lugares, mas somente onde é costume antigo⁷². Talvez seja por isto que alguns forais portugueses, e também castelhanos, determinassem a obrigação de se efetuarem todas as vendas no mercado, ou seja, no lugar acostumado⁷³.

No contexto português, entre o período medieval e moderno, a palavra mercado é sinónimo de praça⁷⁴, espaço que se caracterizava por certas particularidades arquitetónicas, nomeadamente a existência de alpendres. Neste período, o significado de praça e mercado funde-se, como se pode constatar por expressões desta natureza: “Ihe quisésemos outorgar uma das nossas terrecenas pera fazerem praça para vendedeiras [...] para fazerem alpendre e hajam chão todo dali até à barreira para fazerem praça e não pera outra coisa alguma”⁷⁵. Luísa Trindade refere que esta sobreposição não se encontra noutros países, notando que, durante a Idade Média, a maioria das regiões portuguesas associa a *praça* ao *mercado* porque uma das características principais da praça era acolher as trocas comerciais⁷⁶. Em Paris, por exemplo, como constatou Donatella Calabi, o

⁷¹ SMITH, Colin (2002). “The Wholesale and Retail Markets of London, 1660-1840”, *op. cit.*, pp. 34-36.

⁷² Em Toledo, a praça principal da cidade manteve o nome de Azoguejo e, em Ávila, os dois lugares mais importantes são chamados de Mercado Grande e Mercado Chico (pequeno). O mercado tornou-se um dos principais espaços e uma das principais instituições da cidade. *Nas Relaciones de los Pueblos de España*, datadas de 1576, as localidades são enumeradas juntamente com o tipo de mercado. JESÚS FUENTE, Marí (2010). “Mercado”. In TOPALOV, Christian, LILLE, Laurent Coudroy, DEPAULE, Jean-Charles, MARIN, Brigitte (Dir.). *L’Aventure des mots de la Ville à travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris: Robert Laffont, p. 736.

⁷³ RAU, Virgínia (1982). *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, *op. cit.*, p. 46.

⁷⁴ TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na Composição de Portugal*, *op. cit.*, pp. 529 e 708.

⁷⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 8, fl. 129v. Capítulos especiais da vila de Faro, apresentadas ao rei D. Afonso V. BARROS, Amândio Jorge Morais (1986-1987). “Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na 2ª metade do século XV”. *Revista de História*, 7, pp. 159-174.

⁷⁶ TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na Composição de Portugal*, *op. cit.*, p. 708.

mercado e a praça não se correspondem. As vendas são efetuadas nas imediações, sob as arcadas permanentes que se estendem em torno do cemitério dos Inocentes⁷⁷.

Completamente abstraído da dimensão física, durante os períodos medieval e moderno, o significado de mercado expandiu-se para o sistema formal de vendas, ao ponto de estas se tornarem institucionalizadas. Aqui a palavra mercado refere-se a uma atividade comercial organizada e tributada, sujeita à regulamentação régia. O mercado, enquanto estrutura institucional, está relacionado com um reajuste do domínio efetivo da coroa sobre a circulação de bens e produtos nas distintas regiões do território português⁷⁸. No dicionário de Raphael Bluteau a palavra mercado não significa apenas espaço das trocas. Identifica, precisamente, o processo de troca: “mercado: o preço do que se compra, ou vende. Bom mercado. Barato. Mercado. Comprado. Mercado. Feira. O lugar em que se vende, & compra. Mercado. Distingue-se de Feira, em que à feira acodem mercadores de fóra, no mercado são da terra”⁷⁹.

O mercado desempenhava um importante papel na revitalização económica das localidades, particularmente as mais remotas. A instituição do mercado tencionava suprimir as necessidades primárias dos habitantes, ao mesmo tempo que criava a oportunidade de serem vendidos os excedentes produzidos⁸⁰. Não é por acaso que as principais razões evocadas nas cartas de instituição do mercado fossem “o bem comum” e a “boa provisão dos moradores”⁸¹.

Para a realização de um mercado (e também da feira, como veremos) era necessária a autorização especial por parte dos monarcas. Dentro desta definição estão incluídos vários níveis de mercado, com várias funções e características diferentes: o diário, o semanal, o anual, o de gado, etc. As cartas de mercado sobreviventes especificam

⁷⁷ CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la città, op. cit.*, p. 162.

⁷⁸ MORENO, Humberto Baquero (1982). “O mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)”. In *Estudos de História de Portugal, séculos X-XV. Homenagem a A. H de Oliveira Marques*. Lisboa: Imprensa Universitária/ Editorial Estampa, vol. I, pp. 314 e 317.

⁷⁹ BLUTEAU, Raphael (1712-1728). *Vocabulário Portuguez e Latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, op. cit.*, p. 429.

⁸⁰ “Eu El-Rey faço saber que, havendo respeito lao que por sua petição me representaram os Officiaes da Camara da Villa de Mello, para lhes conceder licença, para fazerem todos os segundos Domingos de cada mez, um mercado na dita Villa, por não haver feira alguma nella, nem os seus arredores, e com o dito mercado evitarem os detrimentos que padecem, por não terem onde comprem o pão, mais legumes, e sustento, e serem os moradores da dita villa quasi todos mercadores. Alvará, 25 de abril de 1684. D. Pedro II (1667-1706). Livro 1675-1700, p. 13. *Colecção de Legislação Portuguesa*, consultado em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/9/43/p13>.

⁸¹ Alvará 28 de novembro de 1674. D. Pedro II (1667-1706). Livro 1675-1700, p. 322. *Colecção de Legislação Portuguesa*, consultado em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/9/100/p348>.

onde e quando o mercado deve ocorrer. Realizavam-se em dias fixos e em sítios públicos estipulados pelo rei ou sugeridos pelo concelho. Geralmente não tinham qualquer proteção jurídica ou privilégios fiscais. Nestes mercados, os produtos comercializados eram maioritariamente alimentares, mas também alfaias e tecidos⁸².

Voltando ao conceito de mercado enquanto espaço físico, apesar de os espaços não apresentarem características físicas estáticas, como referiu Colin Smith, na verdade nele podemos encontrar elementos arquitetónicos comuns. Donatella Calabi verifica que na historiografia urbana a imagem do espaço mercantil, ou a estrutura física do mercado, é inerente a uma praça fechada, geralmente com alpendres num dos lados, cujo espaço central permanece desocupado para outras funcionalidades. Outra imagem que muitas vezes identifica e resume o conceito de mercado na cidade é a presença de um edifício público de grande importância, com características arquitetónicas distintas, nomeadamente fangas, açougues, alfândegas, casas de ver o peso, lojas, etc. Este parece ser o emblema, quase uma imagem mental, mas mais simplista, dos espaços de mercado da Antiguidade Clássica: da *Ágora* grega ou do *Fórum* romano, ao longo dos quais se organizavam as lojas e as barracas⁸³. É sob este ponto de vista – o mercado enquanto espaço físico e arquitetónico – que entendemos e analisamos a palavra mercado e o seu conceito.

⁸² DUARTE, Luís Miguel (2007). *A Feira da Vila: 1407-2007*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, p. 13.

⁸³ CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la città*, op. cit., pp. 161-162.

1.3 - Feira

A análise dos espaços de mercado não pode avançar sem antes mencionar a questão da feira. Basta termos em consideração a dificuldade que, por vezes, existe em diferenciar as características mais marcantes que distinguem, funcionalmente, a feira do mercado. Ao contrário do vocábulo “mercado”, o significado de “feira” é mais claro. A palavra tem origem no latim *feria*, que significa dias de descanso. Segundo Viterbo, o nome feira provém das grandes festividades aos santos⁸⁴, pelo que a maioria das feiras coincide com a celebração do santo padroeiro.

O mercado e a feira, de acordo com André Allix, surgiram das mesmas causas e das mesmas condições geográficas, mas rapidamente se dissociaram, respondendo a diferentes necessidades até, finalmente, se tornarem distintas⁸⁵. Para o período medieval, segundo Dominique Margairaz, o que animou a proliferação da feira pelos territórios deveu-se ao facto de se ajustar às necessidades daquela época, cuja economia se caracterizava pela dispersão da produção, mas também pela evolução no comportamento do consumidor e pela reorganização dos meios de distribuição das mercadorias⁸⁶.

Paul-Louis Huvelin refere que ambas as realidades se caracterizam por serem uma reunião regular de vendedores e compradores, em locais fixos, com a garantia de uma organização própria não havendo, por isso, diferenças entre o mercado e a feira, mas sim um maior ou menor grau de importância. A feira torna-se mais atrativa porque envolve um comércio com um raio de influência mais vasto, e que goza de maiores privilégios, enquanto o mercado incita apenas os mercadores locais e em intervalos de tempo mais curtos⁸⁷. Evelyn Welch constata que quanto menos feiras e mais distantes entre si maior era o negócio e o lucro⁸⁸. Veja-se, a partir do caso da feira de Trancoso, aludida no *Auto*

⁸⁴ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1799). *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usáram, e que hoje regularmente se ignoram...*, edição crítica por Mário Fiúza, Porto, Livraria Civilização, Vol. II, 1984, pp. 254-256.

⁸⁵ ALLIX, André (1922). “The Geography of Fairs: Illustrated by Old-World Examples”. *Geographical Review*, Vol. 12, No. 4 (Oct., 1922). Published by: American Geographical Society, Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/208590>, Accessed: 10-02-2017, p. 532.

⁸⁶ MARGAIRAZ, Dominique (2015). “Institutions et espaces de marché : de l’abstrait au concret”. In BAYARD, F., FRIDENSON, P., & RIGAUDIÈRE, A. (Eds.). *Genèse des marchés : Colloque des 19 et 20 mai 2008*, Paris: Institut de la Gestion Publique et du Développement Économique, p. 53.

⁸⁷ Citado por FELIX, Aubert (1898). “Essai historique sur le droit des marchés et des foires, par P. Huvelin”. In *Bibliothèque de l’école des chartes*. Tome 59, p. 624.

http://www.persee.fr/doc/bec_03736237_1898_num_59_1_447957_t1_0623_0000_2

⁸⁸ Evelyn Welch exemplifica com o caso das feiras italianas de Foligno e Farfa. Estas traziam grandes prejuízos às feiras de Lanciano; tal como a feira de Lanciano prejudicava a de Salerno. Por isso, era

de *Mofina Mendes*, em 1534, a oportunidade que ofereciam. Neste auto de Gil Vicente, a personagem Mofina pressente que a venda de azeite na feira pode ser uma oportunidade para obter bons lucros⁸⁹.

Também para Anselmo Braamcamp Freire a feira não deixa de ser um mercado, diferenciando-se apenas por aquela se realizar com menos regularidade, mas numa escala muito maior. Braamcamp Freire vinca da seguinte forma a diferença entre os dois: “o mercado era, pois, propriamente, o que nós hoje, vulgarmente, chamamos praça; ao passo que a feira, com uma importância relativa então muito maior, correspondia ao que ainda atualmente pelo mesmo nome é designada⁹⁰”.

Além do carácter cíclico e temporal da feira, que é um elemento diferenciador relativamente ao mercado, Evelyn Welch destaca que uma das particularidades da feira era a existência de produtos de luxo e dispendiosos. À feira vinham comerciantes com artigos que o mercado diário, semanal ou mesmo mensal não poderia oferecer, e também compradores, oriundos de outras regiões mais distantes, para adquirir especialidades dos comerciantes locais⁹¹. Mas a grande diferença, em termos económicos e jurídicos, é que a feira, ao contrário do mercado, podia gozar de um estatuto especial⁹².

Do ponto de vista urbano, também se podem verificar diversos efeitos sobre a estrutura física do espaço onde se realizava a feira e o mercado, como veremos no capítulo seguinte. Para além de apresentarem diferenças na sua localização, Donatella Calabi explica outra distinção que pode ser observada na organização do próprio espaço urbano onde tais atividades ocorrem que é a presença, ou não, de equipamentos permanentes. As feiras, por se realizarem em datas fixas e por um período limitado, não chegam a alterar radicalmente a edificação das áreas que as acolhem⁹³.

importante que fossem realizadas em épocas diferentes e a grande distância uma da outra. WELCH, Evelyn (2006). “The fairs of early modern Italy”. In BLONDÉ, B., STABEL, P., VAN DAMME, I., STOBART, J. (Eds.). *Retail Circuits and Practices in Medieval and Early Modern Europe*. Turnhout: Brepols, p. 36.

⁸⁹ “Vou-me à feira de Trancoso / logo nome de Jesu / e farei dinheiro grosso / do qu’este azeite render / comprarei ovos de pata / que é a cousa mais barata / qu’eu de lá posso trazer. / e estes ovos chocarão / cada ovo dará um pato / e cada pato um tostão / que passará de um milhão / e meo a vender barato”. BRILHANTE, Maria João (2005). *Mofina*. Dir. Osório Mateus. Lisboa: Quimera, [e-book]. pp. 23-24.

⁹⁰ FREIRE, Anselmo Braamcamp (1907). *Amarrado ao Pelourinho*. Lisboa: Oficina Tipográfica Calçada do Cabra, p. 57.

⁹¹ WELCH, Evelyn (2006). “The fairs of early modern Italy”, *op. cit.*, p. 37.

⁹² Existiram vários tipos de feira: franca, sem ser franca, franca forra, anual e mensal. DUARTE, Luís Miguel (2007). *A Feira da Vila: 1407-2007*, *op. cit.*, p. 15.

⁹³ CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la citta*, *op. cit.*, p. 30.

No século XVI houve uma enorme diminuição das feiras, mas um maior número de mercados. Virgínia Rau constata que tal se deveu ao facto de a feira ser uma atividade comercial intermitente, diminuindo com a fixação do comércio nas vilas e nas cidades, o que, por sua vez, conduziu ao aparecimento de lojas permanentes⁹⁴. Já no final do século XVIII, Tomás António de Villa-Nova Portugal, na sua dissertação nomeada *Memória sobre a preferência que entre nós merece o estabelecimento dos mercados ao uso das feiras de ano para o comércio intrínseco*, na qual se percebe uma influência do pensamento fisiocrata, também focava os mesmos motivos. Descreve que uma das causas que levou ao enfraquecimento das feiras, à exceção das mais importantes, foi o revigoramento dos mercados. Segundo Villa-Nova Portugal, os géneros de primeira necessidade tinham um consumo contínuo que precisavam da venda constante e, por isso, da frequência dos mercados. Além disso, a feira exigia deslocações assaz distantes e os custos do transporte que faziam encarecer os produtos. No entanto, para este autor, a decadência da feira significava uma prova de maior atividade comercial, apoiando-se na crença de que o mercado, pela sua realização ininterrupta, constituía um meio importante para impedir a escassez das mercadorias, bem como impulsionar a produção agrícola⁹⁵. No *Roteiro Terrestre* elaborado pelo Pe. João Batista de Castro, na segunda metade do século XVIII, as feiras e mercados também assumem grande importância, tendo sido detalhadamente registados. Neste manuscrito consta um mapa com anotações de cerca de 252 feiras e mercados que, até então, se realizavam anualmente em todo o Reino⁹⁶.

No artigo *As Feiras de Estremoz. Uma primeira contribuição para o estudo dos mercados regionais no Antigo Regime*, David Justino e Mafalda Soares da Cunha lançam outras perguntas relativamente à sazonalidade das feiras, questionando se a realização das feiras estará relacionada com a produção doméstica, de reduzida qualidade, mas que

⁹⁴ RAU, Virgínia (1982). *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença, p. 40.

⁹⁵ PORTUGAL, Tomás António de Villa-Nova (1790). “Memória sobre a preferência que entre nós merece o estabelecimento de mercados ao uso de feiras de ano para o comércio intrínseco”. In *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo 2. Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências, pp. 5-6.

⁹⁶ BNP., CASTRO, João Baptista de [1836], *Roteiro terrestre* [Manuscrito]: *compreendendo as jornadas e summarios de distancias da capital a huma grande parte das terras do Reyno de Portugal e Algarves : precedido do cathalogo das feiras e mercados que se fazem no Reyno e seguido de dois indices, hum das jornadas que comprehende, e outro das terras, pontes, fontes, etc., que nas mesmas se encontram : ordenado tudo em forma alfabética*, COD. 13175.

corresponde à procura e às necessidades dessas populações; e se, por conseguinte, tais feiras estarão dependentes do pequeno trato, nomeadamente dos vendilhões ou almocreves itinerantes⁹⁷.

⁹⁷ JUSTINO, David, SOARES, Mafalda (1983). “As Feiras de Estremoz. Uma primeira contribuição para o estudo dos mercados regionais no Antigo Regime”. *Revista de História Económica e Social*, 11, p. 103.

Capítulo II - O mercado na cidade: topografias e morfologias

É indispensável iniciarmos este capítulo recorrendo à historiografia europeia que se tem vindo a debruçar sobre o tema da localização dos espaços de mercado na cidade. Uma vez que em Portugal são escassos os estudos que focam (exclusivamente) o mercado na cidade, os autores que a seguir se citam são um bom ponto de partida para (re)pensar o tema a desenvolver, guiando e sustentando muitas das reflexões propostas.

A identificação dos espaços de mercado no tecido urbano da cidade – que ao longo dos séculos XVI a XVIII estavam numa contínua evolução – tem sido um campo privilegiado nos estudos de história urbana europeia. De acordo com Donatella Calabi, alguns historiadores italianos apresentaram uma classificação tipológica básica no que diz respeito à topografia dos espaços comerciais, tratando-se de uma existência intimamente relacionada com os primórdios dos núcleos urbanos, onde são recorrentes características formais comuns. Segundo esta arquiteta e historiadora italiana, que ao longo da sua investigação analisou um número significativo de espaços de mercado de várias cidades europeias, existe um conjunto de tendências nos estudos de história urbana relativamente à definição do conceito de espaço mercantil, tendo sido frequente a ideia de que a estrutura física do mercado é inerente a uma praça fechada, geralmente com pórtico, cujo centro permanece livre para as mais diversas funcionalidades⁹⁸. Para esta autora, falta estabelecer uma conexão entre essas características arquitetónicas e a configuração do espaço onde as atividades comerciais ocorrem que, no seu entender, é muito mais difícil. Essas limitações aumentam com a escassez de fontes documentais e dos raros vestígios que sobreviveram às transformações urbanas sucedidas ao longo do tempo⁹⁹.

A propósito dos arcos ou alpendres (pórticos) que caracterizam a maioria das praças, Marco Romano faz um reparo muito importante referindo que nem todas as praças com arcadas ou alpendres são praças de mercado, ao mesmo tempo que nem todas as praças do mercado serão cercadas por arcadas. No entanto, em todos os séculos existiu sempre uma conexão privilegiada entre as arcadas/alpendre com as lojas¹⁰⁰. Apesar desta ressalva, não podemos esquecer que, como nos recorda Donald Harreld, para além de espaço a atividade de compra e venda de produtos exigia estruturas próprias para

⁹⁸ CALABI, Donatella (2001). *Storia della Città: l'età moderna*. Veneza: Marsilio, p. 108.

⁹⁹ CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la città. op. cit.*, p. 48.

¹⁰⁰ ROMANO, Marco (2015). *La Piazze Europea*. Veneza: Marsilio, p. 57.

armazenar e exibir os produtos¹⁰¹.

Quando Gianluca Belli rastreia a presença dos mercadores e dos artesãos na Florença quatrocentista constata que, entre os séculos XV e XVI, algumas praças principais da cidade florentina – inclusivamente as praças das igrejas das grandes ordens conventuais - são desprovidas de atividades comerciais ou artesanais. Belli concluiu que esta ausência demonstra que as grandes igrejas conventuais nem sempre representam espaços atrativos para as funções económicas¹⁰². A este respeito é pertinente mobilizar uma questão colocada por Laurence Jean-Marie sobre o mercado e os seus espaços: “A referência ao mercado implica a existência de uma praça?”¹⁰³. A autora verifica que a resposta só pode ser encontrada analisando caso a caso. Apesar de a dúvida existir para as cidades normandas do período medieval, esta pergunta e a respetiva resposta representam a especificidade das cidades e da sua organização, contando ainda com as várias transformações que gradualmente foram acontecendo.

A presença do mercado nem sempre indica a existência de uma praça como espaço definido. Enquanto algumas praças, como refere Gianluca Belli, se tornaram mercados, outras ficaram livres dos estorvos do comércio¹⁰⁴. Dennis Romano constata as dificuldades que existem na definição do que realmente constituía um espaço de mercado, uma vez que as atividades comerciais não estavam confinadas a esses lugares, mesmo em cidades de dimensão reduzida. Mas admite que todas as cidades tinham um espaço que os habitantes reconheciam como "o mercado", cuja área passou a ser alvo de uma apertada legislação¹⁰⁵.

Relativamente à topografia e tipologia dos espaços de mercado, Manuel Guàrdia e José Luis Oyón afirmam que a dimensão das cidades são fatores fundamentais que

¹⁰¹ HARRELD, Donald J. (2003). “Trading Places: The Public and Private Spaces of Merchants in Sixteenth-Century Antwerp”. *Journal of Urban History*, 29(6), pp. 657- 669.

¹⁰² BELLI, Gianluca (2011). “Gli spazi del mercante e dell'artefice nella Firenze del Quattrocento”. In BELLUZZI, Amadeo, BELLI, Gianluca (Eds.). *Nati sotto Mercurio. Le architetture del mercante nel Rinascimento Fiorentino*. Florença: Polistampa, pp. 21 e 24.

¹⁰³ JEAN-MARIE, Laurence (2007). “La place dans les villes normandes des XIe-XIIIe siècles: un espace difficile à percevoir et définir”. In *La Place Publique Urbaine du Moyen Âge à nos Jours*. Études réunies par BAUDOUX-ROUSSEAU, Laurence, CARBONNIER, Youri, BRAGARD, Philippe. Arras: Artois Presses Université, p. 29.

¹⁰⁴ BELLI, Gianluca (2011). “Gli spazi del mercante e dell'artefice nella Firenze del Quattrocento”, *op. cit.*, pp. 21 e 24.

¹⁰⁵ Para este autor, o conhecimento do funcionamento dos mercados passa, também, pela investigação de quem tinha o direito de cobrar impostos e outros tributos, determinar quem estava envolvido na compra e venda, quem supervisionava as atividades e como e quem controlava os pesos e medidas estabelecidos. ROMANO, Dennis (2015). *Markets and Marketplaces in Medieval Italy, c. 1100 to c. 1440, op. cit.*, p. 44.

determinam o número e a localização dos espaços de mercado. Nas cidades mais pequenas a praça e as ruas adjacentes eram suficientes para abrigar as trocas; mas para conter o aumento da atividade comercial característico das grandes cidades era necessária a criação de várias áreas comerciais com vendas especializadas ou para alimentos específicos¹⁰⁶.

Para as cidades medievais do centro e norte da Itália, Francesca Bocchi repara que à medida que a população se intensifica os pontos de venda também aumentavam. Esta situação levou à separação dos géneros alimentares em pontos de venda distintos. A título de exemplo, Bocchi dá conta de que o mercado de gado (mas também o mercado semanal e a feira anual) foi removido da praça e transferido para espaços mais amplos, quase sempre fora das muralhas, muitas vezes descritos como “Campos”¹⁰⁷.

Relativamente às ruas comerciais, Jean-Pierre Leguay refere que a distribuição de artífices e comerciantes por ruas e ou áreas urbanas, particularmente no período medieval, obedeciam a uma topografia, seja pelos perigos que oferecem, como o fogo e o ruído produzidos pelos ferreiros, pelo cheiro que emanam, caso dos curtumes, ou pelas grandes necessidades de água e de espaço, de que são exemplo as olarias¹⁰⁸. Nos finais do século XV, de acordo com Donatella Calabi, a funcionalidade da rua classifica-a em termos hierárquicos, tanto pode ser um lugar importante para concentração de diversos ofícios, como lugar de reunião ou troca¹⁰⁹. Não é por acaso que, a partir do século XVI, a maioria das ruas centrais concentrava apenas a venda de artigos luxuosos. Na Cheapside street, em Londres, antes do grande incêndio de 1666, verifica-se uma concentração de retalhistas de seda em ambos os lados da rua. Nas lojas permanentes desta importante artéria vendiam-se predominantemente produtos têxteis e artigos de luxo¹¹⁰, tal como na rua Nova dos Mercadores de Lisboa, como veremos mais adiante.

¹⁰⁶ GUÀRDIA BASSOLS, Manuel, OYÓN BAÑALES, José Luis (2015). *Introduction: European markets as markets of cities*. Barcelona: Museu d'Història de Barcelona: Institut de Cultura: Ajuntament de Barcelona, p. 14.

¹⁰⁷ Francesca Bocchi refere que a definição da palavra “Campos” se deve às grandes dimensões desses espaços e porque nos primeiros dias das actividades estas áreas eram de terra ou cascalho batido. BOCCHI, Francesca (2004). “Il mercato medievale negli statuti dei secoli XIII e XIV”. In *Il mercato, le fiere, la città. I Luoghi del commercio nella storia di Carpi*. Carpi: Comune di Carpi, p. 16.

¹⁰⁸ LEGUAY, Jean-Pierre (1984). *La rue au Moyen Age*. Rennes: Éditions Ouest-France, pp. 130-131.

¹⁰⁹ CALABI, Donatella (2001). *La città del primo Rinascimento*. Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli Spa, p. 32.

¹¹⁰ HARDING, Vanessa (2006). “Shops, Markets and Retailers in Londons’s Cheapside c. 1500 - 1700”. In BLONDÉ, B., STABEL, P., VAN DAMME, I., STOBART, J. (Eds.). *Retail Circuits and Practices in Medieval and Early Modern Europe*. Turnhout: Brepols Publishers, pp. 155-156.

No que diz respeito ao funcionamento da praça renascentista, enquanto espaço de mercado, Enrico Guidoni refere que houve uma tendência para existirem apenas as atividades comerciais mais dignas no espaço central do tecido urbano. Segundo Guidoni, desde o final da Idade Média que existe uma propensão para se removerem das praças atividades poluentes ou barulhentas, bem como o mercado de gado. Este processo culminava com a imposição de uma nova ordem através da arquitetura, como sinal de modernidade¹¹¹.

Independentemente das especificidades de cada urbe, Donatella Calabi distinguiu três fases principais que costumam ser comuns no desenvolvimento dos espaços de mercado, para os períodos medieval e moderno. Inicialmente o mercado situava-se num lugar periférico relativamente ao núcleo habitacional, possivelmente em virtude da necessidade de mais espaço. Depois, essas áreas tendem a ser mais centrais devido à expansão urbana. Finalmente, os espaços de mercado primitivos continuavam, em geral, a ser ocupados nos séculos seguintes, muito embora o espaço herdado fosse sujeito a constantes e, por vezes, profundas renovações¹¹².

No caso português, a maioria das cidades da época moderna herdou os espaços onde ocorriam as trocas comerciais. Contudo, tal como nas outras cidades europeias, a velha organização dos espaços de mercado e as políticas administrativas tiveram necessidade de criar estratégias de controlo mais eficazes, motivando significativas intervenções de remodelação nestes espaços, muito embora nalguns casos consolidando-os e noutros modificando-os, ao ponto de afetar a paisagem urbana medieval. A partir do século XVI, e até ao XVIII, assiste-se a um período de mudanças de forma a permitirem a continuidade do funcionamento do mercado nesses mesmos locais. Durante esses séculos, estas zonas públicas tornam-se elementos urbanísticos úteis para circunscrever as áreas das trocas comerciais, representando, ao mesmo tempo, uma fonte de rendimento para os diversos poderes. Já as ruas apresentam-se como uma forma de definição precisa dos itinerários comerciais e da produção artesanal dentro das urbes.

Perante o que foi descrito – e indo ao encontro das dificuldades expostas por Donatella Calabi, nomeadamente a de estabelecer uma conexão entre as características arquitetónicas e a configuração do espaço mercantil, bem como a sua relação com outros

¹¹¹ GUIDONI, Enrico (2006). “Tipologia e metrologia delle piazze dal medioevo al novecento”. In *Le Piazze Italiane dal medioevo all’Ottocento. Progettazione, vedute, metrologia*. Roma: Edizioni Kappa, p. 6.

¹¹² CALABI, Donatella, (1993). *Il mercato e la città, op. cit.*, p. 23.

pontos da cidade¹¹³ – este capítulo visa abordar um conjunto de questões daqui decorrentes. Para a topologia e tipologia dos espaços de mercado pretendemos esclarecer as seguintes questões: como se definiram aqueles lugares? Como estão organizados? Com que outros espaços se relacionam? Na existência de uma relação, que limites os separam? Quais são as estruturas arquitetônicas que os caracterizam? O objetivo é saber como e porquê uma determinada praça ou rua se converte num espaço comercial.

Esta análise exige o estudo de variadas praças e ruas que apresentem evidências urbanas que dizem respeito às funções comerciais que desempenharam no passado. A análise do grupo dos espaços escolhidos pretende privilegiar os aspetos formais das infraestruturas que os delimitam como forma de apurar os limites funcionais. Para tal, apresentaremos os casos por ordem geográfica para se perceber que padrões e diferenças existiram na conceção dos espaços de mercado entre os séculos XVI e XVIII.

¹¹³ *Idem, ibidem*, p. 48.

2.1 - A praça

Na maioria das cidades portuguesas, o mercado estava localizado na praça. Em termos urbanos, a praça é um espaço público livre, mas definido, onde podem coexistir edifícios religiosos, políticos e económicos¹¹⁴. Geralmente localizadas no interior da muralha ou junto às principais portas da cidade, a estruturação da praça no espaço urbano foi, de acordo com Manuel Teixeira, sujeita a uma renovação lenta, mas contínua. Contudo, só a partir do século XVI “se modernizam e formalizam muitas praças”¹¹⁵.

No que se refere à organização funcional do espaço urbano, o mercado encontra-se a funcionar quase sempre na praça, sendo a praça o principal espaço para o mercado. Como nos recorda Luísa Trindade, no período medieval as palavras mercado e praça fundem-se, e nem sempre estão conotadas com um espaço físico, podendo significar também o ato de vender. Entre a Idade Média e a Idade Moderna a praça continua a ter um significado simultaneamente espacial ou funcional¹¹⁶. No entanto, a partir do século XVI, o uso comercial nem sempre era uma função de uso prevalente na praça. As fontes documentais deste século permitem concluir que quando se procede à abertura ou ampliação de um determinado espaço para se converter na praça pública da urbe, ele pode conter, ou não, atividades comerciais.

Vale a pena mencionar aqui o exemplo da praça nova de Elvas, na qual o projeto de ampliação não parece indicar a presença de atividades comerciais, refletindo mais uma praça com função principalmente religiosa e política. A ampliação da praça nova teve início no reinado de D. Manuel, em 1511, e prolongou-se até ao reinado de D. João III. Em 1511, o concelho de Elvas sentiu necessidade de escrever ao rei D. Manuel I a suplicar por uma praça nova “por nessa vila ha nom aver tal como conveem per a sua nobreza”¹¹⁷. A resposta do rei D. Manuel ao pedido impõe desde logo algumas características formais e funcionais que o novo espaço público deveria conter, especialmente uma praça suficientemente grande com capacidade para receber algumas festividades: “aveemdo-se de fazer a dita praca deue ser de tamta gramdura que se possa nella fazer quallquer festa

¹¹⁴ Walter Rossa, no artigo *A Cidade Portuguesa*, como já referimos, enuncia, nos alvares da Época Moderna, a existência de uma “nova centralidade” no urbanismo português. ROSSA, Walter (1995). “Cidade Portuguesa”, *op. cit.*, p. 251.

¹¹⁵ TEIXEIRA, Manuel C. (2001). “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”, *op. cit.*, p. 69.

¹¹⁶ TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na composição de Portugal*, *op. cit.*, pp. 529 e 706.

¹¹⁷ CABEÇAS, Mário Henriques Z. (2008). *Festas, Urbanismo e Arquitectura: A Praça Nova de Elvas*. Curso de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro. Lisboa: Universidade de Lisboa, p. 12.

asy de Jogo de canas como corer de touros e quallquer outra"¹¹⁸. A leitura da documentação referente à regularização do espaço medieval, transcrita por Mário Henriques Cabeças, não evidencia uma função comercial da praça nova. Aliás, antes dos preparativos da ampliação da nova praça, entre 1498¹¹⁹ e 1503, a correspondência entre o concelho e o rei fala numa remodelação das atividades comerciais concentradas em torno da igreja de São Salvador, que se expandiam pela rua dos Açougues, artéria que vai fazer ligação com a futura praça nova. As intenções e decisões enviadas pelo rei D. Manuel ao concelho de Elvas a partir de 1511 convergiram unicamente para a regularização da praça em torno da Igreja de Nossa Senhora dos Açougues, tendo em vista a sua ampliação e reorientação deste templo primitivo e tornar possível alguns festejos. As obras que tinham como objetivo limpar e ampliar o espaço em torno da igreja implicaram a aquisição de terrenos e edifícios necessários para retificar os lados da praça. Expropriadas e demolidas as antigas casas, em 1517 iniciou-se a construção da nova igreja de Santa Maria da Praça, construída sobre o primitivo templo¹²⁰.

Outra evidência que sugere uma ausência de trocas comerciais na nova praça de Elvas é o facto de em 1513 um dos seus lados permanecer vazio de casas, obrigando o rei D. Manuel a pressionar os proprietários a construir, determinando que a “praça d’elvas tenha casas E não chaons” [...] temos sabido que mujtas pesoas tem chaãos na praça desa cidade E por os nom quererem aproveitar estaua asy a djta praça fea / e queremdo a isso prover pera majs sua nobreza E provento dos mordomos per este queremos que quallquer pessoa que chaãos tenha na dita praça que logo da pobri[ca]çam deste a huum ano comprido / os faça em casas aleumentadas E sobradadas / sendo certos que se asy o nom fezerem que nos lhe daremos alguña pena”¹²¹.

Para os particulares, a praça ganhava mais relevância se ela gerasse rendimentos, provenientes do aluguer das lojas, como veremos com o caso da praça nova de Beja, igualmente construída no reinado de D. Manuel. Uma praça de mercado permitiria aproveitar economicamente aquela situação, contexto que fazia disputar aqueles lotes para a construção de edifícios, cujo piso térreo alojasse atividades económicas. Em Elvas,

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 36-37.

¹¹⁹ *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, 2002. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, pp. 391-392.

¹²⁰ CABEÇAS, Mário Henriques Z. (2008). *Festas, Urbanismo e Arquitectura, op. cit.*, p. 16.

¹²¹ *Idem, ibidem*, p. 12.

o mercado permaneceu no seu antigo lugar, na praça de São Salvador, enquanto que a nova praça foi preservada para usos religiosos e festivos (Fig. 2).



Figura 2. Elvas. Localização da praça nova relativamente ao açougue e à praça de São Salvador. BDE. Planta da Cidade de Elvas, [1700-1900]. Cota - 10651-2-23A-33.

Tal como constatou Luísa Trindade, as atividades comerciais nestes espaços tiveram um papel importante no seu desenvolvimento pelo facto de ajudar na fixação dos moradores, pelo que a mudança ou desaparecimento dos mercados nas praças conduzia ao seu despovoamento¹²². Em Roma, por exemplo, como constatou Anna Modigliani, a exploração comercial destes espaços era evidente, “raramente, o piso térreo de alguma casa, com fachada voltada para as principais ruas e praças mercantis, como *Campo dei Fiori* ou a *via Mercatoria*, estava livre de qualquer uso comercial¹²³. Como expõe Fabrizio Nevola, o fator principal que determinava se um edifício iria incluir lojas (ou seja, arcos) no piso térreo era a sua localização. Por isso, encontramos este tipo de arquitetura nas praças ou nas principais ruas da cidade, porque os proprietários ou os foreiros dessas lojas procuravam locais com visibilidade e centralidade como forma de aumentarem o volume das vendas”¹²⁴.

¹²² TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na composição de Portugal*, op. cit., pp. 724 e 725.

¹²³ MODIGLIANI, Anna (1998). *Mercati, Botteghe e Spazi di Commercio a Roma tra Medioevo ed Età Moderna*. Roma: Roma nel Rinascimento, p. 124.

¹²⁴ NEVOLA, Fabrizio (2011). “Home Shopping: Urbanism, Commerce, and Palace Design in Renaissance Italy”. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 70(2), p. 158.

Entre os séculos XVI e XVIII, a praça era o espaço mais favorável às atividades comerciais, cujas oportunidades de negócio eram bastante lucrativas, incomparáveis com outros espaços de mercado. Uma descrição expressiva, apesar de posterior, dessa evidência pode ser lida no excerto retirado do romance de Eça de Queirós, *A Relíquia*, quando narra parte da vida de um velho pedreiro que vendia pedras coloridas no Templo de Salomão, em Jerusalém.

O movimento incessante da praça atraía para aquele espaço vendedores indesejados que, em virtude da sua condição social, não podiam negociar ali, sendo constantemente expulsos. No entanto, para beneficiar daquele movimento comercial, compensava arriscar uma punição ou esperar pela benevolência dos funcionários do soberano. Por isso, insistiam expor as suas bugigangas na pior parte da praça, em lugares menos visíveis, na esperança de vender algo aos muitos peregrinos que ali circulavam:

“- Então vendias no templo? - perguntou o terso historiador dos Herodes.
- Sim - suspirou o velho, - era lá, pelas festas, que eu ganhava o pão do longo ano! Nesses dias subia ao templo, ofertava a minha prece ao Senhor, e junto à porta de Susa, diante do pórtico do rei, **estendia a minha esteira** e dispunha as minhas pedras que brilhavam ao sol.... Decerto, **eu não tinha direito de pôr ali tenda**; mas como poderia eu pagar ao templo **o aluguer de um côvado de lajedo**, para vender o trabalho das minhas mãos! Todos os que apregoam à sombra, **debaixo do pórtico, sobre tabuleiros de cedro, são mercadores ricos que podem satisfazer a licença**; alguns pagam um ciclo de ouro. Eu não podia, com crianças em casa sem pão... Por isso **ficava a um canto, fora do pórtico, no pior sítio**. Ali estava bem encolhido, bem calado; nem mesmo me queixava quando homens duros me empurravam, ou me davam com os bastões na cabeça. E ao pé de mim **havia outros, pobres como eu**: Eboim, de Jopé, que oferecia um óleo para fazer crescer os cabelos, e Oséias, de Ramá, que vendia flautas de barro... Os soldados da Torre Antónia que fazem a ronda, passavam por nós e desviavam os olhos. Até Mnahem, que estava quase sempre de guarda pela Páscoa, nos dizia: - "está bem, ficai, **contanto que não apregoeis alto**". Porque todos sabiam que éramos pobres, não podíamos pagar o côvado de laje"¹²⁵.

Este diálogo, analisado sob o ponto de vista do urbanismo, atesta a existência de políticas que organizam e regulamentam o mercado e os mercadores no espaço da praça. Grande parte desse controlo é atribuído à arquitetura ou ao mobiliário urbano: a própria praça, enquanto lugar delimitado, as tendas, os pórticos (alpendres ou arcadas) e os tabuleiros. Estes elementos geravam uma receita proveniente do aluguer do vão dos

¹²⁵ QUEIRÓS, Eça de (2000) [1887]. *A Relíquia*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, p. 83.

pórticos ou da licença para montar tendas ou tabuleiros. Em termos funcionais, o excerto queirosiano também descreve uma hierarquia funcional da praça que se denota pela posição dos mercadores mais ricos, sob os pórticos, relativamente aos mais pobres, localizados em lugares com menos visibilidade e sem qualquer estrutura física para expor os produtos, porque não podiam vender ali.

Com o pretexto de desencadear uma discussão sobre o tema da “Praça” enquanto espaço de mercado, o excerto do romance *A Relíquia* apresenta-se como um bom ponto de partida para essa análise, porque contém uma série de características formais e funcionais presentes na maioria das praças de mercado portuguesas.

Enquanto área comercial, a praça foi surgindo no espaço urbano de forma variada e sob diversas razões e contextos, em correspondência com as necessidades que cada urbe ia tendo. As praças que a seguir analisaremos têm em comum o facto de umas das funções predominantes ser a mercantil, evidenciada pelo conjunto de edifícios ali presentes. Geralmente, o que atribui a identidade comercial à praça é a existência de edifícios comerciais, bem como alpendres ou arcos nos pisos térreos das edificações circundantes (e que hoje ainda existem em algumas cidades portuguesas, muito embora de forma fragmentada). Todavia, para lermos essa funcionalidade da praça é necessário interpretar todos os elementos que a compõem para reconhecer nela quais os lugares que acolhiam atividades mercantis, quais as zonas onde eram permitidas e quais os pontos em que eram proibidas.

2.1.1 - Guimarães

No início do século XVI o paço do concelho de Guimarães foi remodelado. A reconstrução da casa concelhia teve um papel fundamental na definição, delimitação e organização do mercado local, permitindo identificar mudanças funcionais nos antigos espaços mercantis.

Desde o período medieval que os paços do concelho se situam no núcleo inicial da urbe, dentro das muralhas, ocupando o espaço que medeia o largo da Oliveira¹²⁶ e a praça de São Tiago. Em quatrocentos, a casa concelhia era provida de um alpendre onde o concelho fazia as audiências e onde se vendia o grão¹²⁷. Os paços do concelho devem ter sido reconstruídos depois de 1516, ano em que a elite concelhia se queixou ao rei D. Manuel I pela falta de uma “nova casa do concelho como cumpria à vila, porque a que tinham era a pior do reino e muito desbaratada”¹²⁸. Embora não seja possível confirmar, esta vontade pode estar relacionada com a necessidade de ampliar a praça, como atesta a forma como o edifício foi configurado, que não chega a interromper o tecido urbano, nem a separar as áreas circundantes, porque a ampla galeria no piso térreo permite a circulação entre o largo da Oliveira e a praça de São Tiago.

Para manter a câmara, criar uma nova praça no coração do mercado e por não serem capazes de ampliar o antigo mercado devido à exiguidade daquele espaço, a decisão passou por agregar tudo num só lote: o paço do concelho foi construído sobre a praça; ou foi criada uma praça coberta, sobre a qual se ergue a câmara, como uma espécie de *halle*, à maneira das *bastides* francesas¹²⁹ (Fig. 3).

¹²⁶ Assim designada pela presença de uma oliveira. Segundo José Meireles a oliveira era protegida, e havia mesmo um acórdão de 1605 em que se determinava “nenhuma pessoa colha azeitona da oliveira que está na Praça desta vila, nem lhe atire pau ou pedra”. MEIRELES, Maria José Marinho de Queiroz (2000). *O património urbano de Guimarães no contexto da idade contemporânea (séc. XIX-XX): permanências e alterações*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho, p. 113.

¹²⁷ Maria da Conceição Ferreira revela a existência de um contrato, datado de 1449, no qual fazem referência ao alpendre e à venda dos cereais. Citada por TRINDADE, Luísa, (2013). *O Urbanismo na Composição de Portugal, op. cit.*, p. 773.

Sobre a venda dos cereais, Francesca Bocchi recorda que em cidades medievais o grão, ou seja, cereais, por estar associado às necessidades básicas das urbes era um género que devia estar em local reservado e sujeito a um maior controlo. Por estar vinculado ao racionamento da urbe, o armazenamento e processo de venda foi estritamente regulamentado. BOCCHI, Francesca (2004). “Il mercato medievale negli statuti dei secoli XIII e XIV”, *op. cit.*, p. 16.

¹²⁸ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2010). *Guimarães: “Duas Vilas, um só Povo”*. *Estudo de História Urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM, p. 323.

¹²⁹ Anais Comet explica que definir *bastide* é uma questão complexa e controversa. Mas de uma forma geral, *bastide* é uma nova vila (de mercado) que foi fundada entre os séculos XIII e XIV, no sudoeste francês. Estas novas vilas seguiam um plano ortogonal, cujo espaço de mercado é o elemento mais central.



Figura 3. Villeréal, Grenade-sur-Garonne (França). Casa comum sobre o mercado (halle).

Em termos práticos, o espaço sob o paço do concelho permitiu ampliar/criar a praça do mercado na urbe, combinando as funções comerciais com um local de passagem pública. No *Tombo do Concelho*, datado 1612, consta que “debaixo da casa da camara está um cuberto en que vendee coives e ortaliga e outras coisas [...] e neste chão tem o alcaide mor alguns bancos [...] debaixo da casa da camara, para o norte, uma botica, e um banco e, ainda outro junto ao arco, para nascente”¹³⁰. Um dado intrigante é o facto de o paço do concelho não estar desenhado na planta *De Guimarães*, datada por volta de 1569¹³¹. Por este motivo, Caroline Cabral, na sua dissertação sobre *Casos de Câmara*,

COMET, Anaïs (2017). *Villages et bourgs de la Gascogne gersoise à la fin du Moyen âge (1250-1550) : transformations morphologiques et architecturales*. Histoire. Toulouse: Université Toulouse le Mirail - Toulouse II, p. 108.

No século XIII, foi permitida a edificação da casa comum (casa do concelho) nas *bastides* francesas. Uma solução original foi a construção de dois andares sobre o *halle*, como em Villeréal, Grenade-sur-Garonne e, antes disso, em Montréjeau. Em Beaumont existiu uma casa do concelho que servia também de cadeia e lojas. HIGOUNET, Charles (1982). “La place dans les bastides medievales”. In *Plazas et "Sociabilité" en Europe et Amérique latine*, p. 128.

Este modelo também pode ser encontrado na praça de Monflanquin. Sobre os pórticos ou arcadas nas *bastides* francesas, consultar FARAVEL, Sylvie (2015). “Les “couverts” ou “arcades” dans les bastides du sud-ouest de la France”. In BOCCHI, Francesca, SMURRA, Rosa (a cura di). *I portici di Bologna nel contesto europeo*. Atti del convegno internazionale di studi, Bologna, 22-23 novembre 2013. Roma: ed. Luca Sossella, pp. 211 e 224.

¹³⁰ BRAGA, Alberto Vieira (1953). *Administração seiscentista do município vimarense*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 276.

¹³¹BNB, *DE Guimarães*. [S.l.: s.n.], [ca.1570]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1133141/cart1133141_1.html.

conclui que a finalização das obras do edifício camarário de Guimarães se situa entre 1569, a data da elaboração da planta, e 1612, ano da redação do *Tombo dos Bens do Concelho*, no qual se encontram descrições arquitetónicas referentes ao edifício concelhio¹³². No entanto – e ciente de que é necessário cautela na interpretação que deve ser feita relativamente à ausência da representação do paço do concelho na planta quinhentista – a razão pela qual não se encontra desenhada na referida planta pode ser explicada pelo facto de aquela arquitetura permitir a circulação entre as duas praças, como consta numa planta do século XIX, na qual os paços do concelho estão representados por aqueles elementos que suportam o edifício¹³³. Representar na planta quinhentista o espaço ocupado pela câmara no tecido urbano implicava traçar um lote sobre um espaço de circulação, o que daria origem a outras interpretações, nomeadamente a falta de comunicação direta entre as duas praças. Além disso, na planta quinhentista já constam delineados os alpendres na esquina norte da praça, lugar onde está edificada a câmara, representados pelo pontilhado, o que pode significar a existência da casa concelhia antes de 1569 (Figs. 4 e 5).

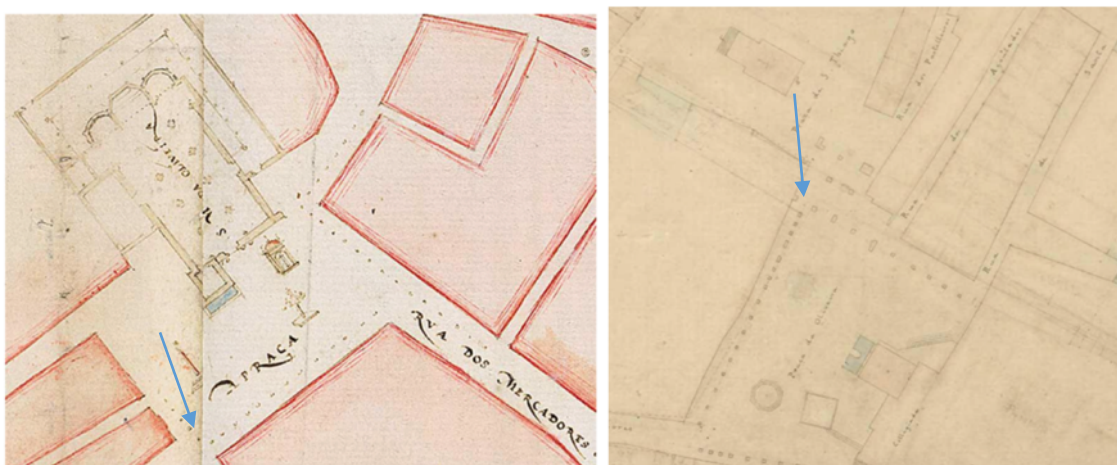


Figura 5. Guimarães. Praça de Santa Maria da Oliveira, com destaque para a representação dos alpendres na esquina norte da praça, onde se encontra edificado o paço do concelho (seta azul). BNB, [ca. 1570].

Figura 4. Guimarães. Praça de Santa Maria da Oliveira e praça de São Tiago, com destaque para os alpendres na esquina norte da praça, que permitem a comunicação entre as praças (seta azul). AMAP, 1863. Cota 8-3-3-1.

¹³² CABRAL, Caroline Almeida Aragão (2012). *Casos de Câmara. Quatro “Paços” na consolidação de um modelo*, op. cit., p. 67.

¹³³ AMAP. *Planta da cidade de Guimarães de autoria de Manoel d'Almeida Ribeiro*, 1863. Cota 8-3-3-1.

Pela falta de documentação que sustente a existência do paço do concelho na primeira metade do século XVI, é fundamental uma análise à arquitetura do edifício. Como esclarece Luísa Trindade, trata-se de uma construção com características manuelinas, nomeadamente nos arcos apontados¹³⁴.

Paralelamente à renovação do paço do concelho, a utilização do largo da Oliveira enquanto espaço multifuncional exigiu um controlo, passando por isso por uma fase de regulamentação. Este centro, para além de constituir o polo religioso e administrativo, era também o principal espaço mercantil. A presença de atividades comerciais neste local encontra-se atestada pela existência de alpendres nas fachadas norte, sul e poente do largo, que se prolongavam pela rua dos Mercadores, e funcionavam como uma ante-loja¹³⁵. O posicionamento do mercado nesta área parece ser oportunista porque se encontrava servido por quatro entradas principais, gozando da intensa circulação de pessoas e mercadorias que aquela situação permitia: a porta de São Domingos, a porta Nova, a porta da Torre Velha e a porta do Campo da Feira. De facto, estes eixos de comunicação contribuíram para a grande afluência e importância que a praça adquiriu, tal como explicou o padre Torcato de Azevedo, em 1692:

“é toda ladrilhada de pedra [...] é esta praça vistosa pela consistência do padrão da Senhora, e agradável pelo sussuro das três bicas de agoa que correm no seu tanque; pela nobre torre dos sinos da igreja Collegiada, e pela occurrencia de gente que a ella vem. É fechado pelo nascente pela igreja collegiada, e dali a poente pelas casas de seus vizinhos, todos com alpenderadas sobre columnas de pedra. De poente a norte se adorna com a casa da câmara, e audiências que estando sobre arcos de pedra dão passagem para que desta praça possam passar à outra do Peixe, aonde está situada a igreja de S. Thiago”¹³⁶.

A afluência ao largo da Oliveira, tal como nos foi descrita pelo padre Torcato de Azevedo, teve repercussões na organização dos comerciantes que tinham lojas sob os alpendres, porque começaram a invadir o espaço público com os seus tabuleiros e tendas,

¹³⁴ Quanto à periodização da câmara de Guimarães, Luísa Trindade refere que a ampla galeria de arcos apontados no piso térreo, que substituiu os antigos alpendres, deve ser do século XVI e não um edifício quatrocentista, como tem sido defendido. Para esta historiadora “a ser efetivamente de meados de Quatrocentos, nunca no contexto nacional poderia ser descrito como o pior do reino, por muito ambiciosa que fosse a vereação então em funções. O edifício de forma global, e não apenas o coroamento de ameias, é por isso obra do período manuelino, concretamente dos finais da segunda década do século XVI”. TRINDADE, Luísa (2009). *Urbanismo na Composição de Portugal*, op. cit., p. 774.

¹³⁵ AFONSO, José Ferrão, OLIVEIRA, Marta M. Peters, RAMOS, Silvia (2013). “Guimarães *ad radicem montis Latito*”. *Monumentos*, 33, pp. 10 e 12.

¹³⁶ Citado por MEIRELES, Maria José Marinho de Queiroz (2000). *O património urbano de Guimarães no contexto da idade contemporânea (séc. XIX-XX): permanências e alterações*, op. cit., pp. 114 e 115.

para se aproximarem ainda mais das pessoas que ali circulavam. Os alpendres, apesar de serem parte integrante da casa, apresentavam-se como um limite que definia o espaço mercantil e a sua funcionalidade estava regulamentada pelas autoridades locais. Em certos dias e horários tinham que permanecer abertos e vazios para que os cidadãos pudessem circular. Mas nos tempos restantes, o mercador não podia expor os seus produtos para fora dos alpendres, como foi deliberado nas vereações de 1531: “os tendeiros da praça não quererem levantar as cordas dos alpendres da praça que foi feito para serventia da Vila e se acolherem os que andam na praça e tem a dita serventia ocupada com cordas sobrestas e soltas e outras coisas de tenda que logo recolham tudo ás boticas e ás suas custas e dentro vendam e não tenham nenhuma coisa de fora da porta e fora das boticas nos alpendres”. Para garantir que aquelas ordens fossem respeitadas, o concelho tomou algumas medidas, nomeadamente o pagamento de pesadas multas para quem não cumprisse¹³⁷. As restrições impostas pelo município são uma boa indicação do que significava regular o mercado no espaço urbano.

A presença de elementos como o padrão de Nossa Senhora da Vitória (o Salado), o cruzeiro, o pelourinho, a oliveira e uma fonte, bem explícitos no referido desenho cartográfico quinhentista, apresentam-se como elementos destinados a demarcar o espaço sagrado, ao mesmo tempo que assumem uma função organizadora dos circuitos das trocas comerciais naquele espaço. Almocreves e mercadores que vinham comercializar a Guimarães não podiam andar com os seus burros “por entre o padrão e a igreja nem por baixo dos alpendres da praça sob pena de serem multados em vinte réis por cada vez”¹³⁸.

No decorrer do século XVI, em simultâneo com as obras da casa do concelho e da regulamentação funcional do largo da Oliveira, seguiu-se a remodelação do adro de São Tiago com intuito de o converter num espaço mercantil. Em 1532, a igreja de São Tiago encontrava-se bastante arruinada. O facto de não se tratar de uma igreja paroquial, de não se realizarem nela officios litúrgicos, de estar sempre encerrada e não render quaisquer rendimentos, afastava as hipóteses de remodelação¹³⁹. Em 1554 há notícias de “estarem encostadas tendas e casinhas, e se proceder a vendas profanas” na fachada posterior deste templo¹⁴⁰. No século XVII, a praça de São Tiago deixou de ser lugar cemiterial e passou a funcionar como praça do peixe. Em 1606 foi planeada “a obra que

¹³⁷ FARIA, João Lopes de (1997). “Vereações (Guimarães, 1531)”. *Revista de Guimarães*, 107, p. 18.

¹³⁸ *Idem, ibidem*, p. 39.

¹³⁹ FERREIRA, Maria da Conceição (2010). *Guimarães: “Duas Vilas, um só Povo”*, *op. cit.*, p. 311.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 311.

tornasse o dito espaço bom e largo para se vender o peixe e fazerem boticas para as peixeiras, obra muito importante e necessária para o bem desta vila por a praça que agora há de ser pequena e estar o pão e a fruta misturados com o peixe” Uma primeira indicação dessa mudança funcional surge *No Titollo do recio da praça do Peixe que foi o adro de São Tiago que agora fica pera o recio desta villa he he terra de Samtiago sagrada*, datado de 1612. Este documento, conhecido como *Tombo dos bens do concelho*, sugere algumas razões para a reformulação desta praça, nomeadamente a necessidade de conceber na urbe mais um espaço de mercado, mas destinado a receber mercadores provenientes das regiões vizinhas, “que as pessoas viessem de fora vender suas mercadorias a esta villa os posão vender no dito recio livremente he ter seus bancos em que posão vender”¹⁴¹. Tal como Braga, como veremos mais adiante, Guimarães encontrava-se afastada dos principais portos comerciais, pelo que a criação de espaços de mercado era uma forma de revitalizar economicamente a urbe. Por este motivo, as razões apresentadas pelo mestre-escola estão relacionadas com o abastecimento alimentar, permitindo a vinda dos recursos das regiões vizinhas para Guimarães, o que estimulou a criação da praça do peixe. Também se pode subentender aqui uma estratégia por parte da confraria de São Tiago de tirar proveito desse espaço económico que representava uma fonte lucrativa e vital para a sobrevivência daquela instituição religiosa. As receitas provenientes dos aforamentos das bancas (tabuleiros) de peixe revertiam para esta capela¹⁴². Por esta altura, transitaram para a praça os açougues, que possuíam uma arcada no piso inferior, junto da qual existia uma bancada para a venda do peixe. A existência de bancos e bancadas mostra uma organização espacial dos vendedores naquele rossio¹⁴³ (Fig. 6).

¹⁴¹ BRAGA, Alberto Vieira (1953). *Administração seiscentista do município vimarense*, op. cit., pp. 132 e 133.

¹⁴² “E o reverendo mestre-escola tem mais uns foros, que pertencem à capela de São Tiago, situada na Praça, que renderão, pouco mais ou menos, cada um ano, cinquenta mil réis”. ANTT, *Dicionário Geográfico de Portugal*. Oliveira do Castelo, Guimarães. Vol. 18, n.º 134, pp. 745 e 751.

¹⁴³ “junto ao pilar dos arcos dos açougues”. OLIVEIRA, António José de (2011). *Clientelas e artistas em Guimarães nos séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutoramento. Vol. 1. Porto: Universidade do Porto, p. 37.

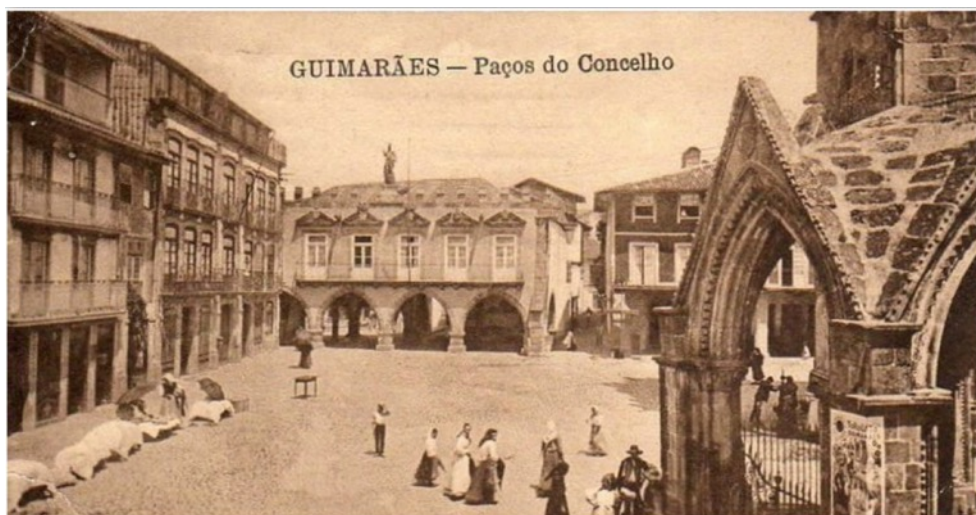


Figura 6. Guimarães. Paço do concelho. *Postais Antigos*, 1923. Coleção particular de Hugo Oliveira.

Em Portugal, a configuração arquitetónica do paço do concelho de Guimarães, juntamente com o paço do concelho de Viana do Castelo, apresenta-se como ímpar¹⁴⁴. Como veremos no Capítulo III - *As Arquiteturas do Mercado: tipologias e funções* apesar de no país existir um grande número de paços do concelho com galeria aberta no piso inferior, que serviam para albergar as atividades económicas, estes são, porém, lugares abertos, sem circulação. A especificidade da câmara de Guimarães reforça a ideia que, devido à falta de espaço na urbe e à necessidade de ampliar a praça e de renovar as casas da câmara, a solução foi criar sob a câmara uma praça (uma praça coberta) que interligasse com o largo da Oliveira e a praça de São Tiago. Em termos práticos, é como se existissem em Guimarães três praças, todas com uma vocação comercial diferente.

¹⁴⁴ Segundo Luísa Trindade, a solução para os paços do concelho de Coimbra, mais precisamente para os arcos no piso inferior, permitia criar uma barreira mais visual do que física, porque a passagem de um espaço para o outro estava assegurada pela arcaria do piso térreo. Esta solução também se aproximava à dos paços do concelho de Guimarães ou de Viana do Castelo. Em Espanha existem vários *ayntamientos* ou *casas consistoriales* com arquitetura semelhante à de Guimarães. Sobre esta tipologia, consultar TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na Composição de Portugal*, op. cit., pp. 759-781.

2.1.2 - Viseu

Na parte mais antiga da cidade, a sul da Sé, mas sem contacto com o adro, e na encruzilhada de várias artérias, definiu-se uma praça que desde o período medieval constituía o principal espaço de mercado desta cidade¹⁴⁵. Segundo a descrição do licenciado Manuel Botelho Ribeiro, quando D. Miguel da Silva se tornou bispo de Viseu, entre 1526-1547, a praça, sobretudo a fachada sul, mostrava sinais de degradação¹⁴⁶: “sou informado que na praça desta cidade de Viseu estam humas casas de meus contos pegadas com a torre da sé que se chama de menagem onde está o aljube do bispo as quais se acham mui danificadas e que estorvam muito a praça”¹⁴⁷. Nos *Dialogos Moraes, Historicos, e Politicos. Fundação da Cidade de Vizeu historia de seus Bispos*, redigidos por volta de 1630, Manuel Botelho Ribeiro refere ainda a existência de um plano de renovação da praça, idealizado por este bispo e que estava integrado no projeto de renovação dos claustros da Sé. A necessidade de criar uma ligação entre o claustro e o aljube dos bispos, bem como o desejo de mudar a principal fachada da praça, levou D. Miguel a planear “huas Varandas sobre a praça cujos Altos fossem dos Bispos e os Baixos da cidade pera as vendedeiras”¹⁴⁸. O projeto de renovação consistia na edificação de uma varanda com dupla *loggia* (arcaria ou alpendre) para substituir o muro que ali existia, de forma a unir o aljube dos bispos com o claustro; mas não está claro se estaria em comunicação com o adro da Sé ou se teria a parte posterior tapada, porque a galeria iria abrigar as vendedeiras da praça.

Decorriam as obras de renovação dos claustros quando D. Miguel da Silva, devido à falta de espaço, recorre ao rei D. João III para lhe fazer mercê da referida casa dos contos e de uma estrebaria, ambas arruinadas, que se encontravam anexadas ao muro, sem as quais não conseguia avançar com as obras da varanda: “ocupam o muro da parede da dita crasta nova ho bispo dito agora fez. Outro alvará lhe passou o dito rei de humas estrabarias que estam juntas com as mesma casas dos contos e pegadas e com o mesmo

¹⁴⁵ Praça do Concelho, depois praça Luís de Camões, atualmente praça D. Duarte.

¹⁴⁶ Sobre as intervenções deste bispo, consultar MOREIRA, Rafael (1988). “D. Miguel da Silva e as Origens da Arquitectura do renascimento em Portugal”. *Mundo da Arte*, IIª série, 1, pp. 5-23.

¹⁴⁷ BNP. RIBEIRO, Manuel Botelho (1797) [1630]. *Dialogos Moraes, Historicos, e Politicos. Fundação da Cidade de Vizeu historia de seus Bispos geraçoens das suas Familias, com a noticia de muitas cousas, que nella aronteceraõ, varias Antiguidades, e outros Sucessos curiosos*, COD. 907, fls. 430 e 434. Os Diálogos Morais de Manuel Botelho encontram-se transcritos na revista *Beira Alta* (1955). Por não ter sido possível consultar a referida revista, leu-se o manuscrito que se encontra digitalizado na BNP.

¹⁴⁸ *Idem, ibidem*, fls. 430 e 434.

muro da clastra porque eram derribadas não se podia fazer a obra da varanda nelas referidas e alsados e diz que se pagava à camara 300 reis de foro”¹⁴⁹. Esta galeria, que ocuparia toda a extensão do muro, era considerada mais pertinente ao espaço público da praça do que a medieval casa dos contos e a estrebaria, ambas em péssimo estado de conservação.

Segundo Manuel Botelho Ribeiro, a obra não foi levada a cabo. Não sabemos o motivo. Podem ser vários. Na segunda metade do século XVIII, o padre Leonardo de Sousa questiona o decoro e o peso que aquela intervenção tinha na praça: “Fezeram-se as varandas mas não os alpendres estes porque afeavam aquela obra e diminuiam a Praça, q he pequena: aquelas porque serviam para quotidiano divertimento dela e regalia do Ilmo Cabido”¹⁵⁰. Porém, o motivo pode estar relacionado com os custos relativos ao pagamento das despesas com a expropriação daqueles imóveis, nomeadamente indemnizações dos foros. Apesar de se tratar de uma iniciativa do bispo, podemos interrogar-nos sobre o poder do bispado na cidade. A não concretização da obra idealizada por D. Miguel da Silva pode revelar um enfraquecimento substancial da autoridade episcopal nas reformas urbanas, cujo enfraquecimento terá beneficiado o poder concelhio, nomeadamente nos processos construtivos e de renovação da urbe. Também é provável que o concelho tenha tido algum peso sobre a falta daquela intervenção, não se querendo desfazer dos foros que recebia daqueles imóveis.

No século XVIII, foi construída uma varanda a ligar o aljube ao claustro. Tal como observou Dalila Rodrigues, embora se tenha renunciado ao alpendre inferior, que daria para a praça, a forma não é alheia ao projeto anteriormente imaginado pelo humanista D. Miguel da Silva¹⁵¹. Contudo, devemos sublinhar as influências renascentistas explícitas nos planos deste bispo, possivelmente projetado pelo seu arquiteto privado. Paulo Pereira refere que quando D. Miguel da Silva regressou de Itália para Portugal – onde frequentou os círculos humanísticos de Roma e conheceu artistas como Rafael e

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, fls. 430-434.

¹⁵⁰ VALE, Alexandre de Lucena e (1945). *Livro dos Acordos de 1534 da Cidade de Viseu. Subsídio para o estudo da vida municipal portuguesa no século XVI*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, p. 226.

¹⁵¹ RODRIGUES, Dalila (2001). “Património Arquitectónico de Viseu - uma réplica desconhecida do claustro renascentista da Sé”. *Millenium*, 22, p. 2.

Ticiano – veio acompanhado pelo arquiteto italiano Francesco de Cremona, autor de várias obras, nomeadamente a renovação dos claustros da Sé de Viseu¹⁵² (Fig. 7).



Figura 7. Viseu. Praça D. Duarte. Postais Antigos, 1930. Coleção particular de João Cristiano Fontes.

Se a varanda, com dupla *loggia*, tivesse sido concretizada, Viseu teria um esquema arquitetónico muito semelhante à *colunata*, *varanda*, *corredor* do paço da Ribeira, em Lisboa, erguido durante o reinado de D. Manuel. Tratava-se de uma estrutura que, para além de fazer a ligação entre o paço régio e o baluarte da ribeira, acolhia, nos arcos inferiores, lojas e tendas¹⁵³ (Fig.7). Por outro lado, se os desígnios do bispo fossem concretizados alcançava-se, também, uma estrutura semelhante à *loggia* do paço episcopal de Coimbra, encomendada por D. Afonso de Castelo Branco, cuja traça é atribuída ao arquiteto italiano Filippo Terzi, concluída em 1592¹⁵⁴ (Fig. 8).

¹⁵² PEREIRA, Paulo (1997). “A conjuntura artística e as mudanças de Gosto”. In MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. No Alvorecer da Humanidade*, Vol. 3. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 387 e 388.

¹⁵³ SENOS, Nuno de Carvalho Conde (2000). *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, pp. 78 e 79.

¹⁵⁴ BONIFÁCIO, Horácio (1991); SILVA, Margarida (2007). “Paço Episcopal de Coimbra/Museu Nacional Machado de Castro”. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5683



Figura 9. Lisboa. Paço da Ribeira. Livro de Horas dito de D. Manuel, atribuído a António de Holanda, 1517-1551. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga (reproduzido a partir de TRINDADE, Luísa, 2016, p. 15).



Figura 8. Coimbra. Loggia do paço episcopal. (SIPA. Foto. 00548345)

Regressando à praça, a intenção de D. Miguel da Silva mostrava preocupação com a organização e decoro dos edifícios comerciais. Aquela varanda iria produzir um efeito de ordem nas trocas comerciais que tinham lugar naquele espaço. A falta de uma infraestrutura com vocação comercial que controlasse os vendedores teve consequências, particularmente na desordem e caos provocados pela disposição das regateiras, tal como se encontra descrita numa vereação de 1771: “que as ragateiras que costumão vender sardinhas nesta cidade não costumão ter lugar certo na Praça em que as vendessem e humas vezes ocupavão o meio da praça, outras se devediam por varias partes della ocupando assim lugares que podiam acomodar outros géneros de comercio, e acarretando pedras para se asentarem deixandoas pello meio da mesma praça causando por isso prejuízo a passagem das carroagens”¹⁵⁵. Em vão, o concelho definia a posição das peixeiras, que era “da esquina da Torre para dentro athe o Poleirinho e foi sempre costume estarem

¹⁵⁵ CASTILHO, Liliana (2012). *A Cidade de Viseu nos séculos XVII e XVIII: Arquitectura e Urbanismo*, vol. 1. Porto: Universidade do Porto, pp. 27 e 28.

semelhantes mulheres e que todas fossem notificadas para tomar este lugar e não poderem mais vender no meio da prasa ou em outra qualquer parte com pena de quinhentos reis e outo dias de cadeia”¹⁵⁶. Tal como nas praças de mercado aqui abordadas, a parte central era constantemente regulamentada para permitir outras funções. Até 1605, por exemplo, realizava-se todos os meses nesta praça uma feira. Depois, por a praça ser pequena, o lugar da feira transitou para fora das muralhas, “no Rossio de Mansorim por ser mais largo e na Praça desta cidade se nam fazer como convem por ser muito estreita pela muita gente que a ela concorre e se fazerem alguns furtos”¹⁵⁷.

Os edifícios em torno da praça eram precedidos por um alpendre ou balcão, evidenciando uma vocação comercial do piso térreo, de que são exemplo as casas que o mercador castelhano Alonso Reinoso, cristão-novo, emprazou em 1564. Essas casas, que se localizavam na frontaria da praça, na esquina da rua da Triparia, que vai para a rua Nova, eram compostas por dois sobrados, sendo o piso térreo ocupado por uma loja e uma botica¹⁵⁸. Na fachada sul da praça localizava-se o paço do concelho, edificado no reinado de D. Sebastião, por volta de 1580, ficando completamente destruído por um incêndio que deflagrou no ano de 1796¹⁵⁹ (Fig. 10). No piso inferior da casa concelhia situavam-se a cadeia e o açougue, evidenciando a existência de um alpendre ou arcaria aberto para a praça.

Na segunda metade do século XVIII, o padre António Nicolau de Figueiredo, nas *Notícias da Cidade de Viseu*, de 1758, descreve a praça como sendo um espaço composto por “mercadores de logea e balcão”¹⁶⁰. A maioria desses alpendres ou balcões que davam para a praça foram entretanto demolidos ou tapados. Mas ainda se conserva um exemplar no início da rua Grão Vasco (antiga rua da Estalagem).

Para a presente investigação, a praça de Viseu é particularmente interessante por permitir perceber a importância da arquitetura na organização dos espaços mercantis e as consequências por falta dessas estruturas comerciais. Além disso, outro ponto importante

¹⁵⁶ *Idem, ibidem*, pp. 27 e 28.

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 32.

¹⁵⁸ Segundo Maria Teresa Cordeiro, entre Quinhentos e Seiscentos, em Viseu, a comunidade de cristãos-novos ocupa os lugares mais importante da urbe, como na praça e artérias adjacentes, para além de ter a seu cargo alguns dos circuitos mercantis. CORDEIRO, Maria Teresa Gomes (2015). *Inquisição e Cristãos-Novos na cidade de Viseu (Portugal): morfologia, identidades e integração sociocultural (séculos XVI-XVII)*. Tese de Doutoramento. Salamanca: Universidade de Salamanca, pp. 7 e 77.

¹⁵⁹ Para ler mais detalhes sobre o paço do concelho quinhentista de Viseu consultar a documentação transcrita por CASTILHO, Liliana (2012). *A Cidade de Viseu nos séculos XVII e XVIII: Arquitectura e Urbanismo, op. cit.*

¹⁶⁰ ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 43, nº 515, fl. 583.

destas edificações é o embelezamento do espaço, bem patente no projeto urbano de D. Miguel da Silva para Viseu que visava introduzir modelos renascentistas no programa de renovação arquitetónica e funcional da praça.



Figura 10. Viseu. Localização do paço do concelho, do século XVI, na praça D. Duarte (Google earth, 2019).

2.1.3 - Coimbra

Em Coimbra o mercado localizava-se na praça de São Bartolomeu, atualmente designada praça do Comércio¹⁶¹. Desenvolveu-se a partir do rossio da feira, situado no arrabalde da cidade, em frente à porta de Almedina. Este espaço público, delimitado a norte pela igreja de Santiago e a sul pela igreja de São Bartolomeu, gozava de dois importantes eixos de circulação: a rua da Calçada¹⁶² e o rio Mondego. A proximidade com a infraestrutura portuária fluvial estimulou a vocação comercial deste local¹⁶³.

A transformação do rossio em praça remonta aos finais do século XIV, prolongando-se até ao século XVI. Surgiu de uma vontade que foi sendo expressa por parte do concelho e aprovada pelos vários monarcas. Em 1396, com o intuito de tornar a praça mais espaçosa e livre de quaisquer impedimentos, o concelho rogou ao rei parte de uma casa que a coroa detinha na proximidade da igreja de Santiago “porquanto seu desejo he de acrecentarem na dicta praça e a fazer mayor”¹⁶⁴. Os motivos parecem ser, primeiramente, económicos, como é demonstrado pela edificação de um açougue, em 1398, junto à igreja de São Tiago¹⁶⁵. A construção de açougues no antigo espaço da feira revela que com a formação da praça se tratou, simultaneamente, da criação de um espaço de mercado na cidade (Fig. 11).

¹⁶¹ Segundo Octávio Augusto, esta designação data de 1874. Outrora fora praça de S. Bartolomeu, em virtude da feira que ali se realizava a 24 de agosto, dia de São Bartolomeu, e também pela proximidade com a igreja de São Bartolomeu. Em 1867, ano em que foi construído o Mercado D. Pedro IV, a feira deixou de se realizar nesta praça. A partir deste momento, a praça de S. Bartolomeu passou a ser designada “Praça Velha”. AUGUSTO, Octávio Cunha Gonçalves Simões (2012). *A Praça de Coimbra e a afirmação da baixa - origens, evolução urbanística e caracterização social*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, pp. 106 -107 e 138.

¹⁶² Sobre este eixo viário, também conhecido como rua dos Francos, ler TRINDADE, Luísa (2005). “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”. *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*. IIª Série, Vol. I.

¹⁶³ SILVA, Walter Rossa Ferreira da (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 442.

¹⁶⁴ AUGUSTO, Octávio Cunha Gonçalves Simões (2012). *A Praça de Coimbra e a afirmação da baixa - origens, evolução urbanística e caracterização social*, op. cit., p. 125.

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*, pp. 127 e 128.



Figura 11. Coimbra. Localização da praça e das igrejas de São Tiago e São Bartolomeu. *Mappa Topographico da cidade de Coimbra, com a divisão das antigas freguesias. Finais do século XVIII* (reproduzido a partir de PINTO, Sandra, 2006, p. 49).

No decorrer do século XV, principalmente durante o governo e regência de D. Pedro, duque de Coimbra, este espaço foi alvo de uma renovação que evidencia um ordenamento da praça, com vista a alcançar uma estrutura bem definida¹⁶⁶. Tais intervenções sucederam a partir de 1437 e caracterizam-se pela expropriação e demolição de propriedades de cidadãos particulares edificadas naquele espaço. Em 1439, o concelho comunica a D. Pedro que “em esta cidade ha grandes obras pera ffazer assy como as cassas que antygamente foy feita pera feira e paaço do concelho as quaees comprem serem coregidos de novo”¹⁶⁷. A informação mostra uma vontade em estabelecer na praça o mercado local, que se reflete no pedido de investimento de renovação dos velhos edificios comerciais ali existentes ou, simplesmente, pela necessidade de expansão para maior capacidade de acolhimento das trocas comerciais. Também pode ser, tal como observou Vanessa Harding para o caso de Londres, no século XVI, que o concelho ao equipar os novos mercados estava a responder a uma necessidade de melhores instalações para a atividade mercantil, mas também a fazer face à crescente concorrência de lojas e de novos mercados suburbanos. Segundo esta autora, naquele século, o monopólio de provisão do mercado londrino já estava a ser transgredido. Por isso, oferecer melhores acomodações era uma estratégia para impedir novas infrações¹⁶⁸. Além destas possíveis

¹⁶⁶ SILVA, Walter Rossa Ferreira da (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, op. cit., p. 442.

¹⁶⁷ AUGUSTO, Octávio Cunha Gonçalves Simões (2012). *A Praça de Coimbra e a afirmação da baixa - origens, evolução urbanística e caracterização social*, op. cit., pp. 130 e 131.

¹⁶⁸ HARDING, Vanessa (2006). “Shops, markets and retailers in London’s Cheapside, c. 1500-1700”, op. cit., p. 168.

razões, segundo Walter Rossa “era da actividade comercial da praça que dependiam grande parte dos rendimentos municipais”¹⁶⁹. De facto, o concelho era recebedor do aluguer de alguns alpendres que acolhiam atividades comerciais e contornavam a praça, de que é exemplo o “alpendre que o dicto concelho há e tem na praça da dicta çidade”, que em 1455 estava aforado a um carnicheiro e a um barbeiro¹⁷⁰.

No início de Quinhentos, as transformações espaciais e arquitetónicas indicam que no reinado de D. Manuel a praça se afirma como um dos principais espaços de Coimbra, na qual se concentravam importantes edifícios públicos, religiosos e privados. Em 1504 está documentada a edificação do Hospital Real na praça¹⁷¹. Por volta de 1512, os paços do concelho, instalados nesta praça, sob os açougues, foram renovados, para o qual o mestre Boutaca foi chamado, por recomendação de D. Manuel¹⁷². A transferência da casa concelhia para este espaço mercantil parece ter sido uma intenção deliberada, comprovando o interesse que o concelho tinha em exercer um controlo mais próximo. Prova disso são, também, as várias funções que o edifício camarário combinava: açougue, fangas, casa de ver o peso e casa do concelho. Segundo o tombo camarário de 1532 – um documento de grande importância para a história urbana de Coimbra – a distribuição era a seguinte: “hus açougues na praça cõ hus arcos de pedrarya diamte os quaes serue de açougues de carne e pescado [...] parte do norte cõ ho adro da Jgreja de Santiago homde se pesa a farynha e do vemdual cõ casa de AVer do pesso da dita cidade e do soaõ cõ cassas prazo da çidade q traze fernão Ribº symaõ Gomez e Jorge da costa e da trauesya cõ os arcos q estam diamte elles e tê por detras hum Repartimento e q se Recolhe os pesos cõ que se pesa a farynha”¹⁷³. A referência ao alpendre, aforado a um carnicheiro e a um barbeiro, e aos arcos da câmara, que serviam de açougue de carne e de peixe, pode tipificar o mercado urbano. Assim, analisando os arcos do paço dos tabeliães – “q esta na praça armada sobre os arcos de pedrarya q esta diamte os açougues a qual casa he sobradada”¹⁷⁴ – que era pertença do concelho, podemos concluir que as arcadas, além de aumentarem o prestígio arquitetónico daquele edifício, podiam ser combinadas com as

¹⁶⁹ SILVA, Walter Rossa Ferreira da (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, op. cit., p. 573.

¹⁷⁰ AUGUSTO, Octávio Cunha Gonçalves Simões (2012). *A Praça de Coimbra e a afirmação da baixa - origens, evolução urbanística e caracterização social*, op. cit., p. 138.

¹⁷¹ *Idem, ibidem*, pp. 138 e 139.

¹⁷² SILVA, Walter Rossa Ferreira da (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, p. 574.

¹⁷³ *Idem, ibidem*, p. 576.

¹⁷⁴ *Idem, ibidem*.

funções do tabelionato, nomeadamente nos negócios que se faziam na praça.

A ligação entre o piso térreo e o piso fechado foi garantida com a construção de escadas na parte externa. Para que a casa da câmara funcionasse em pleno, em 1515 foi celebrado um contrato entre a igreja de São Tiago e a câmara para a construção de umas escadas, numa das faces laterais do edifício, necessárias para se aceder ao piso superior. Mas, para esta intervenção, era necessário demolir uma casa na praça que pagavam foro à confraria de Santiago: “esto por a escada que a dyta cydade fyzera per mandado do dito Senhor Rey com hum esteo de pedra pera a casa que vay sobre os açougues em a praça della e asy por huus degraos de pedrarya que hy junto estão sobre que esta hua casa que ora trazem enfatyosym aforada da dyta cydade a Alonso Fernandez, mercador, que rende a dyta cydade em cada hum anno myl e tamtos rs e asy per hum çerto foro que amtes dos

dytos arcos e esteo de pedrarya haly foram feytos a dyta igreja da dyta casa soya averem cada hum ano”¹⁷⁵ (Fig. 12).



Figura 12. Coimbra. Localização do açougue e paço do concelho praça, no reinado de D. Manuel (reproduzido a partir de JORGE, Filipe, 2004, p. 31).

¹⁷⁵ *Contrato fecto amtre a cidade de Coimbra e ho prior e beneficiados da Ygreja de Santiago da dicta cidade, sobre huma escada que a cidade fizera no adro da dicta ygreja e sobre outros chãos de que a dicta cidade deu a dicta ygreja duzentos rs pera sempre que o prior e benefeçeados* (27 de outubro de 1515). Transcrito por ANJINHO, Isabel de Moura (2016). *Fortificação de Coimbra: das origens à modernidade*. Vol. I. Coimbra: CEAACP. Universidade de Coimbra, pp. 224 e 225.

As atividades comerciais efetuadas ao ar livre foram sujeitas a uma regulamentação camarária que tinha por objetivo definir a disposição dos vendedores na praça, constantemente congestionada:

“as vendedeiras do pescado [...] estarão das casas de Diogo Fernandes para baixo, para os açougues. [...] As padeiras estarão desde o pelourinho para Riba ao longo da calçada [...] As horteloas e berceiras estarão desde a portaria do hospital até os degraus da capela. [...] E dos degraus por diante estarão as vendedeiras de toda a fruta pela dita maneira e ordem. E as tripeiras e enxerqueiras estarão debaixo dos arcos dos açougues, em carreira, deixando a entrada da porta desocupada”¹⁷⁶.

Além de uma praça organizada, estas posturas significam que os vendedores tinham de pagar ao concelho um imposto pelo lugar ocupado.

No final do século XVI, o hospital suplicou a Filipe I a remoção dos vendedores que se concentravam em frente ao edifício, pelos grandes inconvenientes que causavam. Em 1596, um alvará régio proibiu “os pregões a todos os que na praça faziam almoeda, nas escadas da portaria ou à porta da capela do Hospital e perturbassem o sossego”¹⁷⁷. Como veremos mais adiante, a disposição dos vendedores na praça de São Bartolomeu apresenta analogias com a organização dos vendedores na praça do Giraldo, em Évora, nomeadamente no uso de elementos arquitetónicos, como o pelourinho e as escadarias, para confinar as vendas.

Desde o século XVI que o concelho de Coimbra tentou organizar os vendedores nesta praça através de posturas municipais para impedir a ocupação dos adros das igrejas e manter livre uma boa parte da praça. No entanto, estas leis concelhias nem sempre eram respeitadas, tanto que as ações de repreensão aos vendedores ambulantes que ali instalavam as suas bancas foram frequentes até aos finais do século XVIII¹⁷⁸.

¹⁷⁶ TRINDADE, Luísa (2005). “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”, *op. cit.*, p. 153.

¹⁷⁷ BANDEIRA, Ana Maria Leitão (2015). “O Hospital Real de Coimbra: acervo documental de uma instituição assistencial (1504-1772)”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXVIII, p. 16. Segundo Ana Bandeira, atualmente pouco resta do hospital manuelino, edificado em 1504, à exceção de alguns elementos arquitetónicos que ainda se preservam no interior de uma loja.

¹⁷⁸ SILVA, Walter Rossa Ferreira da (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, *op. cit.*, p. 442.

2.1.4 - Beja

A decisão de dotar Beja com uma nova praça (a atual praça da República), destinada a acolher o mercado, surgiu do rei D. Manuel (que também incorporava o título de duque de Beja) por volta de 1500-1501. O processo de formação desta praça já foi analisado por Rogério de Almeida¹⁷⁹. Contudo, na pesquisa deste investigador não foi tida em conta documentação importante que permite outras interpretações, como é o documento relacionado com os custos da criação da praça, mais concretamente o pagamento das expropriações dos imóveis adquiridos, a maioria pertencente a D. Álvaro, parente deste rei: “a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos por nobreza da uilla de beja mandamos fazer nella huua praza e por se melhor poder fazer se derribaram hos açougues e famgas que hi estauam. e assi mesmo se derribaram algumas cassas que eram foreiras a dom aluaro meu muito amado e prezado primo”¹⁸⁰.

A zona do tecido urbano onde a praça se insere mostra uma valorização do núcleo principal da antiga cidade romana de *Pax Iulia*, a qual corresponde à parte principal do planalto onde se localiza Beja. Dentro do perímetro amuralhado, a praça encontra-se situada sobre os restos do tecido viário romano, nomeadamente o *decumanus*, e sobre um pedaço do antigo *forum*. Abel Viana esclarece que o *decumanus* coincide com o limite oriental do *forum*, situado em parte na praça da República, definido por um eixo constituído pelo largo dos Duques de Beja e pela rua dos Infantes, nos quais aquele arqueólogo refere a existência de vestígios de uma calçada romana¹⁸¹. Além desta área, o espaço a intervencionar por ordem de D. Manuel localiza-se numa zona equidistante dos largos da Conceição e de Santa Maria. Até inícios de Quinhentos, a área em torno da igreja de Santa Maria era o principal espaço público da urbe, no qual gravitavam diversas atividades de uso comum. No terreiro daquele templo realizava-se, desde D. Afonso III, o mercado. Aí também se localizavam os paços do concelho, que terão funcionado na denominada Casa da Torrinha, até ao reinado de D. João III¹⁸². Segundo o *Tombo dos bens do concelho de Beja*, escrito no ano de 1509, a casa do concelho, bastante danificada neste ano, estava equipada com alpendre, elemento arquitetónico necessário para o

¹⁷⁹ ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de (2014). *A Nuvem e Juno. Praças e cultura urbana no Sul de Portugal no início da Idade Moderna*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra, pp. 225-230.

¹⁸⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 42, fls. 89v-90. ANTT, Liv. 7 *Odiana*, fls. 63v e 64.

¹⁸¹ LOPES, Maria da Conceição (2000). *A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Ivlia*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 181.

¹⁸² *Idem, ibidem*, p. 163.

funcionamento das atividades mercantis, as quais representavam uma indispensável fonte de renda para os cofres do concelho: “as cassas do paço do comcelho os quaaes tem huñ chaaõ diamte e de lomguo delles com seu alicece velho que foy em outro tenpo alpendere e sam duas cassas terreas e sobradadas demtro e detras huñ químtall e huñ pardieiro com huña azinhaga E Na primeira cassa terrea se fazem as audiencias dos Juizes e almotacees E Na outra cassa estaa o pesso e balamcas e gayolla e outras alguñas coussas do comcelho e he ssobradada e em cima se fazem as vereações”¹⁸³. O *Livro das possessões do concelho*, escrito no ano de 1526, informa-nos que as casas em torno da igreja de Santa Maria estavam equipadas com alpendre, representando igualmente uma fonte de rendimentos para os proprietários daqueles imóveis: “ha huuns paaços nobres com seu alpendre en a dita villa que partem com adro de Santa maria [...] item huas casas que estam com os ditos paaços e tem o dito adro [...] em as quais estam os passos do concelho que sam quatro casas com hua que ora jaz deribada”. Item hum alpendre que parte com a igreja de Santa Maria e pello adro da dita igreja”¹⁸⁴.

Para a construção da praça foi necessário suprimir uma rua pública, o que implicou repensar toda a estrutura urbana dos períodos anteriores. É Vasco Freire, no *Livro das antiguidades da cidade de Beja*, datado entre 1612 e 1621, quem nos esclarece este processo construtivo: “E no meo da cidade derribou hua Rua, que mais acomodada ficava pera fazer a praça e a compôs de sorte que hoje esta a melhor de todo o Reino, com seu chafariz”¹⁸⁵. De facto, se experimentarmos traçar na planta da atual praça uma rua conseguimos compreender aquela operação, que consistiu na demolição das casas que perfaziam a fachada da suposta rua ali existente, para se obter uma praça perfeitamente retangular (Figs. 13 e 14). O *Tombo da Misericórdia de Beja* faz referência a um “açougue domde vemdem as couues” localizados no cabo da rua de Alcobaça¹⁸⁶.

¹⁸³ “E partem os dicctos pacos com sseu asentamento da parte do norte com a Rua que vay omde esta a capella dos tabaliaões pera a praça E da parte do sull com cassas foreiras ao diccto comcelho que ora pesue per titollo de prazo a misericordia E da bamda do leuamte parte com ho adro da JgreJa de samta maria da feira e da parte do ponemte com casas propias da molher que foy de Ruy gomez escudeiro e com huñ quymtall que ella mesma traz da Comfraria da diccta JgreJa de santa Maria E nom se mediram por seer tudo Juntamente das portas Adentro E o chaõ de diante . omde foy alpendere tem sseus alececes de parede”. VIEIRA, João Pedro (transcrição) (2018). “Tombo dos Bens do Concelho de Beja (1509-[1541])”. *Fragmenta Historica*, 6, p. 297.

¹⁸⁴ ANTT, *Tombo do Bens e de Raíz da Casa da Câmara e do Concelho de Beja*, 1526. Cota, Gavetas, Gav. 24, mç. 1, n.º 17, fl. 2.

¹⁸⁵ BNP, FREIRE, Vasco, (1612-1621). *Livro das Antiguidades da cidade de Beja e de outras particulares depe(n)dentes dellas*, Reservados da Biblioteca Nacional, COD. 885, fl. 75v.

¹⁸⁶ VIANA, Abel (1946). “O Tombo primitivo da Misericórdia de Beja”. *Arquivo de Beja*. Vol. III, p. 145.

Atualmente só existe um troço desta rua, que mantém a mesma toponímia. Deste modo, o que foi demolido terá sido a parte central da rua de Alcobaça na qual, segundo o referido Tombo, existiam alguns pardieiros. A rua, onde foi planeada a grande praça, coincidia substancialmente com a rua dos Infantes, consistindo, assim, numa das artérias principais da urbe, onde até então, no seu lado poente, estavam alojados os açougues, as fangas e outras atividades de produção e consumo.

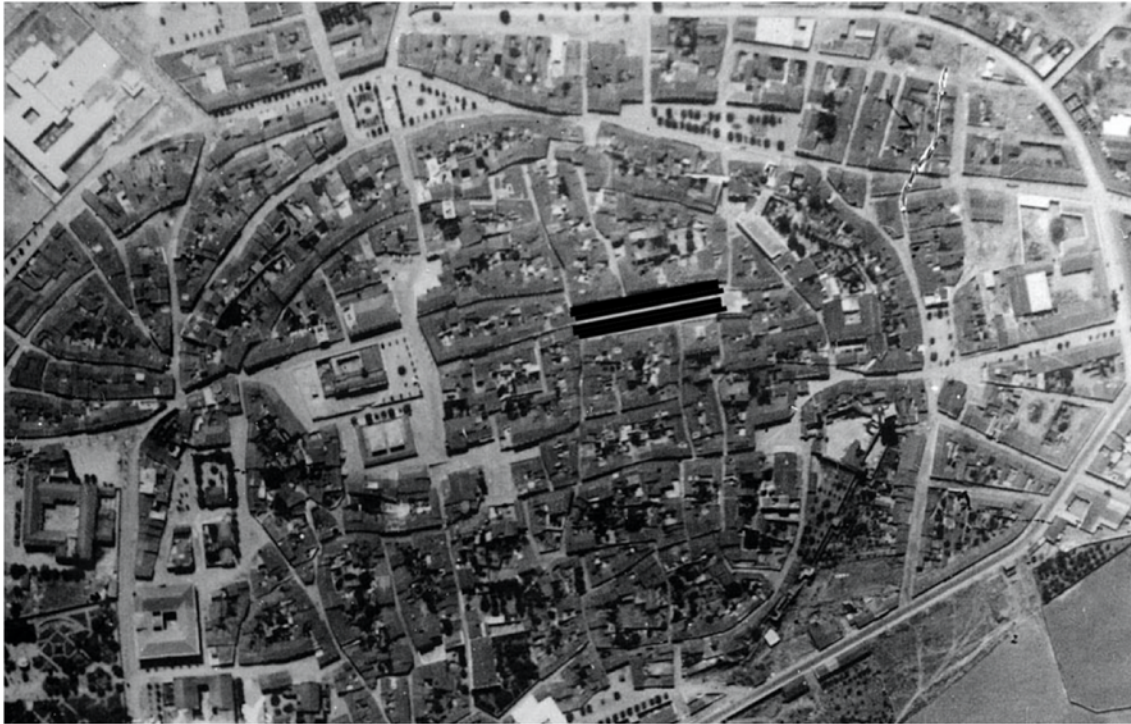


Figura 13. Beja. Simulação do traçado da rua de Alcobaça, destruída no reinado de D. Manuel para dar lugar à praça. Arquivo Fotográfico de Beja. Vista aérea de Beja, década de 30, do século XX.

No mencionado documento das expropriações é especificado o número de edifícios demolidos, a saber oito casas, juntamente com o açougue e as fangas, o que indica ser a demolição de uma das fachadas da antiga artéria:

“huuas cassas do canto que partia com as fangas as de que pagaua de foro duzentos e trinta e seis reais. huua adega que trazia fernam de gouuea de que pagaua ao dicto dom aluaro duzentos E trinta e seis rreais. a cassa de Joaham de Sampayo de que se pagaua de foro a elle jj^C E lxxi reais [duzentos e setenta e um reais]. duas cassas que trazia ho dicto joham de sampayo jumto com os açougues de que pagaua de foro duzentos e quatorze rreais a cassa que soya de trazer Rui de quinta de que lhe pagauam de foro çemto e setenta rreais. E outra casa que soya trazer gomçalo fernandez barbeiro de

que pagaua de foro duzentos e setemta rreais e outra casa que soya trazer mestre judas de que lhe pagaua de foro duzentos e oytemta rreais”¹⁸⁷.



Figura 14. Beja. Praça de Beja construída no reinado de D. Manuel. Arquivo Fotográfico de Beja. Vista aérea de Beja, década de 30, do século XX.

A nova praça preconizada pelo rei parece ter tido como objetivo a renovação e uma reorganização dos antigos edifícios comerciais, comprovada especialmente pela decisão de (re)posicionar os açougues no topo norte da praça: “E porque mandamos ja fazer hos dictos açougues no cabo da dicta praça. e hora mandamos que se façam fangas pera se vemder nellas ho trigo”¹⁸⁸. Do ponto de vista urbanístico, a posição do açougue na extremidade da praça privilegiaria, ainda mais, aquele tipo de estabelecimentos (instituições) comerciais. Embora a construção do açougue tenha acontecido durante o governo do infante D. Luís, por volta de 1550, podemos conjeturar acerca daquele posicionamento. O açougue de Beja, uma das primeiras peças de um projeto de renovação da praça, foi imaginado pelo próprio rei D. Manuel. A sua posição predominante, num dos seus topos, pode ser lida pelo seu cariz simbólico, como que a representar as verdadeiras características funcionais da praça, qualificando-a como o principal espaço de mercado da urbe. O paço do concelho, transferido para esta praça no reinado de

¹⁸⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 42, fls. 89v e 90. ANTT, *Odiana*, Livro 7, fls. 63v e 64.

¹⁸⁸ *Idem, ibidem*.

D. João III, situado numa posição lateral, quase que é ofuscado pelo edifício do açougue (Fig. 15).



Figura 15. Beja. Localização do açougue e paço do concelho na praça. (Arquivo de Beja, Vol. 1, p. 234).

As fachadas das casas envolventes seguiam um padrão arquitetónico apropriado para a vida comercial de Beja. De acordo com as gravuras do século XIX¹⁸⁹ e algumas intervenções arquitetónicas que puseram a descoberto uma casa com arcada¹⁹⁰, a fachada norte da praça era constituída por residências sobradadas, com arcadas no piso inferior, algumas delas com reaproveitamentos de materiais romanos¹⁹¹. A construção das casas em torno da praça, com lojas no piso inferior, foi suportada pelos proprietários, que iriam beneficiar daquela privilegiada situação, como foi o caso do mercador Pero Soares: “faço saber a V. Senhoria que eu fiz umas casas na praça da dita vila nas quais gastei grande parte da minha fazenda por desejar servir Vossa Senhoria sabendo como Vossa Senhoria folgara de nobrecer esta praça”¹⁹². O enobrecimento evocado no texto implicava, simultaneamente, a construção de um espaço equilibrado e harmonioso que exigia planeamento, nomeadamente no que diz respeito à volumetria dos edifícios fronteiros à

¹⁸⁹ AAVV. (1981). *Beja. Centro Histórico – Plano de Salvaguarda e recuperação*. Beja: Edição da FADEPA.

¹⁹⁰ FERREIRA, Raúl Hestenes (1976). “Recuperação dum troço da arcada da Praça da República em Beja”. *Arquivo de Beja*. (2ª série), 1, pp. 115 e 116.

¹⁹¹ LOPES, Maria da Conceição (2000) *A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da "civitas"*, *op. cit.*, p. 163.

¹⁹² ANTT, *Requerimento de Pêro Soares para ser isento de foro ao concelho de umas tendas defronte de umas casas que fizera na praça de Beja*. Fragmentos, cx. 6, mç. 2, n.º 38.

praça. A frente dos edifícios desta praça obedeceu a uma planificação imposta pelo monarca, nomeadamente no que dizia respeito à altura. De forma a garantir um alinhamento, as casas deveriam seguir o mesmo modelo das casas precedentes: “E os sobrados que asy fizere / serem tam altos ao menos como os das casas de Johão Lopes”¹⁹³. Para além da aparência, a função também foi estritamente regulamentada. De todos os edifícios de frente para a praça, D. Manuel apenas autorizava o aforamento das casas com dois pisos: “Aquelas pessoas / que cassas terreas sem serem sobradadas tiverem na praça desta nossa vila / de Beja as nom possam alugar nem / aforar a nenhwas outras pessoas. E queremos que as logeas somete / das cassas alevantadas com sobrados se possam alugar e aforar como aos donos aprouer”¹⁹⁴.

A arcaria voltada para um ambiente economicamente dinâmico e vantajoso tinha de ser, obviamente, controlada. Este tipo de arquitetura, relacionado com as atividades comerciais, permitia um enriquecimento recíproco entre os envolvidos naqueles negócios, que ia desde a posse dos edifícios ao aluguer das lojas e tendas. Se, a título de exemplo, o mercador Pero Soares pagava um imposto anual ao concelho, por outro lado obtinha uma renda proveniente do aluguer das tendas que aforava a outros comerciantes (Figs. 16 e 17).

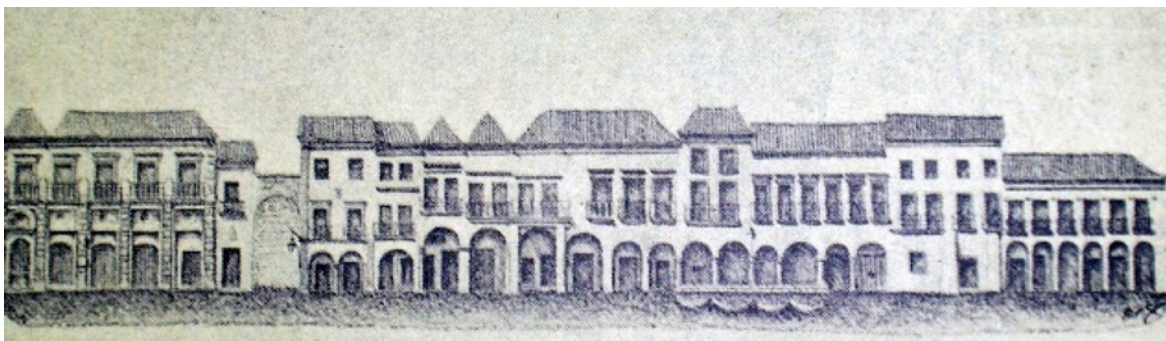


Figura 16. Beja. Praça de Beja, lado setentrional. (Arquivo de Beja, Vol. 1, p. 18).

¹⁹³ MARTINS, José Luís Mamede, MARTINS, Natércia M. Ramos Pereira (1988). “Livro 1º do Registo da Câmara. Beja 1506/32”. *Arquivo de Beja*, (2ª série), 1, p. 220.

¹⁹⁴ *Idem, ibidem*.



Figura 17. Beja. Aspeto atual do lado setentrional da praça de Beja (Daniela Pereira, 2015).

Aqueles aspetos são particularmente evidentes nos direitos especiais concedidos aos moradores que construíram casas na praça, mais concretamente a permissão de poder montar tendas em frente às suas residências, como são o caso do mencionado mercador Pero Soares¹⁹⁵ e de Álvaro Fernandes: “havendo respeito à grande despeza que tinha feito me fez mercê das tendas que coubessem defronte das minhas casas não declarando quanto havia de pagar desto ao concelho de cada uma tenda [...] e sejam assi como as de Alvaro Fernandes com ambos os rostos que a todo o mais podem ser nove ou dez tendas”¹⁹⁶. A partir deste trecho conseguimos perceber que parte da área livre da praça era ocupada por tendas, também elas sujeitas a restrições espaciais e temporais: “huua andaina de tendas de frente das suas cassas da praça as que couberem da bica do chafariz atee o outro

¹⁹⁵ Num outro documento manuelino, o mercador Pero Soares emerge como proprietário de várias tendas possuindo, inclusivamente, a exclusividade das tendas na praça enquanto decorria a feira. Porém, aquele privilégio implicava que o mercador construísse uma fileira de tendas de madeira às suas custas. As tendas tinham duas faces: uma voltada para os arcos da casa dele e outra voltada para a praça; as tendas voltadas para a praça pertenciam ao concelho que, naquele período, as alugava aos mercadores interessados: “foy dicto que eles aforauam como de fato aforaram a pero soarez mercador morador em esta villa huua andaina de tendas de frente das suas cassas da praça as que couberem da bica do chafariz atee o outro camto das suas casas omde partem com cassas dos herdeiros de luis barradas com tal condiçam que elle dicto pero soarez e seus herdeiros pageum de foro em cada huu anno aho dicto concelho por cada huua tenda sessenta e cinco reis brancos. A qual andaina de tendas se entendera de huu rosto somente da banda de suas casas por quanto as outras que fazem outro rostro paera tras sam do comç e as quaes tendas elle pero soares fara de sua madeira a sua própria custa”. ANTT, *Odiana*, Livro 7, fl. 62v.

¹⁹⁶ ANTT, *Requerimento de Pêro Soares para ser isento de foro ao concelho de umas tendas defronte de umas casas que fizera na praça de Beja*. Fragmentos, cx. 6, mç. 2, n.º 38.

camto das suas casas¹⁹⁷. A estratégia do monarca permitia que o proprietário e o concelho, este responsável pela fiscalização e licença das tendas, recebessem uma renda anual cobrada por cada tenda montada. Simultaneamente também se depreende a criação de um ambiente adequado e organizado para as trocas comerciais¹⁹⁸.

Em Beja o empreendimento levado a cabo pelo rei D. Manuel I, entre as quais a praça, grandes obras na fortificação e arranjos no núcleo urbano que albergava o ducado, precederam à promoção da vila à categoria de cidade, título atribuído no ano de 1521¹⁹⁹. A construção de novos equipamentos urbanos permitiu preparar Beja para uma realidade urbana muito maior, em conciliação com o título de cidade.

A partir de meados do século XVI, depois que a cidade de Beja foi doada, em 1534, ao infante D. Luís, pelo seu irmão, o rei D. João III, novos elementos foram introduzidos nesta praça, marcando outra fase construtiva e de renovação. Por volta de 1550 ficou concluída a obra do açougue, destinado à venda de hortaliça. Acabada a obra, o infante D. Luís reconheceu naquele edifício valores estéticos que não se coadunavam com a função que iria desempenhar. A composição da fachada, rica e monumental, organizada por uma sequência de três arcos, com silhares almofadados, contribuiu para a mudança de funções²⁰⁰. Por esse motivo o açougue foi destinado à misericórdia: “Eu mandei fazer a obra dos açougues dessa Cidade como vistes a qual para ele que quis nosso Senhor que sahia ella tão lustrosa que foce mal empregadas em officio baixo, mas que se dedicasse ao serviço seus e se celebrasse minhas conficoens Divinas nella como he minha tenção que se faça [...] que se mude ali de caza da confraria da Mizericórdia dessa cidade que será para esse lugar muito próprio para ellas”²⁰¹. A atribuição da função religiosa ao edifício do açougue representa uma interpretação do que aquela arquitetura erudita significava, raramente associada a um uso menos nobre. Além do mais, a localização no meio da praça terá tido um peso determinante nessa decisão.

¹⁹⁷ ANTT, *Odiana*, Livro 7, fl. 62v.

¹⁹⁸ Em 1586 há notícias de existir nesta praça uma “antequissima d'huma caza na Caza do peixe que esta na praca desta cidade onde sempre repartirao o pescado”. VIANA, Abel (1955). “O Livro X do Registo das Provisões da Câmara Municipal de Beja, 1560-1791”. *Arquivo de Beja*, Volume XII, p. 103.

¹⁹⁹ AZEVEDO, Pedro (1917). “As cartas de criação de Cidade concedidas a povoações portuguesas”, *op. cit.*, pp. 12 e 15.

²⁰⁰ A monumentalidade do açougue, bem como as qualidades construtivas, levou Rafael Moreira a atribuir a traça ao arquiteto Diogo de Torralva, tendo sido construído entre 1548-1550. Acrescenta que o arquiteto que projetou o açougue devia estar familiarizado com os tratados renascentistas. MOREIRA, Rafael (1995). “Arquitectura: Renascimento e classicismo”. In PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da Arte Portuguesa. Do “modo” gótico ao maneirismo*. Vol. II. Lisboa: Temas e Debates, pp. 352, 362 e 363.

²⁰¹ BPE, Man. Cod. 40 - 1, *Carta do Infante D. Luís*, fls. 5 e 6v.

Com a conversão do açougue a templo religioso, a praça passou a agregar uma funcionalidade que não tinha. E o lugar para a venda das hortaliças na praça teve que ser repensado: “e porque a dita caza havia de servir se pode remediar em outro lugar conveniente com poucas despezas [...] que juntos em camara o pratiqueis e me envie a carta disto o vosso parecer e agardecervohei ser conforme”²⁰². O concelho tentou contornar aquela determinação abrigando o açougue da hortaliça no piso térreo dos paços do concelho que, entretanto, tinham sido edificadas na praça, à ilharga do referido açougue. De facto, o que permite aquela função é a tipologia arquitetónica – fachada com alpendres ou arcaria no piso inferior – tal como nos esclarece a decisão concelhia: “e a Camara fizeram então as Cazas da Camara da praça para juiz vereadores assistissem no tempo da feira de Agosto [...] e por serem de abobeda nos baixos fizeram os asougues de ortaliça donde se vende que fica lugar muito acomodado”²⁰³. Na sequência desta adaptação, transitou para os baixos da casa do concelho o açougue da carne por vontade do “Procurador do marques de ferreira por ter os asougues da carne desta cidade e os direitos delles aver assim, e anexar também estes asougues”²⁰⁴.

Com esta adaptação, o paço do concelho de Beja passou a deter uma dupla funcionalidade, a comercial e a administrativa. Este tipo de articulação nos edifícios públicos, de acordo com Stefano Zaggia, complementavam e multiplicavam o espaço comercial disponível. Para este autor, as suas formas também refletiam claramente a composição social da época, intimamente ligada ao mercado²⁰⁵.

Apesar da similaridade dos resultados, os casos de praças do mercado que foram analisados não dão conta das inúmeras situações, circunstâncias e dos poderes envolvidos nas intervenções de renovação e embelezamento. Na verdade, cada caso constitui uma realidade diferente.

²⁰² *Idem, ibidem.*

²⁰³ *Idem, ibidem.*

²⁰⁴ *Idem, ibidem.*

²⁰⁵ ZAGGIA, Stefano (2008). *Palazzi pubblici e spazi urbani mercantili: permanenze e trasformazioni in età moderna*. Roma: Bulzoni Editore, p. 62.

2.2 - O adro

Na análise das praças de mercado debatidas no ponto anterior vimos que a maioria emergiu a partir da consagração de um templo religioso que assumiu um papel preponderante na definição daqueles espaços²⁰⁶. Em torno das igrejas desenvolvia-se o adro, antigo espaço cemiterial, onde o concelho foi por diversas vezes constrangido a interditar os vendedores. Por ser parte integrante da praça, o adro pode ser assimilado como praça. Dadas estas circunstâncias, justifica-se abordar aqui alguns aspetos relacionados com o adro, nomeadamente explicar as medidas que foram tomadas para permitir a coexistência das múltiplas funcionalidades da praça, sem comprometerem a sacralidade daquele espaço.

No início da Idade Média os adros formavam o núcleo principal da urbe e, em muitas ocasiões, eram utilizados para diversas funções: religiosa, económica e política²⁰⁷. A partir dos séculos XIV e XV, o carácter sagrado do adro tornou-se uma questão importante para a Igreja. Na resposta régia aos capítulos do clero às cortes de Elvas, de 1361, foram reveladas práticas que iam contra as regras da Igreja, particularmente a realização de audiências “em as Igrejas e em hos adros dellas maiormente em ffectos criminaes e ho que he pior e ffazem nos domjnguos e em dias de ffestas, o que era Contra djreiro”²⁰⁸. Em Leiria, desde inícios de Quatrocentos, era costume fazer-se feira sob os alpendres junto ao adro da igreja de São Martinho. Em 1453, esta situação foi denunciada pelo padre que ali fizera uma visitação, chegando a excomungar os leirienses nesse mesmo ano²⁰⁹.

De acordo com os critérios de renovação urbana das praças nos finais do século XV, a edificação de novas estruturas comerciais indica que o mercado começou a afastar-se do espaço sagrado. Como explica Luísa Trindade, quando se dá a consolidação definitiva dos serviços administrativos em espaços e edifícios apropriados, a casa da câmara passou a congregar as fangas, o açougue, as casas de ver o peso, os paços dos

²⁰⁶Marco Romano refere que com o passar do tempo a Igreja acabou por partilhar o seu espaço com o espaço do mercado, ambos na mesma praça. Porém, a necessária separação entre as funções políticas e religiosas pode alterar a posição da fachada que será, deliberadamente, transferida da praça principal, como no caso de Perugia. ROMANO, Marco (2015). *La Piazze Europea*, op. cit., p. 71.

²⁰⁷ ANDRADE, Amélia Aguiar (2001). *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 53.

²⁰⁸CAETANO, Carlos Manuel Ferreira, (2011). *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*. Vol. 1, op. cit., p. 90.

²⁰⁹ GOMES, António Saúl (1990). “A praça de São Martinho de Leiria do século XII à reforma de 1546”. *Mundo da Arte. Revista de Arte, Arqueologia e Etnografia*, IIª série, p. 59.

tabeliães, etc²¹⁰.

Relativamente à sua morfologia, no âmbito da renovação ou criação das praças, o adro torna-se um lugar mais perceptível e menos abstrato²¹¹. No Funchal, D. Manuel, então duque de Beja, doou um chão para nele se construir uma igreja, a praça, o adro e a casa para o concelho²¹². Nesta ordenação, feita em 1485, reconhece-se uma clara distinção urbanística que é feita entre a praça e o adro, ao mesmo tempo que apresenta as diferentes funcionalidades da praça, evidenciando a coexistência de distintas funções. Em Vila do Conde, quando se iniciou a abertura de uma nova praça, D. Manuel chegou mesmo a estabelecer as dimensões para o adro: “ao redor da igreja e da Capella ficarão despejadas 6 braças para adro”²¹³. A proporção imposta pelo monarca é uma atitude que expressa bem a demarcação do espaço sagrado, sendo aquelas dimensões (seis braças) uma representação concreta do adro e parte essencial na composição da igreja que, apesar de próximo, encontra-se assim diferenciado da praça, como se encontra ilustrado numa planta quinhentista²¹⁴ (Fig. 18). Em Évora, para que a igreja de Santo Antão, localizada no topo noroeste da praça do Giraldo, usufruísse de um adro, o cardeal infante D. Henrique ordenou, em 1571, que o arquiteto Afonso Álvares e o vedor das obras do aqueduto apresentassem a melhor forma de construir um chafariz no espaço em frente à igreja, que estava ocupado com vestígios do antigo aqueduto romano que fornecia água

²¹⁰ TRINDADE, Luísa, (2009). *O Urbanismo na composição de Portugal*, op. cit., pp. 720 e 721.

²¹¹ Sara Hamilton e Andrew Spicer levantaram questões importantes no que diz respeito à forma como é definido e construído o espaço sagrado. Outro conjunto de questões foi colocado por estes historiadores: “o espaço sagrado é construído ou natural? Até que ponto o espaço sagrado é restrito a certos edifícios e locais? O espaço sagrado é definido pela oposição ao que não é sagrado? Até que ponto o espaço sagrado é definido pela devoção pública ou pessoal? Para estes autores, os espaços sagrados não eram apenas definidos pelo próprio templo religioso e seu espaço envolvente, mas também por distinções mais sensoriais, como o caso do toque dos sinos; embora se destinassem a regular o tempo das orações, podiam-se tornar intrusivos pela forma como ecoavam pela paisagem, demarcando, desse modo, o domínio da Igreja sobre um determinado território. HAMILTON Sarah, SPICER, Andrew (2005). “Defining the Holy: the Delineation of Sacred Space”. In *Defining the Holy. Sacred Space in Medieval and Early Modern Europe*. Burlington: Ashgate Publishing Company, pp. 2-7.

²¹² COSTA, José Pereira da (1994). Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico (sem n.º de páginas).

²¹³ Citado por TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na composição de Portugal*, op. cit., p. 717.

²¹⁴ BNB., *De Vila do Conde*, [S.l.: s.n.], [ca.1570]. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1090201/cart1090201.jpg

Os paços do concelho de Vila do Conde foram edificadas no reinado de D. João III, a partir de 1538. No piso térreo, o paço teria três arcos “de pedraria muito bem llavrados e em çima d[e]lles sua allvenaria de pedra e cal”. *Apud* SOUSA, Eliana Susana Miranda de (2013). *Vila do Conde no início da Época Moderna Construção de uma nova centralidade*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto, p. 82.



à praça²¹⁵. Além disso, também sugeriu que com a desconstrução do velho arco romano, se reservasse espaço para um “terreiro diante da porta principal da Igreja de Sto. Antam”²¹⁶. Este pedido também transmite uma ideia clara de adro (terreiro em frente à igreja) e de como o chafariz pode estar envolvido na delimitação entre o espaço sagrado e o espaço civil.

Figura 18. Vila do Conde. Na planta, a legenda Praça encontra-se em frente ao paço do concelho e respetivo pelourinho. O adro da igreja de São João encontra-se bem delimitado e separado da referida praça. BNB, [ca. 1570].

Como denotou Donatella Calabi para a maioria das cidades europeias, a própria arquitetura que contornava a praça – elementos como o pelourinho, o chafariz, as escadarias e os gradeamentos – podia servir como ponto intermediário entre os diferentes usos da praça²¹⁷. De facto, em 1571, Francisco d’Holanda fazia uma “Lembrança da Grade q deve ter a Nova Igreja de S. Sebastiam”, contida no tratado *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, oferecido ao rei D. Sebastião. O desenho do perímetro do adro em torno da igreja, que seria protegido por um gradeamento de ferro ou com balaustres de mármore, enfatiza o carácter sagrado do adro: “a lembrança de huma grade ou Rejxa, que muyto jmporta ter A Igreja ao Redor assi por sua Mayor magestade e ornamento; como para se defender dos muytos casos a que esta aquela Santa Casa disposta a sofrer e a

²¹⁵ No livro sobre as obras do aqueduto de Évora, Francisco Bilou explica que os arcos referidos na carta do cardeal infante D. Henrique pertenciam ao aqueduto não se tratando, por isso, de vestígios de um arco de triunfo romano, ideia propalada no século XVIII, nomeadamente pelo pároco da freguesia de Santo Antão, nas Memórias Paroquiais, de 1758. BILOU, Francisco (2010). *A refundação do Aqueduto da Água da Prata em Évora, 1533-1537*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 92 e 93.

²¹⁶ BPE, Manuscritos de Manizola, cod. 73-11 - *Promemória da fundação da Igreja de Sto. Antam de Évora*, fl. 62 e 62vº.

²¹⁷ CALABI, Donatella (2006). “Renewal of the shop system: Italy in the early modern period”. In BLONDÉ, B., STABEL, P., VAN DAMME, I., STOBART, J. (Eds.). *Retail Circuits and Practices in Medieval and Early Modern Europe*. Turnhout: Brepols, p. 55.

padecer do povo, somente por estar no lugar em que foi sitiada [...] Com esta Grade de metal ou de Marmore que aqui lembro”²¹⁸. No seu *Tratado*, Francisco de Holanda preocupava-se com a necessidade de preservar a santidade dos lugares, particularmente em igrejas que foram consagradas em locais remotos (Fig. 19).

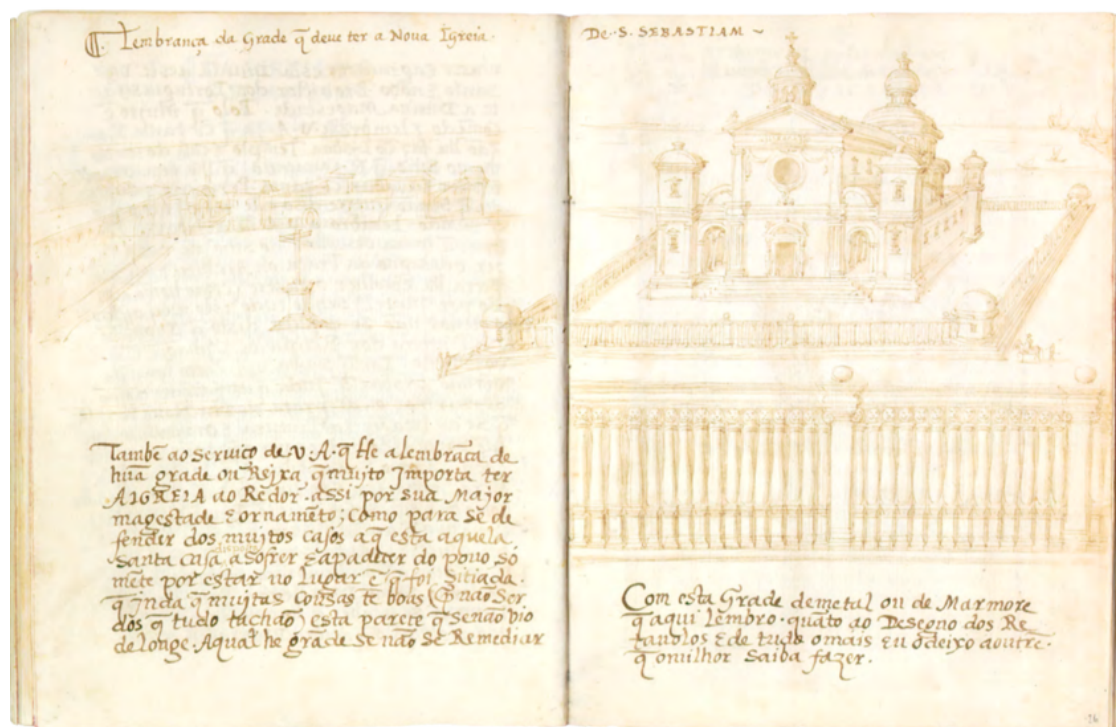


Figura 19. Lembrança da Grade q deve ter a Nova Igreja de S. Sebastião. Da fábrica que falece à cidade de Lisboa, 1571 (reproduzido a partir de SOUZA, Maria, 2011, p. 76).

Esta questão também preocupou os monges do mosteiro de Belém (Jerónimos) que, por volta de 1625, apresentaram a necessidade de manter uma divisão mais estrita entre o caminho circundante e o complexo monástico. Dois desenhos do arquiteto filipino, Teodósio de Frias, ilustravam as instruções sobre a forma de como deveria ser o adro, desviando a circulação de pessoas e animais para a estrada real que, naquele tempo, já existia de forma a desviar dali os movimentos agitados das pessoas e dos animais que se faziam ao longo do dormitório e “que muitas vezes chegavam a entrar cavalgaduras carregadas dentro na mesma egreiyá”. Para o adro, Teodósio de Frias desenhava um

²¹⁸ Francisco de Holanda, (1571). *Da fabrica que falece a Cidade de Lisboa*, BA, Ms. BA-52-XII-24, fls. 26v-27. Transcrito por SOUZA, Maria Luiza Zanatta de (2011). *Um novo olhar sobre “Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa”*. Francisco de Holanda, 1571. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, p. 76.

pavimento em “calsada”, reticulado por faixas lageadas”²¹⁹. Normalmente, a existência de uma escadaria, patamar, lajeamento ou lancil diferenciado, gradeamento, pilares ou outros elementos sublinha a fronteira entre o espaço da praça e o adro de uma igreja.

Mas em algumas cidades os adros das igrejas foram conscientemente convertidos em espaços comerciais. É o caso da praça Grande de Zafra, em Badajoz. Na primeira metade do século XV, antes de ser praça, este espaço era ocupado por uma igreja e respetivo cemitério. A partir de 1450, para expandir as transações comerciais que se realizavam na praça Chica (praça mais antiga e contígua ao cemitério) foram construídas arcadas nas margens do referido cemitério (Fig. 20). Porém, como se tratava de um espaço sagrado, tal construção precisou da autorização do bispo de Badajoz, que deixou fazer aquela conversão mas com medidas estipuladas, tendo em conta o costume antigo²²⁰.



Figura 20. Zafra (Badajoz, Espanha). Passagem entre a plaza Chica e plaza Grande (chama-se atenção para a medida padrão gravada na coluna dos arcos da praça pequena).

²¹⁹ SOROMENHO, Miguel, (2018). “Os Filipes em Belém: dois desenhos de Teodósio de Frias (I) para o Mosteiro dos Jerónimos”. *Cadernos do Arquivo Municipal. A escrita e os atos: estudos de paleografia e diplomática municipais (séculos XIII-XVIII)*. IIª série, N.º 10. pp. 238-241.

²²⁰ Sobre os arcos da praça Grande de Zafra ler RUBIO MASA, Juan Carlos (2007). “Mercados, ferias y urbanismo. Génesis y desarrollo de las plazas intramuros de Zafra”. In *Ferias y Mercados en España y América. A propósito de la 550 Feria de San Miguel de Zafra*. Zafra: Centro de Estudios del Estado de Feria, pp. 724-725.

Recorde-se, igualmente, o caso do adro da igreja de São Tiago, em Guimarães. Em 1612 o adro desta igreja assumiu outro papel completamente diferente, passando a funcionar como praça onde era feita a venda do peixe, para onde também foi transferido o açougue²²¹.

No século XVI, de acordo com Marco Romano, o Concílio de Trento pressionou os bispos a banir das igrejas todo o comportamento mundano²²², evidenciando-se uma atenção especial ao uso do adro, que foi alvo de regulamentação. A legislação eclesiástica estabeleceu um conjunto de proibições consideradas heréticas, para manter a sacralidade deste espaço. Jean-Baptiste Thiers na sua *Dissertation sur les porches des églises*, editada em 1678, denuncia os cónegos de Chartres que permitiam a venda de objetos de culto sob os pórticos da catedral, pelos muitos lucros que provinham daquele negócio. Para Jean-Baptiste, alpendres, escadas e adros são parte integrante dos locais de culto e, por isso, nenhuma atividade profana pode ocorrer naqueles espaços, nem qualquer forma de comércio, estando proibido dentro e em torno das igrejas²²³.

No capítulo dedicado à imunidade das igrejas, contido nas *Constituições do Bispado Deuora, de 1534*, estão listadas todas as proibições, que visavam criar uma moralidade em torno do templo, impedindo a aproximação de vendedores ou atividades associadas ao comércio, jogos e outras festividades que não fossem religiosas: “Que nam façam audiências seculares nas igrejas, nem corram touros nos adros dellas; nem façam contratos de vendas, compras, trocas, aforamentos, nem as escrituras deles, nem feiras, nem mercados, nem cameras, consistórios ou conselhos. Outro si defendemos geralmente que nos ditos adros & cimeiros se nam corram, nem agarrochem Touros, por evitar muitos enconuenientes que se dele seguem & podem seguir [...] Que nam comam nem bebam jogos nem representações, nem outras muitas cousas em Igrejas ou adros dellas [...] Que nam ponham cousa alguma profana nas Ygrejas, hermidas nem adros”²²⁴. No entanto, a partir do século XVIII alguns adros deixam de refletir a proteção exigida pelas

²²¹ BRAGA, Alberto Vieira (1953). *Administração seiscentista do município vimarense*, op. cit., pp. 132 e 133.

²²² ROMANO, Marco (2015). *La Piazze Europea*, op. cit., p. 76.

²²³ Sobre esta dissertação e sobre a incompatibilidade entre a atividade mercantil e o espaço sagrado dos alpendres dos templos religiosos, ler BALZAMO, Nicolas (2018). “Une controverse sans débat: Jean-Baptiste Thiers, les chanoines de Chartres et la question du commerce sous les porches des églises (1677-1680)”. *Archives de sciences sociales des religions*, 183, pp. 51-71.

²²⁴ BNP, *Constituições do Bispado Deuora, 1534*. O mesmo vem referido nas *Constituições do arcebispado Deuora nouamente feitas por mandado do illustrissimo & reuerendissimo señor dom Ioam de Mello arcebispo do dito arcebispado & c [sic]*. Euora: em casa de Andre de Burgos, 1565, fls. 48-49.

constituições episcopais. Uma descrição anónima mostra que “*muitos [adros de igrejas] são tão devasos que se não sabe a demarcação delles: e outros são feytos praças e Resyos homde se fazem allguns autos desonestos, e coRem touros, e jogão canas, e outros semelhantes: e muytas vezes se deRama samge JmJurioso, por elles Domde Ficam polutos e violados*”²²⁵. A sacralidade dos adros podia ser mantida por parte do concelho que através da emissão de posturas municipais impedia a ocupação do adro garantindo a sua desobstrução e limpeza, como é exemplo a postura sobre a proibição da praça e adro da igreja de S. Nicolau, em Lisboa. Ali o concelho estipulou que nenhuma negra, ou outra pessoa de qualquer condição social, venda em torno do templo²²⁶.

O crescente interesse de preservar a zona sagrada da praça ficou demonstrado nas ações urbanísticas levadas a cabo pelo rei D. Manuel. A criação de uma praça em frente ao edifício religioso envolveu a consagração de uma parcela obrigatória para servir de adro e garantir a sacralidade em torno do templo. Para remediar a poli-funcionalidade da praça, esta resolução é de enorme importância porque se apresenta como um dos principais efeitos do planeamento urbano, na medida em que parece existir, propositadamente, uma diferenciação das arquiteturas ou de elementos arquitetónicos que servem para acolher e destacar a subdivisão funcional daquele espaço aberto: administrativo, económico e religioso.

Como observou Evelyn Welch, para os casos italianos, muitas vezes, na ausência de divisões físicas claramente definidas, o espaço era pontuado por elementos móveis (tabuleiros, bancos, barracas), ou visuais (tabletas e os expostos para venda), ou sonoros (rebate do sino) e temporais (manhã, tarde, semanal, mensal, sábado, domingo)²²⁷. Na parte central da praça, “cestas, tabuleiros e outras estruturas móveis transformavam as praças vazias em centros comerciais para comprar e vender. Terminando o tempo estipulado, logo se voltariam a esvaziar para se dar lugar a outras funções”. Isto significava que os limites do mercado na praça também eram auditivos e transitórios e,

²²⁵ *Apud* CAETANO, Carlos Manuel Ferreira (2011). *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*, Vol.1, *op. cit.*, p. 291. ANTT, *Núcleo Antigo -Administração e Justiça – Cartas Missivas*, Maço 2 - doc. 148 (Apêndice Documental; doc. 17). Capítulo 104 da demarcação dos adros das Igrejas e do modo como serão feitos (não tem dia, mês, nem ano, não está assinado).

²²⁶ AML-AH, Casa da Almotacaria, Livro 2º da Casa da Almotacaria, [Postura sobre a proibição de obstrução da praça e adro da igreja de S. Nicolau], doc. 24, fl. 10v.

²²⁷ WELCH, Evelyn (2010). “Luoghi e spazi di mercati e fiere”. In CALABI, Donatella, SVALDUZ, Elena. (a cura di). *Il Rinascimento italiano e l'Europa. Luoghi, spazi, architetture*, Vol. 6. Vicenza: Treviso: Angelo Colla Editore, Fondazione Cassamarca, pp. 69-70.

nalguns casos, por vezes, mais que permanentes e fixos. De acordo com esta autora, ainda que esses limites fossem efêmeros não estavam isentos de problemas. Há também uma tendência para regulamentar o mercado, distinguindo as áreas de acordo com os géneros vendidos, o que é veiculado através das posturas municipais²²⁸.

Para as necessidades comerciais, como veremos mais adiante, a construção de arcadas ou alpendres num ou mais lados da praça teve um peso fundamental na organização dos usos da praça, submetendo o mercado sob aquelas arquiteturas, impossibilitando que o adro ou outras frentes de outros edificios civis importantes fossem ocupados por tendas e tabuleiros dos vendedores.

²²⁸ WELCH, Evelyn (2009). *De Compras en el Renacimiento. Culturas del consumo en Italia, 1400-1600*. València: Universitat de Valencia, pp. 103-104.

2.3 - A rua

A rua é um espaço público que desempenha um papel importante na estruturação da cidade, nomeadamente na ligação entre as várias componentes urbanas²²⁹. Existe uma grande variedade de artérias e, assim como a praça, nem todas estavam destinadas a uma função comercial. A localização das ruas de mercado tem uma forte conexão com as funções mercantis da praça. Donatella Calabi esclarece que as ruas que geralmente desempenham uma função comercial têm uma relação de contiguidade com a praça do mercado. Ressalva, porém, que, apesar desta ligação física, cada rua tem a sua própria identidade e hierarquia no espaço urbano²³⁰. Aproveitando o facto de a praça atrair, inevitavelmente, grande parte da população, essa circunstância pode ter ajudado na criação de ruas mercantis, instalando-se ali diversos comerciantes.

Retomando a historiografia europeia referente aos espaços de mercado, podemos observar, a título de exemplo, como foram sendo formadas as artérias com vocação comercial. Em Friburg, na Suíça, a substituição das barracas de madeira por arcos de pedra regista-se a partir da segunda metade do século XIII. De acordo com Christiane Roussel, nessa cidade suíça, os burgueses tinham o direito de estabelecer um arco de pedra na frente de sua casa. Ao longo dos séculos XV e XVI a presença de grandes secções de arcadas nas ruas comerciais encontrava-se generalizada²³¹. A partir do modelo das casas de mercadores da região da Lazio, no século XIV, Enrico Guidone explica como se poderá ter formado a rua alpendrada: “a casa com um ou dois arcos de volta representa a evolução de um modelo mercante com loja, que facilmente se liga em série para formar ruas com arcadas”. Guidone constata que o uso do pórtico (alpendre, arcada ou balcões) requer uma maior largura da rua, transformando-se, por vezes, numa verdadeira rua-praça para o mercado, ao mesmo tempo que permite a possibilidade de sobreposição de andares superiores, reduzindo, em muito, o desaproveitamento de espaço urbano²³².

²²⁹ ROSSA, Walter (1995). “A cidade Portuguesa”, *op. cit.*, pp. 251 e 252.

²³⁰ De acordo com Donatella Calabi, nos finais do século XV a funcionalidade da rua qualifica-a como um espaço autónomo, mas também hierárquico; como um lugar importante para concentração de diversos ofícios, ou como lugar de reunião e troca. CALABI, Donatella (2001). *La città del primo Rinascimento*, *op. cit.*, p. 32.

²³¹ ROUSSEL, Christiane (2010). “Les infrastructures marchandes dans la Franche-Comté et ses marges du XVe au XVIIIe siècle”. In OTTENHEYM, Konrad A., DE JONGE, Krista; CHATENET, Monique (ed.). *Public buildings in early modern Europe*. Brepols, pp. 249 e 250.

²³² GUIDONI, Enrico (1990). “I portici nella tradizione urbanistica europea”. In *I Portici di Bologna e L'edilizia civile e medievale*, a cura di Francesca Bocchi. Bologna: Grafis Edizione, pp. 55 e 64.

Como vemos, o pórtico encontra-se associado ao espaço comercial, havendo, inclusivamente, uma relação inextricável entre estas estruturas arquitetnicas e a vocação puramente comercial. Aliás, Antonio Bonet Correa relembra que nas *Ordenanzas de Población* ou *Ley de Indias*, elaboradas pelo rei Filipe II, em 1573, mais especificamente no artigo 115, relacionado com a *Plaza Mayor*, que servia de centro a partir do qual se traariam as ruas e quarteirões da cidade, consta a imposição de uma tipologia formal, uma arquitetura mais especializada: uma loja/oficina no piso inferior, maioritariamente em forma de arcadas, alpendres ou balcões, posteriormente alugados pelo monarca, pelo concelho ou por alguma instituição religiosa: “todas las plazas a la redonda y las cuatro calles principales que dellas salen tengan portales, porque son de mucha comodidad para los tratantes que aquí suelen concurrir”²³³.

Em Portugal, nos estudos urbanos, tem persistido a noção de que as ruas direitas estão quase sempre conotadas como sendo vias de comércio, ideia fortemente vincada pela análise e interpretação feita por Orlando Ribeiro para a rua Direita de Viseu. Segundo este geógrafo, a rua Direita é uma das características morfológicas das cidades portuguesas, incluindo as cidades ultramarinas (como Goa e Macau). São um importante eixo de circulação e, por isso, de comrcio²³⁴. Walter Rossa também atribui, de forma generalizada, esta funcionalidade  rua Direita, como sendo “a rua onde se encontravam os estabelecimentos dos comerciantes mais importantes (alfaiates, ourives, marceneiros, sapateiros), onde se admiravam coisas trazidas de fora, bens do comércio não diário e que o forasteiro percorria no seu primeiro contacto com a cidade”²³⁵. Sandra Pinto desmonta esta ideia, frequentemente aludida nos debates historiográficos. De acordo com as investigações desta autora, os dados toponímicos apurados na documentação levam “a relativizar a ideia de que todas as artérias identificadas pela designação de ‘ruas direitas’ foram ‘os’ eixos estruturantes dos espaços urbanos portugueses [...] ainda que outras com o mesmo qualificativo possam ter sido somente um acesso mais direto, mais curto ou

²³³ Citado por SAMBRCIO, Carlos (1996). “Una propuesta urbana para la Calle Mayor”. *Arquitectura, Madrid, 1959*, pp. 29-38. Relativamente à presença de alpendres ou arcadas nas ruas, Carlos Sambrcio questiona se a origem e função dos *soportales* (alpendres, arcadas ou balcões) na *calle Mayor* de Madrid que, apesar de estarem por estudar, podem reflectir o carácter comercial daquela importante artéria da capital espanhola. Sambrcio lamenta os poucos estudos que têm sido feitos sobre as ruas, uma vez que são capazes de gerar tecido urbano e representam a ordem de uma cidade.

²³⁴ RIBEIRO, Orlando (1994). “A Rua Direita de Viseu”. In *Opúsculos Geográficos: temas urbanos*, Vol. V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 193-210.

²³⁵ ROSSA, Walter (1995). “A cidade Portuguesa”, *op. cit.*, pp. 251-252.

mais rápido, sem qualquer importância comercial”²³⁶. A resposta estará, possivelmente, no estudo de cada caso.

O assunto das ruas comerciais remete, imediatamente, para as ruas de mesteres, que são as ruas onde os ofícios mecânicos estavam concentrados. Franz Paul de Almeida Langhans assentou que arruar as profissões nos séculos XV e XVI foi uma forma de controlar melhor o fabrico e a comercialização dos produtos, impedindo o descaminho, as falsificações ou outras irregularidades proibidas nos respetivos estatutos, bem como preservar a igualdade entre os artesãos de cada ofício²³⁷. A disposição das várias profissões pelo espaço urbano não era acidental, correspondia a uma hierarquia, sendo que na melhor posição instalava-se a corporação mais forte²³⁸. Contudo, em Portugal, à exceção da capital (cujo tecido mercantil não pode ser comparado, quer em termos quantitativos ou em termos de diversidade), na maioria das urbes portuguesas não existia uma separação vincada entre as atividades de produção artesanal e muito menos uma separação clara entre aquelas e a função comercial. A distribuição dos ofícios mecânicos por determinadas ruas mostrou-se maior e mais definida em Lisboa, porque era economicamente mais rica e diversificada.

Esta observação levou os historiadores Maria Isabel Fernandes e António Oliveira a perguntarem se a toponímia de algumas ruas referentes às antigas profissões indicia que as ruas ou lugares estavam fortemente caracterizados pela presença desses ofícios ou se, ao contrário, se tratou de uma mera presença sem qualquer força caracterizante. Para os arruamentos dos mesterais ou associação corporativa em Guimarães, os referidos historiadores deparam-se com poucas evidências, comprovando que esse padrão de distribuição não pode ser generalizado. Verificam que, afinal, esse tipo de organização se observava somente em cidades maiores e com uma atividade comercial mais pujante. Segundo estes autores, na rua da Sapataria, em Guimarães, só existia um sapateiro, mostrando que nesta vila o arruamento não teve um peso significativo na organização dos mesteres no tecido urbano. Nos séculos XV e XVI, existiam nesta vila algumas artérias com toponímia referente aos ofícios ali concentrados – como rua dos Mercadores, da

²³⁶ PINTO, Sandra M. G. (2014). “A ‘rua direita’ portuguesa: elemento estruturador ou designação toponímica?”. *Revista de Morfologia Urbana*, N.º 1, Vol. 2, p. 43.

²³⁷ LANGHANS, Franz-Paul (1946). *As Corporações de Ofícios Mecânicos: subsídios para sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, Vol. II, p. 366.

²³⁸ Para os arruamentos italianos, Francesca Bocchi, sugere que para essa disposição hierárquica sugere a existência de um valor económico negociado entre o concelho da cidade e as corporações de mesteres. BOCCHI, Francesca, (1997). “Lo Specchio della città”. In BOCCHI, Francesca (a cura di). *Lo Specchio della Città. Le piazze nella storia dell’Emilia Romagna*. Casalecchio di Reno: L’Inchiostroblu, p. 56.

Sapateira, das Ferrarias, das Mostardeiras, da Forja – mas, de acordo com a documentação manuseada pelos referidos historiadores, apesar de haver evidências de que os profissionais viviam nas ruas designadas com a sua profissão também havia outros que trabalhavam fora das ruas que, supostamente, lhes estavam consignadas. As olarias, por exemplo, localizavam-se em várias zonas da urbe, todas extramuros²³⁹. O caso de Guimarães permite reconhecer que nas cidades mais pequenas os espaços de produção e de comercialização não estão dissociados; podem fazer parte da mesma rua ou área urbana.

Nas urbes mais pequenas, sendo a rua um espaço onde acontece uma simultaneidade de funções comerciais e artesanais, o que pode causar alguma dúvida é o vocábulo *tenda* que, na documentação, surge como um termo vago; por vezes não passa de uma estrutura rudimentar, efémera, desmontável, outras encontra-se descrita como uma construção fixa, que pode chegar a ter características eruditas²⁴⁰. Para o historiador António Oliveira Marques *tenda* pode significar uma loja ou uma oficina, dependendo das circunstâncias: “as tendas dos vários mesteres alinhavam-se lado a lado e os produtos eram expostos à porta. A tenda, sendo propriedade do mesteiral ou alugada, era usada simultaneamente como oficina e loja, o que permitia ao cliente poder na maioria das vezes verificar a qualidade dos produtos”²⁴¹. Por as fontes escritas não traçarem nenhuma especificidade arquitetónica que diferencie a tenda da oficina, ficamos na dúvida se ambas podem ser incluídas numa tipologia única ou se são tipologias diferentes²⁴². De outro modo, pesando as circunstâncias em que a palavra se encontra referida, pode assumir-se que, nas ruas onde tem lugar a produção, tenda é simplesmente um substantivo qualitativo da morfologia da habitação, podendo significar oficina ou espaço de armazenamento. Neste caso, o vocábulo *tenda* encontra-se mais relacionado com o facto de ali se transformar a matéria-prima que, posteriormente, era adquirida pelos

²³⁹ FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José (2004). “Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos XV e XVI”. *Revista de Guimarães*, p. 51.

²⁴⁰ Sobre os termos referentes aos espaços comerciais será dedicada uma reflexão mais profunda no capítulo III – *As arquiteturas do mercado: tipologias e funções*.

²⁴¹ MARQUES, A.H. Oliveira (1974). “O Trabalho”. In *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, p. 155.

²⁴² Claire Walsh constatou, para os casos ingleses do século XVII e XVIII, que o termo “shops”, incluindo as suas inúmeras variações, foi aplicado para uma multiplicidade de estruturas diferentes: tanto podiam fazer referência a lojas permanentes como as desmontáveis, fossem de madeira, tecido ou alvenaria, distinguindo-se, contudo, das vendas ambulantes. WALSH, Claire (2014). “Stalls, Bulks, Shops and Long Term Change in Seventeenth and Eighteenth Century England”. In *The Landscape of Consumption Shopping Streets and Cultures in Western Europe, 1600–1900*. Londres: Palgrave Macmillan, p. 38.

intermediários, ou seja, pelos mercadores, e que, por sua vez, vão exportar ou vender em locais apropriados. Cabe aqui referir que Raphael Bluteau distingue, no seu dicionário, formal e funcionalmente a tenda e a loja: “Tenda, onde se vende, se diferença de Loja, em que esta tem o balcão dentro, & *Tenda* he cuberta por fóra de pano, ou taboado, como as das mulheres que vendem cousas de comer na Ribeyra”²⁴³.

Se nas cidades mais pequenas existe aquela dificuldade, em Lisboa, no entanto, é particularmente interessante denotar que numa rua apenas comercial, como era a rua Nova dos Mercadores, havia um critério claro: a inexistência de produção artesanal, sendo a venda a atividade predominante. Os lenços, os fatos, os sapatos ou outros artigos de luxo que ali eram vendidos tinham sido concebidos noutra rua. Essa condição encontra-se perfeitamente esclarecida numa postura camarária, estabelecida no reinado de D. Afonso V: “andarom que na rrua nova nom morem sapateiros nem alfagemes nem outros mestiraes saluo alfayates e tosadores e Jubyteiros”²⁴⁴ porque ssom mesteres que comvemaos mercadores E mandarom loguo ao procurador que fezesse logo partir da dita rrua aquelles sapateiros E outros que na dita rrua moram”²⁴⁵. A exclusividade da rua Nova dos Mercadores para funcionar apenas como espaço comercial fica ainda mais clara quando a postura acrescenta que a permanência dos alfagemes (produtores e limpadores de armas brancas) ou de outros mestirais seria permitida desde que não praticassem naquela rua o seu ofício “alfagemes e outros mestiraes que tem ssuas casas propeas que aqueles possam em ellas morar e nam laurar dos dictos ofícios”²⁴⁶.

Relativamente ao aspeto arquitetónico das ruas de mercado, a documentação revela que uma das características das fachadas que indica a natureza comercial destas artérias é a existência de uma alpendrada ou arcaria. Estes elementos formais apresentam-se relevantes para essa atividade, tendo sido desde o século XV objeto de uma atenção particular por parte dos monarcas e concelhos, como forma de promover a dignidade e a beleza dos espaços. Os alpendres e arcadas presentes na correnteza de uma rua são,

²⁴³ BLUTEAU, Raphael (1712-1728). *Vocabulário Portuguez e Latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, vol. 8, p. 93.

²⁴⁴ O mesmo que algibebe, alfaiate especializado na confeção de gibões. BLUTEAU, Raphael (1712-1728), *Vocabulario Portuguez & Latino*, volume 1, p. 250. Gibão “parte da vestidura, que cobre o corpo do pescoço até quase à cintura. Deriva do italiano *Giuppone*”. BLUTEAU, Raphael (1712-1728), *Vocabulario Portuguez & Latino*, volume 4, *op. cit.*, p. 69.

²⁴⁵ *Livro das Posturas Antigas* (1974), leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 68.

²⁴⁶ *Idem, ibidem*.

possivelmente, um aspeto que serve para acentuar a distinção funcional das várias artérias da urbe.

Na impossibilidade de apresentar aqui uma análise exaustiva de todas as ruas de mercado, limitaram-se os estudos aos casos mais significativos de algumas cidades. O que se pretende é discutir e comparar as configurações formais e funcionais, enfatizando, de sobremaneira, a sua arquitetura e a legislação destinada a configurar essa área de mercado, como veremos nas páginas seguintes.

2.3.1 – A rua do Souto/rua Nova do Sousa, em Braga

Durante o arcebispado de D. Diogo de Sousa (entre 1505 e 1532), Braga foi alvo de uma renovação urbana, para a qual boa parte do investimento foi dedicado à construção de novos espaços e equipamentos para o mercado. Entre essas obras de modernização destaca-se a abertura de uma nova rua que tinha como objetivo fazer a ligação entre a porta do Souto, a este, e a porta Nova a oeste, também ela uma obra promovida pelo arcebispo, no âmbito do programa de renovação urbana de Braga. Junto a estas portas foram (re)contruídos os principais açougues da urbe. Assim sendo, a nova artéria surge, de certa forma, como parte integrante do projeto das reformas dos espaços comerciais, apresentando-se como que uma continuação daqueles sítios mercantis.

A rua Nova foi rasgada por volta de 1512 e resultou do prolongamento de uma pequena e estreita rua que principiava na porta do Souto e findava na fachada posterior da sé. Para que a rua se prolongasse até à porta Nova, D. Diogo de Sousa adquiriu algumas casas e quintais para serem convertidos em rua, como é lembrado, precisamente, no *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, redigido pelo cónego Tristão Luís, entre 1532-1565²⁴⁷: “Fez novamente a rua nova, que agora se chama de Sousa, da fonte de Sam Giraldo, até á porta nova ou de Sousa [...] era esta rua chão, cerrado de quintaes os quaes comprou para a fazer e calçar da maneira em que agora está e assim muitas casas, afora os ditos quintaes e chãos”. Apesar da dupla toponímia - rua do Souto e rua do Sousa - trata-se de uma só artéria. Como consta no *Mappa da Cidade de Braga Primas*, elaborado por André Ribeiro Soares, ca. 1756²⁴⁸, este eixo único, que atravessa a cidade intramuros no sentido este-oeste, entre a porta do Souto (a este) e a sé, encontra-se designado por *Rua do Souto*, enquanto o tramo que parte da sé para a porta Nova (a oeste) nomeia-se *Rua Nova de Souza*, uma alusão à obra promovida pelo arcebispo. (Figs. 21 e 22).

²⁴⁷ MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532); Urbanismo e Arquitectura*. Vol. I e II. Leiria: Edições Magno, pp. 295-303.

²⁴⁸ Este mapa encontra-se depositado na Biblioteca da Ajuda. Pertencia ao espólio do arcebispo D. José de Bragança, que esteve em Braga entre 1741 e 1756. OLIVEIRA, Eduardo Pires de, SILVA, Libório Manuel (2014). *Braga de/by André Soares*. Braga: Edições Centro Atlântico.



Figura 22. Braga. Traçado atual da Rua Nova do Sousa, a oeste, e Rua do Souto, a este. (Google earth, 2019).



Figura 21. Braga. Rua Nova do Sousa e rua do Souto no Mappa/[d]a /cidade/ de/ braga/ pri/mas. Andre Ribeiro S[oa]res da Sylva. BA - Col. cartografia Ms.

Devido às funções comerciais, a maioria das habitações que aqui se edificaram apresentava, como apurou Ana Maria Pereira, dimensões a rondar as três varas de largura e as quatro varas de comprimento tendo, geralmente no piso térreo, “dous portaes que partem para a banda da rua publica”²⁴⁹. Esta autora refere que esta tipologia de casa, edificada aquando da abertura da rua, durante o arcebispado de D. Diogo de Sousa, é resultado de uma urbanização mais racional, evidenciada pelo espaço que ocupa na rua, revelando uma estratégia na ocupação do solo. Além disso, a referida historiadora interpreta esta tipologia de casa como sendo “um modelo de funcionalidade” que, em regra geral, está associado aos artesãos bracarense. A maioria das residências era

²⁴⁹ PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa (2000). *Da Casa Grande da Rua dos Pelames à casa nova da Rua de Dom Gualdim*. Braga: Edições APPACDM de Braga, pp. 168-169.

composta por dois portais, sendo um mais largo que o outro para permitir a entrada de um carro de bois²⁵⁰. De facto, no *Mapa da Ruas de Braga*, elaborado pelo padre Ricardo Rocha, por volta de 1750²⁵¹, observa-se essa característica, que é uma das principais.

No final do século XVII, as dimensões e arquitetura da fachada afastam-se consideravelmente destas proporções e morfologia. A fachada passa a merecer maior relevância, como demonstra o contrato de obra de pedraria entre o dono da casa, Theodosio Barboza de Almeida, com os mestres pedreiros Domingos Fernandes e Domingos Moreira, celebrado em agosto de 1693. O documento em questão refere a existência de uma planta a explicar como deveria ser refeita a obra da fachada da casa, que se encontra voltada para a rua do Sousa, explicada assim no contrato: “fazerem a frontaria destas ditas casas em que vivia e as debaixo que tem cem cinquenta palmos de largo pela fronteira na forma da planta que pera esse effeito se fizera a qual planta leva nove portais e hua fresta no baixo”²⁵². Este modelo de fachada atesta, por si só, uma redefinição da fisionomia da rua, mas demonstra também uma remodelação dos espaços comerciais do piso térreo, capazes de competir com outros locais comerciais, requerendo por isso mais do que a regularização da largura da fachada, mas também o aumento do número de lojas, intenção que ficou por concretizar.

Cabe destacar um compromisso consciente entre a arquitetura e a função comercial ali presente. O princípio composicional da fachada, apesar de incorporar uma função pública, afasta-se das composições arquitetónicas associadas à ideia de espaço de mercado presentes noutras urbes. Se compararmos a rua Nova de Braga com outras artérias comerciais do país – nomeadamente a rua dos Mercadores, em Lisboa, a rua dos Mercadores, em Guimarães, a rua Ancha em Évora, só para nomear algumas – reparamos que as fachadas dessas ruas apresentam uma sequência de arcos ou alpendres que, durante a Época Moderna, são uma característica arquitetónica inerente às atividades comerciais, tornando-se, igualmente, numa referência urbana. Aliás, nos tratados de arquitetura renascentistas, como são os de Alberti, Filarete e Palladio, a principal via da cidade devia conter, de um lado e do outro, uma rua coberta, fosse por motivos estéticos ou

²⁵⁰ PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa (2000). *Da Casa Grande da Rua dos Pelames à casa nova da Rua de Dom Gualdim*, op. cit., p. 65.

²⁵¹ ADB, ROCHA, Ricardo (1750) (1989). *Mapa das ruas de Braga*. Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos (Introd.). Braga: Universidade do Minho.

²⁵² Ana Maria Pereira refere que este aumento de vãos no piso inferior não chegou a ser concretizado. No entanto, esta casa apresenta-se como dos poucos exemplares que sobreviveram do barroco bracarense existente na rua do Souto. PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa (2000) *Da Casa Grande da Rua dos Pelames à casa nova da Rua de Dom Gualdim*, op. cit., pp. 129 e 210.

funcionais²⁵³. A forma, a aparência e a funcionalidade das fachadas destas ruas eram para o rei e para o concelho uma preocupação permanente, sendo por isso sujeitas a rigorosas normas.

As casas da rua Nova de Braga tinham um volume arquitetonicamente definido que, claramente, constituía uma forma derivada da estrutura do alpendre: portas largas, separadas por uma pilastra, pilares ou colunas sobre as quais assentava uma arquitrave ou ombreira de porta, patente em descrições de casas como esta: “huma só loge sem divisão alguma com três portas grandes de serventia da mesma logea”²⁵⁴ (Fig. 23).



Figura 23. Braga. Exemplo de casa com pilastra e arquitrave na rua da Violinha, perto da praça do Peixe (atual praça Velha), em Braga (fotografia Daniela Pereira, 2017).

Por invocar o modelo do alpendre, as fachadas parecem simular a existência de uma rua coberta, como se pode interpretar ao visualizar o mencionado *Mapa das Ruas de Braga*, sem que se pudesse, contudo, circular de umas casas para as outras. Cremos que

²⁵³ MERLO, Alessandro (2016). *Logge italiane. Genesi e processo di trasformazioni*. Firenze: Dipartimento di Architettura Università degli Studi di Firenze, p. 120.

²⁵⁴ Mais exemplos destes podem ser lidos no *Primeiro Livro do Tombo dos Bens*, fl. 179. AMB. *Primeiro Livro do Tombo dos Bens e Propriedades, Foros e Pensoins Pertencentes ao Senado da Camera Secular desta Cidade de Braga* [fevereiro a julho de 1737].

esta solução tenha sido escolhida para conseguir uma rua larga²⁵⁵. Para tal, terá sido necessário prescindir do alpendre ou da arcada – estrutura que entre os séculos XV e XVI proporcionava uma erudição à frontaria das ruas com forte vocação comercial – o que, por sua vez, implicou um outro tratamento arquitetónico, com intuito de criar um visual que pudesse ser percebido, em pé de igualdade, com as ruas de mercado cobertas, para proporcionar dignidade à rua Nova e à cidade (Fig. 24).

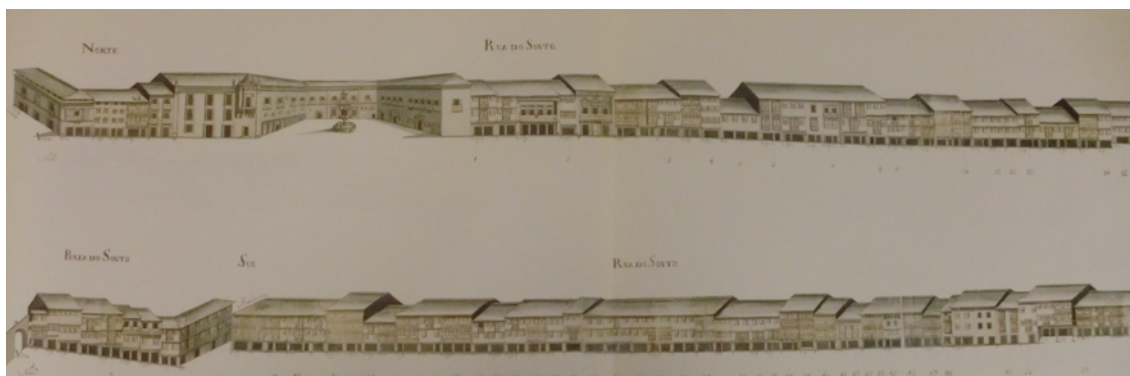


Figura 24. Braga. Rua do Souto no Mapa das Ruas de Braga. ca. 1750, ADB.

²⁵⁵ Enrico Guidoni refere que “a adoção das arcadas exige uma maior largura da rua, que às vezes funciona como uma verdadeira praça de mercado, enquanto a possibilidade de sobreposição de casas nos andares superiores reduz muito o desperdício de espaço e volume” (tradução livre). GUIDONI, Enrico (1990). “I portici nella tradizione urbanística europea”. In BOCCHI, Francesca (a cura di). *I Portici di Bologna e L’edilizia civile e medievale*. Bologna: Grafis Edizione, p. 56.

2.3.2 – A rua Nova, no Porto

Em 1395 as obras da abertura da rua Nova já se encontravam em curso. Deste ano existe um documento de D. João I a conceder certos privilégios aos pedreiros que trabalhavam na sua construção²⁵⁶. Apelidada por este rei de *Formosa*, a rua apresentava um traçado retilíneo e plano (facto inovador para a época²⁵⁷), dispendo-se transversalmente à rua dos Mercadores e terminando na capela-mor da igreja de S. Francisco. A nova rua encontrava-se vinculada às principais artérias comerciais (fluvial e terrestre) que então já existiam ou que se estavam a formar²⁵⁸. Esta localização privilegiada envolveu a aquisição de terrenos retirados ao episcopado²⁵⁹.

O custo da construção da rua Nova foi parcialmente pago com um novo imposto sustentado pelos moradores da cidade e seu termo, os quais chegaram a protestar porque não eram capazes de contribuir para tal despesa²⁶⁰. Estes e outros motivos fizeram com que a concretização da obra da rua demorasse algum tempo a ganhar forma, cerca de setenta anos²⁶¹. As escrituras de aforamentos referentes à rua Nova revelam que os investimentos mais permanentes na rua começaram a ser feitos de forma mais intensiva em meados do século XV. Em 1413 havia lotes por construir e a rua estava a ser empedrada, pelo que “a dicta rua jazia enpachada de pedra que se lauraua pera a dicta obra”²⁶². Paralelamente ao calcetamento, seguiam-se as construções de casas com uma morfologia arquitetónica imposta, como se observa no contrato de aforamento realizado

²⁵⁶ MARQUES, José (1982). “Património régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. (Subsídios para o seu estudo)”. *Revista de História*, 3, p. 77.

²⁵⁷ “A minha rua Formosa”. AMARAL, Luís Carlos, DUARTE, Luís Miguel (1985). “Os Homens que pagaram a Rua Nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista). *Revista de História*, 6, p. 12.

²⁵⁷ AFONSO, José Ferrão, *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto: FAUP Publicações, p. 27.

²⁵⁸ AMARAL, Luís Carlos, DUARTE, Luís Miguel (1985). “Os Homens que pagaram a Rua Nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)”, *op. cit.*, p. 12.

²⁵⁹ D. João I e o bispo D. Gil Alma celebraram um acordo no qual o monarca ficava com a posse das casas da rua Nova usando os rendimentos provenientes dos aforamentos para pagar os terrenos do bispado transitados para a coroa. MARQUES, José (1982). “Património régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. (Subsídios para o seu estudo)”, *op. cit.*, pp. 74-75.

²⁶⁰ O rei e os homens-bons da vereação portuense socorreram-se de várias fintas. Conhece-se uma cobrança que se iniciou em 1438 e se prolongou pelo ano seguinte. AMARAL, Luís Carlos, DUARTE, Luís Miguel (1985). “Os homens que pagaram a Rua Nova: fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista”, *op. cit.*, pp. 13 e 49.

²⁶¹ MARQUES, José (1982). “Património régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. (Subsídios para o seu estudo)”, *op. cit.*, p. 80.

²⁶² MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa (2009). *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*. Tese de Doutoramento, vol. II. Braga: Universidade do Minho, p. 280.

também em 1413: “que lhe apostassem e acabassem as ditas casas de escadas e tavoados e almareos e lhe fizessem suas chaminees com seus fogareyros e lhas acabassem de todo o que lhes fosse compridoyro segundo o que se fez aas outras casas que na dita rrua Jassam fectas”²⁶³.

Apesar de a construção da nova artéria ter levado algumas décadas, os lotes foram previamente delimitados, na tentativa de circunscrever o tamanho da parcela a construir e maximizar, desse modo, a densidade ocupacional. Um dos indicadores do grande valor atribuído ao lote da nova rua é a pequena dimensão da parcela, mais comprida e muito estreita, a rondar os 4 e 5 metros de largura, como são exemplo as casas de João de Paço e as de Vasco de França, medidas em 1428²⁶⁴. Contudo, embora a rua fosse projetada e dividida de forma a encaixar o máximo de edifícios, os lotes não foram ocupados de forma intensiva. A demora na construção daria lugar para certos desvios, como parecem demonstrar os casos supracitados. Diversas escrituras relatam que as casas desta rua ainda se encontravam por erguer em 1433 e que cabia ao foreiro edificar a casa no lote aforado a expensas suas, e tendo como modelo as casas que entretanto tinham sido erguidas e que vizinhavam com o lote, como demonstra o contrato de aforamento celebrado a Vasco Eanes, que, tendo-lhe aforado “as casas que se ham, de fazer na metaade da rrua de Val de Peguas em rrua Fremosa da dita cidade [...] per tal guisa e comdiçam que as ditas casas fossem feitas e acabadas de pedrarya e carpintaria assy e pella guisa que forem as outras suas iguaees que estam daquella parte tirando que lhe nom façam sobrellogia parquanto a nom pode aver”²⁶⁵. O estabelecimento desta política imobiliária sugere, no entanto, que a maioria dos foreiros que empregava o seu próprio dinheiro na edificação das casas nesta rua, na realidade, não as possuía, as casas eram sempre pertença da coroa.

²⁶³ MARQUES, José (1982). “Património régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. (Subsídios para o seu estudo)”, *op. cit.*, p. 77.

²⁶⁴ De que são exemplo as casas de João de Paço e sua mulher “e acharam nellas em longuo quatro braças menos huum palmo e d’ ancho tres braças e menos huum palmo e meo”. Ou as casas de Vasco de França que tinham “de longo sete braças craveiras menos huum palmo e d’ amcho duas braças e mea craveiras”. Transcrito por Helena Pizarro, esta escriura de aforamento, que pode ser lida no Livro 4 de *Além Douro*, fl. 140-142v, é particularmente interessante porque demonstra como as casas que, entretanto, já tinham sido construídas serviam de guia para a construção das casas seguintes e para o calculo do preço do foro por braça. Daí a medição das casas. Transcrita por SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula (2010). *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto, pp. 42-43.

²⁶⁵ Transcrito por MARQUES, José (1982). “Património régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. (Subsídios para o seu estudo)”, *op. cit.*, p. 77.

A rua Nova diferenciava-se das demais pela sua largura e funcionalidade. Muito mais que uma rua era, notadamente, uma praça, ou uma rua-praça, como a considerou José Ferrão Afonso²⁶⁶ (Fig. 25).



Figura 25. Porto. Zona da alfândega e a rua Nova. AMP. Coleção: Olhares sobre o Porto Medieval, Desenhos, n.º 2.

Aliás, pela sua largura e dimensão, nos finais do século XVII o padre Manuel Pereira de Novais integrou-a no conjunto das “Praças y Plaçuelas” da urbe, uma vez que “mas viene a ser praça que calle de transito ordinário”²⁶⁷. Walter Rossa constatou que a largura desta rua rondava os 19 metros (57 pés) e que o seu comprimento era nove vezes aquela largura, tendo aproximadamente 170 metros²⁶⁸. Assim, a rua Nova do Porto apresentava-se mais larga que a rua Nova dos Mercadores de Lisboa, que media por volta de 12 metros²⁶⁹, muito embora esta fosse mais comprida, como veremos. Em 1549, o escrivão da câmara do rei D. João III, João de Barros, na sua *Geografia entre o Douro e Minho*, dizia que a rua Nova era, juntamente com a rua das Flores, uma das principais

²⁶⁶ AFONSO, José Ferrão (2000). *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto: FAUP Publicações, p. 27.

²⁶⁷ Citado por ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (2014). “Formas urbanas do Porto setecentista: a praça intramuros”. *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, vol. 14, p. 687.

²⁶⁸ SILVA, Walter Rossa Ferreira da (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, op. cit., pp. 754-755.

²⁶⁹ TRINDADE, Luísa, (2009). *O Urbanismo na composição de Portugal*, op. cit., p. 716.

ruas do Porto: “espaçosa e comprida, mais larga que a de Lisboa, e no cabo tem o Mosteiro de S. Francisco, e ali logo a praça”²⁷⁰.

Dada a natureza comercial desta nova artéria, na qual estavam localizados importantes edifícios públicos, como a alfândega e a casa da moeda, a configuração das casas consistia na combinação de um ou mais pisos residenciais, sendo o piso térreo reservado a lojas e boticas, pelo que algumas frentes das fachadas eram erguidas sobre um alpendre ou arco²⁷¹. Este tipo de construção pode ser entendido como fazendo parte de um programa destinado a maximizar o valor que as atividades comerciais de uma área movimentada permitiam auferir, e reforçar a sua função comercial da artéria, possibilitando a presença de lojas acessíveis a partir da rua. Esta realidade estava relacionada com as mudanças económicas que se faziam sentir. O comércio era encarado como uma boa fonte de rendimento e de especulação. Contudo, tal como na rua Nova dos Mercadores em Lisboa, como veremos, na nova artéria portuense estavam proibidos alguns ofícios, sobretudo os menos nobres, de que é exemplo o ofício de tanoaria “com comdiçam que o dito Gomçalle Annes Adam nom lavrasse de seu ofiço de tenoaria em façe da dita Rua Fremosa sallvante de tras das ditas casas comtra as Camguostas”²⁷².

A rua Nova do Porto foi incorporada no centro mercantil da cidade. Em termos funcionais, a ideia que fica é que foi projetada na interceção de outros espaços onde a presença de atividades comerciais era uma constante. Além disso, a sua localização, transversal à rua dos Mercadores, e com ligação à rua das Congostas, uma rua cheia de tendas e oficinas, permite concluir que se tratou de um empreendimento que veio a completar o centro mercantil portuense e assim se terá preservado nos séculos seguintes.

²⁷⁰ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e (1999). *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea Editora, pp. 182-183.

²⁷¹ Como são exemplo os emprazamentos celebrados a 3 de maio de 1463 de parte da loja de Maria Vasques ao mercador e escudeiro Fernão Álvares Baldaia: “por elle nom teer taaes casas na dita cidade em que pudesse ter uma logea de panos elle emprazou em tres pessoas huum portall de huumas casas nossas casas que sam junto com elle na Rua Nova da dita cidade que ora traz aforadas Maria Vaazquez ama de dom Pedro”. “Portall com huum pedaço de logea das ditas casas em que ella dita Maria Vaazquez mora assi como das do portall descomtra as casas em que elle Fernam d’Alvarez mora da meetade da parede dos arcos das emtradas das duas portas descomtra a Rua Nova assi como dos de lomguo pera a logea ataa todo ho primeiro esteo de pedra que esta na dita logea (...) e que Fernam d’Alvarez tape a dita parte do portall e logea de pedra ou tavoado”; “Que todo o que devassado he fique çarrado sobre si ficando o dito esteo de pedra que esta do meio da logea tapado que fique comtra a parte da logea que fica com elle dito Fernam d’Alvarez e que elle se sirva per a logea que assi com elle ficaa pera a porta da rua que esta da parte de sua casa pera a dita logea que elle a possa fazer e se sirva da dita parte da logea; “Que nom possam leixar a dita logea no dito tempo”. *Apud* SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula (2010.) *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo, op. cit.*, p. 107.

²⁷² *Idem, ibidem*, p. 76.

O sucesso deste empreendimento pode ser constatado pela sua longa história que, no reinado de D. Manuel, mereceu apenas alguns reparos relacionados com os foros e a sua atualização. Para reconhecer as casas que pagavam foro à coroa, este rei ordenou a colocação das armas do rei sobre os portais, como forma de os poder tributar com mais eficiência: “pera em todo tempo saber como a propriedade dellas he nossa e avemos por ellas de aver o dito foro”²⁷³. Esta situação é um claro sinal da consolidação da rua Nova, a partir dos meados do século XVI. Uma rua ligada ao comércio, cujas casas eram ocupadas principalmente por foreiros que podiam suportar os altos valores do aluguer cobrados pela coroa.

²⁷³ MARQUES, José (1982). “Património régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. (Subsídios para o seu estudo)”, *op. cit.*, p. 90.

2.3.3 – A rua da Calçada, em Coimbra

Do cimo da colina, a cidade de Coimbra vem descendo, por vezes de forma muito íngreme, em direção ao rio Mondego. Deste modo, desde a porta da Almedina até ao rio, o terreno apresenta-se escalonado, encaixando-se aí a rua da Calçada e, mais abaixo, a praça, lugar de mercado. A rua da Calçada, atual Ferreira Borges, estendia-se desde a rua de Coruche, a norte, passando por trás das igrejas de São Tiago e de São Bartolomeu, até ao arco da Portagem, a sul, em direção à ponte (Fig. 26).



Figura 26. Coimbra. Traçado da atual rua Ferreira Borges, antiga rua da Calçada e a contiguidade com a praça. (reproduzido a partir de JORGE, Filipe, 2004, p. 31).

A Calçada, toponímia que remete para o carácter físico da rua, teve origem na denominada rua dos Francos, onde terão existido algumas lojas e tendas²⁷⁴. Assim, desde o princípio do período medieval que era das ruas mais desejadas para se ter um negócio,

²⁷⁴ O nome da rua encontra-se referido em 1223, na sua forma latina: *vico Francorum* ou *platea Francorum*. ALARCÃO, Jorge de (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 149. SILVA, Walter Rossa Ferreira da (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, op. cit., pp. 426-430.

porque a localização e a ligação aos vários pontos estratégicos da urbe – com a porta de Almedina, com a praça e com o arco da Portagem – a tornavam numa das artérias mais percorridas de Coimbra garantindo, assim, grande visibilidade aos que ali tinham os seus negócios²⁷⁵. Aliás, boa parte das gentes que atravessasse o Mondego pela ponte²⁷⁶, entrasse pelo arco da Portagem (onde obviamente se controlavam as pessoas, bens e se pagavam impostos) para alcançarem os arrabaldes mais setentrionais, teria que percorrer a Calçada ou a praça. Estes elementos têm grande destaque na vista de Coimbra elaborada por Georg Braun, em 1598. Na conhecida representação de Braun, a rua da Calçada ganha visibilidade pela sua largura e função comercial, legendada assim: “ii. Via mercatoriu q dicitur Calcaga à Portage vsque as temphi misericordie”²⁷⁷. Ao nomear no levantamento a rua como *Via mercatoriu* evoca a função mercantil deste espaço (Fig. 27).



Figura 27. Coimbra. *Illustris civitatis Conimbriae*. Georg Braun, 1598. BPT (seta azul).

²⁷⁵ TRINDADE, Luísa (2005). “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”, *op. cit.*, p. 129.

²⁷⁶ De acordo com Damião de Góis foi D. Manuel que “Fez a ponte noua de coimbra sobelo rio mondego com que ennobreceo muito a çidade”. Damião de Goes [1502-1574] (1749). *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*. Capítulo LXXXV. Das Egrejas, mosteiros, ospitais castello fortaleza, & outras obras que el Rei dom Emanuel fez de novo, & mandou reparar, & dos lugares que ganhou aos mouros em Africa, & em Asia. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, p. 600.

²⁷⁷ Georg Braun (1598), *Illustris civitatis Conimbriae in Lusitania ad flumen Illundam effigies*, Toronto Reference Library <https://www.torontopubliclibrary.ca/detail.jsp?Entt=RDMD-912-46935-B67&R=DC-912-46935-B67>

Relativamente à formação e expansão desta rua, no final do século XIV, mais concretamente em 1392, aparece referenciada uma “Calçada Nova que vay pera a Portagem”²⁷⁸, evidenciando uma renovação formal e funcional da primitiva rua dos Francos, também denominada de rua dos Mercadores²⁷⁹. A “calçada nova sô a porta de almedina”, como foi descrita em 1404²⁸⁰, pode significar uma extensão do troço dos Francos para se converter num importante itinerário comercial. Deve ser recordado que, na época da expansão e definição desta rua, a praça se encontrava, paralelamente, em franca ampliação e adaptação para as trocas comerciais, tendo gerado uma significativa motivação para ali se concentrarem muitos mais comerciantes, atraídos pelo local. Luísa Trindade realça, inclusivamente, que, na maioria dos casos, a documentação do século XIV relativa a esta artéria refere “aforamentos ou legados de tendas”, sendo um reflexo da vocação comercial deste espaço²⁸¹.

A natureza comercial da área em torno da porta de Almedina e do arco da Portagem incita a interpretar a expansão da rua como uma necessidade de consolidar e organizar as atividades mercantis, permitindo um maior número de comerciantes com lojas, ao mesmo tempo que impedia qualquer ocupação ilegítima. Na segunda metade do século XV, em 1468, encontra-se mencionada a construção de mais casas num dos lados da Calçada.

Nesse ano, a câmara exige que se façam mais “casas a fface da rua”²⁸². Esta reivindicação insinua dois aspetos: por um lado, mostra uma expansão planeada da rua, em que os limites do pavimento servem para estabelecer o alinhamento das fachadas; por outro, aponta para o grande interesse pela capacidade económica da Calçada. Segundo Luísa Trindade, baseando-se no *Tombo antigo da câmara*, datado de 1532, o concelho era recebedor dos foros de cerca de quarenta e três propriedades, “algumas na situação particular de confrontarem na parte posterior do lote com a praça”²⁸³. Devido à

²⁷⁸ AUGUSTO, Octávio Cunha Gonçalves Simões (2012). *A Praça De Coimbra e a afirmação da baixa - origens, evolução urbanística e caracterização social*, op. cit., pp. 89-90.

²⁷⁹ TRINDADE, Luísa (2005). “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”, op. cit., p. 127.

²⁸⁰ SILVA, Walter Rossa Ferreira da (2001). *Divérsidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, op. cit., pp. 426-430.

²⁸¹ TRINDADE, Luísa (2005). “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”, op. cit., p. 127.

²⁸² *Idem, ibidem*, p. 439.

²⁸³ TRINDADE, Luísa (2002). *A Casa Corrente de Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Idade Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, p. 135.

configuração da praça “ser estreita”, como se encontra descrita em 1610²⁸⁴, o vínculo existente entre a praça e as casas da rua pode ser interpretado, em termos de receitas fiscais, como parte do mesmo sistema, constituindo assim uma continuação dos impostos recolhidos pelas rendas da praça. Porém, apesar de a maioria dos aforamentos das casas ser pertença do concelho, o cabido também ali aforava algumas casas, nomeadamente a um ourives e a um alfaiate²⁸⁵.

Os problemas topográficos terão definido a dimensão da praça e a construção de uma rua. A face da rua que dá para a praça foi concebida, de acordo com Walter Rossa, para vencer o desnível que existia entre aqueles dois espaços, designando aquele conjunto de residências como “casas barreira”²⁸⁶. O resultado foi uma relação sobreposta de fachadas: geralmente, do lado da rua apresenta três andares e para a praça quatro, sendo o piso térreo aforado a comerciantes. A construção de casas à face da rua e da praça acabou por solucionar um problema urbanístico relacionado com a topografia do terreno ao mesmo tempo que ia ao encontro dos referidos interesses económicos que aqueles locais suscitavam.

A função comercial destas ruas era reconhecida pela sua arquitetura externa. Dos elementos que frequentemente se projetavam das fachadas, a documentação coeva menciona apenas um alpendre nas casas aforadas a Sebastião Lopes, bacharel, e um arco de Jorge Vaz, possivelmente junto à porta da Almedina²⁸⁷. Todavia, a ausência desta particularidade arquitetónica, presente em outras ruas de mercado, não significa uma ausência de padronização das fachadas que tinha em consideração o uso comercial. Luísa Trindade faz referência a um tipo de casa medieval que, pela sua proximidade com a a

²⁸⁴ “que o chafaris se fizesse nodito sitio omde estava o pellorinho, e se metece na emtrada do pasadiço que vem emtestar no pellorinho por ser bem comum da cidade e pera bem de todo [fl. 224v] de todo o povo, e o pellourinho se mudaçe pera outra parte, no sitio da prasa da bamda do ospital defromte de omde forão os feradores por não aver outro sitio na prasa mais comodo que este por ser estreita a prasa de que tudo mandarão fazer este asemto. Transcrito por ANJINHO, Isabel de Moura (2016). *Fortificação de Coimbra: das origens à modernidade*. Vol. III. Coimbra: CEAACP - Universidade de Coimbra, p. 1380.

²⁸⁵ De acordo com Octávio Augusto, “em 1474, o cabido da Sé deu de emprazamento a Pedro Afonso, alfaiate, casas localizadas entre a já denominada Rua da Calçada e a barbacã, e, em 1496, a mesma igreja emprazou a Pedro Vasques, ourives, e sua mulher Catarina Anes, outras casas contra o arco da barbacã, situadas na esquina sul da Calçada e a rua se dirigia para a Porta da Almedina”. AUGUSTO, Octávio Cunha Gonçalves Simões (2012). *A Praça De Coimbra e a afirmação da baixa - origens, evolução urbanística e caracterização social*, op. cit., pp. 99-100.

²⁸⁶ SILVA, Walter Rossa Ferreira da (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, op. cit., p. 438.

²⁸⁷ TRINDADE, Luísa (2005). “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”, op. cit., p. 140.

rua da Calçada e com a praça, pode ser um raro exemplo de uma tipologia de casa que qualifica a função comercial²⁸⁸ (Fig. 28). Esta estrutura arquitetónica é muito semelhante à correnteza de casas que apurámos para a rua do Souto e do Sousa, em Braga, cuja entrada do piso térreo era composta por uma ou mais pilastras ou colunas sem, contudo, formarem uma passagem coberta. As lojas ou tendas das casas da rua da Calçada podiam ser algo profundas, por vezes em abóbada, como parece indicar a casa que o arquiteto Diogo de Castilho, mestre das obras do rei, aforava que “tinha uma abóbada por baixo da



rua da Calçada”²⁸⁹. Estes elementos arquitetónicos da rua Calçada de Coimbra indiciam que as casas foram concebidas para alojar as atividades comerciais e artesanais. Todavia, é necessário não esquecer que a partir do século XVII as casas sofreram ampliações e remodelações várias que lhes alteraram a feição original²⁹⁰, possivelmente com o objetivo de beneficiar melhor das trocas comerciais que ali têm lugar.

Figura 28. Coimbra. Casa na rua Sargento mor (reproduzido a partir de TRINDADE, Luísa, 2005, p. 137).

²⁸⁸ *Idem, ibidem.*

²⁸⁹ ANJINHO, Isabel de Moura (2016). *Fortificação de Coimbra: das origens à modernidade*. Vol. III, *op. cit.*, p. 1281.

²⁹⁰ Sobre as alterações das casas na rua da Calçada consultar os três volumes de Isabel Anjinho, que contêm transcrições documentais relativas aos vários espaços públicos de Coimbra, nos quais se incluem a praça e a rua da Calçada. ANJINHO, Isabel de Moura (2016). *Fortificação de Coimbra: das origens à modernidade, op. cit.*

2.3.4 – A rua Nova dos Mercadores, em Lisboa

No século XVI, a rua Nova dos Mercadores era considerada a mais notável do império português, estando associada à riqueza e ao luxo²⁹¹. A notoriedade desta rua ficou perpetuada por diversos cronistas, entre eles João Brandão. Na *Estatística de 1552*, este cronista oferece uma perspetiva importante sobre a capacidade económica da rua Nova dos Mercadores, estimando os elevados preços das casas cobrados na segunda metade do século XVI²⁹².

“Pareçe grandeza da çidade e por tall a pus neste caderno, pera lovor della e do reino e cristandade. E diguo que tem hua rua a quall se nomea per Rua Nova dos Mercadores, que tem de conprido cento e trinta braças, e quatro de larguo, e tem de cada façe da rrua corenta e cinco moradas de casas, todas de tres e iiii° sobrados, de hua e outra banda. E segundo me eformei há muitas delas que rende pera seus donos lxx e lxxx mill rs. de alugeres em cada hu [ano] e allguas rende cem mil rs. E outras de menos”²⁹³.

Apesar de revelar o impacto social e económico que esta importante artéria exercia nos rendimentos da cidade importará, contudo, ligar esta prosperidade à história da formação da rua, bem como investigar a sua conexão com a arquitetura que é fundamental para entender e questionar o valor predial descrito por João Brandão.

Durante as obras de construção da muralha na zona ribeirinha de Lisboa, em 1294, houve, também, um investimento na reorganização do tecido urbano daquela área, resultando na abertura de uma nova rua, disposta paralelamente ao muro defensivo e ao rio Tejo. Devido ao espaço se apresentar estreito para a dimensão da rua, imposta pelo rei

²⁹¹ No final do século XV e inícios do século XVI circulava pela rua Nova de Lisboa uma grande quantidade de clientes provenientes de várias partes da Europa. As lojas desta rua estavam bem equipadas e abastecidas, de produtos importados, exóticos e raros, de novos bens de consumo, típico das relações comerciais ultramarinas. Para uma ideia do seu ambiente social e comercial ler GSCHWEND, Annemarie Jordan (2017). “Fazer compras na Rua Nova dos Mercadores”. In *A Cidade Global*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 134-189.

²⁹² Estes conhecimentos sobre os rendimentos urbanos talvez advenham do facto de também ele ser um arrendatário, o que lhe permite ter estas informações comerciais, uma vez que herdou “a dizima do carvão, lenha, arcos, tijolo e linho”. João Brandão foi escudeiro fidalgo da casa do D. João III e vereador da câmara de Lisboa. Morreu em 1562. O seu livro conhecido por *Estatística de 1552* foi impresso sob a direção de Anselmo Braamcamp Freire, com comentários e notas de Gomes de Brito. Esta edição foi publicada com o título de *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da cidade de Lisboa, na 2ª metade do século XVI*. Cf. *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais* (1934). Revista Trimestral, N.º 11, Jan-Mar, pp. 10-11.

²⁹³ BRANDÃO, João (1917). “Majestade e grandezas de Lisboa em 1552”. *Archivo Histórico Português*, Vol. XI, p. 87.

D. Dinis, foi necessário sacrificar algumas casas para “que fique a rua d’oito braços”²⁹⁴. Vale a pena sublinhar que na mesma frase onde consta a determinação da largura da nova artéria, o monarca fixara desde logo a propriedade das casas que ali viriam a ser edificadas: “e estas casas todas que eu fezer devem seer minhas livre e de meus suscessores”²⁹⁵. Hélder Carita constata que a rua Nova, como aparece denominada no final do século XIII, foi inserida no núcleo mercantil ribeirinho, onde já se encontravam instalados alguns edifícios comerciais, nomeadamente o açougue do peixe, a alfândega, a casa dos contos, a casa de ver-o-peso, os cambos e as fangas²⁹⁶ (Fig. 29).



Figura 29. Lisboa. Localização da rua Nova dos Mercadores na planta de Lisboa de João Nunes Tinoco. 1650. BNP (seta branca).

Tendo em conta este posicionamento, entende-se que a criação do património imobiliário régio na rua Nova pode indicar que a construção deste novo eixo viário se tratou de um investimento e que ganhou importância mesmo antes de estar concluído²⁹⁷.

²⁹⁴ AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro dos Pregos*, doc. 20, f. 31 e 31v. D. Dinis estabelece com o concelho de Lisboa as condições para a construção da muralha da Ribeira de Lisboa, a edificar entre a Torre da Escrivãzinha e as casas do rei da Rua Nova, cujo financiamento deveria ficar a cargo de ambas as autoridades.

²⁹⁵ *Idem, ibidem*.

²⁹⁶ CARITA, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, op. cit., pp. 27-29.

²⁹⁷ Sobre a formação do espaço ribeirinho durante o período medieval consultar a tese de Doutoramento de António Fialho Silva, na qual apresenta e discute algumas reconstituições hipotéticas desta área nos séculos XIII e XIV, p. 317. SILVA, António Fialho (2017). *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Tese de Doutoramento em História Medieval. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 317.

Este prestígio veio a confirmar-se numa súplica que o concelho de Lisboa remeteu ao rei D. João I para que isentasse de pousadias a rua Nova. Pedido que pode ter sido motivado por possíveis disputas e conflitos entre os moradores/proprietários e as pessoas que gozavam do privilégio de aposentadoria: “fazemos saber aa sua merçee que a Rua Nova he hũa das melhores ruas que ha nos seus reynos e como per ell sempre foy escusada e deffesa que nenhuuns nom pousassem em ella”²⁹⁸. A dispensa da obrigação com os encargos relativos à aposentadoria tornava a rua inacessível aos fidalgos que fruíam daquele direito, tornando-a mais vocacionada para os mercadores e para o comércio²⁹⁹.

Depois de mais de um século e meio da construção das primeiras casas na rua Nova dos Mercadores, no reinado de D. Afonso V um número significativo dessas residências apresentava sinais de decadência, circunstância aproveitada pelo monarca para impor uma renovação arquitetónica, que mudaria significativamente o feitio e uso das fachadas. Em 1462, este rei impôs a alguns foreiros das casas da rua Nova dos Mercadores que substituíssem as velhas estruturas de madeira pela pedra e que “as casas da dita Rua noua fossem feitas sobre arcos de camtaria Com paredes sobre eles de pedra e cal atee o telhado. sem terem frontaes de tauoado como ora tem”³⁰⁰; uma ordem que iria conferir homogeneidade à fachada. A presença da arcada exprime, também, uma adaptação das fachadas da rua Nova dos Mercadores à possível circulação de pessoas a cavalo³⁰¹, porque o que parece que está a ser exigido ao foreiro é que construa um arco relativamente alto: “faça a cada huua das ditas casas huu arco de camtaria que chegue

²⁹⁸ AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro dos Pregos*, doc. 351, f. 262v. *D. João I regula a aposentadoria na Rua Nova de Lisboa*.

²⁹⁹ Para a rua Nova de Tavira, também ela uma rua de mercado, o rei D. Manuel determinou que “em nhuu tempo q seja nõ se aposente nehuaa pessoa que seja na rrua noua dauilla detauilla”. Por “Respeito aos estrangeiros e mercadores” D. Manuel apresentara àquela classe de comerciantes o uso quase exclusivo da rua. ANTT, Liv. 5 *Odiana*, fl. 210.

³⁰⁰ GONÇALVES, Iria (1980). “Aspectos económicos e sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 1, p. 169. Relendo este documento, que se trata de um contrato de aforamento de duas casas que foi feito ao mercador Fernam Ruiz, ele foi obrigado a corrigir estas casas porque se encontravam danificadas. Mais à frente, o contrato especifica como seriam as obras dos arcos: “E de si comsydrando como aquelles que as ditas casas trazem per prazo o não queriam fazer receamdo as grandes despesas que se lhe dello seguiam sem receberem danos [...] contamdo que ho dito fernam rruiz da feitura desta a bº anno segymtes faça a cada huua das ditas casas huu arco de camtaria que chegue acerca do primeiro sobrado. E de hy pera çima atees o telhado de parede de pedra e cal com janellas. nem seram mais fora pera a rua do que sam as sacadas das ditas casas do sobrado de todo pera çima”. ANTT, *Leitura Nova, Estremadura*, Livro 8, fls. 62-63v.

³⁰¹ Enrico Guidoni diz que “sob as arcadas deve-se frequentemente permitir a passagem de homens a cavalo, enquanto a largura dela é proporcional, pelo menos, à carruagem”. GUIDONI, Enrico (1990). “I portici nella tradizione urbanistica europea”, *op. cit.*, p. 56.

acerca do primeiro sobrado”³⁰².

A renovação desta importante artéria, levada a cabo pelo rei D. Afonso V, pode ser assumida como um momento de mudança na forma como a cidade é compreendida e estimada. Aliás, as razões evocadas – “por a dita Rua seer melhor e mais principal da dita Cidade. como por aueríamos por muito serviço e homrra e nobreza della. E querendo dar ordem. como asi serem corregidas por que huua das cousas que muito ennobrecem os lugares. asi he por euer em eles boas casas e bem ordenadas”³⁰³ – vão ao encontro das ideias culturais que circulavam sobre a cidade, nomeadamente com alguns dos preceitos propostos por Leon Batista Alberti. No seu tratado *De Re Aedificatoria*, concluído em 1452, este arquiteto, pintor e escultor esclarece que “uma via dentro da cidade, além de que deve ser bem pavimentada, e limpíssima, será belissimamente ornamentada por pórticos de delineamentos semelhantes e por casas de ambos os lados, alinhadas ao cordel e ao nível”³⁰⁴. Além disso, para esta rua Nova dos Mercadores havia um critério claro: as vendas consideradas desapropriadas e de produção artesanal não tinham aqui lugar, sendo a venda de artigos de luxo a atividade predominante³⁰⁵.

O esforço para manter a beleza e enobrecimento da rua Nova dos Mercadores prossegue no reinado de D. João II, principalmente num grande investimento com a pavimentação. Em 1482, D. João II informa a câmara de Lisboa que mandara lajear toda a rua Nova, implicando uma metodologia própria que consistia no desenho da rua, necessário para se apurar o investimento que aquela obra exigia “solicitando que enviassem a dita rua tirada ou pintada pelo natural para a poder entender”³⁰⁶. A pedra era proveniente da cidade do Porto. Aquando da sua estada naquela cidade, D. João II “dera ordem e maneira como comprassem certa cantaria talhada de torres e casas para lajear a Rua Nova da Cidade por nobreza e limpeza dela”³⁰⁷. No entanto, a falta de financiamento

³⁰² ANTT, *Leitura Nova, Estremadura*, Livro 8, fls. 62-63v.

³⁰³ *Idem, ibidem*.

³⁰⁴ ALBERTI, Leon Batista (2011). *Da Arte edificatória*. Tradução do Latim de Arnaldo Monteiro do Espírito Santo. Introdução, notas e revisão disciplinar de Mário Júlio Teixeira Kruger. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 535.

³⁰⁵ Ao contrário do que acontecia na grande artéria comercial de Londres – a Cheapside – em finais do século XVI e no século XVII. Vanessa Harding constata que nesta rua coexistiam negócios com estatutos diferentes: à frente das casas eram vendidos artigos caros e luxuosos; a parte central da rua apresentava-se “como um rio turbulento, desordenado e colorido”. Aqui eram vendidos vários alimentos como o peixe fresco, a carne, frutas e legumes; aves de capoeira, os ovos e coelhos. HARDING, Vanessa (2006). “Shops, Markets and Retailers in Londons’s Cheapside c. 1500 - 1700”, *op. cit.*, p. 161.

³⁰⁶ PINTO, Pedro (2017). “Resumos e transcrições de documentos relativos à Rua Nova”. In *A Cidade Global. Lisboa no Renascimento. The Global City. Lisbon in the Renaissance*, *op. cit.*, p. 366.

³⁰⁷ D. João II imaginou a rua Nova dos Mercadores pavimentada em granito. *Idem, ibidem*.

paralisou por completo os trabalhos de pavimentação da rua. Uma vez que quem iria beneficiar mais com aquela obra seriam as gentes fidalgas e o clero, como reconheceu o rei D. Manuel, em 1498 ficou determinado que o calcetamento da rua Nova dos Mercadores fosse patrocinado por aquelas classes: “como desta cousa se segue tanta nobreza a cidade e ainda proveito geeral a todos principalmente aos fidallguos que tanto dizes que o agravam aveemos por bem que todavia a obra das ditas calçadas se faça e as acheguas dellas”³⁰⁸.

No virar do século, a vida comercial da cidade de Lisboa girava em torno da rua Nova dos Mercadores, contexto que trouxe à tona os problemas relacionados com a propriedade e os direitos do foro. Perante esta situação, urge perguntar até que ponto a arquitetura dos edifícios desta rua refletia essa situação, particularmente no que dizia respeito ao domínio do espaço coberto, à sua propriedade e ao seu uso – se comum ou privado. Donatella Calabi reconhece que existe uma grande dificuldade em administrar espaços com uma combinação de comércio, taxas, sisas e moeda. Os mecanismos fiscais aplicados às concessões de licenciamento acabam por afetar o regime de propriedade do solo e dos edifícios nas áreas de mercado. Além disso, a imposição do uso coletivo de determinados espaços que, paralelamente, têm uma condição de uso privado (corporações, categoria profissional, cidadãos individuais) é um problema que se repete com alguma regularidade nos grandes centros urbanos³⁰⁹.

A documentação manuelina referente à funcionalidade da rua reflete, justamente, problemas relacionados com a sua gestão. Ora vejamos. Em 1498, D. Manuel ordena um levantamento das pessoas “que na Rua Nova alugam as paredes d’ante as suas portas”³¹⁰, para que o aforamento daquele espaço fosse pago ao concelho, porque o chão sob os arcos ou alpendres pertenciam à cidade, como é particularmente elucidativo no caso de Álvaro Nogueira. Este fidalgo da Casa Real permitiu que alguns merceeiros armassem na parede das suas casas “pregos para pôr a sua marcaria, mas como eles punham assentos de tripeças e cadeiras, nas quais se assentavam e punham alguma mercadoria, pedia à câmara o aforamento de um côvado de chão da dita rua”³¹¹. É possível que aquela fiscalização

³⁰⁸ AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro 1º de D. Manuel I*, doc. 25 (antigo 26). *D. Manuel responde a um conjunto de questões colocadas pela Câmara de Lisboa* [8 de agosto de 1498].

³⁰⁹ CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la città. Piazze, strade, architetture d’Europa in età moderna*, *op. cit.*, p. 153.

³¹⁰ *Idem, ibidem*.

³¹¹ PINTO, Pedro (2017). “Resumos e transcrições de documentos relativos à Rua Nova”. In *A Cidade Global. Lisboa no Renascimento. The Global City. Lisbon in the Renaissance*, *op. cit.*, p. 369.

ordenada pelo monarca adviesse de um pedido por parte da câmara, no sentido de apurar quem era devedor do foro. A capacidade económica da rua, nomeadamente a exploração do espaço das paredes para criar outro nicho de lojas ou tendas dispostas ao longo das fachadas, com tendência a tornar-se numa aglomeração de pequenas “lojas de parede”³¹², deve ter feito o concelho e vereadores pensarem que seria uma situação muito proveitosa para eles, na medida em que podiam cobrar um certo valor por aquela ocupação, porque o passeio sob as arcadas era pertença da cidade. No ano seguinte, em 1499, D. Manuel ordenou que deixasse de ser prática comum a construção de avançados, à exceção da rua Nova dos Mercadores e de outras artérias cujos balcões ou sacadas não causassem constrangimentos: “se nam husse do forall e capitollo que falla nas sacadas que se fazem nas cassas que possam tomar a terça parte da rua [...] e esto se nam entendera nas sacadas da Rua Nova nem em algũuas outras em que conhecidamente se veja que nam fazem nojo”³¹³. A questão que se coloca é saber se a atenção e controlo que as arcadas e alpendradas exigiam – porque davam lugar a várias disputas entre proprietários e o concelho – são motivo suficiente para que D. Manuel decidisse impedir a construção destes elementos e demolir parte dos existentes.

O alvará de 3 de abril de 1502 refere que a demolição de balcões e sacadas seria para impedir a propagação de incêndios e evitar que sob esses avançados se escondessem ou abrigassem malfeitores. Todavia, ficariam fora deste desígnio os balcões e, por conseguinte, as alpendradas da rua Nova dos Mercadores³¹⁴. Na misteriosa pintura a óleo, pertencente à Society of Antiquaries of London, de autor anónimo, datada do século XVI, a fachada da rua Nova dos Mercadores é composta por um sistema de arquitraves de madeira, apoiadas em colunas ou esteios esbeltos, com várias dimensões, quer na altura quer na largura do intercolúnio. O espaço emprestado às trocas comerciais é colocado sob aqueles esteios. Nessa pintura é representada uma grade de ferro que fazia a demarcação da área dos cambistas. Este elemento separador e marcante acabou por dar origem a um

³¹² Deviam ser uma espécie de montras como as que ainda hoje podem ser encontradas em algumas ruas da Baixa Pombalina de Lisboa, nomeadamente na parede da fachada da Livraria Ferin, localizada na rua Nova do Almada.

³¹³ AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro 1º de D. Manuel I*, doc. 37 (antigo 38). [D. Manuel ordena, com exceção para algumas ruas onde não provocam problemas, a demolição das sacadas existentes em Lisboa. 17 de junho de 1499].

³¹⁴ “por se escusarem inconvenientes dalguns fogos que ás vezes se alevantam e também por hi nom haver os acolhimentos que há para os malfeitores [...] que nos a isso movem determinamos que todo los Balcoens e sacadas de todalas Ruas desta cidade tirando os da Rua Nova dos Mercadores, sejam derribados, e se deribem pellidos moradores das casas em que os houver”. *Apud* CARITA, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, *op. cit.*, p. 219.

outro topónimo pelo qual também é conhecida esta rua, a rua Nova dos Ferros³¹⁵. A existência de uma barreira de correntes é um sinal da divisão da propriedade privada de uma parte da rua relativamente ao contexto envolvente, nomeadamente ao uso público (Figs. 30-31).



Figura 30. Lisboa. Pintura da rua Nova dos Mercadores de Lisboa, século XVI. Society of Antiquaries of London



Figura 31. Lisboa. Rua Nova dos Mercadores no Livro de Horas dito de D. Manuel, atribuído a António de Holanda, 1517-1551. Museu Nacional de Arte Antiga. (matriznet.dgpc.pt). Seta azul aponta para a grade de ferro.

³¹⁵ TRINDADE, Luísa (2016). “Uma outra representação da Rua Nova dos Mercadores, em Lisboa: a tábua do “martírio de S. Sebastião”, de Gregório Lopes”. *Medievalista online*, (20), 1-25. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-740X2016000200004&lng=pt&tlng=pt.

Para Mercedes Espiau, o *soportal* (arcada ou alpendre) é sinónimo de um urbanismo planeado, que identifica a cidade ideal com a cidade funcional. Mas, em termos práticos, este elemento é revelador de diversidade, de contradição, de paradoxo e de ambiguidade, porque define uma área de fronteira entre o espaço público e privado³¹⁶.

Apesar de no início de Quinhentos existir uma predileção por estas estruturas, urge colocar aqui outra questão. Por que motivo D. Manuel poupou, deliberadamente, as sacadas da rua Nova dos Mercadores, enquanto outras ruas foram alvo daquele programa de demolição? Sandra Pinto aponta a hipótese deste rei pretender retirar ao concelho algum poder económico, uma vez que os foros cobrados pelo espaço debaixo dessas estruturas pertenciam à câmara³¹⁷. Todavia, também podem ser conjeturados outros propósitos. A eliminação dos balcões erguidos sobre arcadas ou alpendres no “corpo da cidade” parece ser uma iniciativa para determinar os circuitos comerciais na urbe, bem como impedir a dispersão das atividades, destruindo aqueles elementos arquitetónicos propícios ao alojamento de vendas, vendedores ou ofícios mecânicos indesejáveis naquele espaço. Prova disso está num segundo alvará, de agosto de 1503, no qual são acrescentadas algumas exceções. A provisão do rei, cuja execução teria que ser feita em seis meses, deve ter enfrentado uma certa oposição por parte de alguns proprietários dos edifícios ou dos oficiais mecânicos, que trabalhavam sob os balcões. Assim, foram concedidas várias exceções àquela regra, como o balcão de Álvaro Eanes, tosador, “porque somos enformados que para o maneyo de seus officios lhe convem [...] nom sejam constringidos para as suas balcoadas da quelas casas deribarem a saber o dito alvaro anes e o vezinhos da daquela parte e não outro”³¹⁸. Da mesma forma, ficaram

³¹⁶ EIZAGUIRRE ESPIAU, Mercedes (1999). “El espácio ambíguo: apuntes para una reflexión sobre el soportal (y Sevilla)”. *Laboratorio de Arte*, 12, p. 388.

³¹⁷ PINTO, Sandra Mara Gameiro (2006). *Análise Formal: Recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 152.

³¹⁸ “item os Balcoes dos Tanoeiros em ambas as tanoarias a saber da porta doura para Cataquefaras contra as casas de Loppo Mendes, e nesta outra tanoaria do Terreiro das nossas Cazas que estão ocupadas com o trauto dos Frorentis (?) havemos por bem que lhe fiquem contanto que as metão e ponham todos sobre arcos de pedraria e que fiquem todas as ditas Balcoadas sobre os ditos arcos iguais sem uma sair mais que outra nem ser mais alta que outra [...] item os Balcoes das ruas da Ferraria havemos por bem que fiquem sobre esteos de Pedraria como da Rua Nova dereitos e muy bem obrados, e ainda nos lugares em que convem lhe seja dado tanto chão como convinha para todas as casas ficarem iguais e por cordel e que hua não saya mais que outra e se sobre os ditos esteos quizerem os moradores das casas daly que lhe fiquem come(?) logo a fazer ese não de ribarselheão , e se meterão como todos os outros asy como o temos mandado. *Apud* CARITA, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, *op. cit.*, p. 219.

excluídas daquele programa de demolição a rua da Tanoaria e a rua dos Ferreiros, ambas na zona ribeirinha. Nas ruas e oficinas em que é permitido o uso do balcão, D. Manuel ordenou, em nome do decoro, a substituição dos materiais e, para garantir a regularidade das fachadas, os proprietários eram obrigados a colocar todos aqueles balcões ou sacadas “sobre arcos de pedraria e que fiquem [...] iguais sem hua sair mais que a outra nem ser mais alta que a outra”³¹⁹. Estas exceções esclarecem, precisamente, que a existência ou a construção de arcadas só era permitida nos casos em que a importância económica e comercial fosse evidente, sobretudo nas ruas em que se verifica uma grande presença de ofícios. Nos casos onde o balcão podia permanecer parece haver uma clara intenção de favorecer ali a existência de espaços comerciais ou artesanais exclusivos e, também, a necessidade de agradar ou beneficiar cinco ou seis cidadãos, possivelmente com alguma relevância³²⁰. A partir da função do alpendre numa fachada, ideal para abrigar as trocas comerciais, pode, com efeito, falar-se de uma demarcação topográfica comercial na cidade durante o reinado de D. Manuel I. Limitar um número de artérias com fachadas alpendradas ou com arcadas – que tornavam as ruas mais estreitas e perturbavam a circulação – pode ser interpretado como uma forma de excluir nelas a atividade comercial ou oficinas.

As medidas manuelinas acabariam por ter uma dupla funcionalidade. Em termos de beleza urbana, nas ruas onde era obrigatório demolir os balcões (uma espécie de varanda que se projetava sobre a rua) era determinada a construção de uma parede direita, devendo estar delineada com uniformidade e harmonia. Nos casos em que eram permitidas essas saliências, o rei deixou indicações precisas sobre a construção (sustentadas por arcos ou esteios) e com dimensões definidas, normas que eram necessárias para evitar a ocupação indevida do espaço público. Em termos funcionais, a

³¹⁹ *Idem, ibidem.*

³²⁰ Fabrizio Nevola refere que as demolições dos pórticos eram uma atitude muito comum nas cidades italianas. Os estatutos de numerosas cidades do centro da Itália exigiram a remoção de tais estruturas pelo menos desde o século XIV. Nevola descreve o exemplo das demolições ordenadas pelo papa Sisto IV della Rovere, como forma de controlar a cidade. Em 1475, o rei Fernando I de Nápoles teria aconselhado este papa que, se ele quisesse controlar a cidade de Roma, deveria limpar suas ruas dos pórticos e estruturas que se elevavam à frente dos edifícios, o que tornava as ruas mais estreitas para serem defendidas. As demolições e renovações posteriores ao conselho dado pelo rei napolitano – para quem os pórticos significavam marcações espaciais, que identificavam diferentes poderes e estatutos sociais – foram aplicadas com o pretexto de pavimentar as ruas e enobrecer a imagem da cidade. A política de demolição de pórticos iniciada pela ordem papal levou à remoção da maioria das estruturas suspensas em Roma. NEVOLA, Fabrizio (2013). “Surveillance and control of the street in Renaissance Italy”. *Tatti Studies in the Italian Renaissance*, 16.1/2, pp. 89-90.

permanência ou remoção dos balcões acrescentava ou eliminava os espaços cobertos onde se poderiam abrigar vendedores ou artesãos. Limitar a existência de arcadas ou alpendradas evitava, por sua vez, problemas relacionados com o uso do espaço coberto e disputas sobre os direitos dos foros. É neste contexto que, em 1512, D. Manuel se viu obrigado a legislar sobre a forma e dimensões dos tabuleiros onde se expunham os produtos. Nos passeios cobertos da rua Nova foram estabelecidos dois tipos de tabuleiros: o das paredes, que os proprietários das casas aforavam (metade do foro deveria reverter para os cofres do concelho) e os tabuleiros que o concelho alugava diretamente aos mercadores. Os primeiros, pregados na parede, deveriam ter três palmos de largura (c. 60 cm)³²¹; os segundos, colocados no chão, deveriam ter apenas um côvado de medir pano (c. 55 cm), com a indicação que parte dele seria desdobrável³²². Acrescenta, para maior decoro da rua, alguma distinção aos bancos e tabuleiros, exigindo que fossem construídos de boa madeira, estivessem sempre limpos e alinhados uns com os outros³²³. A legislação das estruturas de venda traduz, portanto, algumas medidas de desocupação e que, obviamente, iam no sentido de marcar e materializar os limites dos direitos de cada um, regras que, com o passar do tempo, deixaram de ser cumpridas.

Na segunda metade do século XVI, a maioria dos produtos luxuosos que chegavam ao porto de Lisboa era vendidos nas lojas dos ricos mercadores³²⁴, facto que

³²¹ “que os senhorios das casas da dita Rua Nova posam allogar as suas ante portas asy como disserem as testadas das suas cassas a queem quiserem nam tomando poreem mais de tres pallmos de largura com tanto que daquello porque asy allugarem as ditas suas ante portas dêem metade a çidade”. AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro 3º de D. Manuel I*, doc. 97, fls. 115 e 115v. *D. Manuel estipula a forma como devem ser instalados os tabuleiros na Rua Nova de Lisboa e incumbe a Câmara da sua fiscalização* [5 de março de 1512].

³²² “açerqua dos tavolleiros debaixo das casas da Rua Nova [...] Faram os tavolleiros de hum côvado do qual côvado a terça parte será quebradiço”. AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro 3º de D. Manuel I*, doc. 105 e 105 A, f. 124 a 125v. [A Câmara de Lisboa define as dimensões dos tabuleiros cuja construção D. Manuel autorizara, sob certas condições, na rua Nova dos Mercadores, em Lisboa, posterior a 27 de agosto de 1512].

³²³ “ofiçiaees que ouverem de teer tavolleiros os nam terem de mais largura que dos ditos tres pallmos neem sayra huum mais que outro e serem bem obrados e de bõoa madeira e limpos e os que ouverem de teer obras feitas em varaees nam as terem em cordas e faram seus varaees de boas varas bem pymtadas”. AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro 3º de D. Manuel I*, doc. 97, fls. 115 e 115v. *D. Manuel estipula a forma como devem ser instalados os tabuleiros na Rua Nova de Lisboa e incumbe a Câmara da sua fiscalização* [5 de março de 1512].

³²⁴ “Sob os pórticos, mesmo com mau tempo, os compradores da Rua Nova dos Mercadores podiam adquirir quaisquer luxos importados que desejassem: têxteis europeus e asiáticos, porcelana chinesa Ming, joias e pedras preciosas da Índia, objetos em madrepérola”, produtos que eram trazidos pelos marinheiros. GSCHWEND, Annemarie Jordan (2017). “Fazer compras na Rua Nova dos Mercadores”. In *A Cidade Global, op. cit.*, p. 134.

aumentou o interesse pela rua, cada vez mais atrativa, sobressaindo a constante tensão entre os proprietários e o concelho, que reivindicavam as receitas provenientes dos aforamentos dos tabuleiros, bancos e banquetas. Neste período, a rua Nova dos Mercadores estava repleta de bancos e tabuleiros, que dificultavam a passagem, levando a câmara a contestar tal situação. Em 1565, a maioria dessas estruturas era ocupada por sirigueiros, mercadores que se dedicavam à venda de fios e lãs, que passavam o “dia trabalhando com seus officios ganhando sua vida e com suas tendas que tinham com suas sedas e com os bancos acupauão e pejauam a seruintia do pouo que se não podia serujr per baixo das ditas cubertas”³²⁵. Embora a contestação evoque o “uso comum” e o “bem público” da rua, evidenciam-se ambições monetárias. Mais do que garantir o uso comum, parece tratar-se, acima de tudo, de preservar o valor das rendas provenientes daquela ocupação, pedindo ao rei que obrigasse aqueles artesãos a pagar o foro à câmara “que então erão muytos e creção cada uez mais e ocupauam mais a dita rua e cubertas publicas sem disso pagarem cousa alguma a cidade”³²⁶. O rei acabou por determinar que os serigueiros poderiam manter os seus tabuleiros sob os pórticos, desde que pagassem parte do foro ao concelho e outra parte aos donos das casas, deixando ainda uma distância adequada, a fim de permitir a passagem de pessoas.

O valor cobrado pelos tabuleiros e pelas banquetas penduradas nas paredes, repartido pelo concelho e proprietários, sugere que, mesmo assim, não deixava de ser um investimento vantajoso. Este máximo aproveitamento da rua – das paredes ao chão – indica que toda a utilização da mais importante rua do Império português era alvo de taxas e elevados impostos, que só a alta classe de mercadores podia sustentar, como é ilustrativo o exemplo de Simão de Melo, capitão de Malaca.

A pujança e exuberância que a rua Nova dos Mercadores adquiriu no reinado de D. João III – onde, segundo Damião de Góis, “se juntam todos os dias os comerciantes de quási todos os povos e partes do mundo”³²⁷ – está bem patente nos gastos extravagantes da rainha Catarina de Áustria, mulher deste rei³²⁸. Entre roupas e tecidos finos e raros também foram adquiridos inúmeros objetos oriundos das várias partes do

³²⁵ PINTO, Pedro (2017). “Resumos e transcrições de documentos relativos à Rua Nova”. In *A Cidade Global. Lisboa no Renascimento. The Global City. Lisbon in the Renaissance*, op. cit., pp. 380-381.

³²⁶ *Idem, ibidem*.

³²⁷ "Descrição da cidade de Lisboa pelo cavaleiro português Damião de Góis" (s.d), p. 48. Fundação Mário Soares / DFL - Documentos Felicidade Alves, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07466.005.001> (2020-9-18)

³²⁸ Sobre os gostos e perfil cultural da rainha Catarina de Áustria consultar GSCHWEND, Annemarie Jordan (2013). *A rainha colecionadora: Catarina de Áustria*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores.

mundo, como revela o inventário do referido capitão de Malaca, realizado em 1570, no qual constam registados uma grande variedade de produtos exóticos e luxuosos, provenientes das regiões da Ásia e do Extremo Oriente, que eram vendidos nas lojas da rua Nova dos Mercadores”³²⁹.

³²⁹ No final do século XV e inícios do século XVI circulavam pela rua Nova de Lisboa uma grande quantidade de clientes provenientes das várias partes da Europa. As lojas desta rua estavam bem equipadas e abastecidas de produtos importados, exóticos e raros, de novos bens de consumo, típico das relações comerciais ultramarinas. Para uma ideia do seu ambiente social e comercial ler GSCHWEND, Annemarie Jordan (2017). “Fazer compras na Rua Nova dos Mercadores”. In *A Cidade Global*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 134-189.

2.3.5 – A rua Ancha, em Évora

A rua Ancha (atualmente João de Deus), em Évora, formou-se no arrabalde, contornando o troço da muralha medieval, compreendido entre a porta de Alconchel e a porta Nova. Deve a sua função comercial à praça do Giraldo. Um sinal visível desse uso é o facto de as arcadas do lado oriental da praça se prolongarem pelas ruas Ancha e do Paço (atual rua da República), como se de uma única via se tratasse, unindo longitudinalmente a cidade (Fig. 32).



Figura 32. Évora. Localização da rua Ancha e rua do Paço (setas brancas) (Google earth, 2019).

O topónimo *Ancha* carrega em si uma característica física que remete para uma rua mais larga, comparativamente com outras ruas da cidade. Enrico Guidone refere que a presença de arcadas perfaz uma maior largura da rua, que às vezes funciona como uma verdadeira praça de mercado³³⁰. Na génese deste conjunto arquitetónico estão os primeiros alpendres em madeira. De acordo com Ângela Beirante, D. Dinis aforava tendas e poios a mercadores que costumavam vender à porta de Alconchel³³¹. Também aqui o concelho mandara fazer uma “*parede na praça d’Alconchel em que estão as*

³³⁰ GUIDONI, Enrico (1990). “I portici nella tradizione urbanistica europea”, *op. cit.*, p. 56.

³³¹ BEIRANTE, Ângela (1988). *Évora Medieval*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, pp. 100-103.

fruyteiras”, da qual arrecadava uma renda pelos postos de venda³³². Posteriormente, estas estruturas de venda efémeras foram substituídas por construções em alvenaria, dando início a um conjunto de lojas permanentes.

Na rua Ancha não havia uma especialização relativamente às atividades, estando presentes quer comerciantes, quer ofícios mecânicos, muito embora houvesse uma tendência de concentração das atividades semelhantes. Daí que a permanência de certos artesãos num determinado troço da rua tivesse dado origem a diversas denominações de áreas que se diferenciavam pelos ofícios ali presentes. No século XV este eixo também era designado como “rua ancha dos sapateiros defronte da igreja de sancto antão”, ou “arcos dos sapateiros imdo da prassa pera a Porta nova da mão direita”³³³. Existiam mercadores de têxteis, nomeadamente de panos ingleses, considerados tecidos de alta qualidade³³⁴ e, na extremidade da rua, em torno da porta Nova, situavam-se as oficinas dos odreiros e dos oleiros; os ourives ocupavam um lugar mais proeminente, nas arcadas localizadas em plena praça. A rua Ancha caracteriza-se pela sucessão de arcos desarticulados entre si, mas tal não significa uma ausência de normas construtivas. É possível que a formação das arcadas da rua Ancha tenha sido resultado de uma extensão adicional; a um ritmo lento, mas constante (Fig. 33).

³³² PEREIRA, Gabriel, [1885-1891] (1998). *Documentos históricos da cidade de Évora*, 1a, 2a, 3a partes, Lisboa: INCM, p. 112.

³³³ CARVALHO, Afonso de (2007). *Da Toponímia de Évora: século XV*, Vol. 2. Lisboa: Edições Colibri, p. 47.

³³⁴ Veja-se o caso de José Gomes Chaves, familiar do santo ofício, que tinha a sua loja na rua Ancha, onde vendia roupas inglesas. LOPES, Bruno (2012). “Familiares do Santo Ofício, População e Estatuto Social (Évora primeira metade de setecentos)”. *Atas do I Congresso Histórico Internacional As cidades na História: População*, Vol. III – Cidade Moderna. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 279-307.



Figura 33. Évora. Conjunto das arcadas da praça do Giraldo (fotografia Daniela Pereira, 2016).

No entender de Fabrizio Pensabenne, os casos em que se verifica um desalinhamento da fachada, demonstrado pelos ligeiros avanços e recuos, bem como pelas diferenças de largura, altura, profundidade e morfologias, representam diferentes contextos da formação da rua. Em Évora, este tipo de composição pode indicar várias fases construtivas, tal como constatou o autor italiano para o caso dos pórticos de casas medievais de Roma. Por outro lado, quando existe igualdade ou sequência de arcos iguais, tal pode apontar para uma única propriedade. Pensabenne argumenta ainda que o prolongamento no espaço e no tempo destas características arquitetónicas acompanhava os ritmos do comércio de um determinado momento histórico³³⁵. Além disso, existe uma ligeira inclinação das ruas que arrancam da praça do Giraldo contribuindo para o desalinhamento das fachadas³³⁶.

De facto, no início do século XVIII, parece ter ocorrido o estabelecimento de comerciantes ao longo da rua Ancha, exigindo uma reforma das casas ali existentes, como

³³⁵ PENSABENE, Patrizio (2008). “I portici nelle case medievali di Roma”. In *Il reimpiego in architettura*. Roma: École Française de Rome, Sapienza Università di Roma, Dipartimento di storia dell’architettura, restauro e conservazione dei beni architettonici, pp. 67-93.

³³⁶ No âmbito da construção do aqueduto da cidade de Évora e da ampliação da igreja de Santo Antão foi necessário demolir algumas casas, expropriar quintais e serventias e, inclusivamente, destruir uma “câmara” que estava erguida sobre os arcos da rua Ancha. BILOU, Francisco (2010). *A refundação do Aqueduto da água da Prata em Évora, 1533-1537*. Lisboa: Edições Colibri, p. 92.

é a inserção de novos elementos arquitetónicos. Este fenómeno construtivo pode ser associado a um momento de intensa prosperidade económica, tendo ocorrido uma segunda fase de construção de arcos, ou seja, um crescente número de lojas na rua. Nos registos notariais setecentistas de Évora constam requerimentos de mercadores à câmara para que lhes seja concedida a autorização de construir um arco na frente de suas casas, de modo a ampliar e, simultaneamente, proteger as suas lojas das condições climatéricas, como são os exemplos dos mercadores de mercearia João Martins Coelho e Manoel Mendes Espada.

João Martins Coelho era “possuidor de umas casas na Rua ancha onde morava Luis de França na quaes pretende por sua logea e nas cazas tem tal prejuízo por nos pontaes lhe entrar agua, nas quaes fez um telhado pela tenda por um arco com huma camara por cima [...] e achando que a construção do arco não é de prejuízo ao povo concede fazer o arco na forma que Vossa senhoria determinar”³³⁷. De acordo com as instruções camarárias, antes de qualquer intervenção arquitetónica era feita uma vistoria ao lote. Dois funcionários do concelho mediam o espaço a intervir com o intuito de apurar as medidas dos arcos da casa precedente e fixá-las no contrato para que estas fossem respeitadas. Depois de uma vistoria rigorosa era dada a autorização para a construção definitiva do arco, com a condição de “terem sempre o dito arco aberto em forma que se possa servir o povo por elle como estão os arcos uezinhos e sobre o dito arco poderem fazer caza”³³⁸. A licença e aforamento feitos ao mercador de mercearia Manuel Mendes Espada complementa o contrato anterior, na medida em que revela que a construção de um novo arco significava novos rendimentos para o concelho, provenientes quer da compra do chão quer do foro anual atribuído: “foi ditto que ele intenta fazer um arco juntto a Porta da Rua das casas em que mora immediatas a humas casas do Doutor Vicente da Silva Bravo sendo o tal arco como obrigassem delles suplicantes pagar o foro a este senado da mesma forma que as casas que ficam juntto às delles suplicantes sem impedimento da serventia da dita rua o que nam pode fazer sem licença e consentimento deste senado pelo que pede a vossa senhoria lhe fassa merce do consentimento e licença pera fazer o ditto arco ficando com obrigação do foro que lhe for destinado”³³⁹. A

³³⁷ ADE. *Escritura de aforamento de hum cham para fazer um arco que o senado da Camara de evora aforou a João Martins Coelho, mercador*. Cota 224, fls. 235-239, [9 de fevereiro de 1707].

³³⁸ *Idem, ibidem*.

³³⁹ ADE. *Aforamento em fatiozim de hum arco que fez Manoel Mendes Espada ao Senado da Câmara*. Cota 224, fls. 245-246. [8 de agosto de 1709].

necessidade de o concelho assegurar desde logo que a passagem sob o arco não fosse comprometida indica que o negócio tinha lugar à frente da casa, onde colocaria um tabuleiro ou uma banqueta para a exposição dos produtos comercializados. A construção do arco possibilitava, ainda, a ampliação do espaço doméstico, posto que por cima da arcada o morador estava autorizado a construir mais uma divisão (Figs. 34 e 35).



Figura 34. Évora. Rua Ancha (atual rua João de Deus).



Figura 35. Évora. Arcaria da porta Nova (fotografia David Freitas).

A leitura específica destes contratos pode identificar vários contextos. Expõe que na primeira metade do século XVIII o comércio na rua Ancha se apresentava vigoroso, sendo a construção de uma nova loja (um novo arco) um sintoma da importância comercial da artéria; mostra que quem quisesse ter um negócio nesta rua teria que construir este tipo de elementos; retrata um pouco o processo de formação do conjunto de arcadas. A ideia de sequência, ou seja, de que os arcos iam sendo construídos à medida das necessidades, encontra-se esclarecida em sentenças como esta: “concede licença ao suplicante de fazer hum arco na mesma forma que está o outro”³⁴⁰, ou seja, igual ao da casa contígua. Embora a arcada precedente constituísse uma diretriz, houve sempre lugar para desvios, facto que justifica a enorme variedade de arcos que compõem a fachada da rua Ancha, mas também da praça do Giraldo e da rua do Paço.

Relativamente ao significado funcional do arco, à medida que a câmara de Évora exercia a sua obrigação de legislar sobre as construções, nomeadamente os acrescentos, como forma de implementar uma ordem na estrutura urbana, é possível testemunhar que

³⁴⁰ *Idem, ibidem.*

todos os envolvidos podiam obter ganhos e lucros com as trocas comerciais: o monarca lucrava com os impostos sobre as transações comerciais; o concelho ganhava com a venda do chão e aforamento das arcadas; os mercadores beneficiavam da localização privilegiada dessas mesmas lojas.

2.4 - O rossio, o terreiro, o campo e o chão: lugar de feiras e de grandes mercados

Ao longo do período medieval, e até pelo menos ao final do século XIV, a maioria das feiras e mercados instituídos realizava-se intramuros: em frente ao castelo, ou perto das igrejas, ou na praça principal e ruas adjacentes, ou junto às principais portas das muralhas. Porém, nem todas as cartas que continham a criação da feira mencionavam o lugar onde se realizava, facto que levou Virgínia Rau a concluir que depois de “outorgada a mercê ao concelho de uma localidade era a ele que competia escolher e ordenar o local mais próprio e vantajoso”³⁴¹. Todavia, é possível rastrear os antigos espaços de feiras e mercados dentro das muralhas a partir da gravação da vara, do côvado ou da braça em alguns edifícios, como os que José Mário Barroca listou. As medidas-padrão que sobreviveram ao desgaste do tempo podem ser encontradas em paredes de igrejas, nas portas das muralhas, nas paredes dos castelos e em edifícios públicos³⁴². Além disso, a metrologia cinzelada na pedra sugere uma relação com as autoridades que regulamentavam aquele espaço comercial, como parece ser bem evidente no caso do Porto. Nesta cidade, no final do século XII, o mercado tinha lugar perto da sé, onde, aliás, se encontravam lavradas as medidas-padrão portuenses, estando o referido mercado sob a proteção e dependência do bispado, que detinha os seus direitos³⁴³ (Fig. 36).

³⁴¹ De acordo com Virgínia Rau, a feira de Guimarães instituída em 1258 realizava-se dentro do castelo, de uma porta até à outra; em Beja (1308) no chão da “corredoiira”; em Coimbra (1377), em Miranda (1404) e em Lamego (1459) dentro de muros; em Vouzela (1392) realizava-se no rossio da vila; a de Bragança dentro da vila”. RAU, Virgínia (1982). *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo, op. cit.*, pp 48-49.

³⁴² Em igrejas encontramos medidas gravadas na colegiada de Guimarães; sé do Porto, igreja de Telões; igreja de S. João, Lavandeira; igreja Paroquial de Resende; igreja Paroquial de S. Martinho de Mouros; igreja de S. Marinha, Moreira de Rei; igreja da Misericórdia, Sabugal; igreja de S. Miguel, Monsanto; igreja de St^a. Maria de Finisterra, Soure; igreja da Madalena, Monforte. Nas portas ou muralhas de Vila Real; Marialva; Sortelha; Redondo; Monsaraz. Em castelos na torre de Menagem de Braga; Penedono: Alandroal; Castro Marim. BARROCA, Mário Jorge (1992). “Medidas-Padrão medievais portuguesas”. *Revista da Faculdade de Letras. História. 2^a Série. Vol. 9*, pp. 62-79.

³⁴³ *Idem, ibidem.*



Figura 36. Medidas-padrão gravadas na pedra, segundo Mário Barroca. A- côvado e braça gravados na sé do Porto; B- côvado gravado no paço do concelho de Estremoz; C- côvado e braça gravados nas portas de muralhas de Sortelha; D – côvado gravado na igreja da Misericórdia do Sabugal.

A partir dos séculos XV e XVI, as feiras e grandes mercados transitaram para além dos muros da cidade. Walter Rossa esclarece que essa necessidade se deveu à procura de espaços mais amplos e mais adequados para estes eventos comerciais³⁴⁴, como se pode demonstrar com o caso concreto de Viseu. Todas as terças feiras de cada mês era costume realizar-se na praça intramuros uma feira. A partir de 1605 o concelho decidiu alterar o espaço para fora das muralhas, e se fizesse “no Rossio de Mansorim por ser mais largo e na Praça desta cidade se nam fazer como convem por ser muito estreita pela muita gente que a ela concorre e se fazerem alguns furtos”³⁴⁵. Por outro lado, as cidades precisavam de aumentar as suas receitas, pelo que é natural que os interessados procurassem espaços com maior capacidade, como parece ter acontecido em Lamego. Nas Cortes de 1456, que tiveram lugar em Lisboa, o concelho desta cidade descreveu naquela assembleia que a câmara tinha fracos rendimentos. E, por entenderem a importância de um espaço de

³⁴⁴ ROSSA, Walter (2002). “A cidade portuguesa”. In *A urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, p. 222.

³⁴⁵ Transcrito por CASTILHO, Liliana (2012). *A Cidade de Viseu nos séculos XVII e XVIII: Arquitectura e Urbanismo*, vol. 1. Porto: Universidade do Porto, p. 32.

mercado como elemento essencial para equilibrar as contas municipais, pediram ao rei D. Afonso V um terreno. O local escolhido pelo concelho para estabelecer as trocas comerciais na urbe situava-se no lado de fora das muralhas, no rossio da cidade, junto da barbacã do muro. Tratava-se, portanto, de um espaço bastante amplo, no qual se poderiam construir boticas e, ao mesmo tempo, adaptá-lo para “aí se fazer uma boa feira”³⁴⁶. Note-se que este pedido, para além de demonstrar a necessidade de mais espaço, revela parte do processo de formação dos espaços de mercado: primeiro, dependia sempre da autorização do rei; depois, acarretava alguns custos, nomeadamente na obtenção do terreno, que tinha de ser cedido pelo monarca, e na necessidade de o equipar.

No artigo sobre os lugares das feiras e mercados na região padana, Roberto Greci explora outras razões que justificam a transição para fora da cintura medieval. Em alguns casos, deveu-se à proporção que as feiras e mercados tinham atingido, sendo cada vez mais concorridos; noutros, a superlotação do espaço intramuros conduziu à procura de novos lugares, especialmente para feiras, ou, pelo menos, para os grandes mercados periódicos. Ao estarem distante do centro, como observa Greci, permitia poupar a cidade de problemas típicos que uma feira ou mercado de gado implicavam que, pela sua dimensão, com numerosos vendedores e compradores, provenientes das mais diversas regiões, tornavam estas atividades comerciais inseguras. Porém, a escolha do local tinha uma característica típica. A maioria dos espaços para as feiras e mercados ficava situada na imediação das principais vias que conduziam às portas das muralhas, locais que seriam atravessados por todos aqueles que queriam entrar e sair do núcleo amuralhado³⁴⁷.

Donatella Calabi e Paola Lanaro apresentam, para além dos motivos referidos, razões estéticas. A partir do século XV, muitas cidades impõem o enobrecimento e decoro do espaço público no âmbito da reorganização dos espaços urbanos, sobretudo os comerciais, restringindo-os a determinadas áreas e estabelecendo uma certa coerência arquitetónica nos edifícios comerciais. Deste modo, a realização das feiras e dos mercados significava, para estas historiadoras, o momento de esquecer esse conceito de ordem, pelo que a escolha predominante de um espaço fora dos muros parece mostrar uma necessidade urgente de liberdade e autonomia³⁴⁸.

³⁴⁶ RAU, Virgínia (1982). *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, op. cit., p. 122.

³⁴⁷ GRECI, Roberto (1983). “Luoghi di fiera e di mercato nelle città medievali dell’Italia Padana”. In *Studi in onore di Gino Barbieri. Problemi e metodi di Storia ed Economia*, Vol. II Pisa: IPED Edizioni, pp. 949, 954-955.

³⁴⁸ CALABI, Donatella; LANARO, Paola (2000). “Lo spazio delle fiere e dei mercati nella città italiana di età moderna”. In *Atti della “Trentaduesima Settimana di Studi*, 8: 12, pp. 116-117.

No caso português, os espaços para as feiras e grandes mercados eram nomeados de *rossio*, *terreiro*, *campo* ou *chão*. Estes vocábulos aludem a espaços amplos que, num primeiro momento, não se encontram delimitados por edifícios, localizando-se numa zona extramuros. Luísa Trindade já nos apresentou o significado de cada um, mas que importa lembrar aqui, de forma resumida. O termo *rossio*, segundo o dicionário de Raphael Bluteau, “vale o mesmo que praça”³⁴⁹. Relativamente ao *terreiro*, a autora realça um elemento que é comum aparecer no espaço assim designado que é a presença de um edifício que o tutela e com o qual desenvolve uma relação de dependência funcional: *terreiro do Paço*, *terreiro do Trigo*, *terreiro da Sé*, etc... Quanto aos vocábulos *campo* e *chão* estão, frequentemente, associados a uma zona rural da urbe. No que diz respeito à diversidade dos termos, Trindade coloca a hipótese de existir uma distribuição geográfica nas designações, como acontece com os espaços designados de *campo* que, no *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, remetem para a região a norte do Douro³⁵⁰.

Com efeito, para além da terminologia, existem outros fatores que permitem diferenciar funcionalmente estes lugares de outros igualmente amplos e livres de construções. Os limites e as dimensões que, por vezes, aparecem discriminados na documentação revelam que não se trata de meras áreas fora das muralhas, mas antes espaços com um sistema de organização das atividades comerciais mais complexo do que aparenta. Deste modo, o *rossio*, o *terreiro*, o *campo* e o *chão* podem ser indicações claras relativas a lugares sujeitos a um planeamento e controlo por parte das autoridades.

Embora o aparecimento de novos espaços comerciais fosse, como apontou Walter Rossa³⁵¹, determinado por fatores demográficos e estimulados por causas económicas,

³⁴⁹ BLUTEAU, Raphael (1712-1728). *Vocabulário Portuguez e Latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, vol. 7, p. 353.

³⁵⁰ TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na Composição de Portugal*, op. cit., pp. 722-724. No Brasil, o *rossio* era o património fundiário do concelho. Podia incluir, de acordo com Cláudia Damasceno, a “parte urbanizada das vilas, mas também seus bairros e arrabaldes menos povoados, além de terras incultas”. Porém, na documentação brasileira a distinção entre os terrenos comunais e os destinados a produzir rendas para a câmara é ambígua, pelo que podem existir variadíssimos vocábulos e expressões: *rossio*, baldios do concelho, bens do concelho, património do concelho, realengo do concelho, sesmaria da câmara, sesmaria do concelho ou logradouro da vila. Apesar disso, tratava-se sempre de áreas abertas, num primeiro momento localizadas na periferia ou entrada das povoações e que foram posteriormente urbanizadas. FONSECA, Cláudia Damasceno (2011). *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 428, 460-461.

³⁵¹ ROSSA, Walter (2002). “A cidade portuguesa”. In *A urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, op. cit., p. 222.

Judicaël Petrowiste questiona até que ponto esses novos lugares serão, de outro modo, uma nova organização das atividades comerciais e de quem os passava a controlar. Este autor sugere, com exemplos da região de Toulouse, que a mudança dos espaços da feira ou do mercado, sob o pretexto de serem ampliados e providos de novas estruturas comerciais, e sob pressão de interesses particulares, poderá ter sido uma forma de afastar aqueles negócios do controlo municipal³⁵². Ainda de acordo com este autor, a deslocalização do sítio da feira proporcionava vários conflitos, a maioria relacionados pelos interesses e benefícios económicos que estavam associados ao uso destes espaços mercantis, nomeadamente os proveitos fiscais oriundos das tributações estabelecidas³⁵³.

De facto, a documentação portuguesa está repleta de casos que confirmam aquele género de conflitos. De acordo com Luísa Trindade, nalguns documentos são relatadas acusações por parte do concelho contra cidadãos particulares, por estes quererem assumir o controlo dos espaços e estruturas mercantis associados às feiras e grandes mercados; noutros surgem disputas entre vereadores, monarcas e a população que contesta o lugar da feira e do mercado, se na cerca ou no arrabalde; noutros ainda em que são as instituições religiosas, proprietárias e arrendatárias dos alpendres ou boticas da feira, que reivindicam direitos de uso³⁵⁴.

Relativamente às disputas entre pessoas particulares e a elite camarária pela gestão e controlo dos espaços das feiras apresenta-se, como exemplo, o caso de Moncorvo. Em 1456, os representantes de Torre de Moncorvo contestaram a deslocalização da feira para uma área fora dos muros, que fora incentivada pelo rendeiro principal do almoxarifado, Juça Marcos. No centro da discussão sobre a localização da feira, se no arrabalde ou na praça intramuros, ambas as partes procuravam obter o domínio sobre a feira. No decorrer dos argumentos apresentados, verifica-se a incapacidade do concelho de Moncorvo em oferecer um espaço conveniente, particularmente infraestruturas necessárias para o bom funcionamento daquelas atividades comerciais. Ao contrário da praça intramuros, onde era costume ocorrer o mercado diário, o arrabalde estava perfeitamente adaptado para receber a feira, onde “estauam feictas muy boas cassas e alpenderes e grande chafariz pera rrepario dos dictos mercadores”, requisitos e necessidades que, na verdade, a praça

³⁵² PETROWISTE, Judicaël, (2016). “Infrastructures commerciales et dynamiques de l’habitat dans le Midi toulousain des XIIIe-XIVe siècles”. *Archéologie du Midi médiéval*. Tome 34, p. 223.

³⁵³ *Idem, ibidem*.

³⁵⁴ Conflitos que também podem ser identificados em Espanha, sendo que os meios escolhidos para os resolver são, como constata Trindade, semelhantes às medidas aplicadas pelos poderes portugueses. TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na composição de Portugal, op. cit.*, p. 726.

intramuros não possuía, por ser “logar apertado e rruas estreitas e que pelas quinturas e chuyvas se nom poderia fazer o dicto mercado e feira”³⁵⁵. D. Afonso V decidiu, em 1463, resolver este problema repartindo os ganhos entre o concelho e Juça Marcos, alternando a localização das feiras por períodos: em cinco meses do ano realizava-se dentro da cerca (de maio a setembro) e nos restantes no arrabalde. Entretanto, o monarca forçava o município a criar condições para acudir às necessidades da feira, que só podia ser transferida para dentro das muralhas após a ampliação da praça e depois de preparadas as infraestruturas fundamentais: “faça hua praça rrezoada dentro da dicta çerqua com alguus alpendres nos quaes os dictos mercadores se possam acolher com suas mercadorias no tempo da neceçidade”³⁵⁶. O trecho citado exemplifica a formação de um espaço de feiras e mercados, bem como o ambiente construído que o cercava. Mostra, de certa forma, a vontade de impor uma ordem, muito embora os procedimentos resultassem de diversos acordos entre pessoas, instituições e rei.

Um aspeto comum que aparece repetidamente na documentação sobre feiras e mercados é a referência aos alpendres e boticas, elementos arquitetónicos que desempenharam um papel crucial na construção dos espaços de consumo. Fosse por decisões estéticas ou por razões práticas, tratava-se de um investimento que muitas vezes ficava a cargo de mercadores endinheirados ou fidalgos de confiança do rei, como são os casos de Vouzela, Beja e Évora.

Em Vouzela, D. Manuel entregou, em 1506, ao fidalgo João Pereira o domínio exclusivo da montagem de alpendres e boticas para a feira (que é o mesmo que entregar boa parte dos rendimentos tributários provindos daquelas estruturas) e, tendo em conta a mutabilidade dos espaços comerciais, impõe desde logo que a feira nunca fosse transferida para outra povoação: “e assim por fazermos graça e mercê a dom Joahm pereira fidalgo de nossa cassa a quem [...] queremos e nos praz que a dita feira se nom possa em nenhum tempo mudar da dita villa de Vouzela pera ninhuua outra parte do concelho dalafões nem se possa nela fazer per ninhuua pessoa alpendres nem boticas pera recolhimentos dos mercadores que a ella vierem com suas mercadorias senom aqueles que o dito Joahm mandar fazer”³⁵⁷. Não há dúvida de que a obrigação de se vender apenas

³⁵⁵ MORENO, Humberto Baquero (1982). “O mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)”. In *Estudos de História de Portugal, séculos X-XV. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa: Imprensa Universitária/ Editorial Estampa, vol. I, pp. 322-324.

³⁵⁶ *Idem, ibidem*.

³⁵⁷ RAU, Virgínia (1982). *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo, op. cit.*, p. 110. ANTT, *Livro III da Beira*, fls. 81-81v.

nos alpendres montados pelo fidalgo procurava, simultaneamente, definir os espaços comerciais e organizar e concentrar as vendas, como fica bem patente no remate do privilégio concedido: “E assim queremos que em ninhumas cassas nem alpenderes se possam agasalhar nem recolher nenhuns mercadores nem mercadorias que a dita feira vierem senom naquellas que se fizerem pelo dito Joahm durando o tempo da dita feira”³⁵⁸. Nestes dias, o sino de Vouzela, que era usado para marcar o tempo da feira, foi proibido de soar³⁵⁹, pelo que o horário das vendas podia ser alargado pela noite dentro: “queremos que enquanto os dias de feira durarem se não corra o sino de correr e possam andar de noite as quais quer oras que quizerem sem por isso contra eles ver lugar nossa justiçaem se lhe fazer nenhum constrangimentos”³⁶⁰. Obviamente que o som do sino é uma lembrança clara de que o concelho perdia gradualmente a autoridade sobre estas trocas comerciais, mas também pode ser uma forma de atrair mais clientes e vendedores à feira.

Em Beja, D. Manuel concedeu privilégios idênticos ao mercador Pero Soares que, a partir de 14 de abril de 1513, surgia como único proprietário das várias tendas montadas a expensas suas para a feira de agosto, que tinha lugar na praça. Para esta ocasião, a praça teve de ser adaptada, sendo necessário construir barracas ou tendas de madeira. As tendas, dispostas em fila no centro da praça, tinham duas faces: uma voltada para os arcos da casa deste mercador e outra para a praça. As que estavam viradas para a praça pertenciam ao concelho que, naquele período, as alugava aos mercadores interessados:

“foy dicto que eles aforauam como de fato aforaram a pero soarez mercador morador em esta villa huua andaina de temdas de fronte das suas cassas da praça, as que couberem da bica do chafariz atee o outro camto das suas casas omde partem com cassas dos herdeiros de luis barradas com tal condiçam que elle dicto pero soarez e seus herdeiros paguem de foro em cada huu anno aho dicto concelho por cada huua tenda sessenta e cinco reis brancos. A qual andaina de temdas se entendera de huu rosto somente da banda de suas casas por quanto as outras que fazem outro rostro pera tras sam do comçº e as quaes temdas elle pero soares fara de sua madeira a sua própria custa”³⁶¹.

Esta regalia pode ser uma compensação de D. Manuel pelo investimento que o

³⁵⁸ *Idem, ibidem.*

³⁵⁹ Os sinos da cidade eram politicamente importantes. Peter Stabel constata que os sinos eram um elemento leigo auditivo muito funcional na paisagem urbana, cujo toque era entendido por todos. STABEL, Peter (2009). “The Market-Place and Civic Identity in Late Medieval Flanders”. In *Shaping Urban Identity in Late Medieval Europe*. Leuven-Apeldoorn: Garant Publishers, p. 53.

³⁶⁰ RAU, Virgínia (1982). *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo, op. cit.*, p. 110. ANTT, *Livro III da Beira*, fls. 81-81v.

³⁶¹ ANTT, *Odiana*, Livro 7, fl. 62v.

mercador tinha aplicado, uns anos antes, na construção de casas na praça, permitindo que aumentasse os seus rendimentos com o aluguer daquelas estruturas. Embora não haja qualquer informação a este respeito, é de crer que as barracas, tal como as bancas e banquetas da rua Nova dos Mercadores de Lisboa, tivessem uma medida padrão, de forma a não exceder o tamanho definido. Trata-se de um tipo de organização muito comum e que se encontra ilustrada numa pintura anónima, datada de 1530, que retrata o mercado de tecidos na praça do Mercado, em Den Bosch, nos Países Baixos. Nessa tela encontra-se bem espelhada a organização do mercado numa praça pública, onde as bancas e barracas cobertas de pano estão organizadas em fileiras paralelas e distribuídas pelos diferentes produtos, como determinava o concelho desta cidade³⁶². Semelhante às praças de mercado portuguesas, a pintura mostra que as casas em torno da praça possuem lojas no piso inferior (Fig. 37).



Figura 37. *De Lakenmarkt van 's-Hertogenbosch*, 1530, Noordbrabants Museum.

Com o intuito de mostrar como o espaço das feiras e mercados eram áreas constantemente cobiçadas pelos benefícios económicos que proporcionavam, damos o exemplo de Évora. Nesta cidade, a feira de São João, que decorria no mês de

³⁶² O quadro que retrata o mercado de tecidos não é da autoria de Jerónimo Bosch. No entanto, este pintor tinha uma casa nesta praça. Sobre estes aspetos e outros significados simbólicos ou códigos visuais que podem ser reconhecidos a partir desta pintura, consultar o catálogo da exposição do quinto centenário da morte de Jerónimo Bosch. MAROTO SILVA, María Pilar (ed.) (2016). *El Bosco: la exposición del V Centenario*. Madrid: Museo Nacional del Prado, pp. 176-177.

agosto, no rossio de São Brás, era organizada, administrada e controlada pelo concelho. Todos os anos a câmara controlava a aquisição de alpendres, barracas, tendas e bancas que eram arrematadas publicamente aos feirantes que vinham vender à feira anual e cujo valor revertia para os cofres do concelho. Porém, os rendimentos gerados passaram a ser necessários para a manutenção do aqueduto da cidade: “E porque nem as penas, e condenações bastão para o reparo de aqueducto tão grande Hey por bem e me praz de aplicar daquy em diante [...] a fabrica de todas as tendas, que na cidade se fazem na feira, que lhe foi concedida”³⁶³. Daí que, em 1565, o cardeal D. Henrique mandasse retirar ao concelho “o arrendimento das ditas tendas se arrecadassem atee agora pelos oficiais da camara da dita cidade e mando ao dito Prouedor das ditas obras, que ora he, e ao diante for, que tenha cargo de mandar fazer as tendas no espaço ordenado, e de as arrendar em pregão a quem por ellas mais der sem a cidade entender nisso cousa alguma”³⁶⁴. Com esta decisão, a câmara de Évora perdia os lucros gerados durante a feira de São João. Do ponto de vista económico, os alpendres da feira apresentam-se como um aparato lucrativo, capaz de financiar as mais importantes obras, como é o caso do abastecimento de água da cidade³⁶⁵.

Os exemplos expostos sobre as questões dos interesses e administração dos espaços das feiras e mercados, bem como certos privilégios concedidos a particulares, revelam como em algumas vilas e cidades o poder municipal foi perdendo gradualmente a sua autonomia e autoridade sobre a feira, quer na sua organização quer no ganho dos lucros relacionados com aqueles eventos. Contudo, não podemos afirmar que este privilégio a particulares pretendia retirar os lucros ao concelho. Pode acontecer que, para colmatar um certo enfraquecimento de determinadas feiras, fosse necessário que o rei colocasse à frente daquela organização instituições civis, religiosas ou particulares com significativa influência (na região) e, por essa razão, capazes de atrair abundantes produtos e um grande número de vendedores e consumidores. Além disso, existiam

³⁶³ B. P. E. Regimento das fontes aqueducto, e fabrica da agua da prata da Cidade de d’Euora, reformado, & acrescentado por El Rey Dom Philippe segundo nosso Sñor no ano de M. D. L.XV. Cota Man. 58, fl. 4.

³⁶⁴ *Idem, ibidem*, fls. 23-24.

³⁶⁵ O controlo das feiras e mercados por parte de certas instituições eclesiásticas também aparecem documentadas. Em 1442, o infante D. Henrique concedeu autorização para realizar uma feira em Viseu, para a qual obteve autorização para “fazer todas as boticas que a dita feira pertence e aja todos os alugueres delas as quais possa apropriar a sua capela do Mosteiro da Vitória”. No seu testamento o infante D. Henrique deixou à sé de Viseu “a renda da dita feira que eu mandei fazer dentro na cerca que esta junto com a dita cidade”. O mesmo aconteceu com as rendas da feira de Tomar, que deixou aos freires do Convento de Cristo “a renda das “boticas” da feira”. RAU, Virgínia (1982). *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo, op. cit.*, pp. 137-138, 143.

despesas relacionadas com a montagem das infraestruturas que nem todos podiam suportar. Daí que determinados mercadores ou instituições religiosas tivessem uma maior capacidade de recursos do que algumas câmaras para proverem o espaço da feira com as edificações necessárias, como são o caso de alpendres, tabuleiros, barracas ou tendas. Não pode ser esquecido, como refere Henri Dubois, para o caso das feiras da região da Borgonha, que “a preocupação do rei por feiras tinha uma contrapartida financeira”³⁶⁶.

Existem casos em que o antigo espaço de feira e mercado se converteu no principal centro económico da urbe, mais concretamente como uma praça, em torno do qual se construíram edifícios, com alpendre ou arcada no piso térreo, que eram alugados aos comerciantes que ali se estabeleciam, como são, por exemplo, o rossio de Lisboa e o rossio do Toural, em Guimarães. Estes rossios, que foram adquirindo feições urbanas, próprias de uma praça, passaram a ter uma função comercial mais constante, diária.

2.4.1 - O rossio de Lisboa

O rossio de Lisboa era um espaço que se mantinha livre desde a ocupação árabe, mas a construção de uma nova muralha, no reinado de D. Fernando, agregou-o ao interior da cidade, continuando livre, limpo e convertido em espaço de feira³⁶⁷. A tendência para converter este rossio em espaço urbano é sobretudo evidente no reinado de D. Afonso V. Em 1439, sob a regência de D. Pedro, iniciaram-se as obras do paço dos Estaus, destinado a hospedar pessoas importantes provenientes de outros países ou regiões³⁶⁸. Ocupava uma posição central, no topo norte do rossio, ao lado dos paços do Conde de Ourém³⁶⁹. Em 1439 os estaus, edifícios para receber mercadores e mercadorias, já se encontrava em construção. Depois de concluído, este paço acolheu, por volta de 1486, uma comitiva

³⁶⁶ DUBOIS, Henri (1993). “Les ducs de Bourgogne et les foires”. In *Publications du Centre Européen d'Etudes Bourguignonnes*, 33, pp. 166-167.

³⁶⁷ ARAUJO, Renata (1990). *Lisboa – a Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 62-63.

³⁶⁸ PACHECO, Milton (2017). “O Paço dos Estaus de Lisboa. A génese fundacional de Quatrocentos”. In *Lisboa Medieval. Gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, pp. 313-351.

³⁶⁹ “E por quanto o Conde de Ourem, meu primo, hi tem seus paaços [...] porem uos mandamos que logo mandees, fazer os ditos Estãos [...] o mais acerca dos seus paaços”. A localização dos estaus corresponde ao local onde se encontra o Teatro de D. Maria II. OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1885). *Elementos para a história de Lisboa*, Tomo 1, p. 320.

inglesa³⁷⁰. No reinado de D. João III passou a sede do tribunal do santo ofício³⁷¹. Não se conhecem descrições arquitetónicas deste edifício, mas se o compararmos com os estaus de Tomar (Fig. 38) ou com os estaus de Évora, como veremos mais adiante, é provável que o piso inferior fosse composto por uma galeria aberta para o rossio, em harmonia com a arquitetura circundante³⁷².



Figura 38. Tomar. Reconstituição hipotética dos estaus, pelo arquiteto João Pedro de Figueiredo Mota Lima, em 1960.

³⁷⁰ “o façaes apousemtar nos estaos novos della apparelhando pera sua pessoa hũa cama e camara quejamda pera elle pertencem e asy dando pera esses outros homeens de bem que com elle vem muy bõos cammas limpas e quejamdas compre e desy pera a outra gemte que com elle desembarcar sua pousemtadoria em abastança e aallem dello lhe farees hi prestes huum serviço em nome desa cidade de cem galinhas e trimta carneiros e quatro vaquas e quatro pipas de vinho de Caparica e de cem velas de cera e doze tochas e muitos bacios de frito dos mouros e bollos e ostras e raboons e toda outra cousa desse fresco”. AML-AH, *Chancelaria da Cidade. D. João II ordena o abastecimento do paço dos Estaus*. Livro 1º de serviços a El Rei, doc. 28, f. 34 e 34v. [28 de março de 1486].

³⁷¹ Para mais detalhes sobre a transformação do paço dos Estaus para tribunal da Inquisição, ler PACHECO, Milton (2017). “O Paço dos Estaus de Lisboa. A génese fundacional de Quatrocentos”, *op. cit.*, pp. 313-351.

³⁷² Os estaus de Tomar foram mandados edificar, em data incerta, pelo infante D. Henrique para “nelles fazer apousentamento pera seus criados e gente, quando na terra esteuesse”. Situados no rossio da vila, o edifício do Estaus era composto por dois edifícios paralelos entre si com arcadas no piso inferior, que serviam de local de venda, nomeadamente para acolher os que vinham à feira da vila. CONDE, Manuel Sílvio Alves (1996). *Tomar Medieval. O Espaço e os Homens*. Cascais: *Patrimonia Historica*, p. 135. Em termos funcionais e arquitetónicos, os estaus podem ser comparados aos *fondacos* que existiram em diversas cidades europeias, sobretudo em cidades italianas. O termo *fondaco* deriva do árabe *funduq* ou *funduk*, cuja origem viria do grego (pandocheion) que significa hotel. Esta estrutura, muito presente no Norte da África e no Médio Oriente, refere-se uma hospedagem temporária para mercadores, mercadorias e animais de carga. Proliferaram por toda a Itália, sendo o mais conhecido o de Veneza, localizado perto da ponte de Rialto, o *fondaco dei Tedeschi*, edifício onde se acomodavam importantes comerciantes alemães. Como observou Olivia Constable, no caso de Itália a palavra *fondaco* podia ser usada para definir uma loja ou armazém particular, um armazém público, ou um edifício de hospedagem, residencial ou um conselho de administração, oficiais que regulavam, mediam e armazenavam as provisões CONSTABLE, Olivia Remie (2004). *Housing the Stranger in the Mediterranean World: Lodging, Trade, and Travel in Late Antiquity and the Middle Ages*. Cambridge: University Press, pp. 306, 315-328.

Neste período, o rossio era o espaço comercial por excelência da cidade, pelo que as arcadas ou alpendres são a linguagem mais adequada para corresponder a estas funções, como mostram claramente as construções posteriores. Com o objetivo preciso de melhorar as condições arquitetónicas do rossio e de, obviamente, colher os impostos relacionados com as atividades comerciais ali praticadas, em 1473, D. Afonso V enviou ao concelho de Lisboa algumas instruções relativas aos aforamentos dos alpendres:

“mandamos ora dar a certas pessoas as cassas de sobre o alpendere do resio da dicta çidade e porquanto nos os mandamos assy dar com tençom que aqueles que os tomassem os fezessem a certo tempo e as nam leixasem hjazer em mortoreo como jazem alguuns outros aforamentos que a dicta çidade teem factos em os quaaes atee ora nam ha facta nenhũa bemfeytoria per aquelles que os aforarom e outros que as dictas bemfeitorias fariam as nam fazem por os dictos aforamentos serem já dado aaquellas pessoas que os teem [...] que aquelles que tomarem as dictas cassas do alpendere lhe mandees logo fazer suas cartas de contrautos e [...] acabem de fazer suas cassas so pena de perderem toda bemfeitoria [...] e as cassas com todas suas bemfeitorias fiquem daly em diamte aa dicta çidade”³⁷³.

A construção de casas sobre alpendres, elementos preexistentes no rossio, combina o mesmo modelo que este rei ordenara, anos antes, para as casas ao longo da rua Nova dos Mercadores. Estas residências são uma indicação clara da mudança funcional do Rossio, no qual as trocas comerciais passam a ser mais constantes ou mesmo diárias, de modo que o arranjo tipológico das parcelas das casas reflete o mesmo programa urbano para receber o mercado utilizado na rua Nova dos Mercadores. À semelhança dessa rua, impunha-se a necessidade de enobrecer as estruturas arquitetónicas e, obviamente, de acrescentar às novas construções e alpendres diferentes impostos, que eram administrados pela câmara.

No lado nascente do rossio, coincidindo aproximadamente com a área atualmente ocupada pela praça da Figueira, o rei D. João II mandou erguer o hospital de Todos os Santos, que ficou concluído no reinado de D. Manuel. Numa passagem da *Estatística de 1552*, o cronista João Brandão não deixou de registar as qualidades arquitetónicas do complexo hospitalar, bem como a excepcional arcaria abobadada que, segundo o cronista, ajudou a organizar a feira que se realizava todas as semanas neste rossio³⁷⁴. Apesar de a arcaria inferior se tornar num elemento indispensável na tipologia arquitetónica dos

³⁷³ AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro dos Pregos*, doc. 244. *D. Afonso V envia ao concelho de Lisboa instruções relativamente aos aforamentos*, fl. 296. [5 de setembro de 1473].

³⁷⁴ BRANDÃO, João (1917). “Majestade e grandezas de Lisboa em 1552”, *op. cit.*, p. 119.

hospitais deste período, formalmente inspirados nos complexos hospitalares italianos³⁷⁵, essa combinação da varanda inferior constituiria um rendimento para a instituição. Júlio de Castilho conta que “Por baixo do edifício sumptuoso do Hospital corria uma arcada gothica; n'essa arcada muitos mercadores possuíam armarios e balcões fechados, de que pagavam renda ao hospital, e onde vendiam ao povo toda a sorte de panno de linho, canequim, cassa e hollanda, linhas, rendas, tranças, franjas e outras coisas semelhantes, além de artigos de calçado e estopa”³⁷⁶. Num documento manuelino sugere-se que cabia ao concelho a administração dos aforamentos dos vãos da arcada hospitalar, mas que deveria repartir os lucros com a instituição: “Nos el rey fazemos saber a vos mestre escolla provedor do nosso spritall de Todollos Samtos desta cidade que a nos praz que a cidade de lisboa pague de foro em cada huum anno [...] pellos foros do ar do alpemdere do resyo”³⁷⁷. Tal como na rua Nova dos Mercadores, o concelho tinha direito à ocupação do chão sob os arcos, enquanto o hospital detinha direito sobre as paredes onde, possivelmente, os mercadores montavam os seus armários. O hospital de Todos-os-Santos estava, portanto, ligado inevitavelmente aos benefícios fiscais provenientes da função comercial do rossio. À medida que a urbanização avançava, este lugar tornava-se no principal espaço de mercado de Lisboa. O investimento em edifícios prestigiantes, bem como a qualidade e refinamento composicional do hospital, “transformou, efetivamente, o quadro urbano do Rossio. O edifício em si definiu a própria forma da praça”³⁷⁸ (Fig. 39).

³⁷⁵ Nomeadamente o *Ospedale degli Innocenti*, em Florença, e o *Ospedale Maggiore*, em Milão. MOREIRA, Rafael (1993). “O Hospital Real de Todos-os-Santos e o Italianismo de D. João II”. In PEREIRA, Paulo (Dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos (catálogo da exposição dos 500 anos)*. Lisboa: Câmara Municipal, pp. 23, 27.

³⁷⁶ CASTILHO, Júlio de (1904). *Lisboa Antiga*. 2ª Edição. Lisboa: Antiga casa Bertrand-José Bastos, p. 197.

³⁷⁷ AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro 1º de D. Manuel I*, doc. 46 (antigo 47). *D. Manuel I ordena pagamento por utilização de espaço do hospital de Todos-os-Santos* [7 de abril de 1500].

Em comparação com outros hospitais de modelos arquitetónicos semelhante e contemporâneos também se verifica o uso da varanda inferior para espaços comerciais como é o caso do hospital quinhentista Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha. De acordo com Lisbeth Rodrigues, “todos os anos os provedores alugavam cada um dos arcos da frontaria do edifício do hospital aos mercadores de fora da vila que faziam a feira de Nossa Senhora de Agosto”. RODRIGUES, Lisbeth de Oliveira (2013). *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*. Tese de Doutoramento. Vol. I. Braga: Universidade do Minho, pp. 463-464.

³⁷⁸ ARAUJO, Renata (1990). *Lisboa – a Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos, op. cit.*, pp. 62-63.

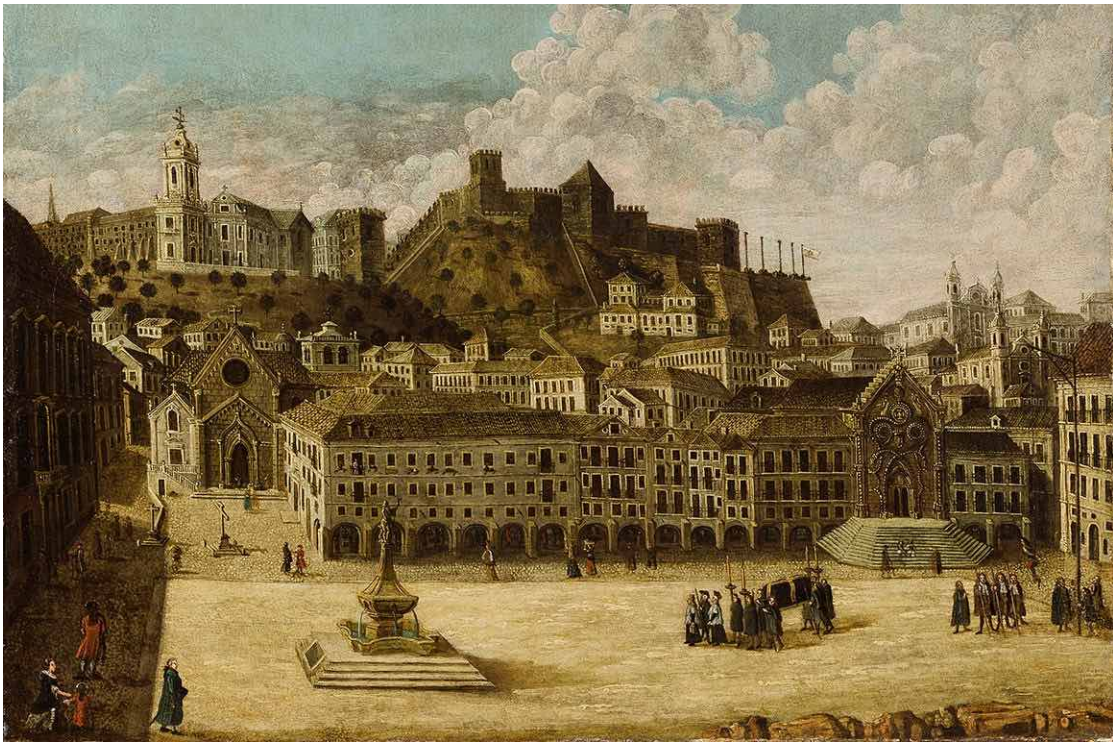


Figura 39. Lisboa. Rossio de Lisboa, antes do terramoto de 1755. Antiquário AR-PAB Álvaro Roquette & Pedro Aguiar Branco.

2.4.2 - O rossio do Toural, em Guimarães

O rossio do Toural, em Guimarães, era um espaço aberto fora das muralhas – estendendo-se entre a torre de São Domingos e a porta Nova – onde confluíam os principais caminhos que vinham de Braga, Porto, Barcelos e de outras partes. O nome *Toural* deve-se ao facto de naquele espaço se realizar a feira do gado³⁷⁹. Por volta de 1498 já possuía algumas casas que pagavam foro à confraria de São Domingos. Alberto Sá encontrou em fontes documentais vimaranenses algumas alusões a “casas novas” no Toural, bem como a obrigação de construir residências no prazo de um ano. Entre os foreiros, são referidos ferradores, mercadores e oleiros³⁸⁰. Estas informações sugerem que o rossio foi submetido a uma regulamentação que fomentasse a construção para evitar a

³⁷⁹ AFONSO, José Ferrão, OLIVEIRA, Marta M. Peters, RAMOS, Silvia (2013). “Guimarães *ad radicem montis Latito*”. *Monumentos*, 33, pp. 16.

³⁸⁰ SÁ, Alberto (2001). *Sinais da Guimarães Urbana em 1498*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho, pp. 71-72.

existência de espaços livres. Contudo, só no século seguinte é que o Toural se desenvolveu substancialmente. A planta “De Guimarães”, datada de cerca de 1570, representa o Toural como um espaço regular definido: do lado nascente era delimitado pela muralha, pelo norte e poente contornado, essencialmente, por casas com alpendres, assinalados por um pontilhado³⁸¹ (Fig. 40).



Figura 40. Guimarães. Rossio do Toural, [ca. 1570], BNB.

A maioria dos alpendres era formada “sobre esteios de pedra” que, segundo o *Tombo de 1612*, publicado por Alberto Vieira Braga, pagavam foro à câmara³⁸².

O dinamismo comercial e a circulação de mercadorias no Toural ficam demonstrados com a construção, em 1610, de uma nova alfândega, para desempenhar uma função fiscalizadora bem como para servir de depósito dos bens que chegassem à

³⁸¹ FERNANDES, Mário Gonçalves (2009). “Novas notas para a história da cartografia urbana e para a morfologia urbana de Guimarães”. *IV Congresso Histórico de Guimarães, 4ª Secção – História e Geografia das Populações*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 6.

³⁸² “Título de duas casas no toural em que vive Joana Luis que são foreiras ao mosteiro de S. Domingos desta vila se paga da alpendrada ao conselho desta vila 30 réis. Item das duas moradas de casas em que vive Francisco de Faria se paga da alpendrada 30 rs. Item das casas que são do abade de Airão, Estevão Lopes, se paga de foro 20 rs. Item da sacada de uma morada de casas no Toural, 15 rs. de foro. Seguem mais 25 títulos de moradas de casas que pagavam foro pelas alpendradas. Item do balcão das casas de Miguel Francisco estalajadeiro que estão junto à torre de São Domingos desta vila se paga à camara e conselho vinte rs. em cada hu ano. Tem o balcão, feito junto ao muro, trese varas de comprimento e de largo duas varas. BRAGA, Alberto Vieira (1953). *Administração Seiscentista, op. cit.*, pp. 278-279.

vila³⁸³. Segundo o *Livro de arrematação da casa da alfândega*, foi D. Filipe II que mandou construir uma alfândega nova. Inicialmente, previa-se que fosse de dois pisos, mas a falta de pedreiros interessados em arrematar a obra levou o rei a decidir por uma casa térrea³⁸⁴. Na sequência desta mudança, o concelho mandou construir, em 1627, alguns alpendres armados na muralha do Toural³⁸⁵: “encostada a esta parede corre uma alpendrada que da outra parte se sustenta em colunas de pedra e de baixo dela estão varias tendas”³⁸⁶, propriedades que, então, garantiam mais rendimentos à câmara.

Na segunda metade do século XVII, em 1661, denota-se uma valorização do Toural, sendo necessário remover dali a feira de gado – a mesma feira que dera origem a este espaço – encaminhando-a para além da porta da Alfândega, para os lados de S. Dâmaso, para não danificar o rossio, que era o melhor da vila³⁸⁷. Na prática, trata-se de uma separação do tipo de mercados que aqui tinham lugar, sendo que a feira de gado não se coadunava com o espaço mais urbano, convertido em praça, no qual a função residencial e religiosa se afirmavam cada vez mais. Em meados do século XVIII começaram a ser tapados alguns alpendres do Toural, tão importantes para o funcionamento comercial. Alguns particulares pediram à coroa e ao concelho autorização para se apropriarem dos vãos dos alpendres, para os tapar e converter em espaços particulares, como foi o caso de D. Josefa Teresa Clara da Silva e Azevedo. Em 1744 obteve autorização para “tapar o alpendre que havia numas casas que comprou para juntar às que já tinha e onde vivia no Toural, no qual havia uns penedos e era lugar escuro, e assim se aformoseava o sítio e era cómodo para a sua família”³⁸⁸. Em 1752, a alpendrada do lado poente também foi destruída, para dar lugar à construção da basílica de S. Pedro³⁸⁹. Estas atitudes podem estar relacionadas com este tipo de arquitetura que tinha

³⁸³ BRAGA, Alberto Vieira (1953). *Administração Seiscentista*, *op. cit.*, p. 124. Era parte integrante deste espaço um chafariz, cuja construção é atribuída ao mestre pedreiro Gonçalo Lopes, em 1583.

³⁸⁴ *Idem, ibidem*, pp.124-126.

³⁸⁵ BRAGA, Alberto Vieira (1959). “Curiosidades de Guimarães: Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas Camarárias. Direitos Paroquiais”. Separata da *Revista Guimarães*, Vol. XVIII, Barcelos, Companhia Editora do Minho, p. 31.

³⁸⁶ CARVALHO, A., L. de (1946). *Os Mesteres de Guimarães (mercadores e mesteiros)*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, p. 46.

³⁸⁷ CALDAS, Pe. António José Ferreira (1996). *Guimarães. Apontamentos para a sua História*, parte I, 2ª Edição. Guimarães: CMG/Casa de Sarmento, pp. 91-92.

³⁸⁸ FARIA, João Lopes de, *Efemérides Vimaraneses*, manuscrito da Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, vol. III, p. 81, citado por TEIXEIRA, Fernando José (2008). “III- As alpendradas do Toural”. *Jornal O Conquistador*. Quinzenário Regionalista de Guimarães. Secção Região. Edição de 20-03-2008. <http://www.oconquistador.com/index.asp?idEdicao=134&id=3081&idSeccao=739&Action=noticia>

³⁸⁹ A demolição da alpendrada poente iniciou-se a partir de 1737, quando a câmara concedeu autorização à

uma certa conotação negativa, por estar associada a um espaço que, geralmente, permitia transgressões³⁹⁰. Aliás, o *Tratado de Ruação*, elaborado por José Figueiredo Seixas, na segunda metade do século XVIII, desaconselha por completo a construção de alpendres ou arcarias, enumerando os diversos motivos: “se devem prohibir as galerias, ou corredores abertos em arcos cubertos de abobedas, os quaes arcos usaraõ os antigos em algumas Povoações por a volta das suas praças principais, e por estes corredores andava a gente livre do Sol, e da chuva; debaixo das quaes abobedas tem as portas das lojas os mercadores, em que todo o dia estaõ prompts a vender as suas mercadorias; e por sima das abobedas tem as suas sallas de habitação, porque estes arcos e bobedas podem ser causa dos mesmos invultos na escuridade da noute, que podem os indolentes estar ocultos debaixo delles, e sahir repentinamente a quem for recolherse a sua casa”³⁹¹.

Desde então, e até ao final do XX, o rossio do Toural enfrentou muitas transformações arquitetónicas, que modificaram profundamente o aspeto visual e funcional dos séculos anteriores, que caracterizavam o ambiente mercantil deste espaço.

Nos casos em que os espaços das feiras não possuíssem qualquer arranjo arquitetónico específico, como constata Evelyn Welch, era montada uma série de instalações urbanas que, embora temporárias, tentavam imitar os lugares comerciais permanentes, como galerias, tabernas e lojas, que davam a ilusão combinada de estabilidade³⁹². Nesses momentos, os rossios, terreiros, campos ou chãos eram transformados em espaços cuidadosamente organizados, separando por áreas bem definidas os ofícios e os tipos de produtos comercializados. Além do mais, o aluguer das estruturas comerciais armadas nesses espaços é exemplo da existência de regras e práticas

irmandade para ali se estabelecer. A partir de 1782 a câmara mandou tapar as restantes alpendradas, enquanto o lado norte do Toural foi destruído por um incêndio, em 1869. TEIXEIRA, Fernando José (2008). “III- As alpendradas do Toural”. *Jornal O Conquistador*, *op. cit.*

<http://www.oconquistador.com/index.asp?idEdicao=134&id=3081&idSeccao=739&Action=noticia>

³⁹⁰ Sobre os pórticos e arcadas, Antonio Correa refere que as cidades começam a achar que “eram escuros e sujos, e que eles entristeciam a cidade por causa de sua insalubridade e do perigo que representavam à noite” BONET CORREA, Antonio (1976). “Le concept de Plaza Mayor en Espagne depuis le XVIe S.”. In *Forum et plaza mayor dans le monde hispanique: colloque interdisciplinaire*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 94.

³⁹¹ BNP. SEIXAS, José Figueiredo (1773?). *Tratado de Ruação para emenda das ruas, das cidades, villas e logares deste reino...* fls. 33-33v. Porém, os interesses comerciais, os lucros que se podiam obter pelo aluguer destas estruturas justificam a construção de alpendres em zonas mercantis, como se verificou com o alpendre para a feira em Viana do Castelo, construído a partir de 1737, ou como o alpendre de Ponte da Barca, de 1752. SOROMENHO, Miguel (2005). “O alpendre da Irmandade do Santíssimo Sacramento da matriz de Viana”. *Monumentos*, 22, p.166.

³⁹² WELCH, Evelyn (2006). “The fairs of early modern Italy”, *op. cit.*, p. 41.

legislativas. Tratava-se de medidas com as quais as autoridades conseguiam impor uma ordem na composição da feira ou mercado, através da regulação, divisão e ordenação hierárquica do espaço.

No caso português, um exemplo de organização da feira bem documentada é o caso de Estremoz, com posturas que regulam a localização das barracas e tendas para a enorme variedade de comerciantes que ali iam vender. Estruturado aproximadamente de forma quadrangular e cercado por complexos monásticos, que de certa forma traçam os limites do rossio, entre 1747 e 1754, ao longo de sete feiras, o rossio de Estremoz acomodou cerca de 342 mercadores, distribuídos por várias lojas; sendo que os sapateiros e os mercadores de pano de linho se apresentavam em maior número (Fig. 41).

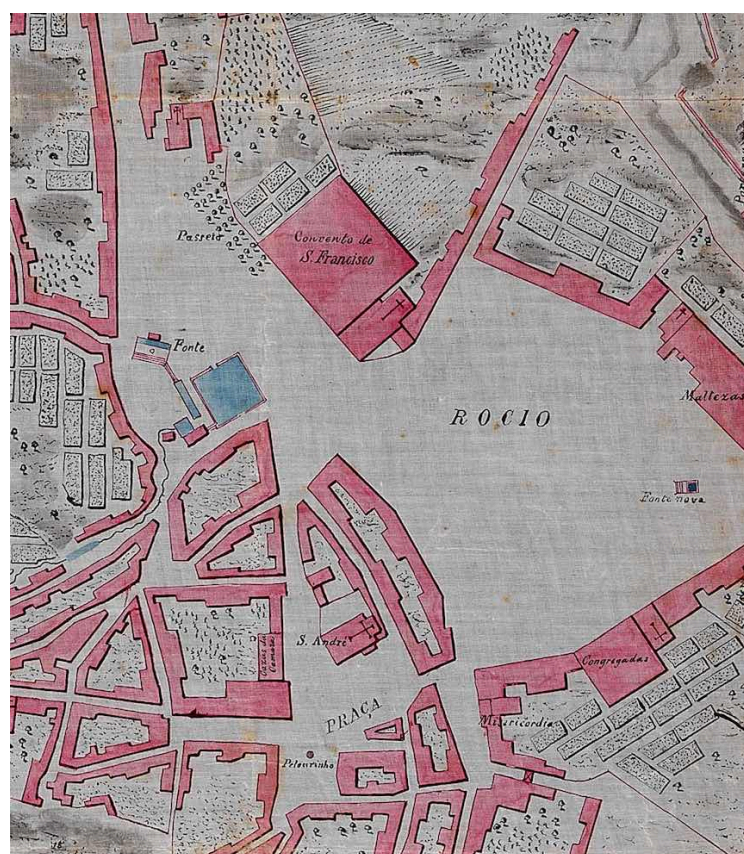


Figura 41. Estremoz. Detalhe do rossio na Carta geral militar e topográfica da praça de Estremos / levantada pelo Major Manoel Joaquim Brandão de Souza, em 1818. BDE.

O *Livro de arrematação da aâmara de Estremoz*, analisado por David Justino e Mafalda Soares, é um documento legislativo, com várias referências à forma como deve ser regulado e demarcado o rossio de Estremoz em dias de feira, como se de um desenho ditado se tratasse. Especifica a forma como as lojas ou tendas deveriam estar dispostas, em forma de rua, com uma organização hierárquica, bem como a existência de um

zonamento para os produtos, que facilitavam o controlo dos pesos e medidas, bem como a cobrança de impostos, pelo que não podia “ficar tindeyro nemhum fora das portas da feira, e todos hirão para dentro”³⁹³. A demarcação dos limites da feira, dentro das proporções do rossio, impedia que os mercadores se estabelecessem fora daquele perímetro, não ficando, por isso, obrigados ao pagamento do terrado. Neste aspeto, as regras não são muito diferentes dos outros espaços de mercado, nos quais a todo o momento se barravam os vendedores, impedindo-os de invadirem ruas ou outros sítios públicos que não estavam destinados às trocas comerciais.

2.4.3 - O rossio de São Brás, em Évora

A manutenção dos limites dos rossios abertos contrastava fortemente com aqueles rossios que, com o passar do tempo, se transformaram em praças urbanas e cujas fronteiras se tornavam mais sólidas. Nos casos em que se tratava de um autêntico descampado, as medições, os mapas ou os desenhos eram meios que permitiam preservar a fisionomia e limites de eventuais usurpações, como tem sido o caso do rossio de São Brás, em Évora, cujos limites foram claramente definidos e demarcados por leis e práticas de medição, perfeitamente identificado num levantamento datado da segunda metade do século XVIII³⁹⁴.

O rossio ficava fora das muralhas medievais, não muito longe do paço do Rei. Teve origem num ferragial onde, desde a segunda metade do século XV, se encontrava a ermida de São Brás³⁹⁵. Em 1498, o rei D. Manuel determinou que “o pedaço de Rocio que está vallado á Porta do Rocio, á mão direita, o qual foi aforado a Luiz Alvares, fique despejado de todos e sem valo algum, e se não lavre mais, por ser tão necessário á servidão da Cidade e ser seu próprio³⁹⁶. Nesta ordem denota-se uma preocupação em manter o rossio livre para funções meramente comerciais, como parece confirmar um outro documento manuelino datado de 1500: “que muito folga com as benfeitorias que dizer

³⁹³ JUSTINO, David, SOARES, Mafalda (1983). “As Feiras de Estremoz. Uma primeira contribuição para o estudo dos mercados regionais no Antigo Regime”, *op. cit.*, pp. 103-104.

³⁹⁴ BNP. *Planta da Cidade de Évora*, [entre 1750 e 1790?]. Cota do exemplar digitalizado: d-343-a. <http://purl.pt/26078>

³⁹⁵ “hum Recyo defronte dos paaços del Rey no arrualde atee a Igreja de saom bras”. ADE. *Proprios do Concelho*, fls. 40-40v.

³⁹⁶ ADE., *Livro III dos Originais, Carta d’El-Rey á camara respondendo a apontamentos que lhe enviaram por Andre Falcão*, fl. 73.

tem feitas agora na dita Cidade, e em especial no Rocio, e que ate o conservem sempre mui limpo, e não consintam que se faça nenhuma eira de pão, de São Braz conta a Cidade, nem se lavre nenhum ferragial do caminho que vai junto com São Lazaro para contra o Rocio, porque tudo quer que seja despejado e sem nenhum valado³⁹⁷ (Fig. 42).

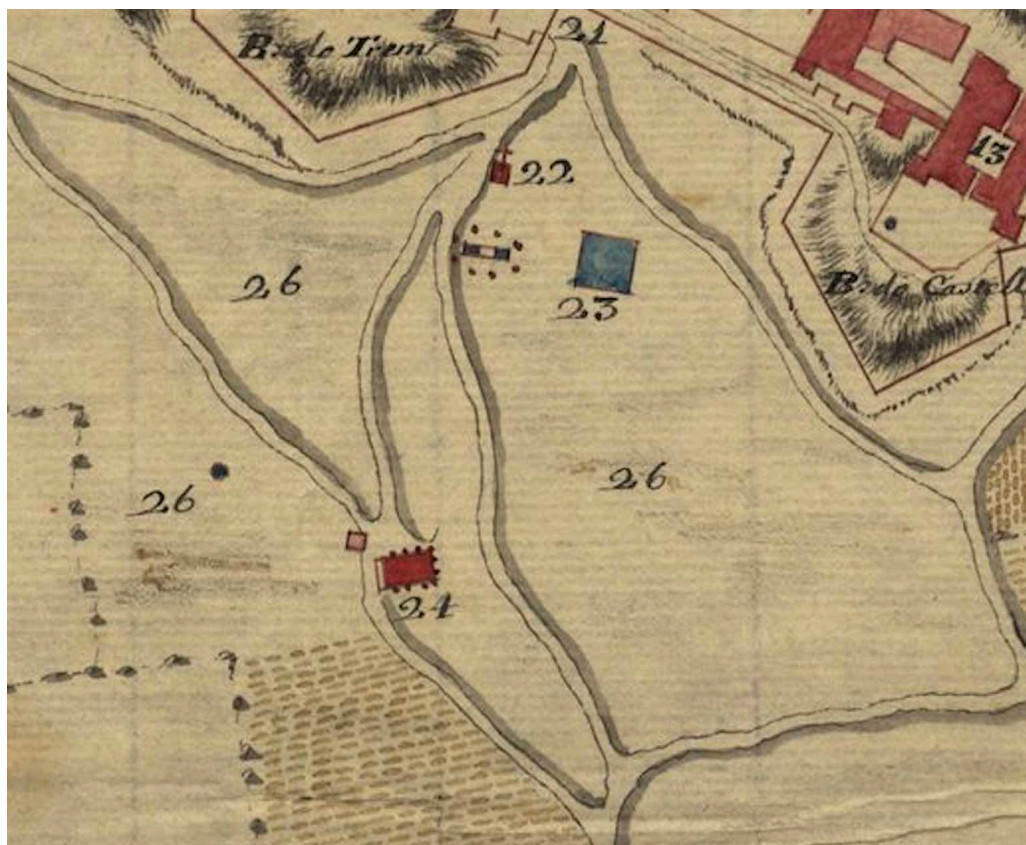


Figura 42. Évora. Detalhe do rossio de São Brás na Planta da Cidade de Évora. Os números 26 correspondem à legenda: Cham da feira. [entre 1750-1790], BNP.

Por se tratar de espaços sujeitos a castrações, no século XVI houve a necessidade de reconhecer a própria espacialidade do rossio. A medição feita, que detalha com grande cuidado todas as confrontações, revela que o rossio de Évora não apresentava uma forma geométrica e que em área teria por volta de 22 hectares³⁹⁸.

³⁹⁷ ADE., *Livro I dos Originais, Carta d'El-Rey á camara*, fl. 304.

³⁹⁸ “no que respeita à sua extensão, apuraram-se as seguintes medidas: Item porque nom ouuese causa de os ditos ferrageaes alargasse ao dito Recyo e entrarem por ele foy medido pelo meyo hua vez doriente omde parte com o ferragial de garçia de Resende ao poente atee a dita aguoa dos canos da Rafeira e tem **seiscentas e coatro varas e mea** pello meo dele / e foi mais medido duas vezes em canto do norte ao sul humda do primeiro cubelo da barbacaã do muro que he o mais cheguado ao castelo novo da banda do poente medindo direito ao meo do ferragel da ordem ja dito que esta da banda do sul **tem trezentas e tres varas**- E a outra vez medindo do muro do terreiro do paaço ao longuo da orta do dito senhor atravessando direito atee o valo do ferrageal dos herdeiros de joaom dorta **tem trezentas varas**. E entestam do outro mayor continuaom”. ADE, *Proprios do Concelho*, fls. 40-40v.

Esta definição espacial está, obviamente, relacionada com o género de produtos que aqui se vendiam, nomeadamente animais e com uso que a cidade fazia do rossio. No caso de Évora, no rossio localizava-se o curral da cidade, uma vez que de “onde se encerra o gaaado que faz dapno e os matam os carnyçeiros. E tem jumto do dito corral huas casas em que pouasa o curraleyro que tem carreguo de o fechar e abrir o qual esta defronte do dito castelo novo”³⁹⁹. De acordo com Elena Svalduz, a permanência do espaço vazio parece estar condicionada pela própria natureza dos produtos comercializados naqueles recintos, como é o caso da venda de gado⁴⁰⁰. Por outro lado, a permanência dos rossios como espaços livres pode estar relacionado com o lento desenvolvimento e crescimento urbano, como constatou Rogério Almeida para o rossio de Portalegre, ou por causa da construção de novas cercas defensivas construídas no âmbito das guerras da Restauração, de que são exemplo os rossios de Castelo de Vide e de Vila Viçosa, que ficaram definitivamente fora daqueles perímetros amuralhados⁴⁰¹. Noutros casos, a conversão dos antigos espaços de feira em praças urbanas parece estar condicionada pela própria localização. Daí que os rossios contíguos às muralhas medievais passassem, naturalmente, a fazer parte do núcleo urbano, como foram os rossios de Lisboa e de Guimarães. Porém, há que sublinhar que os antigos espaços de feira e grandes mercados se formaram distintamente de urbe para urbe e sempre em cadência com as necessidades económicas de cada uma.

³⁹⁹ *Idem, ibidem.*

⁴⁰⁰ SVALDUZ, Elena (2004). “Spazi di fiera e di mercato: le opportunità du una comparazione”. In *Il mercato, le fiere, la città. I Luighi del commercio nella storia di Carpi*. Carpi: Comune di Carpi, p. 104.

⁴⁰¹ ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de (2014). *A Nuvem e Juno. Praças e cultura urbana no Sul de Portugal no início da Idade Moderna, op. cit.*, p. 402.

Capítulo III - As arquiteturas do mercado: tipologias e funções

“Se um edifício não tiver nenhum letreiro ou figura, a sua própria forma e o lugar que ocupa na ordem da cidade bastam para indicar a sua função: o palácio real, a prisão, a fundição da moeda, a escola de aritmética, o bordel. Até as mercadorias que os vendedores põem em exposição nas bancas valem não por si próprias, mas como sinais de outras coisas: a fira bordada para a frente quer dizer elegância, a liteira dourada poder, os volumes de Averróis sapiência, a pulseira para o tornozelo volúpia. O olhar percorre as ruas como páginas escritas: a cidade diz tudo o que devemos pensar, faz-nos repetir o seu discurso”⁴⁰².

No livro *As cidades Invisíveis*, Italo Calvino descreve 55 arquétipos de cidades, incontactáveis entre si. Nesse longo périplo pelas cidades imaginadas, o autor apresenta vastos argumentos para salientar as características de cada uma, sem esquecer de vista a origem, a história e a posição geográfica. O excerto com que se inicia este capítulo é retirado da descrição da cidade de Tamara e os seus signos. Trata-se de uma ideia interessante, a ser levada em consideração, porque oferece exemplos importantes para interrogar entender a cidade e as suas arquiteturas. A abordagem de Italo Calvino para a cidade imaginária de Tamara tem em conta todos os elementos “visíveis e invisíveis”, dando e entender que a tipologia arquitetónica de um determinado edifício espelha a função para a qual foi projetado e que é perfeitamente identificável a partir do exterior. A estrutura do edifício revela a sua importância e o seu propósito. Da mesma forma, Calvino oferece uma interpretação de como certos signos ou códigos expostos nas fachadas das casas devem ser compreendidos, porque não são meramente ilustrativos, mas constituem convenções que revelam o estatuto e hierarquia entre os ofícios concentrados num certo espaço urbano.

Neste capítulo, para entender o invisível, ou seja, para facilitar o reconhecimento das funções comerciais de um determinado edifício, torna-se necessário olhar para as evidências físicas. Todavia, tendo em conta as transformações urbanas e arquitetónicas ocorridas ao longo dos séculos, é certo que grande parte desta análise terá de ser feita ou corroborada a partir das fontes documentais e cartográficas. Assim, o excerto de Italo Calvino, com o qual abrimos este capítulo, apresenta-se como uma metodologia, generalista, de como pretendemos abordar as arquiteturas do mercado. Quando Calvino

⁴⁰² Sobre a cidade de Tamara. CALVINO, Italo (2000). *As cidades invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema, pp. 17-18.

nos conta que “a cidade diz tudo o que devemos pensar”, alude ao tempo e ao espaço que ali se encontram refletidos. Pois que a forma e a função da arquitetura estão estritamente relacionadas com as circunstâncias históricas e geográficas, que conduziram à sua criação e diversidade.

Apesar de a descrição da cidade imaginária de Tamara se apresentar como uma possível chamada de atenção para enquadrar o tema central deste terceiro capítulo, o seu título inspira-se no texto de Jorge de Alarcão, *A Architectura dos Mercados Romanos*⁴⁰³, no qual se define, justamente, a funcionalidade dos edifícios a partir das suas morfologias arquitetónicas e da sua integração numa determinada área urbana, bem como a relação com os espaços circundantes. Os mercados romanos encontram-se definidos pelas suas características arquitetónicas, mormente precedidos por uma fachada antecédida por um pórtico (colunata), com um ou mais lados, que abriam para um pátio central, ou para o *forum* ou para uma importante rua. Modelos que permaneceram na cultura urbanística europeia. A partir das evoluções formais e funcionais, Alarcão demonstra como estes edifícios refletem a complexidade que o mercado vai adquirindo no espaço urbano romano. São precisamente estes aspetos que pretendemos discutir e analisar no presente apartado e que nos incentiva a pensar nas arquiteturas do mercado e a sua localização não apenas como edifícios estáticos, mas também mutáveis.

Depois de um percurso pela localização dos principais espaços de mercado, como são o caso das praças, ruas e rossios, a análise individual de um conjunto de edifícios com vocação mercantil possibilita uma comparação ampla, mas, ao mesmo tempo, mais concreta. Analisar o edifício comercial na sua forma individual, nomeadamente a partir da sua tipologia arquitetónica e dos materiais de construção, permite perceber a importância de cada um num determinado contexto histórico e urbano.

A maioria das cidades e vilas portuguesas das épocas medieval e moderna reservava para as atividades comerciais lugares e edifícios próprios. Essa função comercial pode ser identificada com base na tipologia de edifícios e da sua composição arquitetónica. A partir dos estudos dos espaços de mercado, Donatella Calabi explica que aí, os locais de produção (padarias e açougues), de armazenamento (farinha, trigo, sal), de negociação (lojas, *loggia* dos comerciantes, ou viajantes, notários, os banqueiros) de pesagem e controlo, (alfândegas, casas de ver o peso), edifícios civis ou religiosos

⁴⁰³ ALARCÃO, Jorge (1983). *A Architectura dos Mercados Romanos*. Braga: Minia.

(escolas, igrejas) encontram-se fisicamente (arquiteticamente) identificáveis⁴⁰⁴.

No caso português, constituíam infraestruturas imprescindíveis o alpendre, o paço do concelho, o açougue e o celeiro. Estes edifícios apresentavam um elo indissociável com o espaço comercial, pelo que o piso térreo detinha um papel particularmente importante para o desempenho das atividades mercantis, sendo necessário a existência de uma galeria aberta, combinada com alguns espaços fechados.

⁴⁰⁴ CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la città. Piazze, strade, architetture d'Europa in età moderna*, *op. cit.*, p. 154.

3.1 - O alpendre

Como se pode constatar no capítulo dos *Espaços de Mercado*, a construção de alpendres teve bastante relevância na delimitação do mercado dentro da cidade. Raphael Bluteau define, no seu dicionário, alpendre como “huma especie de tecto, sustentado com columnas, ou pilares, diante das portas das cazas, Igreja”⁴⁰⁵. Mas a definição deste padre do século XVIII representa um significado corrente no seu tempo que não reflete, com precisão, a amplitude com que era utilizado nos períodos anteriores.

Em Portugal, de acordo com António Matos Reis, a referência mais antiga ao alpendre destinado a fins comerciais data de 1317, ano em que o rei D. Dinis ordenou ao concelho de Santarém montar uns alpendres para a feira anual⁴⁰⁶. Ao longo do século XIV, surgem várias alusões aos alpendres enquanto infraestruturas comerciais. Em 1364 existe um alpendre na Guarda “junto com a igreja de sam vicente huu alpendere meu em que suyam as regateiras que vendiam os pescados”, que pagavam foro ao rei D. Pedro I⁴⁰⁷. Na aldeia de Nogueira (atual Vila Nogueira de Azeitão, Sesimbra), este monarca ordenou que os carniceros, padeiros e peixeiras vendessem “em lugar certo dessa aldeia sob um alpendre que o dito provedor diz que para ello dará”⁴⁰⁸. Em Tavira, o rei D. João I permitiu que o concelho armasse um alpendre numa das paredes das tercenas para abrigar os açougues⁴⁰⁹.

Estes exemplos refletem uma tradição e uma técnica arquitetónica bem estabelecida. Trata-se, portanto, de um termo que faz referência a formas consolidadas que perduraram por séculos nas práticas de construção, muito embora não se verifique nenhuma regra particular para a forma arquitetónica de tais estruturas. Enrico Guidoni constata, especialmente para as cidades de menor dimensão, que o pórtico (entenda-se alpendre) representa uma continuidade de uma tradição bem enraizada: “o pórtico está consolidado como o lugar privilegiado das atividades mercantis e, como tal, assume-se como uma forma recorrente no desenho de novas cidades, entre os séculos XII e XIII, que emprestam do claustro não só a linguagem expressiva, mas também, de alguma forma, o conceito de espaço fechado inteiramente controlado pelo projeto

⁴⁰⁵ BLUTEAU, Raphael (1712-1728). *Vocabulário Portuguez e Latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*, Vol. 1, *op. cit.*, p. 279.

⁴⁰⁶ REIS, António Matos (2006). *História dos Municípios (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 559.

⁴⁰⁷ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, *op. cit.*, pp. 436-437.

⁴⁰⁸ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, *op. cit.*, pp. 470-471.

⁴⁰⁹ AMT, *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho*. Reforma dos Tomos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fl. 85.

arquitetónico”⁴¹⁰. Deste modo, é de grande utilidade contextualizar o termo alpendre numa perspetiva temporal e espacial, não só para reconhecer modificações e transformações que ocorreram, mas também para encetar uma investigação que permita compreender o alcance e o significado do(s) termo(s).

No reinado de D. Afonso V, as alusões aos alpendres para abrigar as trocas comerciais mais que se multiplicam nas fontes documentais. Do ponto de vista arquitetónico, as fontes deste período adiantam mais pormenores: costumam fazer alusão ao material de construção e a uma distinção quando o alpendre é suportado por arcos como são os exemplos de Tavira e Faro. Em Tavira, em 1443, foi o próprio monarca a ditar a forma desse edifício “tendo hordenado de fazerem della huua muy boa cousa em a praça da Rybeira da dyta tavuilla que he grande defensam della isso mesmo poer certos esteos e arcos nas ditas fanguas”⁴¹¹. Mesmo que haja referência ao arco ficamos com dúvidas da forma que assumiria, se redondo, ogival, achatado. No entanto, como explicação, temos que considerar as tendências arquitetónicas então emergentes. Para Faro, a construção do alpendre era bem menos erudita e complexa. Em 1464, aquele monarca autorizou o concelho de Faro a construir o alpendre de madeira encostado a uma das paredes das tercenas “nos praz de lhe darmos lugar que eles possam madeirar da derradeira parede da parte de fora a outra acerca, para fazerem alpendre e hajam chão todo dali até à barreira para fazerem praça e não pera outra coisa alguma”⁴¹². Na verdade, este passo sugere um alpendre em madeira, ou seja, temporário, para abrigar as vendas do peixe que antes eram feitas imediatamente à Porta da Vila, como se explicará, detalhadamente, no capítulo IV.

Na época de D. Afonso V, surge também a ideia da arcada planeada, como vimos para o caso da rua Nova do Mercadores, na qual foram determinadas as dimensões para altura, largura e profundidade, bem como os materiais a aplicar. A alusão aos novos léxicos – o arco – remete, claramente, para uma evolução neste tipo de construção mais simples do alpendre ou uma versão mais erudita desta estrutura, tendo que ser recordado que o arco é o sistema estrutural próprio da arquitetura romana antiga.

⁴¹⁰ GUIDONI, Enrico (1990). “I portici nella tradizione urbanística europea”, *op. cit.*, pp. 55-64.

⁴¹¹ ANTT, *Odiana* 2, fl. 250.

⁴¹² Capítulos especiais da vila de Faro, apresentadas ao rei D. Afonso V, *apud* BARROS, Amândio Jorge Morais (1986-1987). “Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na 2ª metade do século XV”. *Revista de História*, 7, pp. 159-174.

Até meados do século XV, o vocábulo alpendre que aparece nas fontes escritas não é acompanhado por qualquer descrição arquitetónica, pelo que tanto pode estar a fazer referência a um tipo de construção – sustentada por colunas ou pilares – ou a um edifício isolado, impossibilitando a visualização de uma forma arquitetónica concreta. A ausência de detalhes indica que o alpendre de modo algum se trata de uma novidade (construtiva). Serve, antes, para comunicar um elemento estrutural que se encontra comumente perceptível, independentemente das formas arquitetónicas que o alpendre poderia assumir. Neste contexto, a iconografia e a cartografia antiga podem ser úteis para entender a diversidade morfológica que o alpendre poderia adquirir.

No *Livro das fortalezas* de Duarte de Armas, elaborado entre 1508 e 1509⁴¹³, observam-se alpendres que podiam ser simples postes de madeira a sustentar uma cobertura de telhado ou colmo, ou suportados com colunas de pedra; poderiam ainda ser suportados em pilastra e verga reta ou em arcos. O levantamento do mosteiro de Flor da Rosa, no Crato, desenhado, em 1620, pelo arquiteto do rei Filipe III, Pedro Nunes Tinoco⁴¹⁴, mostra um conjunto de alpendres à frente do mosteiro – *Alpendres aonde se fas a feira* – como que a contornar o espaço das vendas. Os alpendres do mosteiro, compostos por pilastras de pedra a suportar um telhado de uma água, ainda podem ser testemunhados em algumas aldeias do centro e norte do país, como é o exemplo do alpendre de Carçarelhos, em Bragança, localizado no largo da Feira⁴¹⁵. Num azulejo do início do século XVIII é representado o mercado que decorria à frente da “Casa dos Bicos”, em Lisboa⁴¹⁶, o qual mostra, para além de uma variedade de vendedores, outro

⁴¹³ ANTT, *Livro das Fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por de Duarte de Armas, Escudeiro da casa do rei D. Manuel I*, [1508-1509], fls, 59, 99.

documento digitalizado <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3909707>

Sobre a representação de estruturas alpendradas nos castelos desenhados por Duarte de Armas, em 1509, consultar MAYOROVA, Marina Ivanovna (2017). *Casas de Alcaidaria. Estruturas habitacionais nos castelos portugueses entre os finais da Idade Média e os inícios da Época Moderna*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 56.

⁴¹⁴ Sobre este arquiteto e o levantamento do mosteiro da Flor da Rosa, consultar COELHO, Teresa Maria da Trindade Campos (2014). *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de architectos régios dos séculos XVII e XVIII*. Vol. II. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, p. 132. Sobre o levantamento das Vilas e Igrejas pertencentes ao priorado do Crato manusear o *Livro do Priorado do Crato* que se encontra depositado na Biblioteca do Seminário das Missões, em Cernache do Bom Jardim.

⁴¹⁵ Este alpendre data do século XIX. Ladeia a capela e está defronte do cemitério paroquial com duas mísulas pétreas sobrepostas para sustentação de prateleiras.

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21655

⁴¹⁶ AML –AH, *Ribeira Velha, Painel de Azulejos*. Catálogo da exposição de documentos e obras relativos à história de Lisboa (1947). Cota: A10795.

tipo de alpendre que podia ser construído, armando postes de madeira à fachada da casa, de forma a proteger os vendedores das condições climatéricas⁴¹⁷ (Figs. 43 - 48).



Figura 43. Penha Garcia. Alpendre numa casa desenhado por Duarte de Armas (1508-1509). ANTT, Livro das Fortalezas, fl. 59.

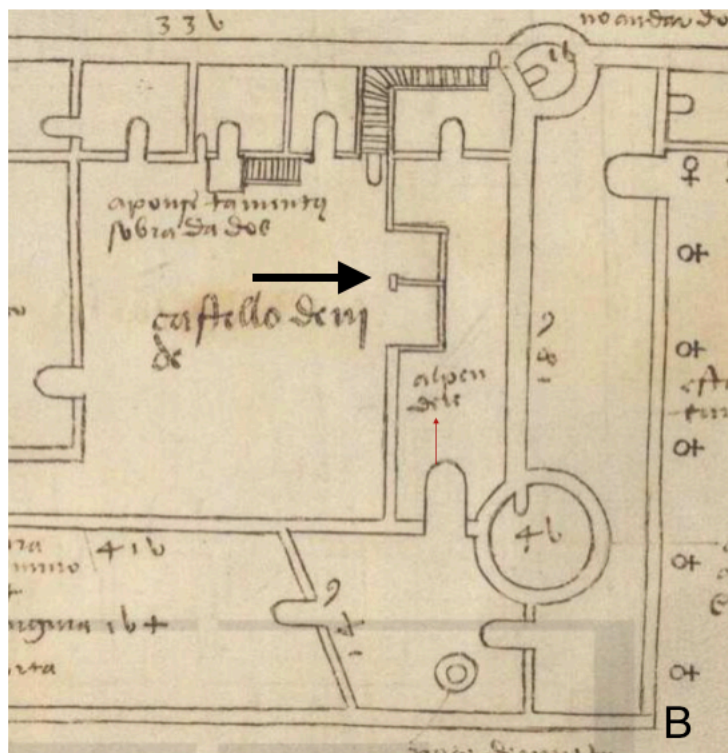


Figura 44. Portelo. Alpendre com cobertura de colmo, desenhado por Duarte de Armas (1508-1509). ANTT, Livro das Fortalezas, fl. 99.

⁴¹⁷ A “Casa dos Bicos” estava voltada para o rio Tejo e integrava o conjunto de casas compreendido entre a Ribeira Velha e o Cais de Santarém. Sobre esta residência ler MOITA, Irisalva (1987). “A casa dos Bicos – o sítio e edifício II”. *Lisboa. Revista Municipal*. Ano XLVIII, 2ª Série, 19 -1, pp. 15-32.



A



B

Figura 45. A – Ouguela. Alpendre encostado à muralha legendado assim: aquy fazem audiencya. B – Castelo de Vide – Desenho de um alpendre em planta legendado assim: alpendre. Duarte de Armas (1508-1509). ANTT, Livro das Fortalezas, fls 30 e. 125v, respetivamente.



Figura 46. Mosteiro Flor da Rosa (Crato). Alpendres aonde se fas a feira, Pedro Nunes Tinoco, 1620, Livro do Priorado do Crato.



Figura 47. Caçarelhos (Bragança). Alpendre da Feira (século XIX). (monumentos.pt).

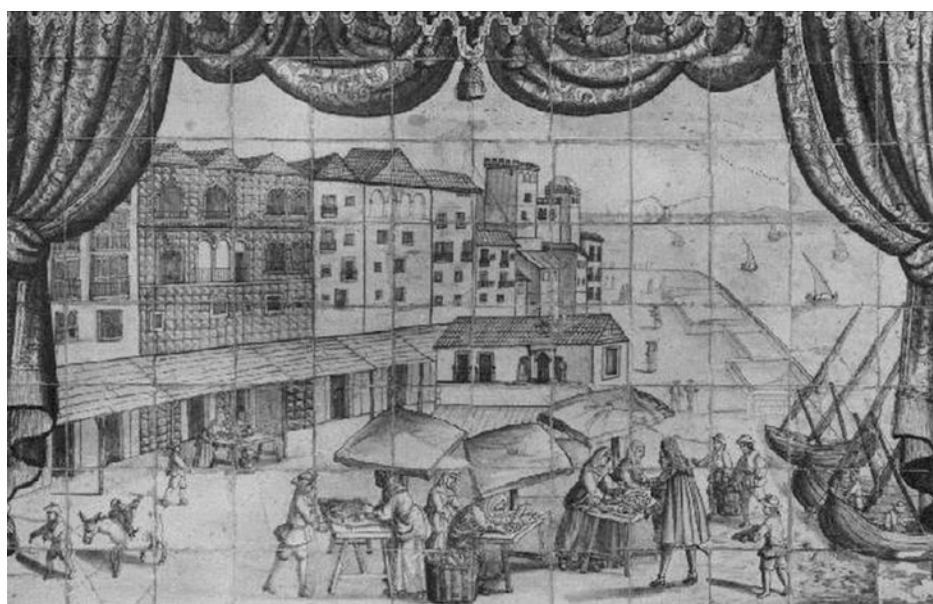


Figura 48. Lisboa. Azulejo do século XVII que tem representado uns alpendres armados às casas que estavam voltadas para a ribeira, designadamente à “Casa dos Bicos”, AML-AH

No que se refere à sua função, as fontes do reinado de D. Afonso V revelam que o alpendre correspondeu à necessidade de organizar as funções comerciais e artesanais, e, conseqüentemente, dar à cidade o enobrecimento que carecia. Possivelmente, a introdução do arco, que é uma técnica de construção mais complexa, e que se apresenta como uma novidade, pode estar relacionada com o programa de embelezamento e

enobrecimento das urbes, que previa a construção destas estruturas arquitetónicas para nobilitar as atividades comerciais e os seus espaços, tal como parece comprovar um contrato de construção de alpendre na praça de Portalegre.

Em 1472, o concelho e outros funcionários do rei D. Afonso V estiveram reunidos na “casa da falla” de Portalegre para decidirem sobre um pedido elaborado por Gomes Afonso vassalo do rei, para que lhe fosse concedida a licença de construir um alpendre em arcos numa casa que tinha na praça de Portalegre. Para que o pedido lhe fosse consentido, o suplicante usou vários argumentos:

“Eu tenho uma casa na praça desta vila e parte com ho alpendre da praça E porque Senhores saberees que na çidade de Lixboa como em outras çidades e villas El Rey nosso Senhor para nobreza dellas daa alugar a muytas pessoas que sse alleuamtem no aar e hy façom casas rresgardamdo a seruemtya de baixo ao comçelho e esto assy nos muros e torres delles como nos alpenderes. E porque senhores se vossa mercee for por tal rrespeyto eu me queria alleuantar sobre o dito alpendere quanto pertence aa minha casa soo de baixo quamto diz o alpendere de pedra e de ladrilho dous ou três arcos quaaes comprirem e neçessarios forem aa dyta minha casa de lomguo ou como vos outros senhores hordenardes. E em çima dos ditos arcos muy bem solhado e ladrilhado em guysa que quem esteuer de baixo nom receba nenhum nojo nem quem aa dita praça vier nom rreçeba nenhum pejo alguum. Peçovos senhores que me façaees a merçee deste aar e comprirey todo muy bem [...] com comdiçom que este gomez affonso se nom possa em nenhum tempo chamar aa posse do defumdo dos alpenderes e arcos que assy fezerem nem sse logre delles de seu officio, se nom ficar forro ao comçelho que possa delle fazer o que lhe aprouver e fazerem buticas para o comçelho. E que o deçima sera todo ladrilhado em tal guysa que nom caya poo nem augua que faça nojo aos que esteuerem de fumdo [...]”⁴¹⁸.

A riqueza dos argumentos apresentados responde a parte das perguntas que estão relacionadas com os processos construtivos e evolutivos destas construções: Qual a origem dos alpendres? Eles estavam planeados ou evoluíram?

O primeiro aspeto a realçar diz respeito à importância que foi dada ao alpendre que, na boca do suplicante, significava uma forma de enobrecimento, que se depreende ao evocar o exemplo de Lisboa e de outras urbes do reino. Um outro dado revelado pelo contrato de Portalegre diz respeito à formação dos arcos da praça, que foram construídos em diferentes cronologias, sendo agregados à medida das necessidades e interesses. Luísa

⁴¹⁸ Gomes Afonso teria de pagar anualmente ao concelho um real de prata ou “trinta reeais brancos, hum framgam, e hua dúzia de ovos”. ANTT, Liv. 6 *Odiana*, “Aforamento do aar de hum pedaço de alpendere da praça da villa de Portalegre...”. fls. 45v-46.

Trindade já havia observado a existência de vários tipos de alpendres, reconhecendo, inclusivamente, a dificuldade em traçar um percurso genealógico destas estruturas porque, na maioria dos casos, tratou-se de uma adaptação ou readaptação consoante as necessidades mercantis existentes⁴¹⁹. O contrato entre o concelho de Portalegre e Gomes Afonso deixa antever, igualmente, questões relacionadas com a gestão, função e propriedade do espaço intercolúnio e dos problemas que daí poderiam surgir, tendo ficado acordado que, em caso de morte, o espaço sob os arcos não passava para os herdeiros, continuariam na posse do concelho, que os podia converter em *buticas* e alugar a pessoas interessadas, dotando a praça de um conjunto de casas com vocação comercial, que se foram estabelecendo ao longo do tempo. O facto é que a construção de um alpendre numa casa implicava a ocupação do espaço público, em parte usado para fins comerciais e em parte usado para circulação dos habitantes. Esta situação gera alguma confusão porque parece existirem dois proprietários: o dono da casa alpendrada que alugava o *vão* aos mercadores, e o concelho que era senhor do chão coberto por esses alpendres, e que queria receber as rendas provenientes do uso daquele espaço, tal como acontecia na rua Nova dos Mercadores, em Lisboa.

No que se refere às questões da propriedade, elas encontram-se bem esclarecidas nas *Ordenanzas de Madrid y otras diferentes que se practican en las ciudades de Toledo y Sevilla, con algunas advertencias a los alarifes y particulares*, escrito por Teodoro Ardemans, gravador, pintor e arquiteto do rei:

“Hay también en las ciudades ò lugares, algunas casas en las plazas que sus portales son públicos; y aunque el dueño de la posesión arriende el portal, debe no quitar el uso del público, y si acaso le arrienda, no lo debe ocupar ni estorbar con bancos, mesas, perchas, bodegón portátil, porque el paso ha de estar libre para el comercio público, aunque parece que se contradice en que se arriende y no se estorbe; se debe entender que sólo se arrienda el sitio que ocupa el grueso de la pilastra y el vuelo del balcón de encima”⁴²⁰.

Existia uma grande variedade de alpendres quer na forma quer na função. Relativamente à forma, a mais usual consistia na combinação de arco/pilar sustentado por

⁴¹⁹ TRINDADE, Luísa (2009). *O urbanismo na Composição de Portugal*, op. cit., pp. 735-736.

⁴²⁰ ARDEMANS, Teodoro (1754). *Ordenanzas de Madrid y otras diferentes que se practican en las ciudades de Toledo y Sevilla, con algunas advertencias a los alarifes y particulares...* En la Imprenta, y Libreria de Joseph Garcia Lanza, Plazuela del Angel, pp. 38-39, 84. Em caso de se darem as partilhas entre os herdeiros, o arquiteto acrescenta a necessidade de se averiguar a localização do alpendre, se tem comércio, que largura e profundidade têm as fachadas. Esta medição era importante porque estava relacionada com o preço do solo urbano.

colunas ou pilares/colunas que sustentavam uma arquitrave. Daí a presença de vários vocábulos no mesmo documento – como *balcão* ou *arcada* – usados indiscriminadamente, o que leva a concluir que ambos aludem ao mesmo, sendo, por isso, considerados sinónimos de alpendre. Esta diversidade de termos pode estar relacionada com a morfologia do imóvel. Por exemplo, em Guimarães e na Guarda chama-se *balcão* ao edifício que se encontra construído sobre colunas ou pilares rematados por uma arquitrave. Em Évora chama-se *arcada* quando está construído sobre pilares ou colunas que sustentam um arco. É também interessante sublinhar a influência que certos materiais podem ter nas técnicas de construção. Pode haver uma correlação entre o barro e o arco; a pedra e a arquitrave. O geógrafo Orlando Ribeiro vincula o tipo de arquitetura à geografia: no Sul, onde o barro abunda, o tijolo tem um papel fundamental nas construções, uma vez que facilita a construção de arcarias, devido à leveza do material⁴²¹.

Relacionadas à sua função, estão, por exemplo, outros termos incluindo botica, tenda, loja que, na maioria dos casos, são aplicados indiscriminadamente para descrever o uso comercial do alpendre. Quanto à composição estrutural surge, na documentação, os vocábulos *ar* ou *aar*, *varanda* e *logea*. O *ar* é o vão ou o espaço compreendido entre as colunas ou pilares. Quando a documentação refere “foramento de um aar de alpendre” ou “aforamento de huu har de balcão”⁴²² está a fazer referência a um espaço vazio sobre o qual podia ser construída uma divisão ou uma casa, mediante autorização régia ou concelhia e com a condição de permanecer livre. Em alguns casos a *varanda* também está relacionada com as atividades mercantis como, por exemplo, a do paço da Ribeira, em Lisboa, erguido durante o reinado de D. Manuel. Aqui, a varanda era uma estrutura que fazia a ligação entre o paço régio e o baluarte da ribeira, e que acolhia nos arcos inferiores lojas e tendas⁴²³. Na documentação quinhentista referente ao hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha, o conjunto de arcos eram designados de *varandas*, sendo aí que alguns mercadores se instalavam durante a feira de 15 de agosto⁴²⁴. Hélder

⁴²¹ “Sendo ainda em tijolo que revestem os pavimentos, se formam as abobadilhas de descarga de portas e janelas, os celeiros, as adegas e os fornos”. RIBEIRO, Orlando (sd.). *Geografia e civilização. Temas portugueses. Espaço e Sociedade*, 2. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 34-35.

⁴²² A Catarina Fernandes, aforamento do ar de um balcão sobre as tendas junto com a Alfândega de Lisboa. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 35.

⁴²³ SENOS, Nuno de Carvalho Conde (2000). *O Paço da Ribeira: 1501-1581*, op. cit., pp. 78-79.

⁴²⁴ “Nela se venderem os mantimentos que se vinham vender a ela por não ter casa nenhuma deputada para se venderem as mercadorias e mantimentos e por o dito concelho ser muito pobre não tinha possibilidade para a comprar pelo que lhe pediam lhe fizesse mercê de lhe aforar a dita varanda e arco e eles pagariam disso um foro todos os anos a este hospital”. Transcrito por RODRIGUES, Lisbeth de Oliveira (2013). *Os*

Carita avança com a hipótese de o vocábulo *varanda* representar ou uma novidade arquitetónica pelo simples facto de *alpendre*, *eyrado* ou *balcão* serem muito ambíguos, pelo que a referida *varanda* trata-se de termo que remete para algo mais específico⁴²⁵.

Na documentação portuguesa também aparece a palavra *logea*, como uma espécie de analogia ao termo latino *loggia*, frequentemente aplicado a edifícios compostos por uma arcaria ou alpendre, como aparece referida em Lagos: “entre a capella da casa da Misericórdia e as casas d’alfandega e sysas que se ora novamente fizeram que ficou uma azinhaga de quatro covados em largura, por amor de umas logeas que estam debaixo da dita capela, em as quais se podem esconder as mercadorias que se sonegarem da parte da dita alfandega sem nunca se saber”⁴²⁶. Muitas vezes, as palavras *botica* e *tenda* aparecem relacionados com o alpendre, revelando, claramente o propósito do edifício relacionado com as atividades mercantis que decorriam sob aquela estrutura.

Relativamente às designações, muitas vezes o alpendre vem acompanhado da função que exercia, como por exemplo, o alpendre do açougue, o da carne, o do peixe, o do pão, ou simplesmente alpendre⁴²⁷. Nestes casos, a documentação está a referir-se não só a um edifício público isolado, como também à forma como está construído: cuja principal característica arquitetónica era a de ser sustentada por pilares ou colunas.

No século XVI, a descrição da arquitetura dos alpendres exprime uma profunda alteração na fachada, que parece ser cada vez mais monumental, como é exemplo o alpendre de Loulé. Depois das experiências construtivas do final século XV, encontramos no alpendre de Loulé, mas também nos de Braga, como veremos no capítulo seguinte, uma arquitetura de prestígio, claramente inspirados nos modelos de *loggia* italianas. Pelas

hospitais portuguesas no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha. Tese de Doutoramento. Vol. I. Braga: Universidade do Minho, pp. 463-464.

⁴²⁵ CARITA, Hélder (2018). “A Varanda alpendrada na evolução na casa senhorial Luso-Indo-Brasileira - século XVI a XVIII”. *Actas do III Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores*. Porto: Universidade Católica Editora – Porto. CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (EA-UCP), p. 16.

⁴²⁶ *Apud* CORREIA, Fernando Cecilio Calapez (1998). *Elementos para a História da Misericórdia de Lagos*. Lagos: Santa Casa da Misericórdia, p. 200.

⁴²⁷ Marco Biffi também se depara com a mesma dificuldade, mas para os termos *portico* e *loggia* que na documentação são tratadas como sinónimos. Marco Biffi chama atenção para a primeira armadilha que se enfrenta na leitura da definição destes termos nos dicionários, a palavra *Portico* está definida como sinónimo de *loggia*, mas não o inverso. BIFFI, Marco (2002). “La lessicografia storica dell’architettura: i casi di “loggia, loggiato, portico, porticato”. In CATALDI, Giancarlo, CORONA, Roberto (a cura di). *Logge e/y Lonjas. I luoghi del commercio nella storia della città. Los lugares para el comercio en la historia de la ciudad. Acti del convegno* (Firenze, 20-21 novembre 2000), Firenze: Alinea Editrice, pp. 60-62.

características arquitetônicas dos alpendres não é difícil encontrar semelhanças com as *loggias* italianas; basta pensarmos na *loggia Rucellai*, de Leon Batista Alberti (1460) ou na *loggia del Pesce* (1567) construída em Florença, no mercado Velho, por Giorgio Vasari⁴²⁸ (fig. 49).

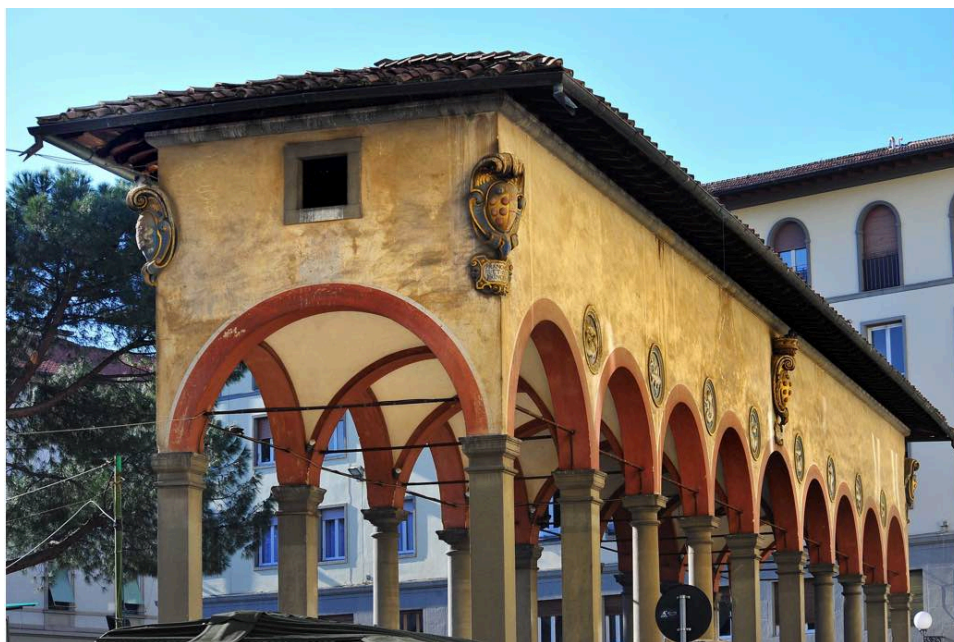


Figura 49. Florença (Itália). Loggia del Pesce, Giorgio Vasari (1567) (wikipedia).

⁴²⁸ Nos casos italianos, a singularidade da *loggia* pode estar na ausência de norma quanto à posição que ocupa no espaço urbano: tanto pode estar orientada para oeste/este como para sul/norte. A decoração da *loggia*, nalguns casos, revelava sua função, como a *loggia del Pesce*, que era um mercado de peixe CHENEY, Liana De Girolami (2016). “Giorgio Vasari and Mannerist Architecture: A Marriage of Beauty and Function in Urban Spaces”. *Journal of Literature and Art Studies*, Vol. 6. 10, pp. 1159-1180.

Em 1523 foi acordado em sessão de vereação a renovação do alpendre da praça de Loulé, uma infraestrutura imprescindível no abastecimento, gestão e distribuição dos géneros alimentares, pelo que a importância deste edifício é mostrada a partir da forma arquitetónica imposta (com seis arcos) e dos materiais de construção que os mestres pedreiros estavam obrigados a empregar na sua remodelação, particularmente a conjugação da pedra de lioz, o tijolo e diferentes tipos de mármore, com a clara intenção de criar um efeito decorativo, de inspiração mudéjar:

“item façam hum portall de pedra lavrada com seus bolhos e boa pedra lioz e fara seis harcos com cinco marmores com suas vasas e capitees de pedra bem labrada e a volta dos arcos de tijollos bem gurnecidos e que pareça de cantos falsos e o outro arco da banda da rua de Portugall se fara de hum marmore no meio com sua vasa de capitell de pedra lavrada e as voltas de ladrilhos bem guarnecidos que pareça de cantos de pedra falsos he o canto se fara de cantaria lavrado boa e de muito boa obra e ergueram o corpo e paredes do dicto alpendre tanta altura que venha fermoso e bem fectos os arcos nelles e asy seram abrigados a guarnecer a dicta obra e a pincelar de maneira que fique acabada de todo quanto consta as ditas paredes e elles officiais lhe daram a cal a area para a dicta obra e ladrilhos e ajuda pera andaimos e asy chanfraram as pedras que am de estar nos dictos arcos pera que melhor pareçam [...] e quanto a pedra d’alvenaria os dictos officiais lhe mandaram dar e altura que am de fazer no dicto alpendre seram dous covodos acima do que agora sam”⁴²⁹.

Importa aqui destacar o papel que este edifício assume dentro de da urbe, bem como os materiais envolvidos na construção. Em Loulé, a renovação do alpendre é um reflexo de novas estratégias administrativas, podendo ser encarado como um “órgão” que controlava e organizava o provimento da urbe, de modo que os produtos que chegavam à vila seriam obrigatoriamente comercializados sob os seus arcos. Em termos urbanos, o edifício foi planeado para ocupar uma posição de destaque na praça extramuros, com um grande arco voltado para a rua de Portugal, intervenção que venceu, definitivamente, a centralidade comercial da vila, muito embora sem quaisquer vestígios visíveis, pelas várias alterações que foram feitas na praça a partir do século XIX (Fig. 50). A renovação deste alpendre, cuja vontade partiu do concelho, surpreende pela erudição com que foi planeado, com claras influências do renascimento italiano e enriquecido por uma decoração mudéjar implícita. No que se refere à decoração mudéjar, Paulo Pereira esclarece que o seu uso em Portugal pode estar relacionado com a viagem que o rei

⁴²⁹ Transcrição de DUARTE, Luís Miguel (2014). “Actas de Vereação de Loulé, Século XVI, 1522-1527”. Suplemento da revista *Al-Ulyà*, n.º 14, p. 66.

D. Manuel fez à região da Andaluzia, em Espanha, e que era o centro da arte mudéjar, que posteriormente foi utilizadas na decoração de edifícios públicos⁴³⁰. Quanto à forma, pode simplesmente tratar-se de um modelo de alpendre perfeitamente estabelecido no urbanismo português.

Porém, embora haja uma influência do renascimento italiano nestas construções, não podemos admitir que seja a única fonte inspiradora destes edifícios. Recordamos que em Portugal esta prática construtiva é ancestral, remontando aos primórdios da Idade Média. Apesar da falta de erudição, esses alpendres medievais correspondiam à mesma necessidade dos da Época Moderna; mas a função prática aliada aos ideais de beleza, posteriormente veiculados nos tratados renascentistas, que começaram a circular por toda a Europa, foram os principais responsáveis por lhes determinar uma aparência erudita e mais urbana.

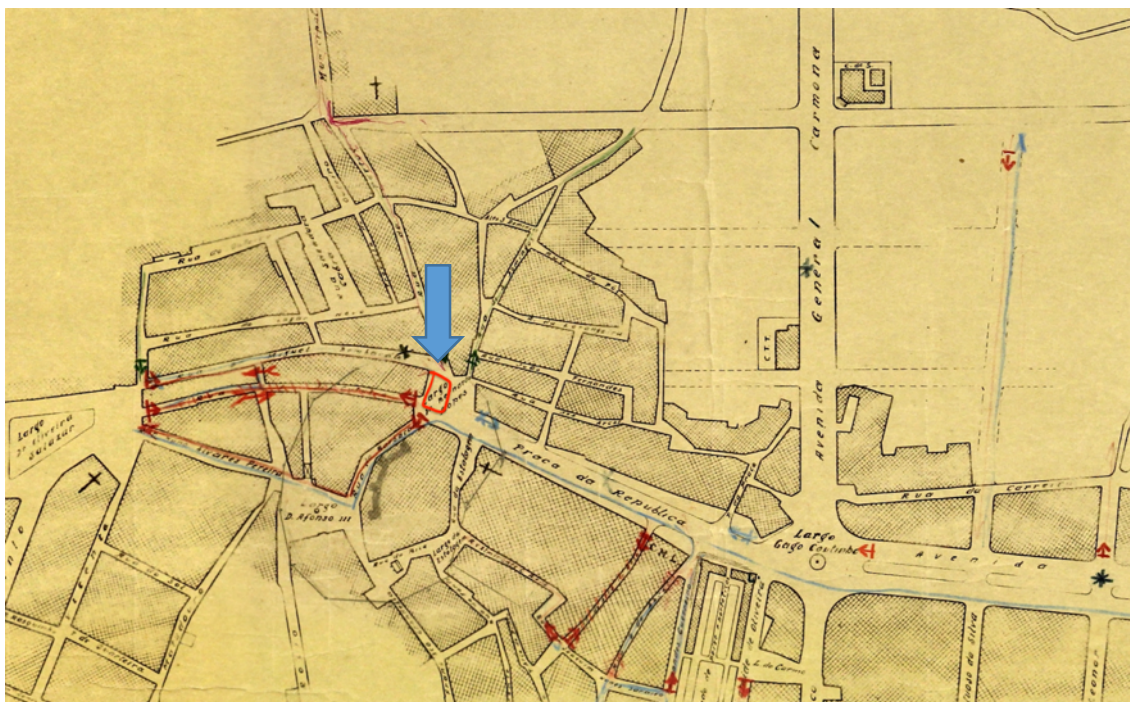


Figura 50. Loulé. Localização do alpendre em 1523 (retângulo vermelho e seta preta). Planta da Vila de Loulé (1919). AML, cedida por Nelson Vaquinhas.

⁴³⁰ PEREIRA, Paulo (2007). “As Grandes Edificações (1450-1530)”. In *História da Arte Portuguesa. Do «Modo» Gótico ao Manuelino (séculos XV- XVI)*, Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 37.

O alpendre é uma estrutura arquitetónica que também aparece na arquitetura religiosa. Estes alpendres são excluídos da presente tese porque são estruturas com rituais litúrgicos bem definidos. Todavia, na análise que Nicolas Balzamo fez ao tratado de Jean-Baptiste Thiers, intitulado *Dissertation sur les porches des églises*, editado em 1678, constata-se que os espaços alpendrados das igrejas eram áreas bastante lucrativas, tendo verificado a existência de vendedores, apesar das constantes proibições veiculadas nas constituições sinodais. Na dissertação de Jean-Baptiste Thiers, encontra-se retratado o comércio sob os pórticos das igrejas, bem como o problema do objeto de devoção enquanto mercadoria e a sua comercialização – se perto ou nas imediações de um local de culto. Nesse tratado, este autor denunciou os cónegos de Chartres que permitiam a venda de objetos de culto sob os pórticos da catedral pelos muitos lucros que provinham daqueles negócios. Em resposta às acusações, a sacralidade dos alpendres religiosos é posta em causa. Para os cónegos de Chartres que foram denunciados, apesar de os alpendres serem parte integrante do espaço religioso eles nunca foram um lugar de culto⁴³¹.

A propósito dos alpendres dos templos religiosos portugueses, Mário Cunha conta que eram uma estrutura muito frequente nas igrejas e ermidas dos períodos medieval e moderno. A partir dos documentos consultados, nomeadamente as *Visitações*, verifica-se que tanto pode vir explícita a importância do alpendre como também os motivos para a sua demolição. Na matriz da Aldeia Galega, em 1528, solicitou-se que o alpendre fosse removido “porque os almocreves e caminhantes fazem dele estalagem, o que provoca estragos”. Em Alcoutim, em 1554, foi pedido a construção de um alpendre “diante da porta por ser necessário; os fregueses não cabem”⁴³².

⁴³¹ BALZAMO, Nicolas (2018). “Une controverse sans débat: Jean-Baptiste Thiers, les chanoines de Chartres et la question du commerce sous les porches des églises (1677-1680)”, *op. cit.*, pp. 51-71.

Sobre os alpendres dos templos religiosos, Mário Cunha conta que eram uma estrutura muito frequente nas igrejas e ermidas dos períodos medieval e moderno. A partir dos documentos consultados, nomeadamente as *Visitações*, tanto pode vir explícita a importância do alpendre como também os motivos para a sua demolição. Na Matriz da Aldeia Galega, em 1528, solicitou-se que o alpendre seja removido “porque os almocreves e caminhantes fazem dele estalagem, o que provoca estragos”. Em Alcoutim, em 1554 foi pedido a construção de um alpendre “diante da porta por ser necessário; os fregueses não cabem”. CUNHA, Mário Raul de Sousa (2013). (...) *visitando nós ora pessoalmente o dito mestrado de Santiago (...) As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*. Tese de Doutoramento. Vol. 1. Porto: Universidade do Porto, pp. 509-510.

⁴³² CUNHA, Mário Raul de Sousa (2013). (...) *visitando nós ora pessoalmente o dito mestrado de Santiago (...) As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais, op. cit.*, pp. 509-510.

3.2 - O paço do concelho

No final do século XV e inícios do XVI, a maioria das urbes portuguesas foi dotada de um edifício para exercer as funções governativas: o paço do concelho⁴³³. A construção de sedes de poder municipal foi um momento importante na administração local e enquadra-se no âmbito de uma reorganização administrativa, que se pretendia mais uniformizada e menos contraditória entre os concelhos. Como explicou Joaquim Romero Magalhães, apesar de ser soberano, o rei tem consciência que a distância tornava difícil o controlo de todos os concelhos do reino e, por esse motivo, delega boa parte da administração às câmaras, um poder que os monarcas não queriam atribuir aos senhores. De todas as responsabilidades que as sedes municipais alcançaram neste período, interessa sublinhar o encargo no abastecimento da urbe, bem como o controlo as taxas, preços, medidas e outras imposições relativas às atividades comerciais⁴³⁴. Neste sentido, apresenta-se uma reflexão sobre a arquitetura dos paços do concelho (usando apenas os exemplos que parecem mais significativos) e as ligações que poderão ter existido entre a forma e a função mercantil⁴³⁵.

Localizados, geralmente, na praça, onde ocorria o mercado, ocupando por vezes o lugar mais proeminente, a geração de edifícios concelhios construídos no reinado de D. Manuel segue um padrão que consiste na presença uma galeria (arcos ou alpendres) aberta no piso térreo. Segundo Carlos Caetano, os pórticos e alpendres das câmaras tinham múltiplas e importantes funções: além de serem um espaço de abrigo, convívio e reunião, eram também espaços de mercado, sendo alguns deles o acesso ao açougue

⁴³³ Do ponto de vista da denominação destes edifícios municipais - paço do concelho e/ou casa da câmara - Luísa Trindade sublinha que, a partir da leitura atenta da documentação, “não existe entre as duas principais denominações – casa e paço do concelho – uma sequência cronológica [...] nada corrobora a ideia de que “os concelhos que, no século XIII, reuniam nos adros ou nas igrejas passam a ter “casa” ou “câmara” no século XIV e “paço” na centúria seguinte”. Além disso, esta autora explica que a casa concelhia é mais vezes referida de *Paço*; sendo que esta designação não está, necessariamente, “associada a uma arquitetura qualificada, formalmente diferenciada do restante tecido edificado. A utilização do termo paço identifica, por analogia com a morada do rei ou do senhor, um espaço de poder, neste caso, a sede do poder local, onde o monarca delega parte substancial da sua autoridade”. TRINDADE, Luísa (2012). “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”. In *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, p. 212.

⁴³⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero (1997). “Os Concelhos”. In MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 161-165.

⁴³⁵ A relação entre a arquitetura e as atividades comerciais foi primeiramente explorada por Caroline Cabral na sua dissertação de mestrado, abrindo caminho para muitas das reflexões e perspetivas aqui desenvolvidas. CABRAL, Caroline Almeida Aragão (2012). *Casos de Câmara. Quatro “Paços” na consolidação de um modelo*, op. cit.

concelhio, quando este se localizava no piso térreo⁴³⁶. Luísa Trindade também destaca evidentes ligações entre os arcos dos edifícios concelhios e as atividades comerciais, referindo que as arcadas ou alpendres assumiram, inclusivamente, um papel determinante para as atividades comerciais. De acordo com esta historiadora, a “utilização da Casa da Câmara para atividades comerciais terá sido, porventura, até mais determinante”⁴³⁷. Algumas delas abrigavam no piso inferior o açougue ou as fangas, o que permitia controlar de perto o comércio da carne e de cereais, mantimentos imprescindíveis no abastecimento da urbe, pelo que “as arcadas surgiram como a resposta adequada, prolongando, de resto, uma associação milenar entre espaços de mercado e pórticos, arcadas ou galerias”⁴³⁸. Deste modo, cremos que nalgum momento e contexto histórico esta tipologia de paços do concelho terá sido impulsionada pela presença do mercado, mas sem perder congruência com o seu duplo propósito, o administrativo e o comercial, como se pode observar pelos exemplos que se apresentam: Viana do Castelo, Guimarães, Braga, Coimbra e Évora.

A casa do concelho de Viana do Castelo foi transferida, por volta de 1505, da praça do Penedo⁴³⁹, localizada intramuros, para ocupar o topo nascente do campo do Forno, junto à porta de S. Tiago, onde era costume a realização de feiras. A escolha deste local aponta para uma evidente necessidade de controlar as atividades comerciais que ali se desenrolavam. Quanto à arquitetura, o edifício municipal apresenta uma galeria composta por arcos ogivais no piso inferior que abriam para a praça e ruas laterais. No que diz respeito à função desta arcada, as representações cartográficas setecentistas, descrevem um uso comercial, como se pode comprovar na *Planta do primeiro plano casa da camara cadea Praça do Campo do Forno*⁴⁴⁰. De acordo com este levantamento, os arcos que perfazem a esquina que comunica com a rua das Padeiras e com a porta de S. Tiago encontram-se legendados deste modo: “Vão da caza da Camera onde as Padeiras

⁴³⁶ CAETANO, Carlos Manuel Ferreira (2011). *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*. Tese de Doutoramento. Vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, p. 504.

⁴³⁷ TRINDADE, Luísa (2012). “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”. In *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia, op. cit.*, p. 218.

⁴³⁸ *Idem, ibidem*.

⁴³⁹ CAETANO, Carlos Manuel Ferreira (2011). *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*. Vol.1, *op. cit.*, p. 280.

⁴⁴⁰ ADVC, *Plantas de tudo o que contem a Mizericórdia da Villa de Vianna tanto pello que pertence ao seu Plano como ao seu Prospecto e Elevação. Medidas e deleniadas Por Gonçalo Luis da Silva Brandão anno de MDCCLXXVI*. Cota 3.27.1.7 <https://digitalq.advct.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=1072192>

fazem sua praça e vendem o paõ”. O paço do concelho assume uma posição central na configuração da praça, tendo à sua ilharga o complexo da misericórdia. Talvez por este motivo, o registo cartográfico inclui uma delimitação do espaço fronteiro ao paço do concelho que se apresenta como uma espécie de adro, a delimitar o espaço municipal, estipulado para os atos públicos tal como consta na legenda: “Praça do Concelho onde se Fazem Arremataçoens e eleicoens”⁴⁴¹.

A respeito da organização da praça parece confirmar-se a presença de limites para o uso do espaço para *Arremataçoens e eleicoens*. Repare-se no empedrado, assinalado com o n.º 2 na cartografia, possivelmente a insinuar uma cota mais alta, como se fosse um patamar, de forma a distingui-lo dos outros espaços públicos, nomeadamente da rua da Misericórdia, que corresponde ao n.º 5 da legenda e da porta principal e entrada da igreja que tem a letra A (Fig. 51 e 52).



Figura 51. Viana do Castelo. Plantas de tudo o que contem a Misericordia da Villa de Vianna. 1776. ADVC.

⁴⁴¹ *Idem, ibidem.*



Figura 52. Viana do Castelo. Paços do concelho, ca. 1960. Postais antigos.

O paço do concelho de Guimarães é resultado de uma reforma que ocorreu entre o reinado de D. Manuel e D. João III. Foi construído na praça intramuros, ocupando o espaço que medeia o largo da Oliveira e a praça de São Tiago. Muito semelhante ao de Viana, o rés-do-chão é formado por arcos ogivais que permitem uma ligação direta entre as referidas praças. Fontes escritas atestam que o lugar onde foi (re)edificado o paço do concelho era um importante espaço comercial, provido de um alpendre onde o município fazia as audiências e no qual se vendia o grão⁴⁴². No *Tombo do Concelho*, datado de 1612, consta que “debaixo da casa da camara está um cuberto en que vendee coives e ortaliça e outras coisas [...] e neste chão tem o alcaide mor alguns bancos [...] debaixo da casa da camara, para o norte, uma botica, e um banco e, ainda outro junto ao arco, para nascente”⁴⁴³ (Fig. 53).

⁴⁴² Maria da Conceição Falcão Ferreira revela a existência de um contrato, datado de 1449, no qual fazem referência ao alpendre e à venda dos cereais. Citada por TRINDADE, Luísa, (2009). *O Urbanismo na Composição de Portugal*, op. cit., p. 773.

⁴⁴³ BRAGA, Alberto Vieira (1953). *Administração seiscentista do município vimarense*, op. cit., p. 276.



Figura 53. Guimarães. Paços do concelho (fotografia José Luis Filpo Cabana (2015).

Em Braga, o paço do concelho foi erguido por volta de 1518, por iniciativa de D. Diogo de Sousa, e enquadra-se no âmbito das intensas reformas arquitetónicas e urbanas levadas a cabo por este arcebispo. Trata-se de um edifício que ocupa um lote de esquina, no qual “em baixo hum allpendre com dous arquos grandes e assentos de pedraria pera se vender pão”⁴⁴⁴. De acordo com a documentação setecentista, nomeadamente o *Mapa das ruas de Braga*⁴⁴⁵ e o *Tombo dos bens do concelho*⁴⁴⁶, o piso inferior era composto por três arcos: dois voltados para uma praça, também partilhada com a sé, e outro para a rua de Maximinos. À frente dos arcos desta câmara estabeleceu-se um logradouro que aparece identificado na cartografia como sendo a “Praça do Pão”, como que a reforçar a administração municipal nos assuntos relacionados com o abastecimento, mas também a demarcar a função comercial do edifício e do espaço fronteiro (Fig. 54).

⁴⁴⁴ MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532); Urbanismo e Arquitectura*. vol. I e II, *op. cit.*, p. 85.

⁴⁴⁵ ADB. *Mapa das Ruas de Braga*, Padre Ricardo Rocha, ca. 1750.

⁴⁴⁶ “Esta a mayor parte destas cazas fundadas sobre tres arcos de pedra antigos. hum que fica para a parte da Rua de Maximinos e dous para a prassa do pão fronteiros da porta principal da santa sé e a outra parte destas cazas que fica para a parte do Sul na Rua de Dom Gualdim e está fechada toda com parede”. AMB. *Primeiro Livro do Tombo dos Bens e Propriedades, Foros e Pensoins Pertencentes ao Senado da Camera Secular desta Cidade de Braga* [fevereiro a julho de 1737], fl. 86v.

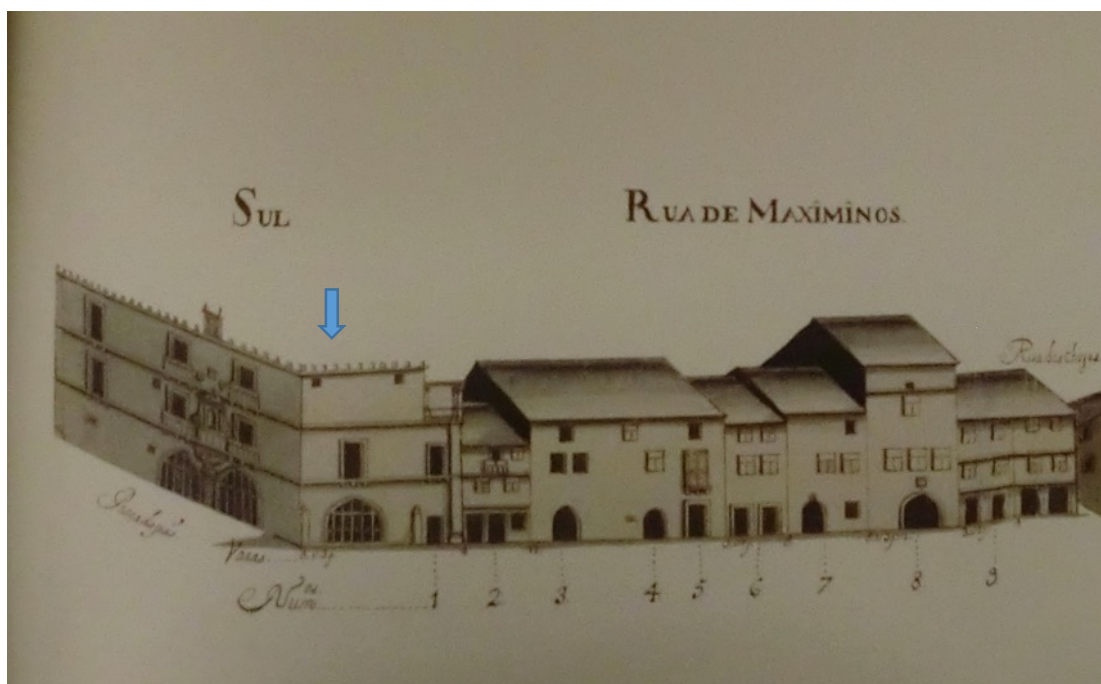


Figura 54. Braga. Paços do concelho no Mapa das Ruas de Braga (seta azul), ca. 1750, ADB.

Na cidade de Coimbra, a construção de uma sede municipal ocorre em conjunto com a formação de uma nova praça à porta de Almedina, instalando-se em 1512, sobre os açougues que aqui existiam. Foram renovados pelo mestre Boutaca, que foi chamado por recomendação de D. Manuel⁴⁴⁷. O piso inferior da câmara era constituído por uma arcaria, que serviam de açougue, tal como se pode confirmar pela descrição do tombo camarário de 1532: “hus açougues na praça cõ hus arcos de pedrarya diamte os quaes serue de açougues de carne e pescado”⁴⁴⁸. A transferência do concelho para este espaço mercantil comprova, tal como em Viana e em Guimarães, o interesse em exercer um controlo mais próximo sobre o mercado (Fig. 55).

⁴⁴⁷ SILVA, Walter Rossa Ferreira da (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, op. cit., p. 574.

⁴⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 576.



Figura 55. Coimbra. A praça de Coimbra (inícios do séc. XX). A seta azul aponta para o local onde estavam instalados os açougues e os paços do concelho. (reproduzido a partir de AUGUSTO, Octávio, 2012, p. 128).

Tal como os edifícios municipais supracitados, o paço do concelho de Évora surgiu no contexto de renovação arquitetónica da praça do Giraldo. Em 1513, transitou de um dos lados da praça para ocupar o topo nascente. À semelhança do Braga, ocupava um lote de esquina, cujo piso térreo era composto por seis arcos, cinco voltados para a rua do Paço (atual rua da República) e um deles voltado para a praça do Giraldo, que o concelho alugava para atividades comerciais, conforme se pode comprovar a partir de registos antigos:⁴⁴⁹ “sobre seis arcos de pedraria lavrada tomando alguma couza da rua velha dos Vereadores, que hoje se chama rua do Paço [...] debaixo das ditas casas da camara estam cinco boticas das açima ditas das quaees a çidade estaa em posse e as alugua em cada hum ano”⁴⁵⁰ (Fig. 56).

⁴⁴⁹ AML-AH, [A cidade de Évora - A praça do Giraldo no século passado e no presente: iconografia histórica], 1944, pp. 3, 4. Cota: III - R.E. 39
<https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Documento.aspx?DocumentoID=1510996&AplicacaoID=1&Value=abe23a924eb8898caa86fcbc99edb02a492c255b84d8a70f&view=1>

⁴⁵⁰ ADE, *Proprios do Concelho*, fl. 35v. BPE, Manuscritos de Manizola, cod. 75-16 - *Promemória das Casas da Camara de Évora*, fl.167.



Figura 56. Évora. Paço do concelho, final do século XIX, AML-AH).

Como se pode observar pela breve descrição, os paços do concelho manuelinos concentravam nos arcos do piso térreo as atividades comerciais. Do ponto de vista funcional e arquitetónico, esta tipologia evoca imediatamente uma tradição europeia. Como constatou Luísa Trindade, podem ser encontrados paralelos formais e funcionais com os *palazzos coummunales* italianos⁴⁵¹ e com as *casas consistoriales* ou *ayuntamientos* que, entre os períodos medieval e moderno, combinavam esta dupla funcionalidade⁴⁵².

⁴⁵¹ Relativamente ao *palazzo*, Rosa Smurra refere que para além das diferentes cronologias de palácios comunais (paços do concelho), estes foram construídos apenas no norte e no centro da Itália, incluindo o estado papal, estando completamente ausentes no sul da Itália e nas ilhas. Segundo a autora, estudos recentes concluíram que as comunidades urbanas do sul tinham diferentes graus de autonomia na gestão da administração local, não se verificando, por isso, a existência de edifícios públicos para o governo local, capazes de moldar o tecido urbano. SMURRA, Rosa, (2019). “The communal palaces of medieval Italian cities”. In *Political Functions of urban spaces and town types through the ages. Making use of the historic towns atlases in Europe*. Cracóvia: Universidade de Cracóvia, p. 57.

⁴⁵² TRINDADE, Luísa, (2012). “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”. In *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia, op. cit.*, p. 217.

Manuel Guàrdia e José Luis Oyón dizem tratar-se de um padrão arquitetónico que se registou um pouco pelo continente europeu. Em muitos casos, o mercado e a casa do concelho estavam tão intimamente relacionados que não podiam ser distinguidos. Como resultado, encontramos um primeiro tipo de uso misto, de forma retangular, com arcadas no piso térreo e totalmente aberto à praça do mercado; no andar superior realizavam-se as reuniões do conselho, como é o caso do *palazzo della Ragione*, em Pádua⁴⁵³. Stefano Zaggia denota que, desde a Idade Média, em muitas cidades do norte da Itália o sistema das praças do mercado se caracterizava pela presença de imponentes edifícios de uso misto: o comercial e o administrativo. No andar superior localizavam-se as funções político-administrativas, enquanto no piso inferior existia uma galeria completamente aberta com lojas que, de acordo com Zaggia, refletiam claramente a composição social da época, intimamente ligada ao comércio⁴⁵⁴. Quanto às origens, Christiane Roussel refere que os edifícios de administração municipal, que possuem uma função comercial, associada ao piso térreo, refletem o papel preponderante que os mercadores desempenhavam no concelho; e que, provavelmente, a origem daquele tipo arquitetónico se encontra na casa do comerciante do século XII, construída em pedra, com uma ou mais lojas abertas em arcadas, ao longo da parede e uma sala no andar de cima⁴⁵⁵. Paul Jurgen argumenta que a vida mercantil da cidade girava em torno dos edifícios municipais. Jurgen refere que para manter a combinação de funções jurisdicionais, administrativas e comerciais a forma arquitetónica dos primeiros edifícios teve que ser reajustada, tornando-se o piso inferior parte integrante do mercado, como uma espécie de mercado coberto, que abrigava todas as instituições essenciais para a vida comercial: corretores, notários, avaliadores, balanças públicas, etc. Para tal, o edifício tinha que conter uma *loggia* aberta no piso térreo⁴⁵⁶. No mais profundo significado, Enrico Guidoni explica que

⁴⁵³ GUÀRDIA BASSOLS, Manuel, OYÓN BAÑALES, José Luis (2015). *Introduction: European markets as markets of cities*, *op. cit.*, pp. 15-16.

⁴⁵⁴ ZAGGIA, Stefano (2008). *Palazzi pubblici e spazi urbani mercantili: permanenze e trasformazioni in età moderna*, *op. cit.*, p. 62.

⁴⁵⁵ ROUSSEL, Christiane (2010). “Les infrastructures marchandes dans la Franche-Comté et ses marges du XVe au XVIIIe siècle”, *op. cit.* Esta autora acrescenta ainda que no século XVI, na Franche-Comté e suas margens, a partir do século XVI surge um tipo de Casa do Concelho construída sobre um mercado (ou lojas), como são exemplos as casas de Bâle i Lausanne, Suíça ou de Gray, no Vale de Saône, p. 254.

⁴⁵⁶ JURGEN, Paul (1969). “Commercial use of Medieval Town Halls in Italy. Abstract of papers presented at the Twenty-Second Annual Meeting of the Society of Architectural Historians”. *Journal of the Society of Architectural Historians*. Vol. 28, 3, p. 222.

a *loggia* se mantém, desde há muito, ligada ao comércio, resumindo, na sua forma arquetónica (de dois ou três arcos) toda a estrutura mercantil da cidade⁴⁵⁷.

Retomando os exemplos manuelinos, denota-se que algumas casas do concelho foram construídas de raiz, como os paços de Viana do Castelo, Braga e Évora, e outras coincidiram com uma ancestral existência de açougues ou alpendres que desempenhavam uma função mercantil, como são os casos de Guimarães e Coimbra. Porém, independentemente da origem, e das variantes tipológicas que apresentam, nomeadamente quanto ao número, tipo e posição dos arcos, parece que a existência de uma galeria aberta foi, aparentemente, intencional e feita para acomodar o comércio. Sem subestimar a ideia de que a galeria aberta no piso inferior servia para maior decoro e monumentalidade dos edifícios concelhios, o facto é que a função comercial dos arcos nos paços abordados corrobora a hipótese de que, num primeiro momento, a existência destes elementos foi impulsionada pela função comercial.

A relação entre os arcos e a sua vocação mercantil encontra-se expressa, com mais profundidade, no caso da renovação da *casa consistorial* de Plasência, em Espanha. Pela relevância deste exemplo, vale a pena resumi-lo aqui. Em 1563, os mestres pedreiros locais, Francisco González e Juan de Álava, ficaram responsáveis por apresentar o desenho da nova *casa consistorial*, para substituir a antiga que se apresentava pequena. Os arquitetos preconizaram uma fachada “rasa”, sem qualquer galeria aberta no piso inferior. Quando o projeto foi apresentado aos habitantes da cidade a opinião que se formou revela bem a importância e função dos arcos, enquanto elemento arquitetónico fundamental para o uso comercial: “muchos de los vecinos desta ciudad casy por la mayor parte quieren que se labren la dicha casa con sus portales e corredores por muchas causas [...] e porque de los portales se aprovechan mucho todos los vecinos desta ciudad e mayormente los negociantes”⁴⁵⁸. Embora estes preceitos funcionais não estejam documentados para os paços do concelho portugueses, o caso de Plasência constitui, no entanto, uma indicação clara da importância da galeria aberta na fachada para as funções mercantis.

Com o objectivo de responder à questão lançada nos capítulos introdutórios – que relações poderão existir entre os arcos dos paços do concelho e os arcos dos edifícios das praças onde se encontram edificados – surge, assim, a necessidade de investigar edifícios

⁴⁵⁷ GUIDONI, Enrico (1990). “I portici nella tradizione urbanistica europea”, pp. 55-64.

⁴⁵⁸ GORDO PELÁEZ, Luis J. (2009). *Equipamientos y edificios municipales em la corona de Castilla en el siglo XVI*. Tesis Doctoral. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, pp. 186-190, 193.

municipais de cronologias posteriores.

No que respeita à arquitetura e à vocação comercial, a partir do reinado de D. João III detetámos a existência de dois tipos de casas concelhias: as que possuem uma galeria aberta no piso inferior, mas sem qualquer função comercial – como são os exemplos de Setúbal, Beja e Elvas – e as que possuem uma fachada completamente compacta, e sem qualquer abertura em galeria no piso térreo – como são os casos de Angra do Heroísmo, Leiria e Covilhã (esta edificada em meados do século XVII).

Em Setúbal, a câmara surge no âmbito da ampliação da praça do Sapal, que decorreu entre 1526 e 1538. De acordo com a documentação, albergava o paço do trigo, o açougue, a casa dos legumes e a casa da pesagem⁴⁵⁹. A fachada era composta por uma arcaria no piso térreo e uma varanda no piso superior. A documentação relativa à construção deste paço menciona uma divisão em naves, na parte posterior, que se destinavam a acomodar o açougue e o celeiro, completamente separados e com entradas independentes (como mostra um esboço do século XIX)⁴⁶⁰. Esta informação pode indicar uma separação das funções, ou melhor, um afastamento das atividades comerciais da fachada principal do edifício; ou, por outro lado, significa que os compartimentos relacionados com o abastecimento da cidade e do controlo das mercadorias continuam a ser parte inseparável do paço do concelho. As funções comerciais que, nos casos anteriores, estavam abrigadas na galeria do piso térreo, foram, neste caso, empurradas para a parte lateral ou posterior. Apesar da arcada ainda fazer parte da composição arquitetónica da fachada, a documentação evidencia uma separação do exercício político e administrativo das funções comerciais, patente pela forma como se encontram organizados os vários compartimentos do edifício (Fig. 57).

⁴⁵⁹ CÂMARA, Teresa Bettencourt da (1992). *A Praça do Sapal em Setúbal. Um estudo de urbanismo quinhentista*. Setúbal: Salpa - Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal pp. 51-62.

⁴⁶⁰ ADS, *Açougue* [Localização e descrição do edifício do açougue, em Setúbal. Desenho do edifício do açougue].1852. Cota: 12/445/pt. 50/2
<https://digitarq.adstb.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=1341026>

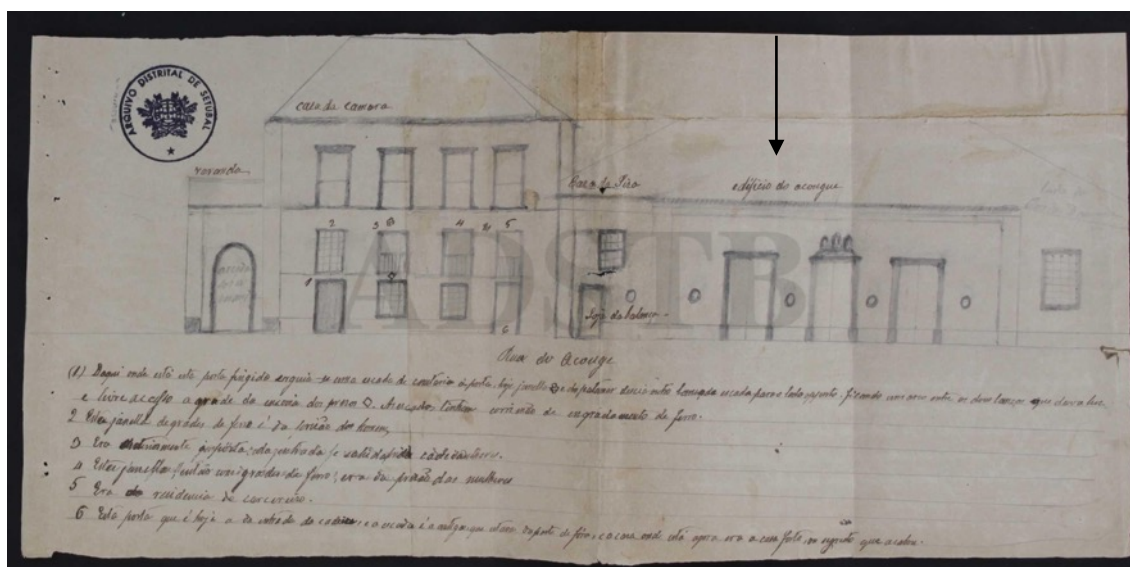


Figura 57. Setúbal. Vista lateral da Casa da Câmara a partir da Rua do Açougue. Desenho do edifício do açougue (seta preta) (séc. XIX). ADS.

Legenda (Transcrição). 1 - Daqui onde está esta porta fingida ergue-se uma escada de cantaria; 2 - Esta janela de grades de ferro é da prisão dos homens; 3 - Era antigamente a porta da entrada e saída da cadeia das mulheres; 4 - Esta janela então com grades de ferro é da prisão das mulheres; 5 - Era residência do carcereiro; 6 - Esta porta que é hoje a da entrada da cadeia e a escada é a antiga que estava da parte de fora e a casa onde está aponta era a casa forte ou segredo que acabou.

Em Beja, o piso inferior do paço do concelho, construído a partir de 1540, era em abóbada, dando a entender que se tratava de uma galeria aberta para a praça, planeada unicamente para as sessões concelhias e feriais. Com a conversão do açougue em templo religioso, como veremos a seguir, o lugar para a venda das hortaliças na praça teve que ser repensado. O concelho tentou contornar aquela situação abrigando o açougue no piso térreo. De facto, o que permite aquela função é a tipologia arquitetónica – fachada com alpendres ou arcaria no piso inferior – tal como nos esclarece a decisão concelhia: “e a Camara fizeram então as Cazas da Camara da praça para juiz vereadores assistissem no tempo da feira de Agosto [...] e por serem de abobeda nos baixos fizeram os aSougues de ortaliça donde se vende que fica lugar muito acomodado”⁴⁶¹. Na sequência desta adaptação, os açougues da carne também passaram a ser albergados no piso térreo da casa concelhia, por vontade do “Procurador do marques de ferreira por ter os asougues da carne desta cidade e os direitos delles aver assim, e anexar também estes asougues”⁴⁶² (Fig. 58).

⁴⁶¹ BPE, Man. Cod. 40 - 1, *Carta do Infante D. Luís*, fls. 5-6v.

⁴⁶² *Idem, ibidem*.

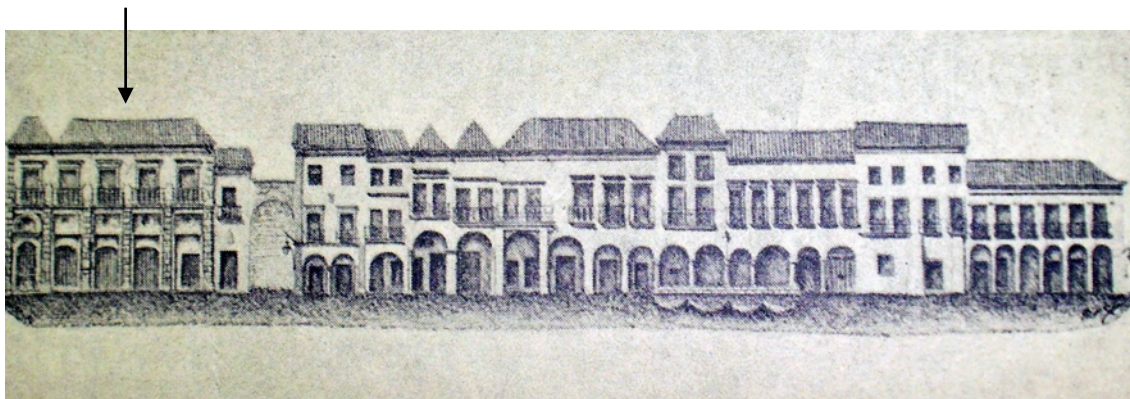


Figura 58. Beja. Paço do concelho (seta preta). (Arquivo de Beja, Vol. 1, p. 18).

Em Elvas, a câmara foi transferida da praça medieval de São Salvador para a praça Nova, em 1538, no local onde havia “ruas ora desaparecidas”⁴⁶³. A fachada apresenta um alpendre semicircular, pouco profundo, e uma varanda no piso superior. Mas para ser perceber a função deste alpendre, precisamos de o relacionar com a função da praça. Como foi argumentado no capítulo referente aos *Espaços de Mercado*, a nova praça de Elvas, cujo projeto foi planeado e posto em prática ainda no reinado de D. Manuel, tinha como funções principais a religiosa e a festiva, com ausência de elementos que corroborassem uma função comercial. Naquele período, a função comercial foi deixada na praça de São Salvador, que era a verdadeira praça do mercado de Elvas. Assim, o alpendre da câmara denunciava assim a função meramente ilustrativa, mantendo-se reservada aos atos públicos municipais. Neste caso, o alpendre correlaciona-se diretamente com o ambiente construído da praça, que tem como principal função a religiosa e comemorativa (Fig. 59). Além disso, do ponto de vista composicional, este alpendre é bem diferente dos que se projetam para as câmaras com funções comerciais.

⁴⁶³ ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de (2014). *A Nuvem e Juno. Praças e cultura urbana no Sul de Portugal no início da Idade Moderna*, op. cit. pp. 168,181.



Figura 59. Elvas. Alpendre do paço do concelho de Elvas (PESP/ Wikimedia).

Em Angra, numa representação da cidade feita em 1595 por Jan van Linschoten, o edifício camarário, situado na praça, tem como elemento principal na fachada uma escadaria com duplo acesso. Mesmo depois de reformulada, em 1611, este tipo de escadaria manteve-se, passando a ser o elemento principal da fachada, com cadeia no piso inferior e açougues na parte posterior⁴⁶⁴ (Fig. 60).

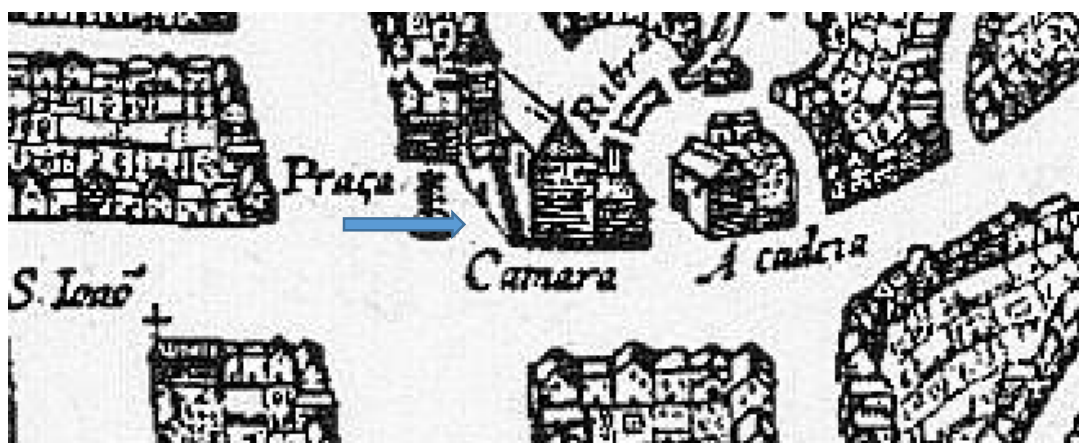


Figura 60. Angra do Heroísmo (Açores). Jan van Linschoten (1595) I Gravura / MAH.

Resultado de uma remodelação que envolveu toda a praça de São Martinho, o paço do concelho de Leiria foi, possivelmente, edificado a partir de 1546, após sugestão do bispo D. Frei de Brás Barros, para substituir a antiga câmara que ali se encontrava edificada⁴⁶⁵. Pouco ou nada também se sabe sobre o edifício camarário. Um desenho atribuído a Tito Larcher mostra que o edifício era composto por um volume compacto, o piso térreo sem qualquer abertura em galeria para a praça, tendo unicamente uma varanda e no andar superior (Fig. 61).

⁴⁶⁴ LARANJEIRA, Mateus Eduardo da Rocha (2013). *As Casas de Câmara e Cadeia nos Açores (séculos XV – XVIII)*. Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve, p. 45.

⁴⁶⁵ GOMES, António Saúl (1990). “A Praça de São Martinho de Leiria do século XII à reforma de 1546”, *op. cit.*, pp. 71-72.

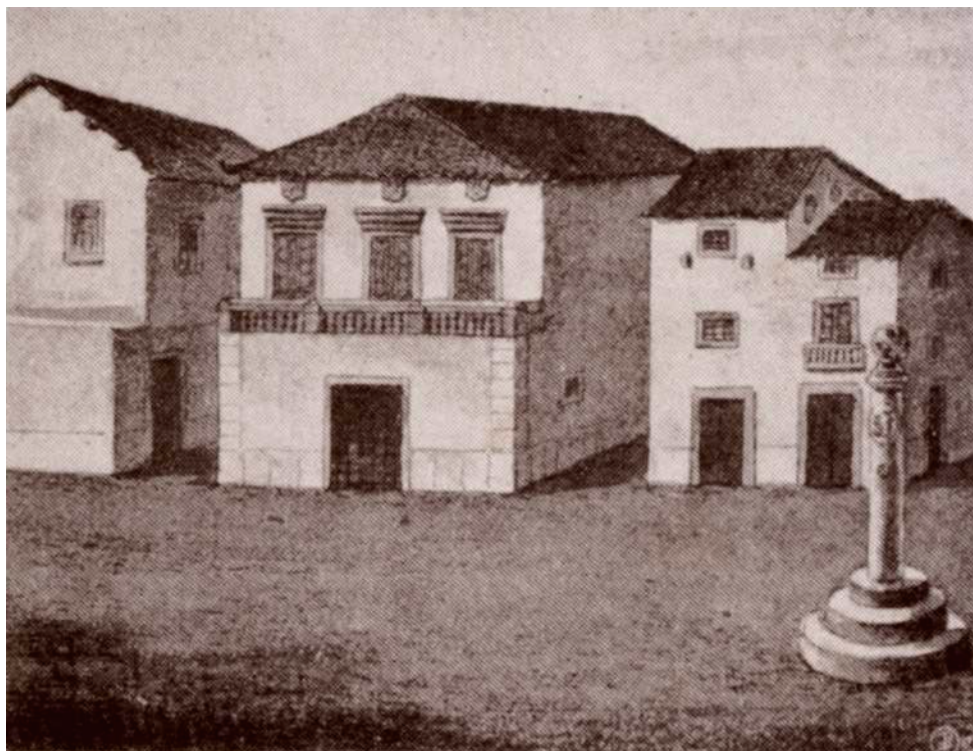


Figura 61. Leiria. Desenho do paço do concelho. Arquivo digital de Leiria em Postais.

Na Covilhã, o paço do concelho foi edificado entre 1613 e 1614 no antigo terreiro medieval denominado D. Teresa. A câmara, localiza-se junto à porta da Vila e encostada às muralhas medievais, com fachada voltada para o terreiro. A ligação entre o interior da vila e o arrabalde estabelecia-se através do arco que passava por baixo da câmara, funcionando no piso inferior a cadeia e o andar superior reservado para a câmara propriamente dita: “foi mandado abrir os alliceses das obras que novamente se fazem na dita villa por provisão de Sua Magestade a saber Casa da Camera e audiencia e torre do Relogio e Cadeia os quaes alliceses mandaram abrir pello mestre das ditas obras gonçallo Sanches”⁴⁶⁶. O piso inferior não parece ter qualquer vocação comercial, uma vez que o açougue do peixe e da carne, construído, possivelmente, a par do paço do concelho, estava localizado mais a oeste, em frente ao terreiro medieval de D. Joana e, também, encostado às muralhas medievais⁴⁶⁷ (Fig. 62).

⁴⁶⁶ *Auto que mandaram fazer o Licenciado João Roiz da Costa, Juz de fora em esta notavel Villa de Covilham e seo termo por Sua Magestade e dioguo de serpa da sillva affonso botelho guerra vereadores em ella e pero falcão tavares precurador em a dita Camera.* Documento publicado por documento publicado por Miguel Nuno Peixoto de Carvalho Dias e Maria do Céu Jordão Morais no blog, Covilhã - Subsídios para a sua História, quinta-feira, 1 de dezembro de 2016, <http://covilhasubsidiosparasuahistoria.blogspot.pt/2016/>.

⁴⁶⁷ PEREIRA, Daniela (2009). “A estrutura urbanística da Covilhã entre a Idade Média e a Idade Moderna”. *Monumentos – Cidades, Património, Reabilitação*, 29. pp. 21-22. Destes dois edifícios apenas resta o



Figura 62. Covilhã. Paço do Concelho (meados do século XX)
<http://covilhasubsidiosparasuahistoria.blogspot.com>)

Pretende-se, com estes exemplos, levantar uma questão que não tem tido qualquer relevância: a presença de arcadas indica uma função comercial do paço do concelho? E a ausência destes elementos, o que podem significar? O que está na origem desta prática construtiva? Tratou-se de uma evolução tipológica, que eliminou aqueles elementos distintivos, ou devido à sua função administrativa, houve casos em que se optou por não receber o comércio?

Tendo por base a bibliografia europeia explorada é possível verificar que, em algumas cidades, houve uma tendência para suprimir o mercado dos edifícios concelhios. Donatela Calabi observa que, a partir de 1300, é cada vez mais frequente, não só nas cidades italianas mas também no norte dos Alpes (Ghent, Lovaina, Thorn, Paris, Lübeck, Antuérpia, Amesterdão), recorrer-se à construção de uma nova câmara municipal, ou à alteração substancial da existente, que já não prevê a utilização do rés-do-chão como mercado público⁴⁶⁸. Stefano Zaggia conta que a função mercantil desempenhada pelo

registo fotográfico que se encontra publicado no livro de António Garcia BORGES (2003). *História Urbana em Postais e Fotografias da Freguesia da Santa Maria da Covilhã*. Covilhã: Ed. Junta de Freguesia de Santa Maria, p. 71.

⁴⁶⁸ CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la città. Piazze, strade, architetture d'Europa in età moderna*, op. cit., p. 193.

edifício público foi eliminada no âmbito de uma determinada reorganização urbana, que pretendia atribuir um novo significado aos espaços centrais, como é o caso do *palazzo della Ragione*, de Treviso. Em 1540, a estrutura arquitetónica deste edifício foi alterada para suprimir as lojas que existiam sob o edifício. Uma das justificações apresentadas também se relacionava com as questões de higiene. Porém, o novo programa arquitetónico manteve o piso inferior aberto, tendo sido demolidos os antigos alpendres para serem substituídos por três grandes arcos⁴⁶⁹. Ainda nos casos italianos, Paul Jurgen refere que algumas novas casas concelhias italianas evitavam, deliberadamente, a área do mercado, noutros suprimiam as atividades comerciais, e outros transferiam-no para a retaguarda do edifício. O *palazzo dei Priori*, em Volterra, localizado na praça do mercado, originalmente tinha uma *loggia* aberta sem funções comerciais, mais políticas e cerimoniais. Em Siena, o *palazzo Pubblico* proporcionava um espaço para o mercado apenas nas caves posteriores do palácio⁴⁷⁰.

Pascal Liévaux apresenta uma outra interpretação relativamente à ausência de arcos ou galerias no piso térreo das câmaras municipais francesas. De acordo com a sua opinião, nas cidades com uma economia florescente, a edilidade procurou apagar os vestígios arquitetónicos que os ligava ao comércio. Esta é a razão pela qual a Câmara Municipal de Montalban foi destruída um século depois da sua construção, pelos inconvenientes e lixos que se acumulavam sob as suas arcadas. No entanto, a tradição de uma galeria na maioria das câmaras municipais francesas foi perpetuada na arquitetura⁴⁷¹. A estes dados podemos acrescentar mais um detalhe apresentado por Giancarlo Belli. Este historiador refere que se, num determinado período histórico, a presença de uma galeria aberta para a rua, adequada para a realização de trocas comerciais, significava, sem dúvida, um sinal de dignidade social e a sua conexão mercado, posteriormente é justamente essa relação com o comércio que os patrícios florentinos tentam remover, ao construírem os seus palácios sem esses elementos arquitetónicos. Segundo Belli, a conotação comercial que é dada à presença de arcos nos edifícios está de tal forma enraizada que os patrícios italianos ao construírem os seus palácios em zonas centrais e comerciais evitam este tipo

⁴⁶⁹ ZAGGIA, Stefano (2008). *Palazzi pubblici e spazi urbani mercantili: permanenze e trasformazioni in età moderna*, op. cit., pp. 64, 71.

⁴⁷⁰ JURGEN, Paul (1969). “Commercial use of Medieval Town Halls in Italy” Abstract of papers presented at the Twenty-Second Annual Meeting of the Society of Architectural Historians”, op., cit., p. 222.

⁴⁷¹ LIÉVAUX, Pascal (2007). “Hôtels de ville et places publiques dans les cités françaises du XVI au XVIII”. In BAUDOUX-ROUSSEAU, Laurence, CARBONNIER, Youri, BRAGARD, Philippe (Dir.). *La place publique urbaine du Moyen-âge à nos jours*. Arras : Artois Presses Université, pp. 90-94.

de construção para não serem identificados como comerciantes/mercadores e nem as suas casas particulares como lugares de mercado⁴⁷².

Retomando os casos portugueses, a variedade de tipologias e funções permite declarar uma tendência para separar as funções comerciais dos edifícios, mas que em alguns casos a presença da galeria aberta se mantém como uma característica definidora e distintiva, um símbolo ou identidade que marcava o prestígio dos edifícios concelhios. Se no período manuelino as galerias do piso térreo dos edifícios municipais têm uma função efetivamente comercial, a partir do reinado de D. João III esses arcos tornaram-se meramente representativos do poder concelhio. Outros dados históricos podem explicar as várias fases arquitetónicas de forma mais clara. Neste período, há um dado fundamental para entendermos o contexto histórico-arquitetónico dos edifícios municipais, e que diz respeito à forma como o rei D. João III se interessou pela organização comercial nos edifícios italianos, cuja influência pode ter norteado uma ou outra forma arquitetónica. Por volta de 1538, este rei incumbiu, possivelmente, D. Pedro Mascarenhas⁴⁷³ de realizar desenhos e trazer informações de como “homde ha casa de mercadores a *que chamam em algũas partes bolsa ver A maneira da tal casa e feiçam dela e gramdeza., e se luntamente ha hy logeas de mercadarjas pegadas com a tal casa como estam edificadas e que seruemtias tem [...] Item trazer os debuxos de totalas cousas sobredytas e asy mesmo das casas primçipães que ouuer na tal Çidade asy paços do primçipe ou senhoria como de casas de pessoas particulares que seIam excelemtes*”⁴⁷⁴. Estas mudanças, porém, têm de ser lidas em conjunto com a introdução de novos edifícios com funções específicas – como são o caso dos açougues e celeiros – que, em última análise, tratam-se de novas infraestruturas resultantes de uma reorganização administrativa relativa aos bens de consumo. A existência de açougues, enquanto edifícios individuais e isolados, deve ter tido um efeito considerável na conceção destas novas fachadas, ou explicam a ausência do comércio nas fachadas com arcos. Como veremos no subcapítulo seguinte, a presença de açougues isolados, de que são exemplo os monumentais açougues de Beja e de Elvas, tiveram certamente um papel decisivo na separação das funções do edifício do concelho. Porém, a ausência de arcos nos edifícios não deve ser necessariamente interpretada como ausência de uma função mercantil

⁴⁷² BELLI, Gianluca (2011). “Gli spazi del mercante e dell’artefice nella Firenze del Quattrocento”, *op. cit.*, p. 61.

⁴⁷³ D. Pedro Mascarenhas foi embaixador do rei D. João III em Itália.

⁴⁷⁴ PINTO, Pedro (2015). “Minuta de instruções régias para uma embaixada a Itália (ant. 1538)”. *Fragmenta Historica - História, Paleografia e Diplomática*, 3, p. 22.

separada da casa municipal, como se depreende pela localização dos açougues na parte posterior da câmara de Angra do Heroísmo.

Dada a variedade de tipologias arquitetónicas dos paços do concelho não é possível determinar uma regra ou norma a partir da composição da fachada, na tentativa de reconhecer se teve, ou não, um uso comercial. A análise destes edifícios está dependente de vários fatores, nomeadamente das funções administrativas que cada concelho assumia numa determinada cidade, o período em que foram construídos e a localização. Por outro lado, é de admitir que a aceitação de atividades comerciais no piso térreo do paço do concelho pudesse estar influenciada pela situação financeira de cada município, uma vez que as rendas geradas pelo aluguer do espaço sob os arcos constituíam uma importante fonte de rendimento, como veremos mais em profundidade com o caso de Évora. A tipologia dos paços do concelho não deve ser encarada apenas como uma evolução, mas como a existência de programas arquitetónicos paralelos, construídos consoante as necessidades e objetivos de cada concelho. Deste modo, os paços do concelho merecem uma análise caso a caso, levando em consideração a sua forma arquitetónica e os fins políticos e económicos para os quais foram concebidos.

3.3 - O açougue

No âmbito da reforma administrativa, tal como as novas sedes concelhias, a edificação de açougues fazia parte daquelas remodelações levadas a cabo pelo rei D. Manuel, por representarem um equipamento ou organismo que permitia controlar os bens alimentares que chegavam às cidades e vilas do reino⁴⁷⁵. Sob o controlo dos funcionários municipais, nomeadamente dos almotacés, foi imposta uma obrigação aos produtores e comerciantes de alimentos de venderem, unicamente, nestas casas evitando, assim, que fossem desviados e comercializados noutros lugares que não nos açougues⁴⁷⁶. Como se viu no texto anterior, na maioria dos paços do concelho estavam instalados os açougues ou as fangas. Porém, no reinado de D. Manuel vislumbramos a construção de açougues enquanto edifícios isolados – acentuando-se uma tendência para a separação e especialização das funções, cada vez mais independentes – ocupando, por vezes, outros pontos importantes da urbe. A existência de paços do concelho apenas com funções públicas e um açougue para o abastecimento da cidade não deve, contudo, ser encarada como opostos, mas complementares no que se refere à gestão do abastecimento das cidades.

Carlos Caetano constata que a existência de açougues se tratou de uma infraestrutura pública (e, por vezes, privada) que proliferou pelos vários concelhos do reino, alguns fazendo parte das casas concelhias, e outros de tamanho muito pequeno e singelos⁴⁷⁷. Por estarem presentes em todo o território, denota-se que os açougues, tal como os paços do concelho, assumiram uma importância extraordinária e fundamental na gestão e administração do provimento da urbe, bem como no controlo fiscal.

O interesse que a coroa demonstra por estas infraestruturas públicas constata-se, igualmente, através do envolvimento dos mais importantes e experientes arquitetos do

⁴⁷⁵ A vocábulo açougue deriva do vocábulo árabe *suq* que significava mercado. Esta definição mudou com o tempo. Num determinado momento passou a referir-se unicamente ao mercado de carne, mas, a partir do reinado de D. Manuel, o termo passou a designar vários tipos de açougue, sendo mencionados o da carne, do peixe e o das verduras. CARITA, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521, op. cit., pp. 23-24.*

⁴⁷⁶ No que refere particularmente à venda da carne, em 1542 D. João III emitiu uma *Provisão* na qual concedia aos vereadores plenos poderes para castigarem – *açoutar com baração e pregão* – qualquer pessoa que cortasse carne fora dos lugares determinados pelos concelhos. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa 1683-1700*, compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva, bacharel formado em Direito, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 129.

⁴⁷⁷ CAETANO, Carlos Manuel Ferreira (2011). *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*, op. cit., p. 422.

reino porque a funcionalidade do açougue exigia grande prática. A título de exemplo, para alguns açougues foram designados os mais conceituados arquitetos de então. Por exemplo, para a construção do açougue de Coimbra, D. Manuel chamou Diogo Boutaca; no açougue de Beja é possível o envolvimento de Diogo de Torralva; no açougue de Elvas há indícios da participação de Francisco de Arruda⁴⁷⁸.

3.3.1 - Évora

Antes da análise dos açougues construídos na centúria de Quinhentos, pretende-se chamar atenção para o açougue de Évora, porque pode ajudar a explicar o quanto a tipologia arquitetónica romana corresponde aos modelos de açougue construídos neste período, ajudando igualmente a compreender a conversão de um templo romano para funcionar como açougue. Tendo sido posteriormente conhecido como “Torre do Açougue”⁴⁷⁹, no edifício, localizado perto da sé, vendia-se a carne sob o olhar atento dos almotacés do concelho, que se sentavam na escadaria do templo⁴⁸⁰. A descrição deste açougue, realizada a 23 de setembro de 1651, é extremamente intrigante porque não parece descrever um antigo templo romano adaptado – embora o documento refira a antiguidade do edifício – mas antes uma construção renascentista:

“para efeito de medir a dita caza dos Assougues das Carnes por ser da Cidade, e está esta caza no oiteiro da Sé com huma porta grande para o norte e outra para o Sul e parte da banda do norte com o terreiro das cazas do Marquez de Ferreira, e do Sul com o terreiro da Sé, e do Nascente com o terreiro do Conuento de São João, e do poente com a Inquisição, e he este edificio huma obra grande e sumptuosa, que parece ser obra muy antiga feita pelos mouros ou pelos Romanos, e estão nella onze columnas de pedrarias acanaueadas com suas folhagens nos Capiteis, e dous arcos pello meyo hum de pedra e outro de tejo com seu pilar de pedraria, e ao pe deste pillar

⁴⁷⁸ TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na Composição de Portugal*, op. cit., p. 697.

⁴⁷⁹ ADE, RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (1961-1987). *A Cidade de Évora. Os Originais do cartório da Câmara Municipal de Évora*, p. 424. Num alvará régio encontra-se estabelecida a ordem para para que todos os talhos, em que nesta Cidade se corta carne, se mandem, e vão cortar ao açougue principal da dita Cidade, por quanto nelle há talhos em abastança, para todos, e ha balança do Concelho. Évora 10 de Fevereiro de 1513”. *Idem, ibidem*.

Ângela Beirante refere que a utilização do templo como açougue remonta ao reinado de D. Dinis, em 1321. BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha (1995). *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 119.

⁴⁸⁰ Relativamente à localização de edificios importantes, Marco Romano refere que nem todos concentravam na praça principal. Estavam, por vezes, distribuídos por outras praças, uma vez que a dispersão estava relacionada com um determinado tempo e, sob esse ponto de vista, com o seu próprio sítio legítimo. ROMANO, Marco (2015). *La Piazza Europea*, op. cit., p. 46.

tem huma escada de seis degraos, onde se assentaõ os Almotacés, e he de telha vaa com suas traues grossas [...] e tem sete janelas de pedrarias, duas abertas e sinco fechadas, e alguns buracos abertos entre as columnas para darem claridade, e tem des talhos e humas paredes levantadas a modo de huma caza pequena em que estão os tabelião e escrivão deste tombo”⁴⁸¹.

Apesar de os vãos entre as colunas terem sido fechados, a altura delas permitiu aumentar o espaço, o arejamento e a iluminação no interior, particularidades que os açougues costumam exigir (Fig. 63).



Figura 63. Évora. Templo romano adaptado a açougue no período medieval (Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora).

A arquitetura do templo romano de Évora adapta-se àquela funcionalidade porque a sua fisionomia o permite e demonstra uma afinidade com os modelos de alpendres e/ou açougues que se construíram na centúria de quinhentos, nomeadamente o primeiro açougue que D. Diogo de Sousa mandou edificar em Braga: “Mandou fazer na praça que estaa a porta de Sousa huns asougues pera pescado de longo da rua muj compridos e anchos e andase todos d’arredor som madeirados sobre doze columnas com suas vazas e

⁴⁸¹ADE. *Medição e demarcação dos Asougues das Carnes da Cidade* (documento digital). Liv. 220, fls. 38 a 39. Medição feita por provisão do rei D. João VI, a 23 de setembro de 1651, na qual ordenou a medição, demarcação e tombo de todos os bens, propriedades e de todas as rendas pertencentes à Câmara de Évora.

capiteis tem dentro quatro mesas grandes de pedra postas cada huã sobre dous pilares”⁴⁸². D. Diogo de Sousa introduziu em Braga um vocabulário arquitetónico para os açougues, edificados sobre colunas ou pilastras, acabando por associar aquela tipologia aos espaços de mercado que, certamente, observara em Roma e em Florença. Nesta cidade, como veremos com mais detalhe no Capítulo IV, os açougues da carne, fruta e peixe e pão, conformavam a sua arquitetura às tradições romanas, com uma fisionomia e elementos arquitetónicos claramente inspirados nos edifícios romanos e nas *loggias* renascentistas, pelo que estes açougues relembram pequenos edifícios romanos. A presença de uma escadaria a antecipar o edifício também foi adotada, por exemplo, no açougue da carne, em Braga. A abordagem ao açougue de Évora teve como propósito salientar a importância dos modelos clássicos na conceção destes edifícios.

3.3.2 - Estremoz

Numa carta datada de 1517, na qual o rei D. Manuel promove a construção de novos açougues na vila de Estremoz, são descritas algumas etapas inerentes à edificação destes edifícios públicos. Após a decisão do monarca, o concelho, juntamente com os oficiais pedreiros, ficava incumbido de escolher o sítio ideal para a construção, avaliando paralelamente os custos da obra: a quantidade de pedraria e madeira necessária, demolições, expropriações, entre outras. Todas essas informações deveriam constar num esboço, contendo o desenho da planta do açougue e do espaço onde seria edificado. Posteriormente, esse levantamento seria avaliado na corte pelos arquitetos régios e, posteriormente, aprovado pelo rei, tal como se encontra detalhado no documento referente à construção de uns açougues novos na vila de Estremoz:

“Senhor. Os juiz vereadores procurador desta vosa muito honrada villa d’Estremoz vimos a carta que nos Vosa Alteza espreveo sobre ho mudar dos alpenderes e açouges que se fizeram em a praça arrimados a forteleza, que Vosa Alteza ha por seu serviço se mudarem a outra parte, em a quall nos nos [*sic*] manda que lhe declaremos a forma e logar honde melhor ajam d’estar e asy a feiçam e mostra delles e todo ho mais do asento e desposysam da dicta praça e despesa que se na dicta obra podera fazer com avaliaçam da pedraria e madeira dos dictos açouges, em comprimento do quall per dous ofeciaes da carpententia e pedraria todo foy visto e avaliado per esta maneira seguinte .s. avaliaram as casas que se ham de tomar pera se

⁴⁸² MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532); Urbanismo e Arquitectura*. Vol. II, *op. cit.*, p. 296.

os dictos alpenderes e açouges fazerem em vinte e quatro mill reaaes e avaliaram ho feitio da dicta obra em trinta e cinco mill reaaes dando lhe a pedraia e madeira dos açouges velhos, os quaes alpenderes velhos avaliaram em trinta mill reaes que faz de soma a dicta obra facta oytenta e <nove> mill reaaes, e porque Vosa Alteza pode mais facillmente ver a feiçam da dicta praça e logar honde se podem fazer e asy ho logar em que ora estam que todo vay debuxado e declarado na mostra que Vosa Alteza mandou que se lhe enviase sobre o quall Vosa Alteza desponha como sentir que he mais serviço de Noso Senhor e seu e bem da villa”⁴⁸³.

Os motivos concretos da nova construção não são mencionados, mas a deslocalização deve estar relacionada com necessidade de mais espaço, que se consegue deduzir pelas demolições e expropriações de casas e terrenos, para proporcionar ao novo açougue as dimensões convenientes e desafogado da malha urbana⁴⁸⁴. A partir do exemplo de Estremoz podemos, assim, encontrar uma justificação que nos ajude a compreender a dominante e privilegiada posição dos açougues de Beja, que ocupam o topo norte da praça principal.

3.3.3 - Beja

O açougue de Beja é dos edificios mais eruditos do país. A historiografia destaca o arquiteto Diogo de Torralva como seu possível autor, com um papel importante neste tipo de edificios e da sua funcionalidade, uma vez que era conhecedor dos tratados de arquitetura italianos⁴⁸⁵. Além dos princípios estéticos, métricos e geométricos da composição arquitetónica do açougue e da preocupação com a ordem e beleza urbana, pouca atenção foi dada ao facto de se tratar de um edificio pensado para açougue. Assim, o principal interesse neste imóvel, nomeadamente a sua função, projetado para a venda

⁴⁸³ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, Maço 21, Doc. 16.

Esprita a xbij dias de Janeiro Rui Diaz esprivam da camara a faz de b^c xbij / Antonyo Machado / Nuno [...] / Lopo Galeguo / Pedr’ Alvarez / A Ell Rei Noso Senhor da sua villa d’Estremoz da villa d’Estremoz sobre os açouges [Estremoz, 17 de janeiro de 1517].

⁴⁸⁴ Cabe interrogar se a transição dos açougues está relacionada com a construção de uma nova praça no arrabalde, no terreiro de Santo André (perto do rossio) ou se é uma remodelação da praça intramuros. Rogério Almeida, sem ter conhecimento deste documento, atesta que a praça pública de Estremoz se manteve até ao século XVII dentro do perímetro medieval. ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de (2014). *A Nuvem e Juno. Praças e cultura urbana no Sul de Portugal no início da Idade Moderna*, op. cit., pp. 310-314.

⁴⁸⁵ MOREIRA, Rafael (1995). “Arquitectura: Renascimento e classicismo”. In PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da Arte Portuguesa. Do “modo” gótico ao maneirismo*. Vol. II. Lisboa: Temas e Debates, pp. 352, 362-363.

de frutas e legumes no topo da praça, carece de uma reflexão. O que se pretende destacar aqui é a importância que o edifício assumia no contexto da construção de açougues.

Já referimos que a localização do açougue pode estar relacionada com a necessidade de mais espaço, escolhendo-se o topo da praça para ficar com três lados livres (fachada principal e fachadas laterais). Por volta de 1501, a nova praça preconizada pelo rei D. Manuel, obrigou a suprimir uma rua – a rua de Alcobaça – no cabo da qual se encontravam os velhos açougues “domde vemdem as coues”⁴⁸⁶. Durante as obras de ampliação da praça, o rei D. Manuel ordenou “fazer hos dictos açougues no cabo da dicta praça e hora mandamos que se façam fangas pera se vender nellas ho trigo”⁴⁸⁷. À luz destes documentos citados, o açougue de Beja merece ser novamente analisado.

D. Manuel faleceu antes do começo da construção do açougue. Este foi concluído, em 1550, por encomenda do filho do rei D. Manuel, o infante D. Luís, com forte influência renascentista. O açougue é de planta retangular, de um só piso, composto por três altos arcos voltados para a praça, e mais dois arcos na fachada lateral. O interior estava organizado em naves abobadadas, solução que permitia criar um espaço amplo e arejado. O exterior era revestido por silhares almofadados (rústicos), tal como constam teorizados nos tratados renascentistas. Foram qualidades formais e arquitetónicas que motivaram o infante D. Luís a converter os usos do edifício, de comercial para religioso, tal como o justificou numa carta enviada ao concelho de Beja⁴⁸⁸:

“Juiz vereadores e procuradores da minha cidade de Beja Eu infante vos envio muito saudar. Eu mandei fazer a obra dos açougues dessa Cidade como vistes a qual para ele que quis nosso Senhor que sahia (?) ella tão lustrosa que foce mal empregadas em officio baixo, mas que se dedicasse ao serviço seus e se celebrasse minhas conficoens Divinas nella como he minha tenção que se faça [...] que se mude ali de caza da confraria da Mizeriórdia dessa cidade que será para esse lugar muito próprio para ellas [...] e porque a dita caza havia de servir se pode remediar em outro lugar conveniente com poucas despezas [...] que juntos em camara o pratiqueis e me envie a carta disto o vosso parecer e agradecevohei ser conforme”⁴⁸⁹.

⁴⁸⁶ VIANA, Abel (1946). “O Tombo primitivo da Misericórdia de Beja”, *op. cit.*, p. 145.

⁴⁸⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 42, fls. 89v-90. ANTT, Liv. 7 *Odiana*, fls. 63v-64.

⁴⁸⁸ Esta reconversão funcional também pode ser observada em Florença com a *loggia de Orsanmichele*, construída para funcionar como celeiro. Trata-se de um edifício construído pelo município florentino com intuito de melhorar funcional e esteticamente os mercados da cidade, mas que veio a perder a sua vocação comercial. Na segunda metade do século XIV, a *loggia* foi transformada em igreja, embora o andar superior fosse usado, por várias décadas, armazém de cereais. BELLI, Gianluca (2008). “I luoghi di mercato a Firenze tra Medioevo e Rinascimento”. In CALABI, Donatella (a cura di). *Il mercante patrizio. Palazzi e botteghe nell'Europa del Rinascimento*. Varese: Bruno Mondadori, p. 96.

⁴⁸⁹ BPE, Man. Cod. 40 - 1, *Carta do Infante D. Luís* (fls. 5-5v). Lisboa, 12 de maio de 1550.

Este documento para além de relatar as razões que levaram o infante D. Luís a doar o edifício à misericórdia, menciona a funcionalidade para o qual foi concebido, a venda de legumes e hortaliça, o que sugere, num primeiro momento, a continuidade do projeto manuelino para a praça.

A partir da posição que o açougue ocupava no espaço urbano - no topo da praça - Rogério de Almeida fala numa alteração das ambições políticas e de um novo conceito de praça, na qual edifícios como açougues e outros do género não são bem vistos, muito menos no topo da praça⁴⁹⁰. Acontece que a venda dos legumes continuou a ser feita nesta praça, sob as abóbadas dos paços do concelho, edificadas por esta altura à ilharga do açougue. É de reparar que devido ao piso inferior ser em abóbada – sugerindo uma estrutura semelhante à do açougue – oferecia boas condições para acomodar este tipo de funções, notando-se um regresso à típica casa do concelho manuelina, que tratámos no texto anterior. Sendo assim, a referida conversão não parece relacionar-se com uma questão de (menor) enobrecimento do espaço, tendo em conta que a arquitetura tinha como função primordial enobrecer as atividades comerciais, mas de uma transferência de poderes que as misericórdias do reino proclamavam, deliberadamente, neste período⁴⁹¹.

A tipologia arquitetónica e a função dos açougues – destinados ao comércio de legumes e hortaliças – indicam muito sobre a situação social e económica da urbe, podendo estar relacionada com a produção agrícola, porque em torno de Beja localizavam-se os solos mais ricos e produtivos do Alentejo⁴⁹². A fertilidade destes

⁴⁹⁰ “O seu destino para outro fim assinala, provavelmente, a transformação de uma cultura urbana que começava a ser trespassada por novos valores. Em meados do século XVI, a presença de um açougue no topo de uma praça nova seria menos aceitável”. ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de (2014). *A Nuvem e Juno. Praças e cultura urbana no Sul de Portugal no início da Idade Moderna*, op. cit., pp. 226-227.

⁴⁹¹ Semelhante atitude pode ser encontrada em Lagos. Nesta cidade algarvia, a ampliação da igreja da Misericórdia, na principal praça, levou à destruição de umas *logeas* e um conjunto de casas de mercadores fazendo com que o lado sul da praça perdesse a função exclusivamente comercial. PEREIRA, Daniela Nunes (2017). *A Evolução urbanística de Lagos (séculos XV-XVII)*. Faro: Direcção Regional de Cultura do Algarve, p. 78. Em Coimbra também encontramos a misericórdia interessada no espaço da praça. Entre 1526, ano em que se mudou para uma casa que servia de celeiro, pertencente à igreja de S. Tiago, e 1678, vários lotes, localizados no percurso que mediava entre a igreja de S. Tiago e a porta de Almedina, foram passados para a misericórdia. Sobre a implantação desta instituição na principal praça de Coimbra ler ANJINHO, Isabel de Moura (2016). *Fortificação de Coimbra: das origens à modernidade*, Vol. III, op. cit., pp. 265-266.

⁴⁹² ALEGRIA, Maria Fernanda (1986). “O povoamento a sul do Tejo nos séculos XVI e XVII: análise comparativa entre dois mapas e duas fontes históricas”. *Geografia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 1ª Série, Vol. 1, p. 190.

Fernand Braudel constata que entre o século XV e o século XVIII a alimentação consistia, essencialmente, em alimentos vegetais. Agricultura era mais praticada que a pecuária porque, como refere Braudel, bem ou mal alimenta dez, vinte vezes mais pessoas. BRAUDEL, Fernand (1992). *Civilização material, Economia*

terrenos parece ter exercido uma pressão na administração do consumo e do abastecimento, levando a coroa a criar um espaço único e amplo para exercer o controlo sobre os alimentos provenientes da exploração agrícola local. Porém, qualquer leitura que pudesse ser feita sobre a forma como funcionava o açougue foi interrompida pela conversão do edifício em templo religioso (Fig. 64).



Figura 64. Beja. Antigo açougue da fruta e legumes (atual Igreja de Misericórdia). (Direção Geral do Património Construído).

3.3.4 - Elvas

Em Elvas, o açougue sempre teve um destaque muito importante ao longo da história urbana, ao qual os monarcas e o concelho sempre deram grande atenção. No reinado de D. Manuel existiam dois açougues: o do povo e o régio. O açougue do povo estava localizado perto da igreja de Santa Maria dos Açougues, tendo sido demolido no âmbito da ampliação deste templo e da criação da praça, em 1513, mas também pelos inconvenientes que causavam e pelas condições degradantes das estruturas, tal como o descreve o concelho nas cortes de 1498:

e Capitalismo, séculos XV-XVIII. As Estruturas do Quotidiano: o possível e o impossível. Tomo 1. Lisboa: Teorema, p. 81.

“segue grande dano e fazem grande noJo aa dicta villa porque a dicta praça he mujto pequena omde conthinoadamente estam paadeiras e Regateiras e outras mujtas pessoas que de continuo ham de estar na dicta praça comprando e vendendo e nom cabem em ela [...] E o que pior he que Junto com os dictos açougues esta pegada huma IgreJa de grande deuaçam omde sse conthinoadamente cada dia çellebra ho offiçio diujno e estam em ella cantando e cellebrando o dicto ofiçio diujno e os que tomam a carne bradando ho que he muj desonesto e faz grande toruaçam ao dicto officio. [...] E aJnda por causa das carnes que se nos dictos açougues cortam he sempre na dicta praça spiçialmente no veraão a çugidade e fedor e moscas que as gentes nom podem sofrer estar nella”⁴⁹³.

Os açougues régios, que estavam situados, desde o período medieval, na parte central da rua dos Açougues – rua que fazia a ligação entre a praça de São Salvador e a praça nova - numa posição mais recuada relativamente à fachada das casas desta rua⁴⁹⁴, são descritos na mesma ocasião das cortes como: “huuns açougues antijgos de tres naues muj grandes todos de quantarja e sam dos mljlhores de uossos Regnos e estam no meyo da villa”⁴⁹⁵. No entanto, devido à demolição dos açougues do povo, planeou-se a ampliação destes açougues, a partir de 1498. De acordo com os pedidos feitos nas cortes desse ano, o concelho sugeriu ao monarca aumentar o açougue de forma a construir um açougue comum: “Pedimos a uossa alteza que pois o dicto açougue he tam odioso na dicta praça que o dada huma das dictas naues omde bem caberam tres ou quatro talhos. E sse per uentura se nom quisserem serujr pella porta dos dictos açougues poderam çarrar sobre sy cada huma das dictas naues e fazer serujdam apartadamente pera a Rua no que uossa alteza fará merçee a esta villa”⁴⁹⁶.

Vitorino d’Almada, militar natural de Elvas, que ocupou boa parte do seu tempo, no século XIX, reuniu documentos antigos que revelam mais detalhes sobre a construção dos açougues desta cidade a partir do reinado de D. Manuel. Assim como para os açougues de Estremoz, em 1500, numa troca de correspondência entre o rei e o concelho de Elvas, foi apurado o custo em que importaria a obra dos novos açougues, chegando a rondar os 33.000 réis. No ano seguinte, em 1501, D. Manuel ordenou o avanço da obra

⁴⁹³ *Cortes portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. (2001). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, pp. 391-392.

⁴⁹⁴ De acordo com a planta de localização publicada no livro de CORREIA, Fernando Branco (2013). *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri/ CIDEHUS – Universidade de Évora, pp. 293-294, 259.

⁴⁹⁵ *Cortes portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, *op. cit.*, pp. 391-392.

⁴⁹⁶ *Idem, ibidem*.

do novo açougue, cujos custos deveriam ser repartidos do seguinte modo: metade era paga com as terças da coroa e a outra metade pelo imposto de um ceitel por arrátel de todas as carnes que se cortassem até se finalizarem as obras. Porém, em 1537, as obras ainda se encontravam em curso. Nesta data, D. João III informou o concelho de Elvas da ida do seu arquiteto, Francisco de Arruda, para inspecionar e avaliar a obra dos açougues e outras edificações que estavam em curso na cidade, mais concretamente os paços do concelho, o aqueduto da Amoreira e a futura sé. Nesta ocasião, o arquiteto régio terá tido a possibilidade de efetuar intervenções na estrutura manuelina do açougue porque, em 1555, D. João III concedeu mais 120.000 réis, provenientes das rendas dos rossios, para o remate da obra dos açougues “que se estavam fazendo muito bons e grandes”⁴⁹⁷. Talvez se tratasse de intervenções complementares e, ao nível da fachada, mais monumental e erudita, uma vez que Vitorino d’Almada refere, em 1888, a existência de arcos ogivais, correspondentes às construções mais antigas.

Destas épocas pouco subsistiu. Contudo, conjugando um levantamento setecentista e a descrição de Vitorino d’Almada, pode-se entrever a configuração do açougue. Na planta do edifício elaborada em 1720 no âmbito de mais uma remodelação: “*Plano do Matadeiro d’Elvas e orçamento para o lajedo e rodapé*”⁴⁹⁸, observa-se que o edifício se compunha de duas partes: uma interna e um átrio que a antecedia. O espaço interno tinha uma organização em naves representada pelas colunas, tal como descreveu, detalhadamente, Vitorino d’Almada, em 1888, e que vale a pena reproduzir aqui:

“O açougue comum tem um portão para rua dos Açougues, única serventia, pelo qual se penetra num pequeno pátio descoberto, que lhe serve de vestíbulo. À primeira vista a construção interna do edifício tem a feição de uma igreja de três naves, com quatro capelas laterais e uma tribuna ao fundo; mas as naves não são mais que umas arcadas de parede simples, dispostas em três linhas paralelas, cada uma de três arcos de volta perfeita, um maior e dois mais pequenos, assentes em colunas de cantaria grosseira, e embebendo-se os laterais nas paredes do edifício. As supostas capelas são quatro vãos, também em forma de arco de volta perfeita, cada um com o seu balcão de alvenaria, em que os carneiros cortavam e pesavam as reses para o consumo público. Finalmente a tribuna, abrindo em forma de larga janela de sacada, parece ser o local donde outrora os almotacés fiscalizavam de

⁴⁹⁷ ALMADA, Victorino d’ (1888), *Elementos para um dicionário de Geografia e História Portuguesa do concelho de Elvas e extintos de Barbacena, Vila Boim e Vila Fernando*, vol. I. Elvas: Typ. Elvense, pp. 41.

⁴⁹⁸ AME, *Plano do Matadeiro d’Elvas e orçamento para o lajedo e rodapé*, planta gentilmente cedida pela ArqueoHoje - Relatório prévio, sondagens, projetos de arquitetura e especialidades do Centro Interpretativo da Sinagoga de Elvas (2015).

alto se o serviço do açougue era feito conforme o estabelecimento nas posturas municipais. A primeira destas três arcadas abre desafogadamente para o pátio descoberto; na última vêem-se, nas duas naves laterais, outros tantos balcões de alvenaria, corridos desde as colunas até às paredes [...] Há, porém, na parede do fundo o tipo da sua primeira fundação em dois arcos de forma ogival, entaipados de alvenaria, aos lados de um outro de volta redonda, em que está aberta a tribuna a que nos temos referido, e que não está em correspondência com o centro da nave principal⁴⁹⁹.

A comparação a um templo religioso merece ser destacada porque pode ajudar na compreensão do açougue quinhentista de Elvas. Tendo Vitorino d'Almada dedicado bastante tempo a reunir documentação antiga, é possível que se tenha cruzado com documentos que relatassem a conversão do açougue de Beja em templo religioso ou, pelo menos, que tivesse conhecimento disso. Neste sentido, a expressão comparativa a um templo religioso pode antes remeter para as semelhanças formais com o açougue de Beja, com uma fachada composta em arcos e dividida internamente em naves marcadas pelas colunas. Vitorino D'Almada não se deteve na fachada. Mas a organização em naves permite avançar com a hipótese de que Francisco de Arruda tenha planeado, em 1555, uma fachada com três arcos, cada um correspondente à sua nave, tal como o açougue de Beja (Figs. 65-66).

⁴⁹⁹ ALMADA, Victorino d' (1888). *Elementos para um dicionário de Geografia e História Portuguesa do concelho de Elvas e extintos de Barbacena, Vila Boim e Vila Fernando*, vol. I, *op. cit.*, pp. 44-49.

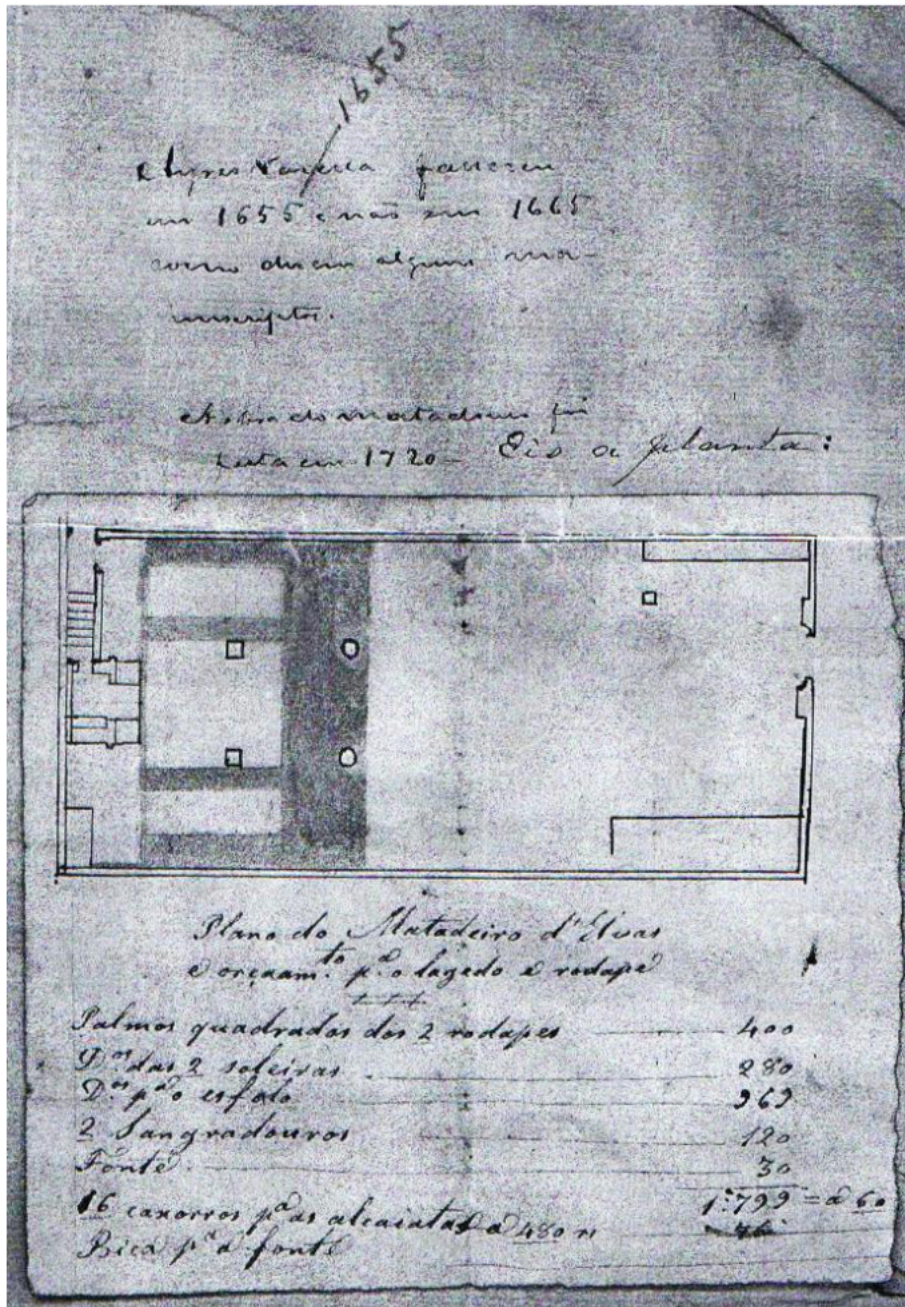


Figura 65. Elvas. Plano do Matadeiro d'Elvas e orçamento para o lajedo e rodapé. 1720, AME.



Figura 66. Elvas. Interior do açougue organizado em naves, onde é visível um arco ogival referido por Vitorino D'Almada (seta azul). (ArqueoHoje, 2015).

Analisados em conjunto – aos quais podemos acrescentar os açougues de Montemor-o-Novo⁵⁰⁰ – veremos que os açougues aludidos assumem, na centúria de Quinhentos, formas arquitetónicas muito semelhantes. A questão que se coloca é se estamos perante um modelo, ou no início de uma tipologia de açougues, que se estava a implementar, pelo menos na região do Alentejo, com um programa arquitetónico próprio que permitisse, a partir do exterior, reconhecer a sua funcionalidade.

A partir do século XVII pode ser encontrada na legislação portuguesa um conjunto de alvarás a autorizar a existência de açougues nos mais diversos lugares do reino. Existem pedidos de açougues públicos e privados; pedidos de separação dos açougues dos bispos dos açougues do povo ou do concelho; que solicitam ao rei a separação dos açougues da carnes dos outros alimentos, entre outros⁵⁰¹. Levando em considerando esta proliferação de açougues em Portugal, seria interessante apurar em que parte da urbe vão

⁵⁰⁰ Luísa Trindade refere que há indícios que o açougue de Montemor-o-Novo se organizasse interiormente em naves e arcos. TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na Composição de Portugal.*, op. cit., p. 696.

⁵⁰¹ Uma primeira pesquisa pela palavra *açougue* pode ser feita na base de dados do projeto *O Governo dos Outros. Imaginários Políticos no Império Português (1496-1961)*, coordenado por Pedro Cardim, Ângela Barreto Xavier e Cristina Nogueira da Silva.

<http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=arquivo>

existir; se o lugar é uma escolha do rei ou do concelho; se há uma relação com a situação agro-pastoril das diferentes regiões, onde se poderá observar uma maior ou menor proliferação dos açougues, ou, simplesmente, para justificar a existência de mais que um açougue em cada aldeia, vila ou cidade.

A localização e a arquitetura dos edifícios comerciais (re)construídos para acudir ao abastecimento das urbes são demonstrações de boa governança. A maioria destes imóveis comerciais era administrada pelo concelho. A construção de um edifício mercantil era um investimento vantajoso, um reflexo da existência de uma especialização dos mercados, tratando-se de um mecanismo que tornava possível a fiscalização, a gestão, a distribuição e a regulamentação dessas transações.

3.4 - O celeiro

Celeiro, terreiro do trigo, e, no período medieval, fangas, são designações atribuídas aos edifícios que estavam dedicados exclusivamente ao armazenamento e venda de cereais. À semelhança dos açougues, o concelho estendia as suas competências administrativas aos celeiros que, como refere Joaquim Romero Magalhães, são o instrumento fundamental do governo local no que toca ao pão. As câmaras assumiam o dever de fiscalização e gestão dos cereais, obrigando os habitantes a utilizarem unicamente estas infraestruturas⁵⁰². Oliveira Marques refere, contudo, que a existência de celeiros concelhios ou públicos dependeu de uma decisão régia, para evitar o “particularismo extreme”, que colocava em causa o bem comum, por impedir a circulação dos cereais para fora desse concelho, sobretudo nos concelhos dos territórios com grande produção cerealífera. De acordo com Oliveira Marques, só em meados do século XVI houve uma proliferação de celeiros comuns pertencentes às câmaras, sendo os primeiros registados na região do Alentejo⁵⁰³. Assim se compreende, como constata Carlos Caetano no seu longo inventário e análise de todos os edifícios concelhios do reino, que boa parte dos celeiros estivesse integrada nos edifícios das câmaras municipais, ocupando dependências importantes dentro do edifício, cuja gestão lhes estava confiada⁵⁰⁴.

Na segunda metade do século XVI, os celeiros passam a ceder empréstimo de cereais aos agricultores para remediar uma má safra. De acordo com Themudo Barata, o crédito praticado funcionava da seguinte forma: depois da colheita, o agricultor teria de devolver a porção de cereais atribuída, à qual se acrescentava uma outra pequena porção

⁵⁰² Joaquim Romero Magalhães acrescenta que a criação de celeiros no reino teve o forte apoio do cardeal D. Jorge da Costa, durante o reinado de D. Afonso V. MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993). “As estruturas da produção agrícola. Os Celeiros”. In MATTOSO, José. *História de Portugal. No Alvorecer da Humanidade*, Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 253-254.

⁵⁰³ MARQUES, António H. de Oliveira (1968). “Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média”. In GODINHO, Vitorino Magalhães (Dir.). *A Marcha da Humanidade*, 2ª edição. Lisboa: Edições Cosmo, p. 117.

⁵⁰⁴ Porém, existiam edifícios isolados. Segundo este autor, “os celeiros públicos portugueses constituíam estruturas vastíssimas, como era o caso, em Campo Maior, das enormes [*casas*] do Seleiro Comum, na Rua da Canada, que acomodam mais de seiscentos moios de trigo. [...] os casos do quinhentista Celeiro Público da Chamusca, o Celeiro da antiga vila de Lamas do Vouga (atual Concelho de Águeda) ou, mais recentes e mais eruditos, os celeiros pombalinos de Sobral de Monte Agraço, de que só restaram as fachadas ou o celeiro monumental de Mourão, de há muito adaptado a casa da câmara local, e onde sobrevivem praticamente intactas as notáveis naves pombalinas do piso térreo”. CAETANO, Carlos Manuel Ferreira (2011). *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*, Vol. 1, *op. cit.*, pp. 174, 361.

de cereal, que era como uma espécie de juro que, segundo o autor, poderia corresponder às despesas relacionadas com o armazenamento e conservação do cereal⁵⁰⁵.

A construção de celeiros estava relacionada com o abastecimento dos cereais nas cidades e vilas do reino e também para enfrentar a fome durante os períodos de más colheitas. Se a escassez de cereais justificava uma administração mais acirrada, por outro lado, a abundância do cultivo de cereais também assumiu um protagonismo crescente no que se refere à sua gestão, exigindo uma infraestrutura própria e com mais capacidade para armazenar os cereais que chegavam à cidade, tal como apontara Damião de Gois, numa correspondência com rei D. João III, em 1546. Nessa carta, o cronista espanta-se com o aumento do preço do pão, que passara de 90 réis para 150 réis, numa altura em que Lisboa estava “chea de pã e nam haver quasy logeas pera o meterem”⁵⁰⁶. A construção do um novo celeiro em Lisboa, por exemplo, confirma a necessidade de mais espaço para armazenar os cereais provenientes das mais diversas regiões do reino e da Europa, mas também testemunha o quão importante era o edifício, tendo sido apontado por Nuno Gonçalo Monteiro como uma instituição reguladora⁵⁰⁷.

A existência de celeiros também era importante para estimular o cultivo de cereais. Na segunda metade do século XVII foram emitidos vários alvarás onde a coroa autorizava a construção destes armazéns. No caso de Serpa, o documento legislativo que previa a sua criação apresenta uma justificação clara: “em razão de que, por quasi todos os moradores da dita Villa intenderem de cultura das terras por ser este o único tracto della, padecem, assim os lavradores como os pobres, quando ha esterilidade de pão, por na dita Villa não haver Celleiro comum, como ha em outras partes; e porque no termo daquela Villa ha quatro Coutadas do Concelho [...] é terra suficiente para nella semear o trigo e mais sementes”⁵⁰⁸. Os rendimentos gerados pelas colheitas reverteriam para a edificação do celeiro de Serpa.

Enquanto edifício de armazenamento e venda, a sua construção obedecia a critérios próprios. José Feliciano Fernandes Pinheiro, nos *Discursos apresentados á Meza*

⁵⁰⁵ BARATA, Filipe Themudo (1996). “Negócios e crédito: complexidade e flexibilidade das práticas creditícias (século XV)”. *Análise Social*. Quarta Série, Vol. XXXI, p. 694.

⁵⁰⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira (1952). “Damião de Góis e os mercadores de Danzing”. *Separata do Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Ano IV, 15-16, p. 6.

⁵⁰⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2011). “Violência urbana, mobilização e domesticidade”. In MATTOSO, José, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Orgs.). *História da Vida Privada em Portugal, A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, p. 413.

⁵⁰⁸ Alvará de 27 de maio de 1690, D. Pedro II (1667-1706), Livro 1683-1700, p. 242. *Colecção de Legislação Portuguesa*, consultado em <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/9/100/p242>

da Agricultura sobre varios objectos relativos á cultura, e melhoramento interno do reino, em 1800, traçou as características essenciais para o bom funcionamento dos celeiros. Apesar de ser uma descrição de inícios do século XIX, é significativa a importância atribuída à arquitetura para a preservação dos cereais. Deste modo, vale a pena transcrever aqui um passo desses *Discursos*, na medida em que trata de questões técnicas que os pedreiros e arquitetos dos séculos anteriores devem ter encarado no momento de conceber um celeiro, nomeadamente nos cuidados referentes à humidade do edifício, que poderiam afetar a boa preservação do cereal:

“Seria superfluo esforçar-me em persuadir, que he preciso que seja bem enxuta e arejada a casa da farinha; e que igualmente he necessario te-la perfeitamente isenta de bichos, pois os ratos de nada gostãõ tanto, como da farinha. Por isso a melhor situaicãõ para huma casa de farinha he hum sobrado alto, ou hum assoalhado terreo bem enchuto, havendo fortes e adaptados caxões, em que se deposite a farinha. Em qualquer parte que se guarde, deve ser bem calcada para conservar-se; o que póde conseguir-se por meio de hum pequeno rolhaõ de ferro, ou maço de bater, ou calcando com os pes”⁵⁰⁹.

Como se pode ver, três requisitos tinham de existir: lugar seco, arejado e amplo. Todas estas exigências devem ter tido um efeito significativo no projeto arquitetónico dos celeiros, sendo, todavia, difícil apurar um tipo arquitetónico para este género de edificios. Porém, aquelas exigências revelam que o processo arquitetónico não era simples para ir ao encontro das necessidades específicas dos celeiros.

⁵⁰⁹ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (1800). *Discursos apresentados á Meza da Agricultura sobre varios objectos relativos á cultura, e melhoramento interno do reino: traduzidos da lingua ingleza debaixo dos auspicios e ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente nosso senhor*. Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Literaria do Arco do Cego, p. 52.

3.4.1 - O terreiro do trigo, em Lisboa

O terreiro do trigo em Lisboa está entre os mais conhecidos, tendo desempenhado um importante papel no abastecimento de cereais à cidade⁵¹⁰. O seu planeamento iniciou-se com o rei D. Manuel, que em 1517 doou ao concelho um terreno localizado entre a parte posterior da alfândega e a misericórdia “para mandar fazer casas e lojas para agazalhar pão”⁵¹¹. A localização do terreiro do trigo parece ter sido intencional, porque apesar de estar perto do Tejo, beneficiando assim da proximidade com o porto, achava-se, ao mesmo tempo, afastado de uma eventual subida do rio, mas também de o proteger da humidade, condição determinante para a conservação dos cereais (Fig. 67).



Figura 67. Lisboa. Localização do terreiro do trigo na planta de Lisboa de João Nunes Tinoco (seta vermelha), 1650. BNP.

⁵¹⁰ Sobre o abastecimento e as origens do terreiro do trigo, em Lisboa, consultar MANGAS, Francisco Duarte Ferreira (2016). *Segurar a Fome. O Terreiro do Trigo de Lisboa no século XVI*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

⁵¹¹ *Apud* CARITA, Helder (1999). *A Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna: 1495-1521*, *op. cit.*, p. 100.

A construção do celeiro ainda estava em curso no reinado de D. João III. O seu aspeto arquitetónico foi descrito detalhadamente pelo cronista João Brandão na *Estatística de 1552*⁵¹². Neste trabalho, o cronista faz uma relação importante entre a arquitetura e capacidade económica, descreve parte da funcionalidade do celeiro, estima o volume de capacidade que cada arco tinha para a venda do trigo, bem como os preços cobrados pelos tabuleiros das medeiras do pão:

“outra grãdeza e realidade que ha cidade te, tã dina de louvor, ha quall hé de seu patrimonio, e somente fez pera agasalhar trigo e dar franquia a que ho tras de fora do reino. Que [hé hu] lanço de casas que te xxiiij.[24] braças de conprido e lxi [62] pallmos de largo e xxxij [32] arcos de pedraria por banda e antre cada arco te hua logea que leva L [50] moios de trigo [...] De maneira que de baixo dos arcos esta tãbe quatro taboleiros, com duas medeiras que mede o triguo a seus donos, e tem de ordenado cada taboleiro de selairo xx rs. E neste asento de casarias há dozaseis logeas e sobrados, e cada logia tem dous sobrados, e levão as logeas a L moios e os sobrados a lxx, e sam por todas, logeas e sobrados, oytenta”⁵¹³.

Miguel Soromenho refere que por representar uma grande fonte de receitas para o concelho, proveniente dos lugares de venda localizados sob as arcadas, o controlo do terreiro público era bastante atraente⁵¹⁴.

Em 1554, o cronista Damião de Góis também descreveu a arquitetura do terreiro do trigo, o que constituiu novamente uma ligação entre a arquitetura e capacidade de armazenamento e abastecimento da cidade. Segundo o autor, “trata-se de uma estrutura com duas alas, com magníficos edifícios, e com outras tantas galerias, e trinta e dois arcos de ambos os lados, dotada de oitenta armazéns, e tendo ao centro um patio liso e estrito”⁵¹⁵. Note-se a referência ao número de armazéns – oitenta – que testemunham a capacidade de organização e armazenamento dos cereais naquele edifício, revelando a sensibilidade do cronista para os assuntos comerciais e financeiros, qualidades realçadas por Oliveira Marques⁵¹⁶. Com efeito, os autores das descrições arquitetónicas do terreiro

⁵¹² Como já foi referido, esta edição foi publicada com o título de *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da cidade de Lisboa, na 2ª metade do século XVI*. Cf. *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais* (1934). Revista Trimestral, N.º 11, Jan-Mar. Lisboa: S. Industriais da C.M.L, pp. 10-11.

⁵¹³ BRANDÃO, João (1917). “Majestade e grandezas de Lisboa em 1552”. *Arquivo Histórico Português*, Vol. XI, *op. cit.*, p. 105.

⁵¹⁴ SOROMENHO, Miguel (2012). “O Paço da Ribeira à medida da Corte: de Filipe I a D. Pedro II”. In *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio. História de um Espaço Urbano*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, Imprensa nacional Casa da Moeda, pp. 37-71.

⁵¹⁵ GÓIS, Damião (2001). *Descrição da Cidade de Lisboa*. (Tradução de José da Felicidade Alves). Lisboa: Livros Horizonte, p. 55.

⁵¹⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira (1952). “Damião de Góis e os mercadores de Danzing”, *op. cit.*, p. 7.

do trigo não são apenas cronistas. Eles também são agentes das actividades económicas, razão pela qual colocam bastante ênfase nas potencialidades do referido celeiro (Fig. 68).

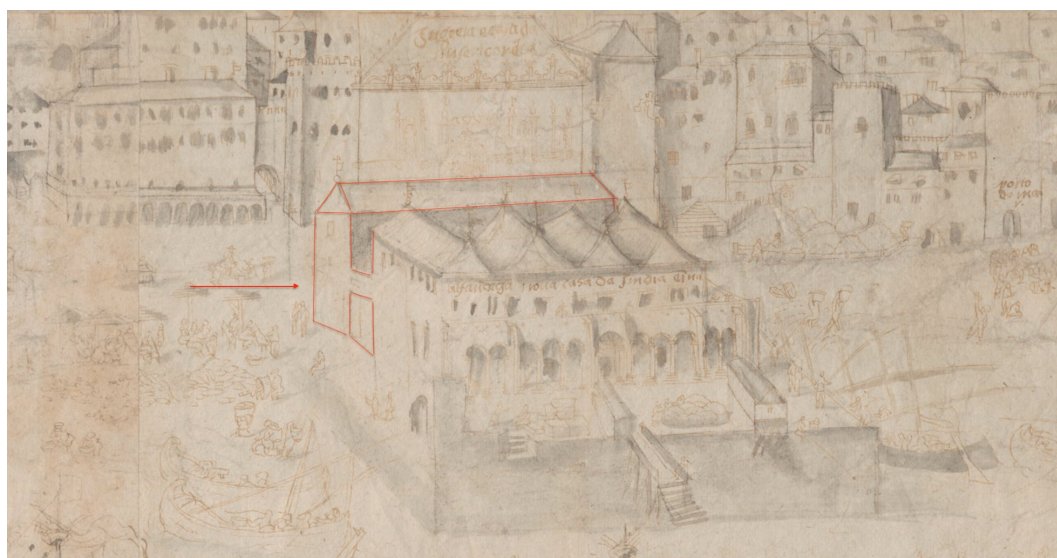


Figura 68. Lisboa. Localização do terreiro do trigo num detalhe da vista panorâmica de Lisboa (delineado a vermelho) ca. 1570. Leiden University Libraries, COLLBN J29-15-7831-110/30a-q, <http://hdl.handle.net/1887.1/item:291826>

Tal como acontecia na rua Nova dos Mercadores desta cidade, o concelho aproveitava as paredes livres destes edifícios públicos destinando-os às atividades comerciais que, através da armação de alpendres, geravam uma grande fonte de rendimentos. A fachada que dava para a misericórdia possuía uma longa arcada destinada a outras utilizações comerciais, das quais o concelho de Lisboa tirava rendimentos, como descreve frei Nicolau de Oliveira, na segunda metade do século XVII: “Nas costas deste terreiro da parte de terra estão trinta e duas casinhas, em que se vendem cousas miúdas, como são alfinetes, óculos, agulhas, açouios, penas, papel & outras cousas semelhantes, & pagam de aluguer de cada hua destas casinhas á cidade de quinze té vinte mil reis em cada hum anno afora quarenta & oito que ha no Pilourinho e & nas paredes do açougue”⁵¹⁷. A referência às paredes do açougue indica que estas casinhas se tratam de alpendres, concebidos de forma mais modesta, como os que estavam armados na “Casa dos Bicos”; e demonstra, igualmente, a forma como o concelho tem a capacidade de aumentar os seus rendimentos vindos dos alugueres dos alpendres montados nas paredes livres dos edifícios ribeirinhos.

⁵¹⁷ D’OLIVEIRA, Frei Nicolao (1620). *Livro das Grandezas de Lisboa*. Impresso em Lisboa por Iorge Rodriguez, p. 104v.

A galeria aberta no piso inferior estava destinada à venda, medição e pesagem dos cereais, um elemento arquitetónico necessário para manter os cereais a salvo das condições atmosféricas e da humidade do chão. Daí o cuidado que havia em pavimentar o piso destas galerias, como mostra, por exemplo, a ordem do rei D. João III para se lajear os alpendres do paço do trigo de Setúbal, em 1533⁵¹⁸. De acordo com Luísa Trindade, a existência de arcos ou alpendres nas fachadas dos celeiros é recorrente na maioria dos edifícios congéneres⁵¹⁹, o que pode indicar um elemento padrão presente na arquitetura dos celeiros.

Apesar de aqui se detalhar apenas o que se passou com o terreiro do trigo de Lisboa, cada cidade e cada vila do reino, na justa medida da sua escala, teriam tido os mesmos cuidados e benefícios com o seu celeiro.

⁵¹⁸ *Alvará do Mestre das Ordens de Santiago e vis para se fazer o lageamento do alpendre do paço do trigo, e casa do pazeiro*. 30 de novembro de 1533. Documento publicado em CÂMARA, Teresa Bettencourt da (1992). *A Praça do Sapal em Setúbal. Um estudo de urbanismo quinhentista*, op. cit., pp. 65-66.

⁵¹⁹ TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na composição de Portugal*, op. cit., p. 798.

Capítulo IV – O mercado na evolução urbana: estudos de caso

Neste capítulo pretende-se apresentar uma reconstituição da formação dos espaços de mercado das seguintes cidades: Braga, Guarda, Évora, Faro e Tavira. À exceção de Braga e Faro, estes centros urbanos preservam partes dos espaços de mercado, ainda reconhecíveis na topografia, que se apresentam como fontes extremamente importantes para (re)interpretar as intervenções urbanas e arquitetónicas a que foram sujeitos. São, assim, vários os motivos que nos levaram a escolher estas cinco cidades: a disponibilidade de documentação que possuem sobre o mercado e os seus espaços, tornando possível a sua análise e interpretação; permitir comparar cidades que, até então, nunca tinham sido investigadas no âmbito do tema desta tese; observar, quando estas cidades são comparadas, a clara desproporção do peso e importância que desempenharam ao longo da história, muitas vezes alimentado ou enfraquecido pelas características geográficas de cada uma. É importante também referir que se abandonou, por agora, os exemplos de Lisboa e do Porto como casos de estudo, uma vez que a documentação sobre o mercado e os seus espaços é deveras abundante, mas, ao mesmo tempo, tão complexa que a investigação implicaria mais tempo e espaço, mas previsto para investigações futuras. Porém, os casos destas duas cidades, particularmente o de Lisboa, surgem recorrentemente ao longo do texto, como elementos comparativos com outras realidades tratadas.

4.1 - Braga

Na história urbana de Braga, o arcebispo D. Diogo de Sousa desempenhou um papel crucial na transformação, expansão e consolidação da cidade. Durante o seu arcebispado, de 1505 até 1531, D. Diogo de Sousa revigorou urbanisticamente Braga, expandindo os seus limites para além do tamanho em que a encontrara, em larga medida, correspondente à feição da cidade medieval⁵²⁰. A renovação dos templos religiosos, a abertura, redefinição e alargamento de vários eixos viários, bem como o fornecimento e distribuição de água pela cidade, ou ainda a criação de espaços abertos em torno das muralhas medievais (praças, campos, terreiros e rossios), acabaram por definir a paisagem urbana nos séculos seguintes. Na ação restauradora deste e de outros arcebispos que se seguiram, porque este arcebispo não foi o único a intervir no espaço urbano desta cidade, ressalta-se a renovação das antigas áreas de mercado e a criação de novos espaços e edifícios comerciais distribuídos pela urbe.

D. Diogo de Sousa foi nomeado arcebispo de Braga pelo rei D. Manuel, a 11 de julho de 1505, entrando solenemente no arcebispado bracarense a 22 de novembro daquele ano. Este arcebispo encontrou uma cidade paralisada no tempo, com feições completamente medievais, quando comparada com outras cidades ou vilas que cresceram de forma constante ou explosiva. Naquele período, Braga passava por uma grande recessão económica, não tendo a força motriz necessária para aumentar o seu crescimento populacional e urbano⁵²¹. Tal marasmo podia estar relacionado com dois fatores. Antes de mais a situação geográfica da urbe – “muito metida no certão, onde não ha comersios de portos de mar, e a terra de si muito pobre”⁵²² – que não permitia beneficiar das novas dinâmicas socioeconómicas. Um segundo fator prende-se com a administração da cidade arcebispal, que não preparara a cidade para os novos tempos. Entre 1402 e 1473 o controlo do arcebispado sobre a vida económica da cidade não teve qualquer expressão. Ao longo daqueles anos, Braga foi governada pelo concelho e pela coroa que promoviam

⁵²⁰ Sobre Braga medieval consultar RIBEIRO, Maria do Carmo Franco (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

⁵²¹ MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532); Urbanismo e Arquitectura*, op. cit., p. 19. Um importante fonte coeva é o *Memorial das obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, redigido pelo cónego Tristão Luís, depois da morte daquele arcebispo, possivelmente entre 1532 e 1565. O *Memorial* tem sido utilizado por diversos historiadores, entre os quais Rui Maurício.

⁵²² OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1887). *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª parte, Vol. II, Lisboa: Typographia Universal, p. 219.

a fixação de famílias nobres que, constantemente, disputavam o poder com o arcebispado, o qual não se afirmara plenamente até então⁵²³.

O foco principal das intervenções conduzidas por este arcebispo, recordadas no *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, era transformar aquele pequeno burgo numa cidade respeitável. Disso é testemunha a carta que o arcebispo remeteu ao rei D. João III, em 1524, descrevendo a situação urbana que herdara:

“Quanto ao temporal, he senhor desta cidade, da quall se pode dizer quanto a mim o que disseram d'Ottaviano por Roma que achara ladrilho e a deixara de marmore, e eu achei esta de barro e sem templos nem gemte nem edificios publicos como privados com acrecentamento de muito povo e numero de mercadores e tracto e ofeciaees das milhores cousas do Reyno. E quanto a esta See e edificios dela e asy prata e ornamentos que nela fiz e pus sey que estaa muy deferemçada de totalas outras”⁵²⁴.

A analogia simbólica à transformação de Roma, aludindo à famosa expressão das *res gestae* do imperador Augusto, onde diz que encontrara a cidade em tijolo e a deixara em mármore, exprime a educação clássica e o pensamento urbano renascentista que recebera das experiências que vivenciara durante as suas estadas na península itálica, encaixando as suas ações urbanísticas dentro da tradição cultural da época⁵²⁵. Portanto, não nos surpreende que alguns edifícios construídos sob o mecenato de D. Diogo de Sousa tenham como modelos de referência as arquiteturas renascentistas de Roma ou de Florença.

O investimento que D. Diogo de Sousa expressou na carta ao monarca revela, todavia, que a arquitetura se apresentava como um recurso fundamental para conferir magnificência e monumentalidade à cidade, mas também uma forma de revitalizar, renovar e reorganizar os espaços de mercado medievais. Na prática, D. Diogo de Sousa estava disposto a construir infraestruturas para acolher os mercadores oriundos de outras regiões que traziam diversos produtos e mantimentos à cidade, como o demonstram os vários alpendres: o alpendre da porta do Souto, para receber e taxar mercadores e

⁵²³ FEIO, Alberto (1984). *Coisas Memoráveis de Braga*, Braga: Universidade do Minho, Biblioteca Pública de Braga, pp. 90- 96.

⁵²⁴ COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1983). *D. Diogo de Sousa Novo Fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura*. Lisboa: Academia Portuguesa da Historia, pp.76-81.

⁵²⁵ D. Diogo de Sousa nasceu em Évora, em 1461, e morreu em Braga, a 19 de junho de 1532. Permaneceu algum tempo em Roma, em 1493, onde serviu por ordem do rei D. João II na embaixada ao Papa Alexandre VI. Após uma década no bispado portuense, em 1505 D. Manuel I incorporou D. Diogo numa embaixada em Roma, em obediência ao Papa Júlio II. NASCIMENTO, Aires A., (1998). “D. Diogo de Sousa Bispo do Porto, Homem de Livros e Leitor de Savonarola”. *Hymanitas*, Vol L, pp. 701-708.

mercadorias que vinham de fora; a praça do pão, dentro das muralhas, onde o senado controlava a aquisição e a venda do pão; e o alpendre do peixe, perto da porta Nova (Fig. 69).



Figura 69. Braga. Localização dos espaços de mercado durante o arcebispado de D. Diogo de Sousa. Legenda: A – alpendre da porta do Souto; B – praça do pão; C – alpendre do peixe no Mappa/[d]a /cidade/ de/ braga/ pri/mas. Andre Ribeiro S[foares da] Sylva, ca. 1756. BA – Col. cartografia Ms.

O alpendre à porta do Souto foi construído numa das principais entradas da cidade. O uso da área exterior à porta do Souto, em frente ao campo de Santa Ana, para fins comerciais, é anterior às reformas urbanas de D. Diogo de Sousa, como se pode constatar pela existência de alpendres de ferreiros e de sapateiros onde, sob aquelas estruturas, estes mestres trabalhavam, vendendo os produtos às pessoas que ali circulavam⁵²⁶. Todavia, o reconhecimento e limites deste espaço enquanto lugar de mercado só se afirmaram no arcebispado de D. Diogo, possivelmente ainda no reinado de D. Manuel, quando se

⁵²⁶ Em 1493 a câmara aforou “o alpendre que estava à porta do Souto, em frente ao carvalho, e que pertencia ao concelho, a Bartolomeu Fernandez escudeiro, sua mulher e geração, com a condição que ele arranjasse o dito alpendre de modo a que se livremente circulasse para dentro e para fora”. Em 1497 o concelho aforou “a Lopo Garcia ferrador [...] o alpendre em que ele ferrava e que estava situado no rossio à Porta do Souto, para ele e seus herdeiros”. Em 1486 escriturou-se o aforamento de lote “a João Vasquez ferrador, de um chão à pedra de S. Miguel, também pertença do concelho, com a condição de construir um alpendre posto em esteios de pedra ou madeira com uma passagem para livre circulação de pessoas”. *Apud* MARTINS, Sandra Raquel da Silva Oliveira (2013). *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d’Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho. pp. 99, 106-107.

anexou à muralha da barbacã do castelo e entre os torreões uma “casa, estrebarias e alpendre com colunas para pousarem de graça os almocreves que trazem mantimentos a cidade”⁵²⁷. A construção desta estrutura era, para o arcebispo, muito importante para Braga por permitir atrair comerciantes estrangeiros e, com isso, desenvolver a prosperidade económica da cidade. Assim, o alpendre forneceria alojamento aos mercadores e respetivos animais que vinham carregados de mercadorias até à cidade. Além disso, os alpendres seriam igualmente úteis para protegerem os mercadores e mercadorias das condições climáticas e preservar os alimentos mais perecíveis. Certamente que muitos dos mercadores que aqui se acolhiam vinham da região em torno da serra do Gerês e do norte de Espanha, porque saindo da porta do Souto, estava-se imediatamente no campo de Santa Ana. Daqui, em direção ao campo de São Lázaro, apanhava-se a Geira, antiga via da *Bracara Augusta* romana, ainda calcorreada no período medieval, que se dirigia para Norte, mais precisamente para Espanha, passando pelo Gerês⁵²⁸.

Se nos determos na imagem do alpendre encostado à porta do Souto e de frente para o campo de Santa Ana, representado na cartografia setecentista, reparamos (mesmo com as alterações formais que foram sendo realizadas ao longo dos tempos, como veremos a seguir) que a área de mercado se estende rente ao muro do castelo e entre os torreões (Figs. 70 e 71). Esta disposição lembra, em parte, a solução que o rei D. Manuel mandara adotar para a construção das boticas em Lisboa, na praça da Ribeira, junto à muralha fernandina, e cuja construção se encontra regulamentada na *Carta Regimento de 1498*⁵²⁹. Tal como na capital, podemos admitir que as medidas do alpendre da porta do Souto foram estabelecidas a partir da dimensão dos torreões, cuja altura do alpendre não podia ser mais alta do que as ameias da muralha, enquanto as medidas dos torreões (um com sete e outro de oito varas) estabeleciam a profundidade dos arcos do alpendre, que não poderiam estar numa posição mais avançada (medindo, por isso, cinco varas)⁵³⁰. Entre os torreões e junto ao muro da barbacã “estão huns alpendres fundados sobre vinte arcos de pedra formados em vinte e humas colunas da mesma que tem de comprido

⁵²⁷ MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532); Urbanismo e Arquitectura*. Vol. II, *op. cit.*, p. 299.

⁵²⁸ PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa (2000). *Da Casa grande da Rua dos Pelames à casa nova da Rua de Dom Gualdim. Braga, séculos XVII-XVIII, op. cit.*, p. 39.

⁵²⁹ As dimensões das boticas da Praça da Ribeira de Lisboa tinham 12 palmos de profundidade e, ao longo da muralha, 15 palmos de largura. CARITA, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521), op. cit.*, pp. 210-211.

⁵³⁰ Uma vara= 1,10 m; uma vara = cinco palmos; um palmo = 0,22 m (22 cm).

medido pella parte de fora a beira dos ditos arcos de Norte a Sul na forma que correm cinquenta e quatro varas e de largo de nascente a poente sinco”⁵³¹. No torreão norte, e no sentido este-oeste, localizava-se o aljube construído sobre arcos, sob os quais se vendia o peixe. As habitações vizinhas ao aljube pertenciam ao senado e parecem beneficiar daquele ponto de venda e por isso umas possuíam alpendre outras lojas no piso térreo⁵³².

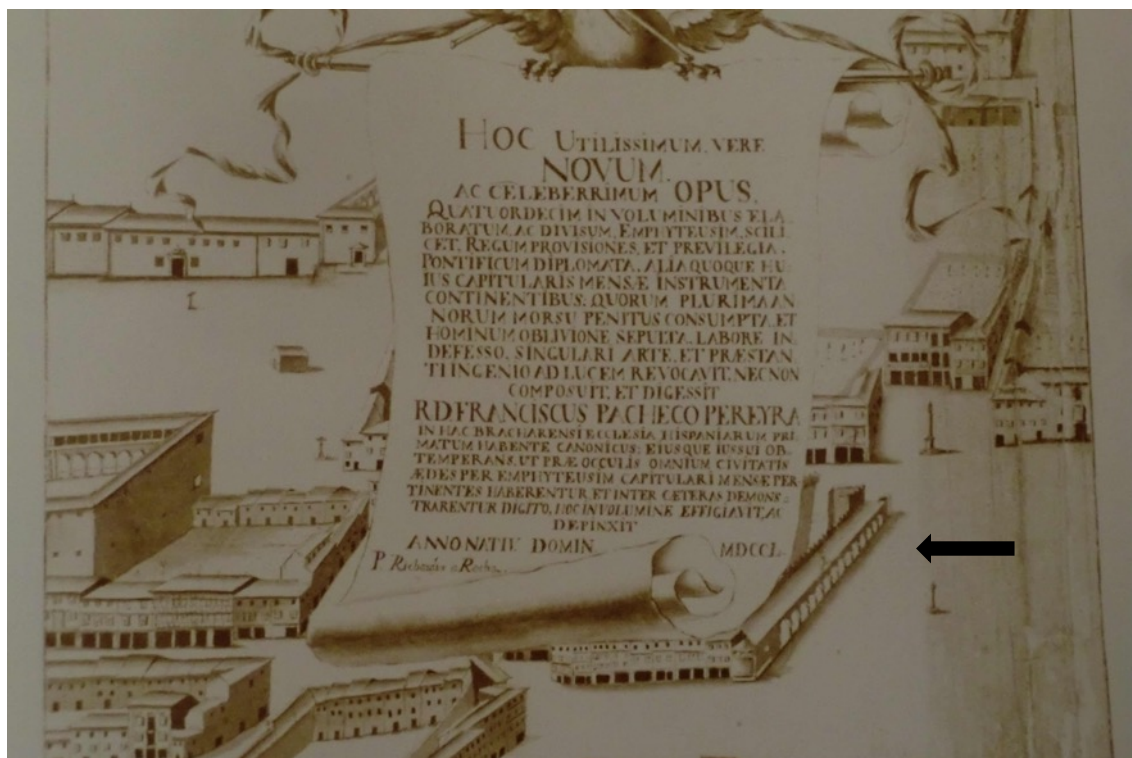


Figura 70. Braga. Alpendre da porta do Souto representado frontispício do Mapa das Ruas de Braga, ca. 1750. ADB.

⁵³¹ “Tem estes alpendres na cebessa do Norte huma torre ao redondo e outra no Sul do mesmo feitio com sua porta quadrada de serventia por baixo delles; o que esta da parte do Norte que hé mais piqueno tem huma janella para a parte do Campo de Santa Anna e mais algumas frestas altas lhe da Lus medido este torreão por dentro emvão não entrando a grossura das paredes tem de largo sette varas e hum palmo, e o que esta para a parte do Súl em que esta encostada a fontana do Cavalinho da Porta do Soutto que he o mais grande tem também de largo em vão fora a grossura das paredes outto varas e hum palmo”. AMB, *Primeiro livro do tombo dos bens e propriedades, foros e pensoins pertencentes ao senado da camera secular desta cidade de Braga* [fevereiro a julho de 1737], fls. 90v-91.

⁵³² AMB, *Primeiro livro do tombo dos bens e propriedades*, fls. 90.

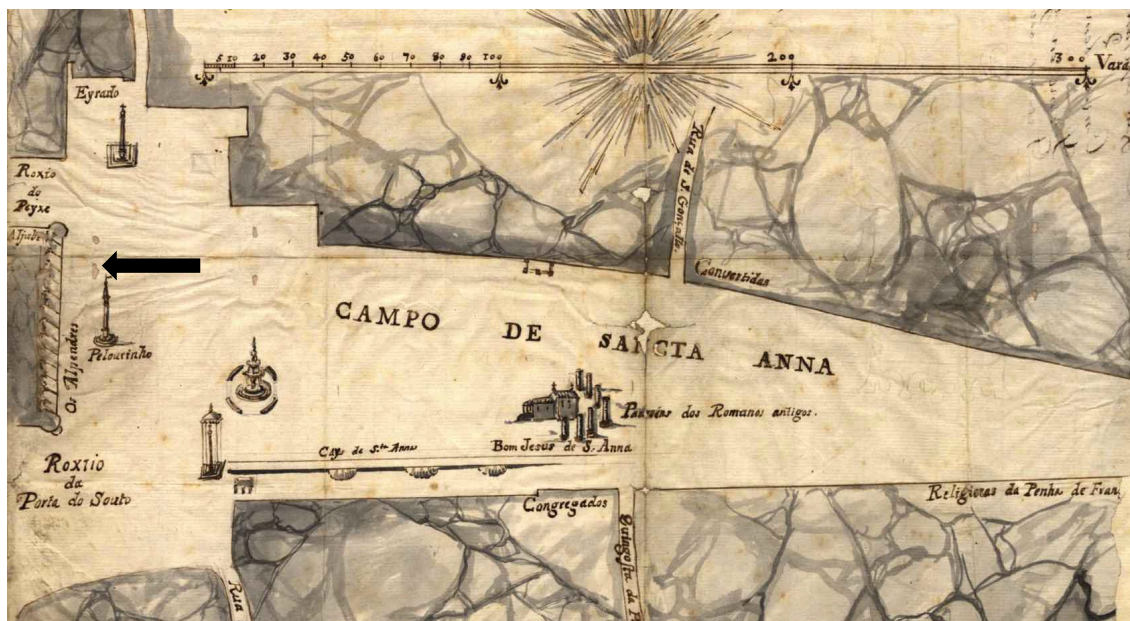


Figura 71. Braga. O alpendre no campo de Sancta Anna, BNP. Cota do exemplar digitalizado: d-359-v.

Nos finais do século XVI, o campo de Santa Ana era o centro económico da cidade. Nos alpendres foi construída uma nova casa da alfândega, obra confiada ao mestre pedreiro Diogo Gonçalves, em 1595⁵³³. Pela alfândega passavam todos os mercadores e respetivas mercadorias para serem submetidos ao controlo da regulamentação, particularmente ao pagamento de impostos e à fiscalização dos pesos e medidas dos produtos alimentares que chegavam à cidade, controlados por parte dos almotacés, nomeados mensalmente pelo senado⁵³⁴. Daí a presença de uma casa do alfandegueiro, da casa da mediagem do pão e da casa onde se “Pesão e Medem as fazendas”. À frente deste alpendre – constituído pela alfândega, lojas de mercadores, ferreiros e estrebarias – abria-se um amplo terreno de formato triangular onde se localizava: “outra prassa honde somente se vende pão branco e broa que está no simo da rua das agoas defronte da porta do Souto e do chafariz do mesmo nome, a qual medida de nascente a poente pello Norte tem de comprido dês varas e dous palmos e pello Sûl outras tantas e medida de Norte a Sûl pela cabessa do Nascente tem sette varas e meya, e pella do poente seis varas e três palmos. Está esta prassa fundada sobre pillares de pedra que por todos são dez e parte de

⁵³³ AFONSO, José Ferrão (2016). “Manuel Luís e a «Nova Braga» de Frei Agostinho de Jesus”. *Revista Cultural Bracara Augusta* 51, Vol. LXI: Braga: Câmara Municipal de Braga, p. 193.

⁵³⁴ Consultar a transcrição das atas de vereação do senado de Braga, feita por José Marques, nos volumes 104-107, 109, 112-115 e 119 da *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. MARQUES, José, (2001-2002). “Arquivo Histórico. Actas das Vereações”. *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*.

todas as partes com o publico desta cidade”⁵³⁵. Parte do espaço vazio estava preenchido com outros elementos arquitetónicos como o pelourinho, o cruzeiro, a fonte e, numa posição central, a igreja de Santa Ana, que indicam outras funções que aquele espaço admitia, dando lugar a festas, procissões e outros eventos que a documentação descreve⁵³⁶.

Em 1715, durante o arcebispado de D. Rodrigo Moura Telles, (1704-1728), o alpendre volta a ser reconfigurado, tendo sido construída uma nova arcada⁵³⁷ no meio do qual foi inserida “humra figura de mulher esculpida em pedra com humra lanssa na mao direita e humras torres na esquerda vestida a trágica com plumas na cabessa posta sobre hum pedestal tambem de pedra muito bem lavrado com hum leteiro que diz ser aquella figura de Braga”⁵³⁸. A sacralização deste espaço foi razão suficiente para inserir naquele nicho outra imagem, a de Nossa Senhora da Lapa, e promover mais uma renovação arquitetónica da arcada, cujas obras foram solenemente abençoadas a 9 de setembro de 1761. A figura da Senhora da Lapa, que se encontra exibida num nicho da parte central, desencadeou uma afluência de crentes tornando-se num local de devoção bastante concorrido. O pelourinho foi retirado dali para ser erguido junto ao terreiro do Castelo, numa posição mais lateral, para não atrapalhar as celebrações religiosas que passaram a caracterizar este lugar⁵³⁹.

Dentro das muralhas formou-se a praça do pão. A origem desta praça está relacionada com a ampliação do adro da sé – primitivo espaço de mercado – levada a cabo pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, para reafirmar a monumentalidade do principal templo da cidade: “Fez a praça dante a See acerqua major e metade do que dantes era porque avia hy huã camara da cidade antiga que vinha da Rua de Meiximinhos pera a See

⁵³⁵ AMB, *Primeiro livro do tombo dos bens e propriedades*, fl. 93.

O referido alpendre do pão, cuja data de construção desconhecemos, foi demolido em 1769, “não so pello inconvenientes que da sua conservação que se seguiu ao publico mas para formozura do campo de Santa Anna”. As pedras, colunas e capiteis foram colocadas a leilão para serem adquiridas e reaproveitadas por quem oferecesse um valor mais alto por elas. OLIVEIRA, Aurélio (2006). “Documentos e Memórias para a História do Barroco Bracarense”. *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Vol. LIV, Nº. 109 (122), p. 358.

⁵³⁶ MILHEIRO, Maria Manuela de Campos (2003). *Braga. A Cidade e a Festa no século XVIII*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Universidade do Minho, pp. 307-308, 451.

⁵³⁷ BANDEIRA, Miguel Sopas (2001). *O espaço urbano de Braga. Obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974). A cidade dos finais do Antigo regime ao advento da II República*. Tese de Doutoramento. Vol. I. Braga: Universidade do Minho, pp. 55-56.

⁵³⁸ AMB, *Primeiro livro do tombo dos bens e propriedades*, fl. 91v.

⁵³⁹ OLIVEIRA, Eduardo Pires (2011). *André Soares e o Rococó do Minho*. Tese de Doutoramento. Vol. I. Porto: Universidade do Porto, pp. 25-46.

e ocupava toda a parte da praça que aguora mandou alargar”⁵⁴⁰. Esta ampliação envolveu a construção de uma maior e mais imponente casa da câmara, ainda no reinado de D. Manuel⁵⁴¹, porque a anterior estava desde a segunda metade do século XV muito arruinada e inserida num conjunto de casas que era necessário demolir para abrir espaço em torno da Catedral.

De acordo com o *Memorial das obras*, D. Diogo “fez a camara da cidade de quantaria de dous sobrados com tres entabolamentos e ameas de fora e assentes pera as audiencias e em cima allmarios pera escripturas e cousas da cidade”⁵⁴². Como refere Luísa Trindade, a combinação de um edifício religioso com outro civil na mesma praça reforça a centralidade deste espaço urbano⁵⁴³, mas impõe uma mudança ou divisão funcional do largo que é partilhado por ambos, denunciada justamente pela arquitetura da nova casa da câmara, que possui arcos no piso inferior para acolher a venda do pão: “esta a mayor parte destas cazas fundadas sobre tres arcos de pedra antigos. hum que fica para a parte da rua de Maximinos e dous para a prassa do pão fronteiros da porta principal da santa sée e a outra parte destas cazas que fica para a parte do Sul na Rua de Dom Gualdim e está fechada toda com parede”⁵⁴⁴. Com esta função comercial assumida pelo paço do concelho deu-se, assim, uma transformação funcional da zona em torno da sé e, subsequentemente, o deslocamento das funções comerciais, que durante o período medieval contornavam a zona da catedral. Tal como se pode observar no *Mapa das Ruas de Braga*, de meados do século XVIII, a nova câmara encontrava-se posicionada num lote de esquina, no qual “em baixo hum allpendre com dous arcos grandes e assentos de pedraria pera se vender pão”⁵⁴⁵ (Fig. 72). A existência de arcos na casa da câmara permitia que o concelho mantivesse e controlasse facilmente, pelo menos na praça central, algumas das suas funções tradicionais – regulamentar e assegurar o abastecimento da cidade – além de organizar a venda do pão, que parece estar fortemente condicionada pelos dois arcos do piso térreo, impedindo que os vendedores estivessem espalhados pela

⁵⁴⁰ MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532); Urbanismo e Arquitectura*. Vol. I, op. cit., p. 85.

⁵⁴¹ Segundo Alberto Feio, os paços do concelho foram construídos em 1518. *Cosas Memoráveis*, p. 135.

⁵⁴² MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532); Urbanismo e Arquitectura*. Vol. I, op. cit., p. 85.

⁵⁴³ TRINDADE, Luísa (2012). “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”. In *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia, op., cit.*, p. 219.

⁵⁴⁴ AMB, *Primeiro livro do tombo dos bens e propriedades*, fl. 86v.

⁵⁴⁵ MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532); Urbanismo e Arquitectura*. Vol. I, op. cit., p. 85.

praça, sobretudo em torno da catedral, que se queria silenciosa e desobstruída. Na segunda metade do século XVIII, em 1775, após a construção de uma nova casa da câmara no campo dos Touros, estes paços do concelho foram demolidos.



Figura 72. Braga. Paço do concelho e praça do pão no Mapa das Ruas de Braga, ca. 1750, ADB.

Junto à porta Nova ou porta do Sousa, também no âmbito da renovação urbana de Braga levada a cabo pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, foi construído outro alpendre, especialmente erguido para a venda do peixe⁵⁴⁶. De acordo com o *Memorial* “Mandou fazer na praça que estaa a porta de Sousa huns asougues pera pescado de longo da rua muj compridos e anchos e andase todos d’arredor som madeirados sobre doze columnas com suas vazas e capiteis tem dentro quatro mesas grandes de pedra postas cada huã sobre

⁵⁴⁶ O cabido recebia o terço de toda a carne e peixe que eram vendidos nestes lugares FREITAS, Bernardino José de Senna (1890). *Memórias de Braga, contendo muitos e interessantes Escriptos extrahidos e recopilados de diferentes Archivos, assim de Obras Raras, como de Manuscritos ainda inéditos*. Tomo II, Braga: Imprensa Catholica, p. 135.

dous pilares”⁵⁴⁷. Embora dentro de muros, a localização da venda do peixe posiciona-se, ainda assim, afastada do núcleo central. Nos finais do século XVI, durante o arcebispado de D. João Afonso de Meneses (1581-1587) os açougues do peixe “caíram com uma tempestade que houve muito grande nesta cidade”⁵⁴⁸. Este alpendre foi reconstruído para funcionar como açougue do pão e frutos secos (Fig. 73).

As casas que se localizavam em torno deste alpendre parecem ter beneficiado da função comercial deste espaço, pois também elas possuíam uma loja ou oficina no piso térreo, cuja entrada era apoiada por uma pilastra de pedra ou de madeira, na qual assentava uma arquitrave, como se de um alpendre se tratasse. Esta tipologia de casa é a que se encontra, como referimos, na rua Nova do Sousa ou do Souto.

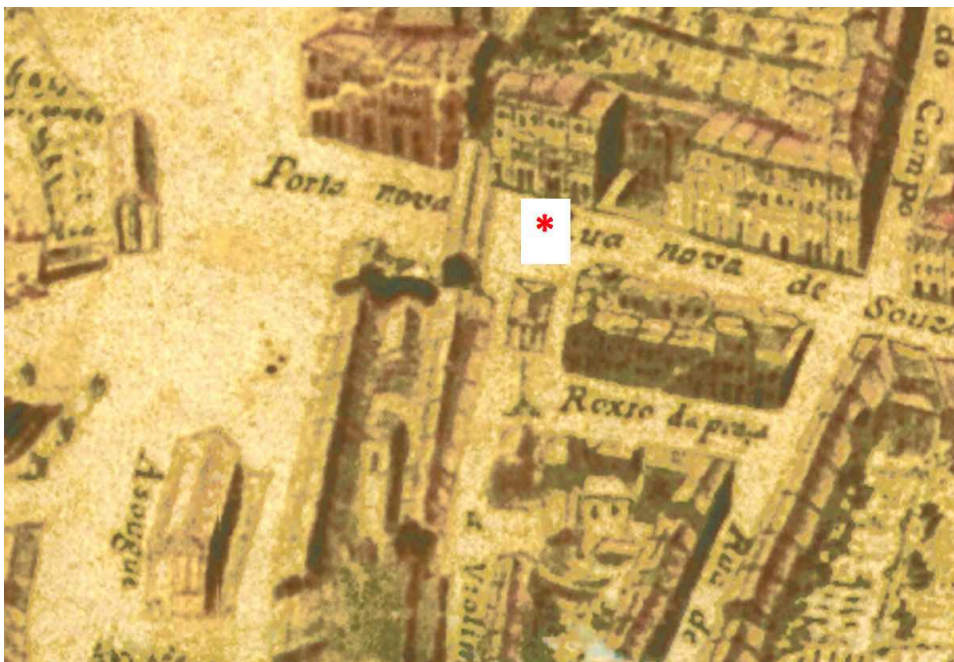


Figura 73. Braga. Localização do açougue do peixe (asterisco vermelho) no Mappa/[d]a /cidade/ de/ braga/ pri/mas. Andre Ribeiro S[oa]res da] Sylva, ca. 1756. BA - Col. cartografia Ms.

Se D. Diogo de Sousa convertera “aldeia em cidade”, o arcebispo frei Agostinho de Jesus, nas palavras de D. Rodrigo da Cunha, transformou-a em “corte”, pelos muitos edifícios que mandou construir para embelezar Braga⁵⁴⁹. No decorrer do arcebispado de frei Agostinho de Jesus (1588-1609), já no reinado de Filipe II, foram remodelados e

⁵⁴⁷ MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532); Urbanismo e Arquitectura*. Vol. II, *op. cit.*, p. 296.

⁵⁴⁸ VASCONCELLOS, Joaquim de (1883). In *História da Arte em Portugal*, 2, Porto: Typographia Elzeviriana, p. 36.

⁵⁴⁹ PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa (2000). *Da Casa grande da Rua dos Pelames à casa nova da Rua de Dom Gualdim*. Braga, séculos XVII-XVIII, *op. cit.*, p. 27.

edificados novos alpendres. Da parte de fora da porta Nova, em pleno terreiro, foram construídos o alpendre do açougue do peixe e o alpendre do açougue da carne; enquanto que o primitivo alpendre do peixe seria reformulado para abrigar a venda do pão branco, broa e frutos secos, como se de umas fangas ou celeiro se tratasse.

Relativamente ao antigo açougue do peixe, a mudança de funções resultou de um pedido dos vereadores do senado, que apresentaram várias queixas sobre as sujidades que aquele alimento produzia no espaço, contaminando as águas de uma das fontes que ali se encontrava. Por este motivo, a câmara pedia a edificação de um novo alpendre para funcionar como açougue do peixe – obra ajustada ao pedreiro Baltasar Fernandes, em 1593 – e que este fosse construído no lado de fora da porta Nova “abaixo de São Miguel”⁵⁵⁰, que era uma zona de hortas, lugar suficientemente arejado de todos os lados: “a prassa do peixe fica na rua dos Biscainhos encostada às hortas fora dos muros da cidade entre a porta nova de Souza e a de São Francisco que nos tempos antigos se chamava a porta Limpa”⁵⁵¹. O alpendre era de planta retangular, com o comprimento quatro vezes maior que a sua largura:

“tem de comprido vinte e quatro varas e pella do Poente outras tantas, e medida de Nascente a Poente pella cabessa do Norte tem seis varas e huma quarta e pello Sul outras tantas [...] Esta prassa esta tapada toda de parede pella parte do Poente e Norte e pella do nascente e Sûl esta sustentada sobre sette columnas e trees cunhais, somente quazi até essa parte della que fes para a parte do Norte no âmbito de duas columnas e hum cunhal esta tapada de parede baixa de pouco mais de sinco palmos de altura e della para sima de grades de paô com sua porta das mesmas grades para de baixo da mesma prassa virada a parte do Sûl. Dentro das ditas grades está huma cozinha toda fichada de parede com sua porta também para o Sul donde as pescadeiras fechão o peixe quando lhe he Necessario, por dentro desta prassa junto da cabessa do Norte della passa um boeiro de agua que são as vertentes da fonte da prassa que está dentro da porta nova”⁵⁵².

No século XVIII, a crescente importância que este espaço extramuros passou a ter no contexto urbano, bem como as preocupações com a salubridade das águas que ali passavam, forçou a destruição do alpendre para se poderem construir novas fontes e respetivas caixas de água. Mas outras razões foram argumentadas, nomeadamente no que

⁵⁵⁰ AFONSO, José Ferrão (2016). “Manuel Luís e a «Nova Braga» de Frei Agostinho de Jesus”. *Revista Cultural Bracara Augusta* 51, Vol. LXI, pp. 203-204.

⁵⁵¹ AMB, *Primeiro livro do tombo dos bens e propriedades*, fl. 92.

⁵⁵² *Idem, ibidem*.

dizia respeito à morfologia daquele tipo de arquitetura, propícia ao refúgio de indigentes, tornando-se perigosa de noite⁵⁵³ (Fig. 74).

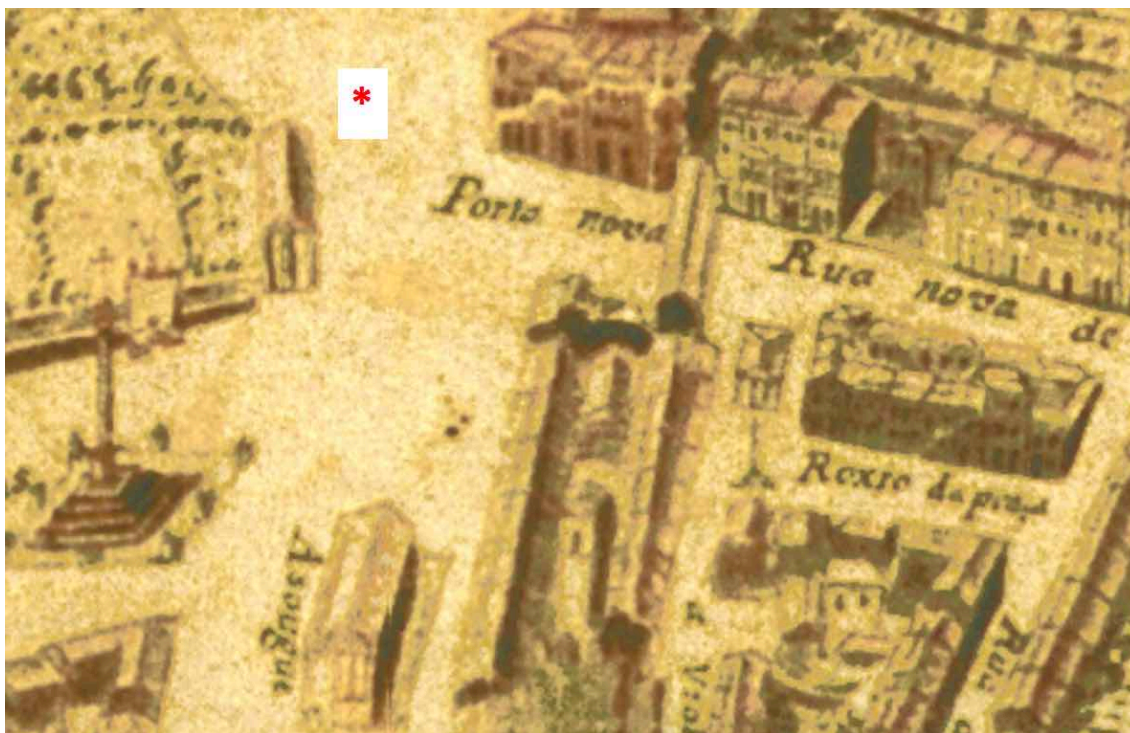


Figura 74. Braga. Localização do novo açougue do peixe (asterisco vermelho) no *Mappa/[d]a /cidade/ de/ braga/ pri/mas*. Andre Ribeiro S[oa]res da Sylva, ca. 1756. BA - Col. cartografia Ms.

Em 1784, D. Gaspar de Bragança, arcebispo de Braga entre 1758-1789, ordenou a mudança da venda do pescado e afins que se localizava na rua dos Biscainhos para a rua da Fonte da Cárcova, perto da igreja dos Terceiros⁵⁵⁴. Independentemente das razões invocadas, a demolição dos açougues exprime uma mudança do conceito de mercado, sobretudo dos alimentos perecíveis, que tende a realizar-se em lugares mais periféricos, como se comprova, aliás, pela escolha do novo lugar para o mercado de peixe (projetado pelo arquiteto Carlos Amarante, em 1786)⁵⁵⁵, confinado atrás dos Terceiros⁵⁵⁶, mas num espaço onde era habitual a venda do peixe, como foi referido quando tratámos do alpendre da porta do Souto.

⁵⁵³ OLIVEIRA, Eduardo Pires (2011). *André Soares e o Rococó do Minho*. Tese de Doutoramento. Vol. I. Porto: Universidade do Porto, p. 52.

⁵⁵⁴ MILHEIRO, Maria Manuela de Campos (2003). *Braga. A Cidade e a Festa no século XVIII*, op. cit., p. 96.

⁵⁵⁵ Sobre os projetos do arquiteto Carlos Amarante em Braga consultar DUARTE, Eduardo Alves (2000). *Carlos Amarante (1748-1815) e o final do classicismo: um arquitecto de Braga e do Porto*. Porto: FAUP Publicações.

⁵⁵⁶ OLIVEIRA, Eduardo Pires (2011). *André Soares e o Rococó do Minho*, Vols. I, op. cit., p. 53.

Relativamente ao açougue da carne sabe-se que D. Diogo de Sousa mandou transferir os açougues medievais, que se localizavam na rua Gualdim Paes, perto da casa da câmara e sé, para as proximidades da praça da igreja da Misericórdia, onde mandara erguer um novo açougue, também em alpendre com colunas, e mais duas casas para acolher o responsável pela limpeza⁵⁵⁷. A transição do açougue da carne para fora das muralhas deve ter acontecido durante o arcebispado de frei Agostinho de Jesus, na mesma altura em que se construiu o açougue do peixe e se renovou o açougue do pão. Em termos urbanos, o açougue da carne erguia-se isoladamente nas proximidades da porta Nova. O interior incluía várias divisões: umas destinadas à conservação da carne e a parte aberta/arejada destinada à sua comercialização. A separar a área da venda da zona do corte da carne, os talhos, encontrava-se uma parede com uma porta central sobre a qual assentava um friso que continha a representação das armas da cidade. Aqui as armas detêm a função simbólica que demonstrava tratar-se de um lugar onde a autoridade municipal exercia o seu poder – nomeadamente na regulamentação da venda da carne na cidade – mas também acentuar a propriedade municipal que anualmente dava a explorar:

“Estes açougues pela parte do Nascente são tapados de parêde emthe asima e o telhado he formado de quatro aguas e he devizado pelo meyo de outra parede piquena que terá de alto seis palmos e della para sima he tapado de grades de paô ficando-lhe somente no meyo huma porta com seu frizo em sima da qual estão as armas da Cidade cuja porta he de serventia, e por ella entrão os marchantes para outto talhos místicos todos huns com outros excepto hum que está devizado também de grades de paô para a parte do Sûl que ha poucos dias se fez de novo e a outra metade destes açougues está fundada sobre doze columnas e quatro pillares de pedra contando também os dos canttos e as meyas collunas que estão sobre as meyas paredes que o fechão dos lados de Norte a Sûl ficando desta maneira a ametade em que estão os outto talhos toda fichada que he a que fica para a parte do Nascente, e a outra ametade toda aberta, em coal para a parte do Sûl está hum talho que somente tem serventia de repezar e prefazer a carne que os marchantes não pezão bem as pessoas do povo”⁵⁵⁸.

O alpendre da carne destacava-se dos demais pela escala, bem mais comprido, a rondar as trinta e uma varas, e de largura sete varas, tal como os açougues anteriormente citados: “cittuados por baixo da cappella se São Miguel o Anjo entre a porta nova de Souza e a de nossa senhora da Ajuda chamada antigamente de maxeminos fora dos muros da cidade os quoaais tem de comprido de Norte a Sul pella parte do Nascente trinta e huma

⁵⁵⁷ VASCONCELLOS, Joaquim de (1883). In *História da Arte em Portugal*, op. cit., p. 34.

⁵⁵⁸ AMB, *Primeiro livro do tombo dos bens e propriedades*, fl. 92.

varas e tres quartas e pella do Sûl têm sette varas e tres quartas partem de todas as partes com o publico da cidade”⁵⁵⁹. Existem referências a um conjunto de elementos arquitetónicos que conferiam notoriedade e erudição ao açougue da carne, de que é exemplo a alusão à escadaria. Para além de se tratar de uma solução técnica para vencer o desnível do terreno, conferia uma monumentalidade ao edifício. Além disso, estava numa posição dominante relativamente a uma das principais entradas da cidade como que a sinalizar a capacidade económica dos poderes político e religioso, patrocinadores destas obras que serviriam o bem comum: “reodeados de humas muito boas escadas de pedra de escadria pelas quois se sobe para elles principiando do lado do Norte em seis degraus vão continuando pello Nascente sempre em diminuição thé que no Sûl não tem degrão algum e se entre a pé chão para os ditos asougues”⁵⁶⁰ (Fig. 75).

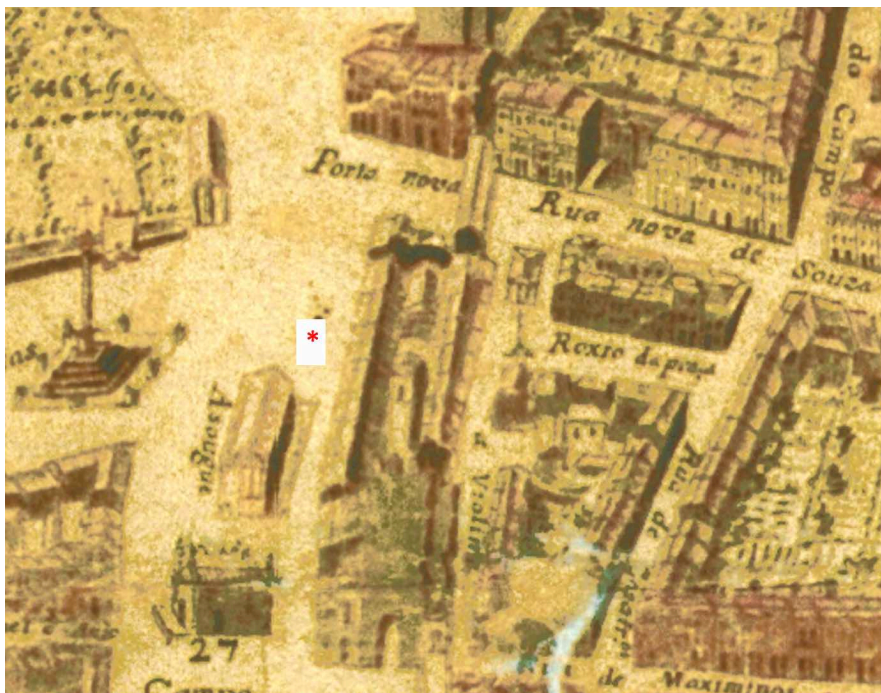


Figura 75. Braga. Localização do novo açougue da carne (asterisco vermelho) no Mappa/[d]a /cidade/ de/ braga/ pri/mas. Andre Ribeiro S[oa]ares da] Sylva, ca. 1756. BA - Col. cartografia Ms.

⁵⁵⁹ AMB, *Primeiro livro do tombo dos bens e propriedades*, fl. 91v.

⁵⁶⁰ *Idem, ibidem*, fl. 92.

O primitivo alpendre do peixe, que tinha sido construído durante o arcebispado de D. Diogo de Sousa, foi remodelado para funcionar como açougue onde se vendia o pão branco, a broa e as frutas verdes e secas. Apresentava um formato quadrangular e dimensões reduzidas: “medida de nascente a poente na forma que corre tem de comprido pella parte do Norte dés varas e hum palmo e pella do Sûl outras tantas, e medida de Norte a Sûl pella cabessa do Nascente tem seis varas e tres palmos, e pella do Sûl outras tantas”⁵⁶¹. Sobre este alpendre importa salientar uma imposição que vem firmada no contrato de renovação, executado pelo arquiteto Baltasar Fernandes, que consistia na obrigação de edificar um alpendre com colunas com capiteis idênticos aos do alpendre do peixe: “assentar numa base de pedra, sobre a qual se ergueriam quatro colunas, que sustentavam a cobertura, cujos capiteis deveriam ser idênticos aos das colunas da Praça do Peixe”⁵⁶². Esta exigência insinua uma uniformização na arquitetura dos açougues a edificar, mas é também uma demonstração do exercício do poder e da necessidade de projetar no espaço e no tempo o legado arquitetónico dos novos patrocinadores: o senado.

Os alpendres dos açougues eram de planta retangular, estreitos e longos, erguidos sobre colunas e cobertos por um telhado; possuíam um padrão nas medidas da largura, a rondar as seis e sete varas; mas o comprimento variava entre eles. A existência de um programa arquitetónico em torno da porta Nova para abrigar a venda do peixe e da carne, consideradas imundas e insalubres, indica que se pretendia honrar a vida comercial daquele espaço. Em Braga, o alpendre mercantil surgiu, assim como em Florença, como observou Lauren Jacobi, como um tipo de edifício que foi usado para demarcar espacialmente os locais de comércio⁵⁶³.

O campo dos Touros, atual praça do Município, era um espaço urbano onde se encenavam jogos equestres. Sob o impulso do arcebispo Agostinho, por volta de 1588, o campo foi organizado para funcionar como terreiro de feira convertendo-se num lugar para transações comerciais⁵⁶⁴. A presença da feira pode ter contribuído para o aparecimento de alpendres no lado norte do campo. No mapa de Braunio, realizado por

⁵⁶¹ *Idem, ibidem.*

⁵⁶² AFONSO, José Ferrão (2016). “Manuel Luís e a «Nova Braga» de Frei Agostinho de Jesus”. *Revista Cultural Bracara Augusta* 51, Vol. LXI, p. 202.

⁵⁶³ Esta historiadora analisa as *loggias* de Florença, incidindo mais concretamente no estudo da *Loggia del Mercato Nuovo*, projetada por Giovanni Battista di Marco del Tasso (1546-1551). JACOBI, Lauren (2018). “An anachronism of trade: The Mercato Nuovo in Florence (1546–1551)”. In *A History of Architecture and Trade*. New York: Routledge, p. 129.

⁵⁶⁴ BANDEIRA, Miguel Sopas (1993). “O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII”. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, 1ª Série, p. 203.

volta de 1594, consta uma estrutura desenhada que parece ser um alpendre de madeira que serviria, possivelmente, para albergar mercadores que aí quisessem vender, fosse em dias de feira, fosse noutras ocasiões festivas. Portanto, o espaço que se iniciou como lugar para celebrações viria a assumir outras funções em períodos alternados (Fig. 76).

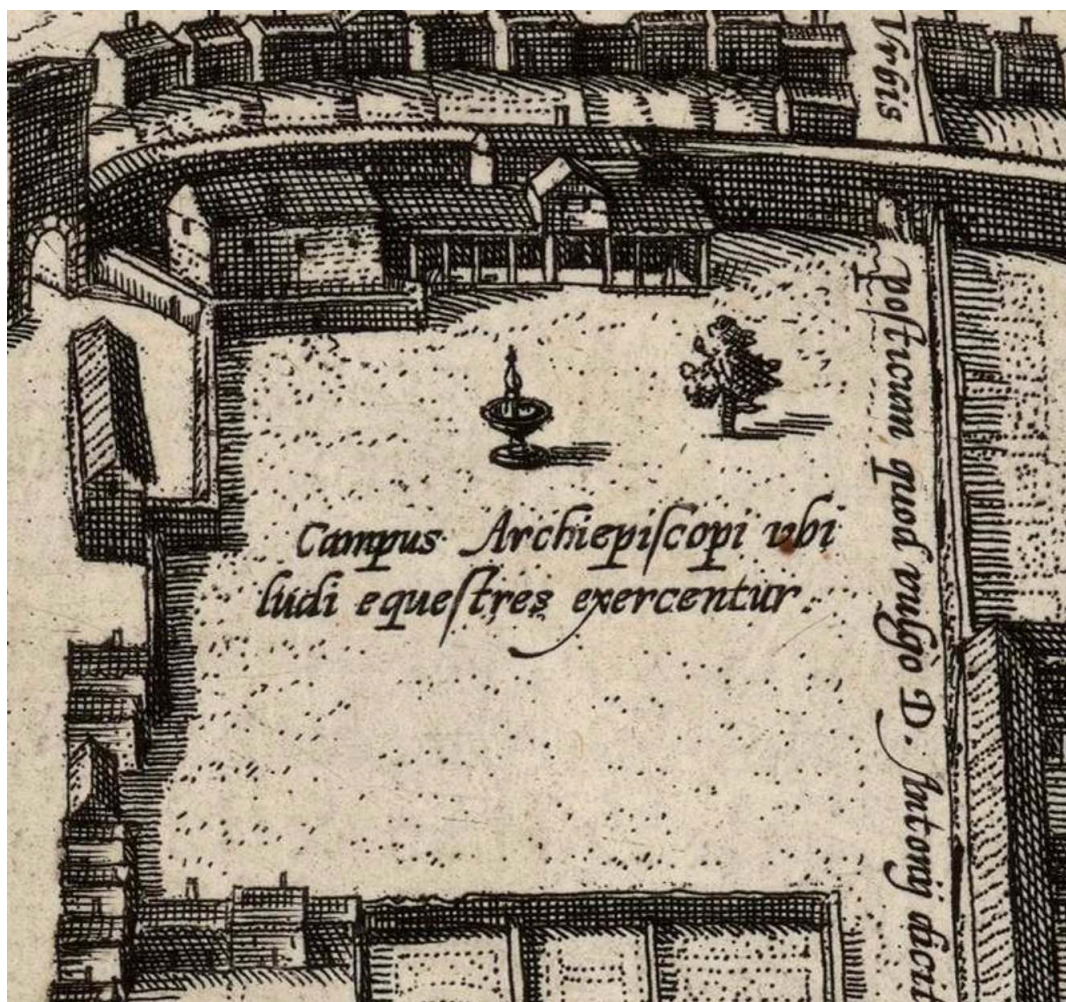


Figura 76. Braga. Detalhe do *campus Archiepiscopi ubi ludi equestres exercentur*, Georg Braun, 1594 BDH, <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000148501>.

D. João de Sousa, arcebispo de Braga entre 1696 e 1703, mandou reordenar o campo dos Touros, com ligeiras influências do projeto elaborado para a praça Nova do Porto, em 1687⁵⁶⁵, quando ainda era bispo na diocese portuense, representando a fachada

⁵⁶⁵ Sobre esta praça consultar MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse (1984). “Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Separata, 2ª série, Vol. 2. Porto: Câmara Municipal do Porto.

norte com colunatas no piso inferior, como se pode ver no *Mapa das ruas de Braga*⁵⁶⁶ (Fig.77).

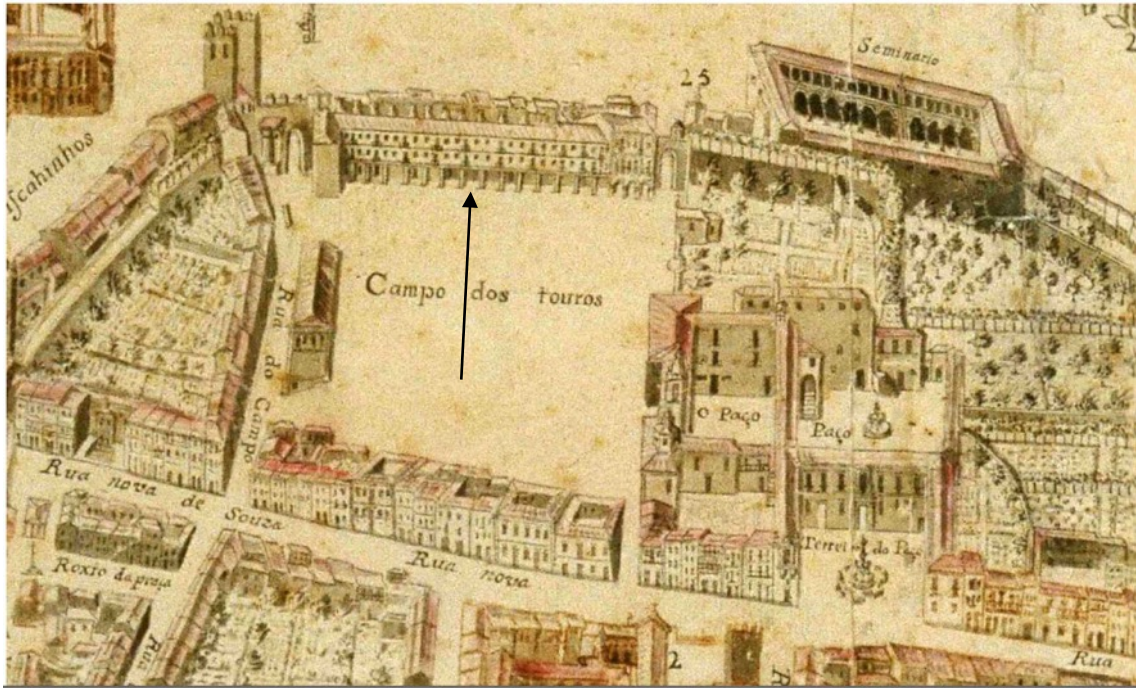


Figura 77. Braga. Detalhe dos alpendres do campo dos Touros (seta preta) no *Mappa/[d]a /cidade/ de/ braga/ pri/mas*. Andre Ribeiro S[oa]res da Sylva, ca. 1756. BA - Col. cartografia Ms.

Não obstante, esta fisionomia viria a alterar-se em 1744, quando D. José de Bragança, arcebispo entre 1741-1756, mandou derrubar uns alpendres, com casa de forno de pão e cavalariças, para construir casas para acomodar os seus familiares⁵⁶⁷. Este arcebispo ordenou ainda a construção de uma nova ala do paço arquiépiscopal direcionada para o campo dos Touros. Poucos anos depois, o arquiteto André Soares desenhou uma nova casa da câmara que, em 1753, foi construída no topo oeste do campo dos Touros. A ampliação da ala do paço e a transferência da sede concelhia obrigou a uma mudança funcional do campo, razão pela qual, desde 1753, se tenha registado em ata algumas restrições, nomeadamente não aceitando “estalages nem bodegas com comestiveis”⁵⁶⁸. Ainda assim, o arcebispo D. Gaspar de Bragança (1758-1789) ordenou,

⁵⁶⁶ OLIVEIRA, Marta Maria, *et alii* (2008). “O Campo Novo de Braga. O Plano, a Praça e a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe”. In *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 274.

⁵⁶⁷ MILHEIRO, Maria Manuela (1993). “Braga no século XVIII: a urbanização dos Campo dos Touros”. *Separata da Revista Museu*, IV série –N.º1, p. 156.

⁵⁶⁸ MILHEIRO, Maria Manuela de Campos (2003). *Braga. A Cidade e a Festa no século XVIII. op. cit.*, (4 Apêndice documental).

em 1763, que os mercados das hortaliças, frutas, pão, assim como a feira franca semanal, se fixassem no campo dos Touros⁵⁶⁹. Uma gravura do século XIX mostra como neste campo, com parte da casa da câmara construída, se aglomeravam vendedores, com fluxo contínuo de pessoas e animais que transportavam as mercadorias para ali comercializar (Fig. 78).



Figura 78. Braga. Conjunto do campo dos Touros. *Memórias de Braga*, 1834: 251. Museu dos Biscainhos. Reproduzido a partir de (reproduzido a partir de MILHEIRO, Maria, 2003, p. 288).

A face norte do campo dos Touros foi novamente modificada durante o arcebispado de frei Caetano Brandão (1790-1807). Este arcebispo adquiriu algumas casas ali existentes para construir um seminário para órfãos, sob a proteção de São Caetano, alinhando-as com as casas que o arcebispo D. José de Bragança havia construído para os seus familiares. O edifício do seminário foi edificado sobre uma arcada no piso inferior que passou a ser alugada a comerciantes retalhistas, a fim de obter fundos para sustento daquela instituição. Ao lado do seminário de S. Caetano encontrava-se a casa dos Costa

⁵⁶⁹ FEIO, Alberto (1984). *Coisas Memoráveis de Braga*, op. cit., p. 47.

Pereira, mandada construir por D. Luís Xavier da Costa Pereira de Vilhena Coutinho, fidalgo, capelão da casa real da sé de Braga, cujo o risco é atribuído a Carlos Amarante⁵⁷⁰.

Apesar das sucessivas remodelações da fachada norte do campo dos Touros interessa sublinhar que a tipologia arquitetónica naquele lado do campo foi mantida: as casas continuaram a ser levantadas sobre arcos ou alpendres, criando uma espécie de rua coberta no piso inferior. A persistência desta tipologia pode significar um modelo arquitetónico que se estabelecera – ou seja, uma norma – tendo em vista a localização de tais habitações num dos pontos com mais atividade mercantil da cidade. A intensificação do uso comercial do campo dos Touros levou a um maior aproveitamento dos lucros que este espaço poderia proporcionar, exigindo a manutenção desta tipologia arquitetónica. Daí a presença de arcos e alpendres num dos lados. Algumas instituições religiosas, como a misericórdia e o recolhimento de Santo António, possuíam casas com uma loja que alugavam, como forma de aumentar os seus rendimentos⁵⁷¹.

A campanha de obras setecentistas, que é claramente uma expressão barroca voltada para a manifestação do poder no espaço público, demonstra uma nova centralidade na cidade – o campo dos Touros – e a declinação, em termos urbanísticos, do espaço em torno da sé. Com as reformas urbanas ao longo do século XVIII foram demolidas as antigas estruturas para a venda dos alimentos e, noutros casos, foram introduzidas novas linguagens arquitetónicas que alterariam a imagem anterior, de que é exemplo a arcada da porta do Souto. Apesar das sucessivas remodelações, a arcada é dos poucos exemplos que rememora a funcionalidade comercial do lugar.

⁵⁷⁰ MILHEIRO, Maria Manuela (1993). “Braga no século XVIII: a urbanização dos Campo dos Touros”, *op. cit.*, pp. 157-158.

⁵⁷¹ Em 1789, as três primeiras lojas localizadas sob o recolhimento de Santo António, voltadas para o campo dos Touros, foram arrendadas a José Carvalho, um tendeiro do campo da Vinha, pelo preço de 23.000 réis. MACHADO, Carla Manuela Sousa (2014). *Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho, p. 59.

4.2 - Guarda

Guarda era uma importante cidade fronteiriça, mas a sua posição geográfica – defronte para Espanha, afastada dos principais centros urbanos e uma acessibilidade essencialmente terrestre, com invernos longos e rigorosos – impossibilitava-a de ter relevância económica⁵⁷². Para contrariar esta situação e fixar uma cidade naquela linha de fronteira, fruiu de diversos privilégios ao longo dos séculos. Recebeu foral em 1199 pelo rei D. Sancho I. Em 1202 recebeu a sede do episcopado da Egitânia (Idanha-a-Velha), conferindo-lhe o título de cidade. É, pois, pelo bispado que a cidade sobrevive, tal como nos relembra o rei D. Pedro I “essa çidade he tam fria e da ma servidam que sse nam fosse pollo colégio da see que he cabeça do bispado e desy por ser cabeça do almoxarifado em que sempre estam os nossos oficiais ja fora perdida e despouorada”⁵⁷³. Tais privilégios, constantemente concedidos pelos vários reis, foram incentivando a fixação de gentes na urbe⁵⁷⁴.

No século XVI a cidade ficou marcada pela conclusão das obras da sé⁵⁷⁵, assinalando uma consolidação urbana dentro das muralhas. Esta solidificação também se verifica com a criação de um novo espaço de mercado, defronte da fachada sul da catedral que, a partir do século XVI, se converteu no principal espaço público da cidade, estando aqui concentrados edifícios públicos, religiosos e também com vocação comercial. Para compreendermos as origens deste novo centro, também ele mercantil, bem como a escolha do lugar, é necessário recuar na cronologia.

Durante o período medieval, o principal espaço de mercado situava-se em torno do largo da igreja de São Vicente, no cruzamento de dois importantes eixos: a rua Direita e a rua de São Vicente⁵⁷⁶. Desde os tempos mais recuados que o “procurador do concelho dessa cidade e alguus homens boons della me diserom que de sempre se husou na dicta cidade de uenderem o pam cozido e o pescado e marcaria e panos de burel e de linho e

⁵⁷² Fernand Braudel afirma que “não há cidades sem mercado e sem estradas; alimentam-se de movimento. BRAUDEL, Fernand (1983). *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*. Vol. 1. Lisboa: Publicações D. Quixote, p. 351.

⁵⁷³ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*. (1984) Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 436-437.

⁵⁷⁴ GOMES, Rita Costa (1987). *A Guarda Medieval 1200-1500. Posição, Morfologia e Sociedade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, pp. 128-129.

⁵⁷⁵ A construção da sé teve início em 1390. GOMES, Rita Costa (1987). *A Guarda Medieval 1200-1500. Posição, Morfologia e Sociedade, op. cit.*, p. 190.

⁵⁷⁶ *Idem, ibidem*, pp. 51-52.

fructas na praça que he a par da igreja de sam vicente”⁵⁷⁷. Por volta de 1364, o corregedor régio, João Pires, mandou retirar daquele espaço as atividades mercantis para as concentrar em torno da igreja de Santa Maria do Mercado, que ficava perto da sé: “E que ora nouamente joaham periz corregedor por mjm na comarca da beira mandou que vendessem essas cousas em a praça da igreja de sancta maria do mercado”⁵⁷⁸. Outros defeitos foram apontados àquele velho espaço de trocas. As casas e a estalagem do rei, situadas junto à referida igreja de São Vicente, bem como o alpendre onde se vendia o peixe e outros produtos, apresentavam alguma decadência, que podiam vir a diminuir as rendas da coroa, como lhe tinha feito ver o corregedor: “por que mujtas casas e estalagens que eu ey acerca dessa igreja de sam viçente se despobauam e despoboariam mais ao diante por ello E que outrossy soya auer junto com a jgreia de sam vicente huu alpendere meu em que suyam as regateiras que vendiam os pescados de que eu auja cousa certa de cada hua pescadeira por essas seedas o qual alpende era he desfecto e nom me rendia nehua cousa”⁵⁷⁹. A transição do mercado para outro ponto da cidade não é bem vista por parte dos vendedores que ali faziam negócio, e por isso também expuseram ao rei D. Pedro I as razões pelas quais se opunham à vontade do corregedor: “E diziam que outrossy o mudamento dessa praça era grande desenparamento dessa cidade e danoso aos camjnhantes que per hi pasauam porque a praça de sam vicente estaua em Rua per que uãao os que per essa cidade passam E a praça de sancta maria esta alongada da dicta Rua e em lugar nom camjnhante E que fosse mjnha merceee da auer a ello remedio”⁵⁸⁰ (Fig. 79).

⁵⁷⁷ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367), op. cit., pp. 436-437.*

⁵⁷⁸ *Idem, ibidem.*

⁵⁷⁹ *Idem, ibidem.*

⁵⁸⁰ *Idem, ibidem.*

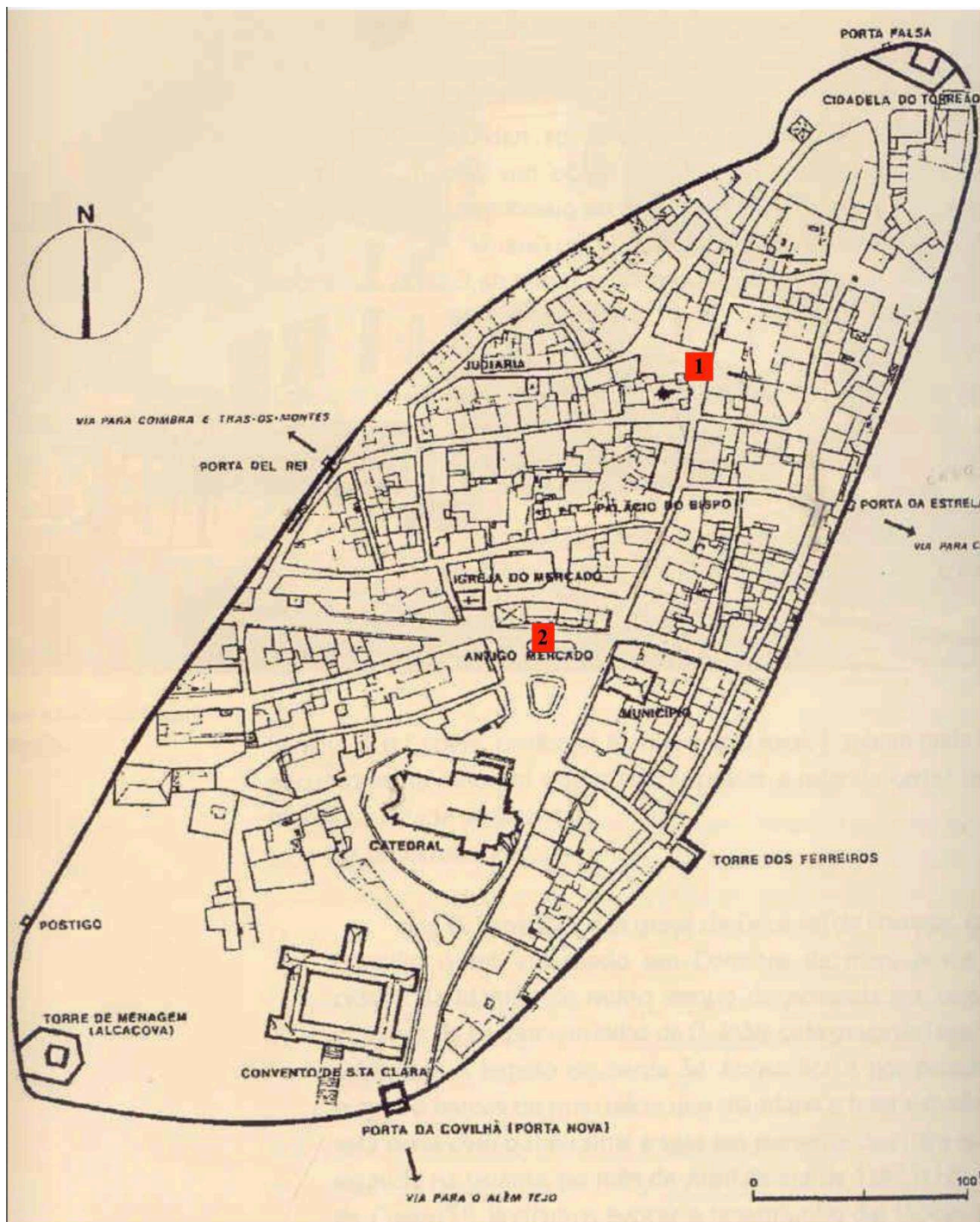


Figura 79. Guarda. Planta da cidade da Guarda. Legenda: 1 – Praça de São Vicente; 2 - Praça de Santa Maria do Mercado (reproduzido a partir de RODRIGUES, Adriano, 2000, p. 444).

A disputa sobre a melhor localização do mercado (um apresentado pelo procurador do concelho e o outro pelo corregedor) motivou o monarca a repensar a cidade, decidindo manter as trocas comerciais nas proximidades da igreja de São Vicente, tendo assim um forte motivo para renovar os edificios que acolhiam as vendas e obrigar as regateiras a venderem exclusivamente sob o alpendre, cujo foro revertia para as arcas da coroa (Fig. 80):

“Tenho por bem e mando que se tornem daquj en diante a uender as dictas cousas na dicta praça de sam viçente per guisa que se fazia antes do mandado do dicto corregedor E mando ao meu almoxarife e scripuam dessa cidade que façam logo fazer minha estalagem e o alpendere pella guisa que ho soya a sser fecto e Outrossy mando aos juízes que des que o dicto alpendere for fecto que constringades as pescadeiras que vendam os pescados e que os uaa uender soo o dicto alpendere e nom em outros lugares e paguem aa mjm ou a aquel que demjm o dicto alpendere teuer rendado o direjto que delles ey dauer”⁵⁸¹.

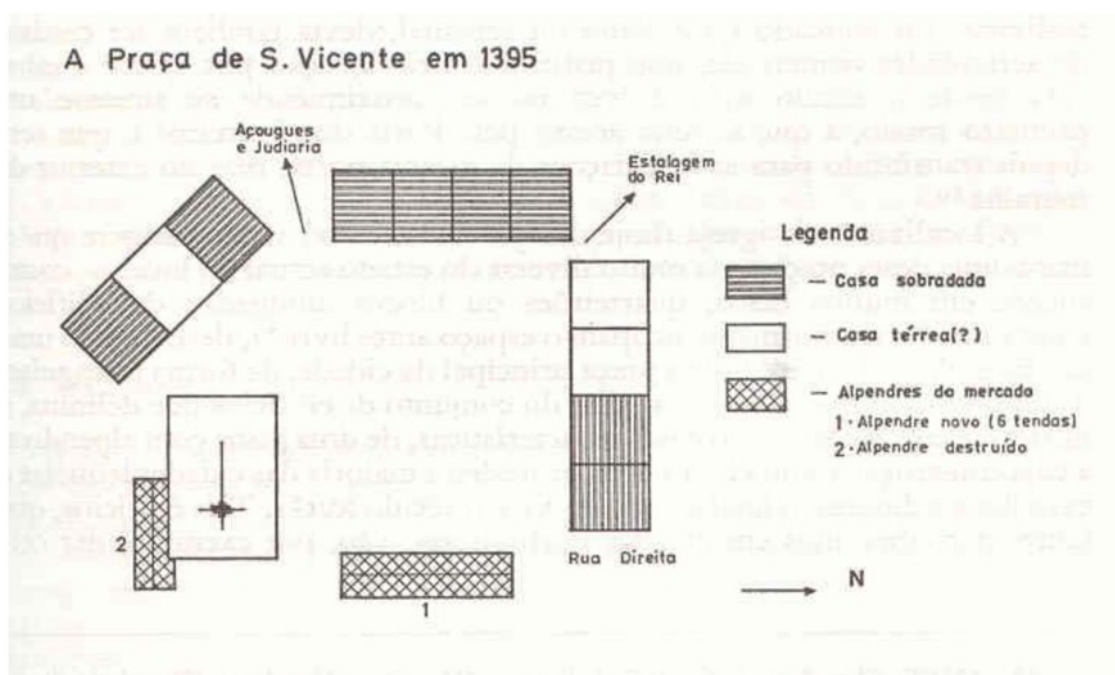


Figura 80. Guarda. Organização da praça de São Vicente no final do século XIV (esquema retirado de GOMES, Rita, 1987, p. 51).

Embora o rei D. Pedro I tenha preferido a renovação do antigo espaço de mercado devemos, no entanto, questionar sobre outras possíveis razões associadas àquela mudança, ainda em finais do século XIV. Embora seja óbvio a necessidade de centralizar as trocas comerciais, transferindo os vendedores para um outro espaço, devemos

⁵⁸¹ *Idem, ibidem.*

questionar por que motivo o rei se opôs. A resposta pode estar relacionada com os interesses que ali estavam em causa, como nos recorda, para um outro contexto, Judicaël Petrowiste. Segundo este historiador, a transferência de mercado causava grandes discórdias entre os vendedores, como se verifica, por exemplo, na região de Toulouse. Petrowiste descreve que aquando da mudança do mercado para um lugar considerável fora dos muros, provavelmente próximo à abadia, os habitantes da localidade rapidamente se opuseram. Mesmo quando o volume de negócios o tornava aquele lugar mais desejável, a mudança do mercado levava a conflitos recorrentes. Essas discórdias indicam a importância dos benefícios económicos associados⁵⁸². De facto em torno da igreja de São Vicente os alpendres eram pertença da coroa. A remodelação, bem como a obrigatoriedade de se vender apenas naquelas estruturas, deve ter pesado nas bolsas das vendedeiras.

No *Tombo da comarca da Beira*, composto por volta de 1395, são feitas referências ao mercado e ao alpendre, no qual há uma clara indicação de que as regateiras não queriam vender ali:

“item um campo onde estava o alpendre em que costumavam estar as regateiras, que está sob a cabeceira da igreja de São Vicente e confronta com a rua pública. No tempo em que havia alpendre tinham que estar ali as regateiras, ainda que não quisessem; cada uma pagava ao rei, cada dia, dois dinheiros da moeda antiga. Item um alpendre que o rei tem na dita cidade, o qual o dito Rui Peres mandou fazer por ordem do dito senhor, no qual estão seis tendas. Situado no campo da igreja de São Vicente, da parte da rua Direita. O almoxarife do rei arrenda-as no dia da feira aos mercadores, que nelas queiram estar”⁵⁸³.

Em contrapartida, o novo espaço iria arruinar os interesses particulares do rei, na medida em que era domínio da Ordem de Malta que, desde o reinado de D. Dinis, possuía o direito do padroado da igreja de Santa Maria do Mercado⁵⁸⁴.

⁵⁸² PETROWISTE, Judicaël (2016). “Infrastructures commerciales et dynamiques de l’habitat dans le Midi toulousain des XIIIe-XIVe siècles”. *Archéologie du Midi médiéval*. Tome 34, p. 223. https://www.persee.fr/doc/amime_0758-7708_2016_num_34_1_2130

⁵⁸³ FREIRE, Anselmo Braamcamp (1916). “Tombo da Comarca da Beira (1395)”. *Archivo Histórico Português*, Vol. X, p. 324.

⁵⁸⁴ No segundo livro do rei D. Dinis foi achada uma carta de doação de bens à Ordem do Hospital ou Ordem de Malta, onde refere: “Eu Dom Dinis por graça de Deos rey de Portugal e do Algarve juntamente com a minha Molher Donna Isabel Rainha, e com os nossos filhos os Infantes Dom Affonso, e Donna Constança, querendo fazer graça e mercê a Ordem do Hospital, e a vós Fr. Vasco Martins Commendador do Crato e da Certa, e Lugartenente do Graõ Commendador de todas as couzas, q a Ordem do Hospital tem, e possui em nossos Reinos, e aos vossos Freyres, e a Caza do Hospital de Ieruzalem, fazemos Carta de perpetua doaçam, e doamos, e concedemos perpetua, e irrevogavelmente todo o direito de Padroado de

Estas disputas revelam que naquele período coexistiam dois espaços comerciais: o mais antigo, o de São Vicente, com as funções sobrepostas (de rua, passagem, igreja, mercado), e o da praça de Santa Maria do Mercado, mais recente (que, pelo complemento circunstancial do nome da igreja, sugere uma função mercantil), com as funções separadas, por existir perto dela edifícios de carácter público e de ocupar uma posição mais central relativamente ao tecido urbano, apesar de estar numa localização menos estratégica e, ao que parece, menos favorável para o desenvolvimento das atividades comerciais.

Contudo, o mercado nesta praça deve ter-se estabelecido a partir do século XV e, mais definitivamente, em pleno século XVI e XVII. Anteriormente, o lugar onde se decidiu implantar a praça foi local cemiterial⁵⁸⁵. A presença do mercado nesta praça terá ocorrido no contexto em que os reis D. Manuel e D. João III implementavam estratégias que visavam reforçar a economia da cidade, através da concessão de privilégios (isenções fiscais) a certos ofícios mecânicos para os encorajar a se estabelecerem na Guarda, para gerar novos negócios e com o intuito de dotar a cidade com ofícios nobres que atraíssem outros. Estes monarcas obrigaram a que uma pequena burguesia mercante se estabelecesse nesta cidade:

“tão áspera viuenda. & seruentia, e que pera se pouorar & bons homens voltarem de viuer nella he necessário lhe darmos alguns priuilegios e liberdades [...] nos praz que o Relogeiro da dita cidade e hum telleiro e dous tecellães de pano de llaã e hum cordoeiro que ora viue na dita cidade ou ao diante viuerem [...] sejam escusos de paguarem nas sobreditas cousas, nem seião constringidos a seruirem noutro nenhum careguo nem officios do conçelho contra suas vontades a isto emquanto viuerem na dita cidade. E posto que os ditos ofícios maqunicos ahy aja mais que dous tecellaõs de pano de lla e hum serilheiro (?), e hum cordoeiro, e hum Relogeiro”⁵⁸⁶.

O mesmo fez o rei D. João III relativamente a um boticário e um relojero: “Item na dita cidade ha muita necessidade de hum solorgião e boticário que aqui aguora estam;

nossas Igrejas de S: Ioaõ de Marialva, e S: Ioaõ de Cernancelhe, que està no Bispado de Lamego, e da Igreja de S.ta Maria do Mercado da villa da Guarda, (...)” SARAIVA, José Mendes da Cunha (1946). *Livro dos Forais, Escripuras, Doações, Privilégios e Inquirições*. Vol. 1. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, p. 21.

⁵⁸⁵ Os trabalhos arqueológicos revelaram a presença de enterramentos e sepulturas antropomórficas escavadas na rocha. Algumas dessas sepulturas datavam do século XIII e, as mais recentes, do século XIV. CAETANO, David (2005). “Mais de 20 enterramentos na Praça Velha”. *ArqueoBeira – Recursos Arqueológicos da Beira Interior. Notícias*. Guarda, fevereiro 2005. <http://www.arqueoBeira.net/noticias/reportagens.htm#>, acedido a 30 agosto de 2006.

⁵⁸⁶ BMEL (Guarda), *Privilégio*. fl.126. [D. Manuel, 1519].

e por a dita cidade ser grande da terra (?) e fria e não terem nella fazendas não querem aqui viver nem estar principalmente com pouco ganho que lhes he necessário pagarem ainda aluguer das casas dambos”⁵⁸⁷. Em contrapartida, foram concedidos alguns privilégios a um relojheiro, um telheiro, dois tecelões, um serralheiro e um cirurgião, que estariam em vigor pelo tempo em que estivessem a viver na cidade.

Dentro das muralhas, perto da igreja de Santa Maria do Mercado, foi edificado um renque de casas com alpendres, designado “Edifício dos Balcões”, onde se encontra gravada as cruces da Ordem de Malta. É possível que uma das razões que está na origem deste conjunto de edifícios se correlacione com um primeiro avanço que, entretanto, se levava a cabo para receber os vendedores que comercializavam em torno da igreja de São Vicente e sob alpendres derruídos. De acordo com Pilar Martínez Taboada, dando o exemplo da praça de Seguenza, em Espanha, cuja cidade também passou por episódio de transição do espaço de mercado semelhante ao da Guarda, a construção de arcadas ao longo de todo o alinhamento leste daquela praça espanhola resultou da decisão favorável ao Cabido, nas negociações que foram feitas para a transferência do mercado de uma praça para a outra. A autora frisa que numa praça onde se realizava semanalmente uma atividade comercial a existência de arcadas era imprescindível. Além disso, as arcadas eram uma forma de competir com a outra praça que já contava com este tipo de estruturas⁵⁸⁸.

No que se refere ao edifício dos Balcões da Guarda, um documento do reinado de D. Afonso V, alude à construção de uma casa dos contos na cidade. A localização e a descrição das suas funções podem indicar que se trataria da construção de casas alpendradas, podendo marcar a origem daquele conjunto arquitetónico:

“huuas casas velhas na dita çidade [...] com seu cortinhal na rrua que vem de Samta maria do mercado para o ospitall, a qual compra fezera para nos fazendo dar por ellas dez mil e seysçemtos rreis nosso que tínhamos desembargados assei rrequerimento para com ellas fazer para nos huua casa em a dita çidade em que ell ouuesse de fazer os comtos e assy os outros comtadores que depois elle viessem ...tam grandes e taaes que aalem de os ditos comtos em ellas sse fazem elle comtador os que depois elle viessem por comtadores na dita comarqua podessem em ellas pousar e viver

⁵⁸⁷ BMEL (Guarda), *ProuiSão para hu Solorgião e Boticario*, fl.126v. [D. João III, 1544].

⁵⁸⁸ MARTÍNEZ TABOADA, Pilar (1994). “La apertura de la plaza Mayor de Sigüenza por el Cardenal Mendoza: preludio del desarrollo urbanístico renacentista de la ciudad”. *Anales de historia del arte*, 4, pp. 176-177.

em todo o sei gasalhado e fazemda segumdo se fa em outras casas de comtos que avemos em a çydade de vyseu (ano de 1466)⁵⁸⁹.

Creemos que o denominado edificio dos balcões possam ser essas casas dos contos que ao mesmo tempo serviriam de estalagem. A existência de um pórtico aberto no piso inferior serviria para a prática comercial. Embora de forma distinta, pode-se comparar aos estaus de Tomar, mandados edificar pelo infante D. Henrique, para dar alojamento aos mercadores que iam vender à feira. Estes edificios ficam perto da igreja Santa Maria da Vitória ou do Mercado, que pertenciam à Ordem de Malta, o que pode indicar sua pertença. O historiador Manuel Luís Santos conta que estes edificios eram bens anexos da Igreja de Santa Maria e que serviam para alojar os “padres” da Ordem de Malta que se instalavam na cidade⁵⁹⁰ (Fig. 81).



Figura 81. Guarda. Edifício dos Balcões (fotografia Daniela Pereira, 2006).

Uma inscrição com a data de 1693 numa gárgula de canhão recorda que, pelo menos, os edificios do canto oeste foram (re)construídos naquela data. A falta de homogeneidade e o recurso (aparente) a materiais reutilizados, como são o caso das colunas, constituem elementos que revelam que o edificio sofreu reformulações ou que o conjunto arquitetónico, embora alinhado, se formou em momentos históricos diferentes. Existe uma grande diferença nas dimensões das colunas e do espaço intercolúnio, pelo que o conjunto arquitetónico pode ter tido várias fases de construções ou remodelações. Essas alterações são visíveis em vários pormenores arquitetónicos e que nos ajudam a perceber e datar o conjunto. A partir do cunhal do edificio, que fica no extremo este, pode verificar-se, pelo menos, duas campanhas de obras. Uma, com uma cota mais abaixo, deve ser da mesma campanha de obras das colunas com as bases enterradas. Cronologicamente pode corresponder aos finais do século XV e inícios do século XVI.

⁵⁸⁹ ANTT, Liv. 2 *das Beiras*, fls. 17-17v.

⁵⁹⁰ SANTOS, Manuel Luís F. dos (1996). “Memórias da Guarda. Santa Maria do Mercado, uma Igreja da Ordem de Malta”. *Jornal Terras da Beira*, 21 de novembro de 1996, Guarda, p. 17.

Numa das portas do rés-do-chão ainda são visíveis os vãos chanfrados. A outra parte do cunhal, com uma cota mais acima, pode corresponder à campanha de obras do século XVII, onde foi necessário corrigir a altura das colunas, assentando-as numas bases quadrangulares. Do século XVIII e XIX, são também as molduras das janelas e varandas dos pisos superiores. As diferentes fases construtivas revelam que o conjunto se formou a partir de um primeiro edifício alpendrado e, como aconteceu em Elvas ou em Badajoz, por uma questão de gosto e funcionalidade, o mesmo sistema construtivo foi seguido pelos vizinhos. Recorde-se que, em 1477, em Elvas, o escudeiro Fernando Garcia pediu a D. Afonso V para acrescentar uns arcos numas casas que possuía na praça de São Tiago, em conformidade com os arcos de outras casas vizinhas “nos dissera que era verdade que ele tinha umas casas na praça dessa vila [...] as quais ele queria correger de novo e queria armar uns arcos nas ditas casas”⁵⁹¹. Em Espanha (Badajoz), num documento datado de 1535, consta registada uma solicitação por parte de um morador, Gómez Hidalgo, para a realização de uns “soportales” na praça, que desejava fazer tal como as casas dos seus vizinhos⁵⁹². Nestes casos, a adição de mais casas com arcos na praça permitiu ampliar a área do mercado naquele espaço.



Figura 82. Guarda. Reconstituição original do edifício dos Balcões. (Reconstituição cedida por Margarida Tavares, 2006).

Parte deste conjunto arquitetónico da cidade da Guarda foi alterado em finais do século XIX (Fig. 82). As lojas foram tapadas pelos proprietários, que pagaram pelo vão ou ar (*i. e.* espaço intercolúnio) ao concelho. Nos edifícios do canto, os alpendres permanecem escondidos atrás das paredes dos edifícios. Em 1889, foi concedido a Manoel Thomé de Sena Bello “licença para tapar a parte dos balcões correspondentes á sua caza sita á praça, devendo pagar o terreno na razão 5\$000 por metro quadrado, preço

⁵⁹¹ ANTT, Liv. 4 *Odiana*, fls. 123v-124.

⁵⁹² GONZALEZ GONZALEZ, José Manuel (2006). “Un documento excepcional para la historia del Urbanismo Español: el pleito de Gómez Hidalgo por hacer unos portales en la Plaza de San José de Badajoz”. *Revista de Estudios Extremeños*. Tomo LXII, 1. p. 345.

estabelecido”⁵⁹³. Neste ano, mais um proprietário, António de Mendonça Azevedo Ravasco, solicitou à câmara que lhe vendesse a parte dos vãos dos alpendres, mas a autorização só lhe seria concedida depois que o proprietário montasse umas barracas para abrigar os vendedores “votou a compra de tres barracões de lona para abrigo dos mercadores na praça [...] devendo esta despeza sahir do produto da alienação do terreno dos balcões e encarregar-se desta compra o Vereador Senhor Doutor Couceiro”⁵⁹⁴.

Numa gravura seiscentista está representada a fachada lateral da sé, com uma longa escadaria para a praça. Em posição lateral, aparece um templo religioso⁵⁹⁵, possivelmente a igreja de Santo Ildefonso, edificada perto da torre dos Ferreiros que, em 1390, D. Afonso Ferraz, terceiro bispo da Egitânia, autorizou que servisse de sé, enquanto não fosse concluída a atual⁵⁹⁶. Esta gravura demonstra que em meados do século XVII a casa do concelho ainda estava por construir, proposta cronológica avançada por Margarida Tavares⁵⁹⁷. Embora seja uma construção posterior, a presença de três arcos no

⁵⁹³ ADG, *Actas de Vereação. Sessões da Câmara da Guarda, 23 de agosto de 1889*. Caixa 561, Fundo do Governo Civil.

⁵⁹⁴ “Rezumo das deliberações tomadas na semana decorrida de 10 a 24 de agosto. Foram aprovadas as minutas das actas da sessão extraordinária dos dias 12 e 17 do corrente mez – Foi referido o requerimento de Manoel Thomé de Sena Bello concedendo-se-lhe licença para tapar a parte dos balcões correspondentes á sua caza sita á praça, devendo pagar o terreno na razão 5\$000 por metro quadrado, preço estabelecido. Motivou esta concepção o allegado pelo suplicante a saber = tornar mais regular aquelle local, visto já achar-se tapados os da fachada do predio situado no extremo norte oposto dos mesmos balcões – evitar que continue aquele sitio a servir de sentina com grave prejuízo da hygiene – e finalmente ser urgente reparar a frontaria da sua caza, em consequência de ameaçar ruina”. O pedido foi feito a 18 de maio de 1876, mas só no ano de 1889 Manuel Thomé de Sena teve autorização definitiva para tapar o vão das colunas: “Concedeu, a Manuel Thomé de Sena Bello, licença para reedificar a sua caza á praça, devendo o alinhamento da parede da frontaria ser o das columnas dos balcões, o terreno dos quais cede ao dito proprietário (como faculta no N.º 23 do artigo 117 do código administrativo) mediante o pagamento de cinco mil reis por cada metro quadrado do terreno cedido, por ser este o preço constante do competente auto de avaliação. Encarregou-se o Vereador V. Mendonça de fazer proceder á medição do terreno cedido e bem assim de fiscalizar que a referida obra seja feita com o alinhamento marcado e somente depois de entregar no cofre municipal a importância devida”. Neste ano mais um proprietário pediu ao concelho para lhe vender a parte dos vãos dos alpendres, mas a autorização só lhe seria concedida depois que o proprietário montasse as barracas para os vendedores “E d’ António de Mendonça Azevedo Ravasco, pedindo licença para reedificar a frontaria da sua caza á praça e tapar o espaço correspondente dos denominados balcões mediante indemnização. Foi deferido, marcando-se o alinhamento, e cedendo-lhe o dito terreno, mediante o pagamento da quantia em que fora avaliado por Peritos; e não podendo dar-se comêço a esta obra sem que sejam adquiridas as barracas d’abrigo que a camara deliberou comprar”. ADG, *Idem, ibidem*.

⁵⁹⁵ [ALBUM de Desenhos] *TYPVS Provinciæ* [...]. s. XVII. GONÇALVES, Nuno (2013). *Biblioteca Particular*. Lisboa: Editor Otium Cum Dignitate, pp. 7-9.

⁵⁹⁶ GOMES, Jesu Pinharanda (1981). *História da Diocese da Guarda*. Braga: Editora Pax, pp. 154-155.

⁵⁹⁷ Margarida Tavares refere que terá sido neste século que se consolidou a praça, justamente “através da construção da Casa da Câmara e principalmente com a fixação do alçado porticado com colunas toscanas”. CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (1997). “Antigo Seminário e Paço Episcopal. Uma Investigação na

piso inferior assemelha-se às casas municipais nortenhas, como são as de Guimarães e as de Viana do Castelo. Porém, desconhecemos se os arcos dos paços do concelho egitaniense desempenharam uma função comercial, tal como as que acabámos de referir (Figs. 83 e 84).



Figura 83. Guarda. Vista da fachada lateral da sé, com a sinalização do templo religioso na praça (seta vermelha). (Reproduzido a partir de GONÇALVES, Nuno, 2013, p. 9).



Figura 84. Guarda. Paço do concelho (fotografia Daniela Pereira, 2006).

4.3 - Évora

A partir do século XVI, Évora distingue-se das outras cidades pelas frequentes temporadas que os monarcas e a sua corte passavam na cidade, destacando-se D. João III como o rei que mais tempo ali permaneceu. A presença da corte na cidade trouxe constantes oportunidades para a renovação urbana e na formação de novas arquiteturas alterando, em alguns casos, a feição medieval. Entre as renovações levadas a cabo, destacam-se as que tiveram lugar na praça do Giraldo, o principal espaço de mercado da cidade, enaltecido e perpetuado nas *Memórias Paroquiais*, de 1758:

“destas praças a melhor, e mais principal, hé a que chamão grande, não por estar no coração da Cidade, plano, e assentado della em que dezembocão, ou nascem oito [oito] principais ruas, mas também pellos belos edificios com que se orna; a sua figura he quadrada, mas de mayor comprimentos, está toda cercada de arcos, em cujas columnas, e pilares se sustentão airozas galarias, da parte do sul, tem o Palacio da Camera, ornado o seu frontespício dos sipos e antiquallhas romanas, postas com bella simetria, que o fazem vistozo, e agradável, e junto a estes os carceres, e cadea publica, e entre as ditas ruas do Raymundo, e Cadea, o Palacio Regio chamado impropriamente do Estaos [...] porem de todos os edificios com que se em nobresse esta praça o mais principal, e magnifico, é o desta Basilica de S. Antão Abbade”⁵⁹⁸.

Neste passo do questionário pombalino, o padre Francisco da Rosa descreve os limites da praça principal de Évora através dos edificios que a definem. O pároco respondeu sem esconder o seu principal intuito que era o de celebrar a primazia da qualidade deste espaço relativamente aos outros pontos da cidade. O destaque arquitetónico dado à igreja de Santo Antão, comparativamente aos outros edificios, não é em vão; no fundo traz consigo toda a representatividade que o templo pretendia deter naquele importante espaço público. A alusão aos arcos dos edificios deixa antever a multifuncionalidade do espaço, dado que estes sinalizavam a presença do mercado. A contagem das ruas que aqui se cruzam, oito no total, revela uma zona de constante passagem, sem descanso. Esta dualidade resultou de um longo e demorado processo de formação e as regras estabelecidas para garantir o bom funcionamento do espaço acompanharam os ritmos das constantes transformações pelas quais a praça passou.

⁵⁹⁸ Transcrito por GRILO, Maria Ludovina (1994-1995). “O Concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758 (Conclusão)”. *A Cidade de Évora Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. II Série. N. °1. pp. 132-133.

Através de um percurso pela documentação relativa a esta praça, expõem-se de seguida as sucessivas reconfigurações pelas quais a praça atravessou (Fig. 85).



Figura 85. Évora. Praça do Giraldo (fotografia Luís Pardal).

A praça do Giraldo desenvolveu-se fora das muralhas medievais, junto à porta de Alconchel. Neste espaço, D. Dinis aforou vários poios aos mercadores que aqui costumavam vender⁵⁹⁹. Para obter rendimentos, também o concelho possuía algumas tendas que mandara fazer numa “parede na praça dAlconchel em que estão as fruyteiras”⁶⁰⁰. Gama Barros refere que o terreiro do Alconchel representava uma grande fonte de receitas fiscais tendo sido, por isso, disputado ao longo de vários anos, pela coroa e pela câmara porque “querendo o concelho aproveitar-se de parte do chão, construindo ahi tendas que arrendava às regateiras e fructeiras, houve demanda entre elle e a coroa,

⁵⁹⁹ BEIRANTE, Ângela (1988). *Évora Medieval*, op. cit. pp. 100-103.

⁶⁰⁰ PEREIRA, Gabriel, [1885-1891] (1998). *Documentos históricos da cidade de Évora*, 1ª, 2ª, 3ª partes, Lisboa: INCM. p. 112, 128.

proferindo-se sentença a favor d'esta, no juízo dos feitos d'el-rei, em 8 de fevereiro de 1413”⁶⁰¹. Em 1431 ficou acordado entre o hospital de Jerusalém de Évora e João Mateus, que as casas a erguer nesta praça teriam de ser construídas sobre “dous arcos sobre que armem huma camara”⁶⁰². Imaginamos a praça do Giraldo composta por fachadas com arcaria em três lados da praça (oeste, sul e este), cuja tipologia se prolongará às ruas adjacentes nos reinados seguintes, por se apresentar como uma solução privilegiada para acolher as mais diversas atividades comerciais, ao mesmo tempo que protegia as pessoas e mercadorias em caso de chuva e do muito sol e calor estivais.

No lado poente da praça, D. Duarte ordenou que, no sítio onde existiam umas estalagens, fossem edificados uns estaus, para receber as gentes que vinham de fora. Documentação posterior sugere que esses estaus possuíam uma galeria aberta no piso inferior, uma vez que, no reinado de D. Afonso V, acolhiam no piso térreo o açougue: “que em tempo d’El rei Duarte meu Avoo, que Deos aja, foram tomadas certas casas em nossa cidade d’Evora que eram da Ordem de Cristo, e pertenciam a comenda de Memdarmarquez, que he na dita cidade, e seu termo, nas quais se fizeram depois os Estaos e Açougues da Praça”⁶⁰³. No reinado de D. João III, sob os arcos dos estaus de Évora, localizava-se o açougue da fruta e hortaliça. Debaxo desta arcada, o monarca autorizou a venda de cereais, servindo por isso como celeiro:

“a carta que me escrepvestes per franscisquo de matos sobre o terreiro do trigo e que dizeis que o tiraste e mudaste da porta nova onde estava pera os açougues debaixo dos estaos onde vendem as hortaliças por ser lugar pera isso muito conveniente e casa grande e espaçada e que mui bem se pode vender o trigo e a ortaliça, e tudo fechado com a chave cada cousa em seu repartimento que lhe pera isso ja lhe mandastes fazer”⁶⁰⁴.

O desenvolvimento das atividades comerciais e que se assiste ao longo do período medieval na praça encontra-se refletido nas sucessivas construções de casas com arcos no piso térreo, configuradas desse modo para atender às necessidades mercantis, como parece ter acontecido, durante o reinado de D. Afonso V. Também do lado poente, em 1470, este rei autorizou Pedro Afonso, que possuía umas casas na praça, que faziam canto para a rua do Tinhoso, onde se localizava a judiaria, a que pudesse acrescentar “hus arcos

⁶⁰¹ BARROS, Henrique da Gama (1896). *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*. Tomo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, p. 162.

⁶⁰² PEREIRA, Gabriel, [1885-1891] (1998). *Documentos históricos da cidade de Évora*, 1ª, 2ª, 3ª partes, *op. cit.*, p. 128.

⁶⁰³ ADE, Livro 155, fl. 297. [25 de março de 1498].

⁶⁰⁴ ADE, Livro 157, fl. 187. [11 de agosto de 1546].

boos e sobre elles huua camara”. As moradias ficavam perto da igreja de Santo Anão, onde já existiam casas armadas sobre arcadas pelo que, segundo a autorização concedida, estava obrigado a construir “os ditos arcos direitos aalinha, sem saírem mais pera fora da praça cousa allgua asi como estam os arcos das casas que forom dalluaro louremço [...] vymdo asi alynha hum pouco metidos adentro. E emtal guisa que allynha uaa direita taa beira da porta de Samtamã da parte de baixo. E por esta guisa lhe dam a dita liçemça que elle faça os ditos arcos e camara”⁶⁰⁵.

Seguindo a cronologia dos documentos, verifica-se que a maior parte das intervenções decorreu durante o reinado de D. Manuel que, entre 1501 e 1518, fomentou uma renovação substancial da praça, envolvendo, como veremos, a transferência do paço do concelho para outro ponto da praça, na área onde hoje se encontra edificado o Banco de Portugal (Fig. 86).



Figura 86. Évora. Localização dos principais edifícios na praça do Giraldo, no período manuelino.

Legenda: 1 – Porta do Alconchel. 2 – Igreja de Santo Antão. 3 – Esaus. 4 – Cadeia. 5 – Paço do concelho. 6 – Terreiro do Trigo. A – Rua do Tinhoso (atual rua da Moeda). (Mapa reproduzido a partir de ALMEIDA, Rogério, 2014, p. 620).

⁶⁰⁵ ANTT, Liv. 5 *Odiana*, fls. 3v-4.

Em 1501, Rui de Sande pediu licença ao rei para construir umas casas na praça, no lado onde se encontravam edificados os estaus. Para maior decoro e definir os limites da construção, evitando, assim, a apropriação indevida do espaço, D. Manuel ordenou que as referidas casas fossem erguidas “ao nível do canto da parede dos estaus nom impedindo a entrada dos touros e fazendo a dita obra sobre arcos em arzoada altura”⁶⁰⁶. A imposição de arcos no piso térreo representava uma forma de orientar a construção para se conseguir a correnteza das fachadas do lado poente da praça, como se depreende, aliás, por uma outra carta enviada em 1502. Nesta missiva, o rei doou um dos arcos dos estaus, usado para recolher os touros nos dias de festa, a Rui de Sande para “armar nas suas casas com os nossos estaus”⁶⁰⁷. Ou seja, uma sequência de arcos que se iniciaria a partir da arcada dos estaus.

Em 1503 construía-se no topo nascente da praça a cadeia. Tal como as casas de Rui de Sande, o espaço destinado à prisão estava categoricamente regulamentado, tendo D. Manuel incumbido Joham D’orta, vereador da dita obra, de “mandar fazer segundo forma do nosso regimento”⁶⁰⁸. Isto é: “o vedeor da dita obra que a fizesse de certos covados assy de ancho como de larguo e para se fazerem as paredes tão grossas fica em menos gradura do que queriamos pello qual cumpre de necessidade metesse com a dita casa a azinhaga que parte com ella”⁶⁰⁹, aproximando-se de um quadrado. Posto que este tipo de edifício exigia paredes grossas, o lote mostrava-se exíguo, levando à supressão de uma azinhaga (beco ou rua muito estreita) que ali existia.

No ano seguinte, em 1504, o concelho pedia a D. Manuel a renovação dos paços do concelho cuja construção remonta ao reinado de D. Afonso V, localizando-se na praça do Giraldo, no sítio onde se ergueram os estaus⁶¹⁰: “vimos a carta que nos enviaste sobre a obra da casa da camara e alpendres em que se fazem as audiencias, que dizeis que estão mui danificados [...] pediam a mi dinheiro das terças mas como estava a ser usado para a cadeia o hei sugerir que applicassem o dinheiro das rendas da cidade”⁶¹¹. Em 1513, D. Manuel permitiu a construção um novo paço para o concelho, em detrimento da reabilitação do velho advertindo, desde logo, que a nova casa do concelho deveria ser

⁶⁰⁶ ADE, *Colecção de Treslados de Documentos de Arquivo Municipal Eborense*, Livro 156, fl. 5.

⁶⁰⁷ *Idem, ibidem*, fl. 27.

⁶⁰⁸ ADE, Livro 156, fl. 33. [2 de agosto de 1503]

⁶⁰⁹ ADE, Livro 156, fl. 41. [9 de fevereiro de 1504]

⁶¹⁰ CAETANO, Carlos Manuel Ferreira (2011). *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*. Vol. II, *op. cit.*, p. 593.

⁶¹¹ ADE, Livro 156, fl. 45. [10 de fevereiro de 1504]

edificada apenas na praça. O lote escolhido situava-se no topo nascente do Giraldo, na área onde hoje se encontra edificado o Banco de Portugal⁶¹², perto da rua do Paço (antiga rua dos Mercadores), tratando-se, de facto, de um dos pontos mais frequentados da praça:

“Nas pousadas onde ora pousa o licenciado João de Soeyro Juiz por especial mandado de El Rei nosso Senhor em a dita cidade estando hy Alvare Anes e João Alvares Caeiro d’alcunha Duarte de Medina todos três pedreiros moradores em a dita cidade foi dito que era verdade [...] por bem da cidade e per melhor regimento della, mandarem ora as casas da camara e vereaçom da cidade fossem na praça e nom em outra parte e pera as ditas casas da dita camara se heverem de fazer ho dito senhor mandava que fossem tomadas as casas de Joahm fernandes cirieiro assim como ele as tem com todo o seu assento dalto e baixo, que sam na Praça no canto da ruas dos Mercadores como partem com a dita praça e com casas da cadeya e com casas que foram do comendador”⁶¹³.

Desde esta decisão, passando pela demolição dos prédios adquiridos, até ao começo da construção, passaram-se três anos. Em 1516, o concelho depara-se com um lote que, na verdade, apresenta dimensões reduzidas para o edifício que pretendiam edificar. É possível que possa indiciar um projeto preliminar para o novo paço do concelho que, entretanto, teve que ser adaptado ao terreno disponível, como parece ter acontecido:

“que a cidade não tem mais de hua só casa pera Auditorio de todos os julgados, e lhe he muito necessária hua casa pera os Almotacés que sempre foi costume terem casa per hi em que fazem as audiencias; não tem a cidade onde se faça, e porque a tal casa hade estar na praça ou perto della, junto da cadea estaa um vão entre casas que são de João Cruzado ferrador. Pede a cidade por merce a sua Alteza pera nele mande avaliar e lhe faça delle mercê pera nelle fazer a dita casa, o que não prejudica ao dito dono, senão quanto lhe ficam suas casas mais seguras”⁶¹⁴.

Apesar do pedido de outro lote “a casa de audiencia e camara na maneira que estão

⁶¹² Em Évora, o Banco de Portugal foi projetado pelo arquiteto Adães Bermudes, tendo sido edificado entre 1907-1909.

⁶¹³ ADE, Livro 156, fl. 105. [8 de de junho de 1513].

⁶¹⁴ ADE, Livro 166, fls. 207-207v. [fevereiro de 1516]. Nos Manuscritos de Manizola, guardados na Biblioteca Pública de Évora, esclarece que casas foram adquiridas para que tornasse possível a ampliação dos novos paços do concelho: “Para este edificio se aforararão a vasco Assalho (?) humas casas em 50\$500 e outras a Pedro barboza em 1\$100; e outras as Capellas de S. Francisco de Evora em 170, as quais se demoliram para se fazerem da forma que existem, e para que ficassem com mais [regularidade como aparece num outro documento] e largueza se formarão as referidas casas sobre seis arcos de pedraria lavrada tomando algua couza da rua velha dos Vereadores, que hoje se chama rua do Paço; como consta do contrato e termo de obrigação que fez a dita camara com Braz Gonçalves pedreiro e se acha começado por Jorge Anes escrivão da mesma a fl. 77 do livro da vereação do dito anno”. BPE, Manuscritos de Manizola. *Promemória das casas da Camara de Évora*, cod. 75-16, fl. 167.

ficaram muito pequenas por onde ambas se servem com muito pejo pella muita gente que nella se ajunta e por quanto esto poderá ser remediado pera ficarem como devem avera hy casas em abastança pera se todo nellas bem poder fazer, porquamto a cidade não tem outra parte em que as ditas casas se possam remediar. Pede a cidade muito por merce a sua Alteza que seja por bem fazerem-se outras casas por cima destas, que se poderam muito bem fazer, e com posto custo e sera uma suntuosa obra, e muito necessária, e se pode mui bem fazer por quanto são muito fundadas e de grande fundamento pera toda a obras que por cima delas se fara camara e casas e as debaixo ficarão todas pera se ficarem as audiencias necessarias⁶¹⁵.

A partir destes dados documentais torna-se possível, portanto, explicar as razões que levaram os pedreiros a construírem um paço do concelho com arcadas axiais. É provável que esta organização axial dos arcos da câmara fossem uma forma de esta se encaixar no lote da praça. Se a função e importância do edifício concelhio ditou a escolha do local “em a praça e nom em outro lugar”, a exiguidade do lote envolveu o repensar da orientação das arcadas relativamente à praça. É por causa da exiguidade do lote que o lado menor da fachada ficou voltado para a praça e o lado de maior extensão orientado para a rua do Paço. Como se pode comprovar por uma gravura oitocentista⁶¹⁶, esta solução permitiu que o paço do concelho tivesse um grande número de arcos ao mesmo tempo que permitia aumentar a escala do edifício. Cobrindo parcialmente a rua do Paço com uma arcada aumentaria, consequentemente, o espaço do piso superior. Para enobrecer a fachada voltada para a praça e usufruir das cerimónias que ali tinham lugar, o piso superior era dignificado com uma varanda (Figs. 87 e 88).

Quanto ao piso térreo lateral, composto por seis arcos, tem de ser recordado que quando se iniciou a construção dos paços do concelho neste lote, foram destruídas lojas que pagavam foro ao concelho, um rendimento de que a câmara não queria abrir mão, conservando no piso térreo do seu edifício uma arcada, com vista a criar espaços comerciais:

“Nos el rei fazemos saber a Francisco Frazam provedor das obras, terças, regidos, spritae, e capella nesta comarqua Devora, que havendo respeito de como a cidade pagua foro das boticas e casas que se derribaram

⁶¹⁵ ADE, Livro 166, fl. 208. [fevereiro de 1516]

⁶¹⁶ AML-AH, *Antigo paços do concelho de Évora. Lado sueste da praça de Geraldo*. Cassiano Branco / Projectos apresentados em concursos públicos / Agência do Banco de Portugal em Évora. Cota: V - B.P. 25. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Documento.aspx?DocumentoID=1520625&AplicacaoID=1&Value=abe23a924eb8898c8ad2df6174b14b2d1a05b948231845d0&view=1>

para fazer as casas da Camara, no praz lhe quitamos a terça que a nos monta aver da renda que has ditas boticas que debaixo da dita camara estam venderem. E portanto vos mandamos, e assy a quem vosso carreguo tiver que daquellas ditas boticas que debaixo da dita camara estam venderem lhe nam aparteis terça nem mandeis arrecadar para que não lhas quitamos⁶¹⁷.



Figura 87. Évora. Paço do concelho, no final do século XIX. AML-AH.



Figura 88. Évora. Paço do concelho (monumentodesaparecidos.blogspot.com)

⁶¹⁷ BPE, Manuscritos de Manizola, cod. 75-16 - *Promemória das casas da Camara de Évora*, fl. 167.

A existência de lojas no piso térreo proporcionava ao concelho um rendimento suplementar colhido dos arrendamentos anuais que fazia aos interessados. As boticas eram alugadas para os mais diversos fins. Sabemos, por exemplo, que em 1544, o infante D. Luís pediu ao concelho de Évora que alugasse a “Jorge fernandes barbeiro [...] huua logea das que estam de baxo da Camara”⁶¹⁸. Na documentação referente aos paços do concelho desta cidade, a palavra botica serve para generalizar um lugar de venda, uma loja, sem especificar os produtos que eram vendidos, ou as funções que ali eram exercidas.

Para compreender os motivos que levaram a esta renovação é necessário relacionar com outras praças congéneres, como as de Vila do Conde, Elvas ou Beja, só para nomear algumas, cuja abertura envolvia a mudança e concentração no centro, administrativo, religioso ou económico⁶¹⁹. Para o caso concreto de Évora é bastante significativo que os documentos não façam referência a uma “praça nova”, pelo que, do ponto de vista da dimensão, não se tratou de uma intervenção que visava o alargamento da feição primitiva da praça, como foi o caso de Beja e Elvas⁶²⁰. Evidencia-se com mais frequência a demolição e conseqüente construção de novos edifícios nos lotes apurados, o que mostra uma vontade de uniformizar a arquitetura envolvente, que teve como base e alinhamento dos arcos do edificio dos estaus. Por este motivo, podemos pensar que o processo de renovação da praça permitiu, por um lado, substituir as estruturas antigas e, por outro, gerir melhor os lotes em torno da praça, considerados preciosos e de vital importância para a função comercial do piso térreo dos edificios envolventes, dos quais se subtraíam bons rendimentos.

No enfiamento dos arcos da câmara, foi construído uma nova casa para guardar e vender os cereais, denominado, tal como o de Lisboa, terreiro do trigo. O terreno foi doado por Nuno Fernandes Cogominho, comendador, doou ao concelho um terreno anexo à casa da câmara e da parte posterior da cadeia. Para que o celeiro tivesse uma forma quadrada, foi tomado ainda mais um pedaço de terreno que ficava no canto “para que logo possam servir na forma da traça, e se pagará logo por sua justa valia o canto do

⁶¹⁸ BARATA, António Francisco (1909). *Évora Antiga*. Évora. Minerva Commercial, p. 31.

⁶¹⁹ ROSSA, Walter (1995). “Cidade Portuguesa”, *op. cit.*, p. 251.

⁶²⁰ A maioria dos espaços mercantis estudados por Donatella Calabi formou-se durante o período medieval e quase todos tinham uma forma irregular, aproximando-se mais ou menos do retângulo, do triângulo, de uma rua larga ou de um cruzamento de ruas. As novas intervenções que se fizeram nos séculos seguintes foram mais no âmbito de reordenar o espaço para a venda do peixe ou da carne, ou de reorientar o edificio público que se encontra naquele espaço complexamente urbanizado. CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la città. Piazze, strade, architetture d'Europa in età moderna*, *op. cit.*, p. 47.

pardieiro de Nicolao Vicente, que entra no terreiro, para que fique quadrado”⁶²¹. O projeto foi mandado elaborar pelo rei Filipe II, em 1616, e consistia em alinhar uma alpendrada com os arcos das boticas do concelho: “se principie a obra do terreiro na forma da traça que delle se fez, a qual vos enviará com esta, fazendo-se logo o portal e os arcos que ande ficar arrimados das casas da cadeia, defronte delles da outra parte se fará hua Alpendrada de telha vã com esteyos de pao e ripas”⁶²². Este importante edificio vinha substituir o celeiro que ocupava uma das divisões do piso térreo dos estaus que, neste período, se encontrava em péssimas condições para acomodar este importante alimento. Além disso, o volume de cereais que chegavam a Évora exigia um edificio que funcionasse unicamente para aquele efeito⁶²³.

A norte, a praça era confinada, inicialmente, pela igreja de Santo Antoninho, edificada à porta de Alconchel no século XIII. Em 1557, o cardeal infante D. Henrique encomendou a Manuel Pires, mestre das obras do cardeal⁶²⁴, a remodelação do primitivo templo, cujos trabalhos duraram até 1563. Para ampliar a igreja foi necessário demolir algumas casas com arcos que se localizavam na rua Ancha. A reorientação da fachada, voltada agora para a praça, pretende marcar a sua representatividade naquele espaço. Quanto ao chafariz a construir, para além do seu carácter funcional, ele pode ser interpretado como um elemento que separa o espaço sagrado do espaço profano, dividindo visualmente a praça em duas partes: a do adro da igreja e a da praça propriamente dita, onde tinha lugar o mercado. A existência de adro era muito importante e era usado nas muitas celebrações religiosas que culminavam nesta praça. Neste espaço sagrado, por exemplo, eram armadas as tribunas para os inquisidores dos autos-de-fé. O

⁶²¹ “A qual doação queria fazer a esta dita cidade e Povo della pera se fazer nellas hum Terreiro de Trigo pera nelle se vender publicamente, e por elle Comendador foi dito que por ser informado a grande necessidade que esta dita cidade e povo tinha de caza publica em que se recolha e venda o trigo que os lavradores e gente de fora vem bender a esta cidade, e que por falta da dita caza estavam com o trigo na praça exposto a chuvas, e se lhe inchava o trigo e os rendeiros lhe levavam penas se o vendião molhado, e por esse respeito o levãõ a casa das mesmas medeiras onde lhes faltava trigo e por isso se tornavam com elle pera seus montes levando-o molhado, e por estes e outros respeitos [...]. AME, Colecção de Treslados de Documentos do Arquivo Municipal eborense. N.º 159, Vol. 7º (datas 1601-1634), fl. 91v. Organizado por J.H. Cunha Rivara, transcrito do Livro 7 dos Originais, fl. 355.

⁶²² AME, Colecção de Treslados de Documentos do Arquivo Municipal eborense. N.º 159, Vol. 7º (datas 1601-1634). Organizado por J.H. Cunha Rivara, fl. 100. Transcrito do *Livro 7 dos Originais*, fl. 355.

⁶²³ AME, Colecção de Treslados de Documentos do Arquivo Municipal eborense. N.º 159, Vol. 7º, (datas 1601-1634), fl. 91v. Organizado por J.H. Cunha Rivara, transcrito do Livro 10 do Originais, fl. 187.

⁶²⁴ “*Eu mando ora fazer a igreja de Santo Antão dessa cidade per Manoel Pires, mestre das minhas obras e porque esta obra importa o que sabeis e hee muy necessária*”. Transcrito por BARATA, António Francisco (1909). *Évora Antiga*, Évora: Minerva Commercial, p. 132.

percurso que servia para expor o desviante que ia ser julgado perante o santo ofício fazia-se desde o tribunal da inquisição, localizado perto da sé, e seguia pela rua da Selaria para entrar na praça. Os autos de fé sucediam entre uma a duas vezes ao ano. Nas vésperas deste acontecimento, a praça tinha que ser desimpedida para preparar as punições públicas. Entre o pelourinho e a fonte ficariam as guaritas de madeira e os feixes de lenha que queimavam os hereges⁶²⁵. Para consagrar visivelmente o espaço do adro, em 1794 o arcebispo da cidade, Botelho de Lima, mandou construir uma espécie de pódio, todo lajeado e com uma escadaria em mármore e gradeamento de ferro forjado⁶²⁶. A sacralidade deste espaço que antecede a entrada do templo tinha que ser mantida. Por isso, o uso do adro era regulamentado pela legislação eclesiástica, que proibia a venda ou outro tipo de atividades consideradas heréticas neste espaço sagrado⁶²⁷.

Delimitado o perímetro da praça que, como vimos, se transformou num centro administrativo, religioso e principal espaço económico da cidade, cabe-nos explicar como era usado o espaço vazio. Desde a Idade Média que aqui se realizavam trocas comerciais, cuja regulamentação era estipulada pelas posturas municipais. Estas leis concelhias pretendiam controlar os valores, os pesos e as medidas decretadas pelo rei e pelo concelho, avaliar a qualidade dos alimentos ou de outros produtos aí vendidos e impor uma ordem espacial nas vendas e nos vendedores ou restringir atividades. No século XIV, por exemplo, as mulheres que aqui vendiam o peixe estavam proibidas “de verterem os líquidos e entranhas” porque causavam grandes sujidades e maus odores. Foi este tipo de inconvenientes que no século XVI levou à transferência das peixeiras para outra área da cidade, que passou a ser conhecida como praça do peixe (atual praça do Sertório)⁶²⁸. Para evitar o uso indevido do espaço e para defender os interesses públicos, cabia ao concelho

⁶²⁵ COELHO, António Borges (1987). *A inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. Vol. 1. Lisboa: Caminho, p. 141.

⁶²⁶ *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora* (1966). Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, Vol. I, N.º VII, p. 208.

⁶²⁷ Consultar as *Constituições do Bispado Deuora, 1534*, ou as *Constituições do arcebispado Deuora nouamente feitas por mandado do illustrissimo & reuerendissimo señor dom Ioam de Mello arcebispo do dito arcebispado & c* [sic]. Euora: em casa de Andre de Burgos, 1565. Título XV. Da immuidade das Ygrejas. Cap. IX. Que nam façam audiências seculares nas igrejas, nem corram touros nos adros dellas; nem façam contratos de vendas, compras, trocas, aforamentos, nem as escrituras deles, nem feiras, nem mercados, nem cameras, consistórios ou conselhos. Outro si defendemos geralmente que nos ditos adros & cimeiros se nam corram, nem agarrochem Touros, por evitar muitos enconuenientes que se dele seguem & podem seguir.” fl. Xlvjjj; Cap. dez. Que nam comam nem bebam jogos nem representações, nem outras muitas cousas em Igrejas ou adros dellas. Cap. Xj. Que nam ponham cousa algua profana nas Ygrejas, hermidas nem adros.

⁶²⁸ BARATA, António Francisco (1909). *Évora Antiga*. Évora: Minerva Commercial, p. 148.

regular a posição que os vendedores deviam ocupar na praça: as padeiras vendiam perto do pelourinho, para se diferenciarem das que produziam o pão em casa, que também podiam vender neste espaço; as verceiras e as fruteiras deviam utilizar a parede que fora construída pelo concelho, chegando-se, de preferência, à igreja de Santo Antoninho, que ficava no topo norte; perto dos Estaus vendiam-se os cereais; para a venda de artesanato, louças e sapatos os bufarinheiros montavam umas tendas⁶²⁹.

Estas pressões mostram uma grande concorrência de vendedores que se descobre pela falta de lugares para a venda e, também, a boa reputação que a praça detinha, ideal para trocas comerciais. Em 1767, a câmara atribuiu às vendedeiras de pão e doces uma área junto ao pelourinho⁶³⁰, recomendando às vendedeiras de hortaliça que expusessem os alimentos em bancas ou tabuleiros com uma altura máxima de três palmos⁶³¹. Pelas posturas municipais de 1836 sabemos que o lugar para as hortaliças na praça era “junto aos pés dos arcos como he istilo, ou poderão ser vendidas no chão com tanto porem que se vendão aceadamente”⁶³². O espaço sob os arcos era regulamentado pelo concelho para evitar que o dono da loja ocupasse todo o vão que, para todos os efeitos, era uma rua pública. Por isso, era pedido aos vendedores que “detinham tendas nos vãos [com] bancas e mesas a suas portas” que deixassem espaço suficiente para a circulação das pessoas⁶³³:

“nos el rei fazemos saber que os juizes e oficiais desta nossa cidade se no agravaram ora os oficiais dos officios macanicos que na dita cidade detinham tendas nos vaãos dos arcos da dita cidade dizemdo que o corregedor afonso dias lhe mandara por certa pena que nom tivessem suas bancas e mesas a suas portas nos vãos dos ditos arcos segundo sempre dântigo tempo aqua tiverem [...] avemos por bem e nos praz que eles possam ter suas bancas a suas portas como sempre tiveram com tanto que leixem lugar por onde o povo bem possa passar”⁶³⁴.

Nas vésperas de algum acontecimento especial, nomeadamente as procissões do *Corpus Christi*, era necessário desviar daqui os vendedores para permitir que o ritual usasse em pleno o espaço da praça (Fig. 89).

⁶²⁹ BEIRANTE, Ângela (1988). *Évora Medieval. op. cit.*, pp. 628-628.

⁶³⁰ FONSECA, Maria Teresa Couto Pinto Rios da (2000). *Absolutismo e Municipalismo. Évora. 1750-1820*. Tese de Doutoramento. vol. I, Lisboa: Universidade de Lisboa, p. 44.

⁶³¹ ADE, Liv. 211, *Posturas*, 1775, “Ortelos”, fl. 4v-5, *idem, ibidem*, p. 44.

⁶³² Em 1865, a câmara proibiu definitivamente a venda de “hortaliças, legumes, e quaes quer outros objectos do qual costumão concorrer aos mercados desta cidade nas terças feiras ou em outro qualquer dia da semana [...] seja sobre o tabolleiro central da mesma Praça ou sobre o pavimento e ruas laterais. Transcrito por MOURATO, Helena Cristina Peixe (2000). *Salvaguarda da Imagem urbana de natureza histórica de Évora. A praça do Giraldo*. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora, p. 48.

⁶³³ ADE, *Colecção de Treslados de Documentos de Arquivo Municipal Eborense*, Livro 156, fl. 55.

⁶³⁴ ADE, Livro 156, fl. 55. [8 de maio de 1506].



Figura 89. Évora. Igreja de Santo Antão e arcaria da praça do Giraldo (postaisantigos.com).

4.4 - Faro

O florescimento económico de Faro está associado à expansão marítima e às relações comerciais com as terras do Norte de África, a partir da segunda metade do século XV. Esta mudança económica, centrada num maior dinamismo comercial, que passou a ser bem mais diversificado, conduziu ao reajustamento do controlo fiscal das mercadorias transacionadas e também da regulamentação dos lugares onde se efetuavam as trocas.

Daquelas terras chegavam ao porto de Faro novos produtos. O aumento do volume de negócios impôs uma reorganização das vendas, de que é bem representativo o pedido que o concelho de Faro remeteu ao rei D. Afonso V, em 1444, para construir um alpendre que acolhesse os mercadores que vinham vender dentro das muralhas:

“nos enviaram dizer que acerca da dita praça da dita vila estão dois chãos devassos em monturos dos quais os donos deles não têm nenhum logramento e [...] são muito necessários ao dito concelho para neles se fazer um alpendre em que continuamente possam vender as versarias, as padeiras suas vendas, apartadamente assim em simultâneo como verão, por que em vista dele muito se ordena a feira no tempo da carregação em que os mercadores vendem seus panos e mercadorias”⁶³⁵.

Neste trecho está implícito o estabelecimento de um mercado fixo e diário, com lugares específicos. Embora o documento ateste uma ancestral concentração de atividades económicas intramuros, marcada pela existência do açougue (venda de carne ou frutas)⁶³⁶ e das fangas (venda de cereais), nas proximidades dos paços do concelho que ali estavam edificadas, denota-se uma carência de infraestruturas comerciais para fazer face ao aumento dos vendedores naquele espaço, sobretudo nos meses de setembro e outubro, que correspondiam ao período da carregação.

⁶³⁵ ANTT, Liv. 4 *Odiana*, fl. 247v.

⁶³⁶ Estes açougues existem desde o reinado de D. João I e foram construídos junto aos “chãos que foram banhos em a vila de faro [...] caíram grande tempo há por terramoto e partem da uma parte com os açougues e com Rua publica”. ANTT, Liv. 6 *Odiana*, fl. 273v. No Liv. 4 *Odiana*, no fólho 218, os representantes do concelho de Faro pedem ao rei D. Afonso V que lhe dê dois pardieiros para ampliarem os açougues velhos, que se tornavam pequenos para o aumento das vendas na vila “...os homens bons da nossa vila de faro nos enviaram dizer como os açougues da dita vila som muito pequenos que por quanto sua intenção é de os acrescentar e não tem maneira como o possam fazer somente havendo um nosso pardieiro derrubado e devasso que é junto com os ditos açougues [...] que com eles poderiam fazer os ditos açougues grandes e bem corregidos”.

Ao rei descreve-se o caos, incompatível com a dignidade que deveria ter aquele espaço intramuros. Apresentam-lhe uma imagem com ruas movimentadas, lotadas de pessoas estrangeiras, mercado desordenado, edifícios derruídos, propondo-lhe a construção de um alpendre, como forma de tirar proveito daquele lote inútil, obtendo um rendimento suplementar, colhido do aluguer das lojas. Os critérios de beleza urbana estavam também associados à construção deste alpendre, por representar uma das formas de dignificar o espaço urbano, mas, sobretudo, a área do mercado (Fig. 90). O alpendre era, na sua essência, a importação de um modelo clássico considerado, naquele período, como uma estrutura erudita que desempenhava um papel crucial na organização do mercado, imagem que se queria transmitir ao foreiro e estrangeiro, acrescentando, com esse argumento, mais urgência no pedido:

“o qual alpendre será muito honrosa coisa à dita vila, por que será muito acerca dos ditos açougues e fangas e paço do concelho, todo juntamente, e que se ordenara honrada praça segundo muito pertence ao dito lugar, por bem da muita gente que a ele recorre assim da passagem de Ceuta como das naus que aí carregam, e por que aos donos dos ditos chãos praz de os dar ao concelho pera o que dito é com seu carregamento de foro”⁶³⁷.



Figura 90 - Faro. Possíveis localizações do alpendre e açougue no núcleo amuralhado de Faro (A e B). Plano hidrográfico dos portos e barra de Faro e Olhão, levantado entre 1869 e 1872. IGP.

⁶³⁷ A carta termina a referir que os alpendres tinham de estar concluídos desde a data daquela carta, enviada a 26 de junho de 1444, até passados dois anos. ANTT, Liv. 4 *Odiana*, fl. 247v.

Neste excerto documental não se descreve a forma do alpendre. No entanto, podemos apontar para uma construção em pedra, por se tratar da praça, onde se localizam os mais importantes edifícios desta época: a igreja de Santa Maria, os paços do concelho, as fangas e os açougues. Não sabemos se o alpendre trataria de uma sequência de arcos ou uma colunata. Importa sublinhar neste passo uma ideia que se praticará noutras vilas e cidades portuguesas, e que haveria de ser incorporada na estratégia administrativa do território levada a cabo pelo rei D. Manuel: a criação de um centro administrativo, religioso e económico. Esta intervenção pode ser entendida, paralelamente ao desenvolvimento económico, como o início de uma renovação urbana da vila, que não se cingiu ao núcleo amuralhado.

Para a zona extramuros, os representantes de Faro pediram ao rei D. Afonso V, durante as cortes que se realizaram em Elvas, em 1464, parte das tercenas (armazém de provável origem islâmica que se localizaria relativamente perto da atual igreja e hospital da Misericórdia) para construir um outro alpendre, ficando a vila provida de dois alpendres para o mercado: um intramuros, perto da igreja de Santa Maria, e outro junto à porta da Vila.

Este interesse pelo espaço em torno da porta da Vila, da banda de fora das muralhas – a ribeira – já se evidenciara nos finais do século XIV, por gozar de uma situação privilegiada para a prática do mercado. Aqui culminava a maioria das artérias da vila, cruzando-se com o rio, que era o principal eixo de comunicação. Em 1392, o concelho permitiu que em torno desta entrada se pudesse vender o peixe em, pelo menos, três dias de semana⁶³⁸. Esta autorização, regulada pelas posturas municipais – consentindo que cada peixeira pudesse vender seis peixes (dois grandes, dois médios e dois pequenos) – apresenta-se como garante do abastecimento da vila, mas, sobretudo, assegura a criação de uma área para a venda do pescado, posto que estava a ser comprado nas casas dos pescadores, sem pagarem quaisquer impostos ao rei e ao concelho. Por ser o local com mais visibilidade e centralidade da urbe, tornando-se vantajoso para quem ali mercadejasse, na porta da Vila fixou-se o tempo (horário) das vendas (às segundas, quartas e sábados), bem como o lugar a ocupar pelas vendedeiras. Deve ser lembrado, porém, que até meados do século XVII a porta da Vila ainda detinha a feição islâmica, como atesta um levantamento que a *Academia Real de la Historia* atribui ao engenheiro

⁶³⁸ IRIA, Alberto (1954). “As Pescarias nos Algarve. Subsídios para a sua História”. *Conservas de Peixe*. n.º 98, p. 21.

napolitano Alexandre Massai, executado entre 1617-1621⁶³⁹. Tratava-se de uma abertura em cotovelo e com arco em ferradura, ainda *in situ*. A disposição desta porta relativamente ao curso fluvial permite-nos pensar que o lugar ocupado pelas peixeiras, em 1392, seria junto ao muro que avançava aquela entrada relativamente à muralha e que ficava voltado para a praça no lugar onde hoje se encontra o arco da Vila (Fig. 91).

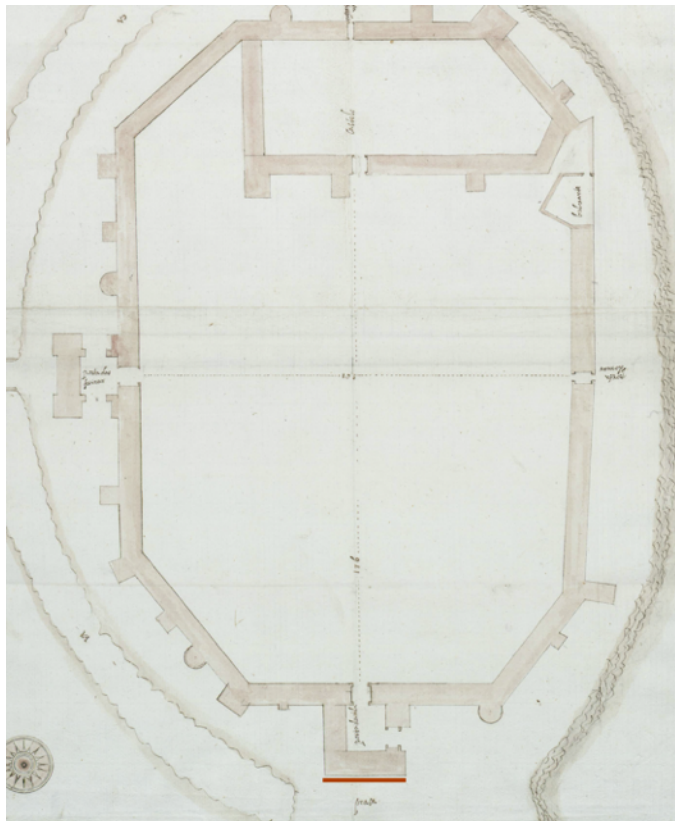


Figura 91. Faro. Localização das vendedoras de peixe, à porta da Vila, no reinado de D. João I (linha vermelha). [Plano da cidade de Faro], (RAH)

No século XV, a atividade mercantil em torno da porta da Vila deve ter aumentado bastante. Nas referidas cortes de Elvas, o concelho, como vimos, solicitara ao rei D. Afonso V uma parede disponível das tercenas para montar um alpendre. Esta estrutura, semelhante à que foi solicitada para o interior amuralhado, permitia abrigar, organizar e controlar o mercado, bem como proporcionar rendimento ao concelho, proveniente do aluguer dos postos de venda⁶⁴⁰: “nos pediram por mercê que lhe quiséssemos outorgar

⁶³⁹ RAH, [Plano da cidade de Faro], Colección: Departamento de Cartografía y Artes Gráficas — Signatura: C-003-078, N° de registro: 00113, Signatura antigua: C-I c.78.

⁶⁴⁰ Recordamos o exemplo de Évora. Nesta cidade, o rei D. Dinis aforou vários poios aos mercadores que costumavam vender à porta de Alconchel. O concelho, sem autorização do monarca, mandara fazer uma

uma das nossas terecenas pera fazerem praça para vendedeiras, e por nos parecer em alguma parte razão nos praz de lhe darmos lugar que eles possam madeirar da derradeira parede da parte de fora a outra acerca, para fazerem alpendre e hajam chão todo dali até à barreira para fazerem praça e não pera outra coisa alguma”⁶⁴¹.

A solicitação de mais espaço comprova uma dinâmica dos negócios que tornou imprescindível a criação de infraestruturas para acolher e regular este desenvolvimento comercial à porta da Vila. Por isso, o monarca, com grande experiência no tratamento destas questões urbanas, que nesta época se repetem um pouco por todo o país⁶⁴², impõe desde logo a forma, os materiais a usar e determina, claramente, a área destinada ao mercado, para impedir a ocupação indevida do espaço público. Madeirar é, evidentemente, a construção de um alpendre em madeira (efémero, desmontável) sob o qual se acoitava a praça. Este pedido confere um novo estatuto e função de praça em torno da porta da Vila. Contudo, é preciso frisar a existência de uma ambiguidade patente no uso da palavra praça. Nesta resposta, praça é sinónimo de mercado; não insinua a ideia de um espaço fisicamente delimitado. O mercado circunscrevia-se ao chão que o alpendre cobria e só podia ser usado unicamente para aquele fim e não outro. Esta ressalva era importante para evitar que o concelho ou entidades particulares se apoderassem indevidamente do alpendre para outras conveniências, em detrimento do bem comum⁶⁴³. O alpendre apresenta-se como uma estrutura que permite dividir e organizar o negócio. Aliás, passa a ser uma tipologia arquitetónica que assume inteiramente o significado de

“parede na praça d’Alconchel em que estam as fruyteiras”, arrecadando uma renda indevida pelos postos de venda que aforava.

⁶⁴¹ Capítulos especiais da vila de Faro, apresentadas ao rei D. Afonso V, *apud* BARROS, Amândio Jorge Morais (1986-1987). “Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na 2ª metade do século XV”. *Revista de História*, 7, p. 159-174.

⁶⁴² Em 1473, vislumbra-se um panorama semelhante na cidade de Silves. Face ao crescimento e recentes obras concluídas, a Sé e a ponte, o concelho dá-se conta que para enobrecimento da cidade ficava a faltar a existência de uma praça (ou seja, mercado): “e assim crescer a cidade se reparar por em ela nom haver praça alguma queríamos alugar um lugar que é à porta da vila em maneira de praça onde Senhor tendes uma nossa casa onde se Recada a Sisa e mais três boticas muito pequenas que jazem quase em terra [...] pede-vos Senhor a Cidade por merce que quanto aas ditas boticas com um chão atras delas que em outro tempo foi banho façais delas mercê pera todo fazerem em campo e praça e quanto a casa da sisa que a possa derribar a cidade fazer outra mayor e melhor a uma parte da dita praça onde nisso o almoxarife vir que é melhor e para aqui enobreceremos mais a cidade. D. Afonso V responde afirmativamente, com a condição de ser o almoxarife a escolher o lugar para a edificação das casas da Sisa e Sal. ANTT, Liv. 4 *Odiana*, “A Cidade de Silves carta de certos capitollos espeçiaees com suas Respostas per que lhe foy feita merce da casa homde sse arrecadaua a Sisa e de três buticas pera todo fazerem em praça e sobre cousas a que he prouido”, fls. 161-161v.

⁶⁴³ Como fizera o concelho de Tavira com os alpendres dos açougues que o rei D. João I dera a explorar, como veremos.

uma arquitetura que acolhe no piso térreo uma loja, uma banca, um tabuleiro, assinalando a presença do mercado num determinado espaço urbano da vila ou cidade. Nalgumas cidades, nomeadamente Tavira e Évora, foram construídas residências sobre os alpendres; mas para o caso de Faro desconhecemos se os alpendres vieram a ter um segundo andar. O documento das cortes de Elvas de 1464 que alude a este espaço não faz referência ao género de alimentos que seria comercializado sob esta estrutura. Mas, como já vimos, a existência de um alpendre para a venda do pão, frutas e verduras no interior da muralha, permite-nos pensar que o alpendre das tercenas foi construído com a intenção de retirar da principal entrada de Faro as peixeiras que ali vendiam, para estabelecer numa outra parte daquele importante centro um mercado diário de peixe. Subentende-se, ainda, que a posição deste alpendre, arrumado à parede das tercenas, ficaria situado transversalmente ao rio e paralelo à muralha. As tercenas são um armazém onde se produzia material bélico, onde se reparavam e guardavam cascos das embarcações. As tercenas de Faro eram formadas por duas naves retangulares, com cerca de vinte e cinco metros de comprimento e dez de largura; posicionavam-se paralelamente ao rio e com entrada para o lado onde hoje está o Banco de Portugal, para que os cascos das galeras que davam entrada neste estaleiro se pudessem movimentar. No reinado de D. Afonso V, as tercenas de Faro encontravam-se vazias e sem funcionalidade, pelo que o concelho e outras pessoas interessadas as solicitavam ao rei para as utilizar com outros fins⁶⁴⁴.

Não conseguimos informações sobre os espaços de mercado em Faro nas décadas seguintes que correspondem ao reinado de D. João II, mas cremos que continuassem a coexistir, pelo menos, dois pontos de venda: no núcleo amuralhado comercializava-se a carne, o pão, frutas, hortaliças e outros produtos não comestíveis, como eram os tecidos trazidos pelos mercadores estrangeiros; nas tercenas, próximo à porta da Vila, vendia-se o peixe.

Fora das muralhas, o espaço em torno da porta da Vila ganhou outro interesse, direcionado para a assistência e para o trato comercial. Em 1501, em pleno reinado de D. Manuel, foi concedido a João Dias uma das naves das tercenas para construir aí um hospital⁶⁴⁵; e percebe-se porquê: o rio era a principal via de acesso à vila, tornando-se

⁶⁴⁴ As medidas das naves são determinadas pelo porte médio das embarcações. Em Sevilha, por exemplo, as medidas das naves tinham o dobro das de Faro, porque guardavam duas galeras em cada nave. OLIVEIRA, Luís Filipe (no prelo). “Da arqueologia à história: as tercenas de Faro”. *Encontro com a História*, 17 de junho de 2016. Mértola.

⁶⁴⁵ SANTOS, Luís Filipe Aparício Fernandes dos (2009). *A Misericórdia de Faro*. Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve, p. 90.

mais adequado que os viandantes, mas também doentes, se hospedassem perto do ponto de chegada⁶⁴⁶. Por esta altura, também se estabeleceu neste lado do recinto a alfândega e, em 1583, edificou-se a igreja da Misericórdia⁶⁴⁷, tal como consta da perspetiva desta praça elaborada pelo engenheiro militar José de Sande Vasconcelos, em 1790 (Fig. 92).



Figura 92 – Faro. Praça da Ribeira, século XVIII. Transcrição das Legenda s: 1 Alfândega; 2 Rua de Cadea; 3 casas em que morou Reboxo; 4 Rua Larga da Praça; Ruínas da Alfândega; 6 Cazas do Coronel Nunes; 7 Armazéns; 8 Mizericórdia; 9 Açougue; 10 Porta da Vila; 11 Corpo da Guarda; 12 Calabouço; 13 Cazas de João Carlos; 14 Torre; 15 Cazas do Conigo; 16 Armazéns de Sua Magestade; 17 Registo Guarda; 18 Poço das náus 19 Ancoradouro dos navios. BNP, Plano do terreno que circunda o armazem da polvora construído nos suburbios de Faro, [ca 1790].

A edificação do hospital, da igreja, e da alfândega no terreno outrora ocupado pelas tercenas (na parede da qual foi construído um alpendre de madeira para albergar o mercado, como vimos no reinado de D. Afonso V), contribuiu para a revalorização deste espaço. A construção daqueles edifícios determinam a formação de uma praça – a praça da ribeira⁶⁴⁸ – sendo que neste contexto “praça” não é sinónimo de mercado; aponta para um espaço urbano público, entendido como um lugar distinto, destinado a receber os mais importantes edifícios. Esta nova concepção de praça terá motivado uma reorganização das atividades neste espaço, encaminhando os vendedores de peixe para outro ponto da

⁶⁴⁶ TEIXEIRA, Helena Regina Lopes (2016). “O papel das estruturas portuárias no desenvolvimento urbano das cidades costeiras Euro-Atlânticas. O Exemplo do Porto no início da Época Moderna”. In POLÓNIA, Amélia, RIVERA MEDINA Ana María. *La gobernanza de los puertos atlánticos, siglos XIV-XX: políticas y estructuras portuárias*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 28.

⁶⁴⁷ Edificada, possivelmente, no lugar onde em 1554 existia a ermida do Espírito Santo, SANTOS, Luís Filipe Aparício Fernandes dos (2009). *A Misericórdia de Faro, op. cit.*, p. 111.

⁶⁴⁸ Praça da Rainha, atual jardim Bívar.

urbe, possivelmente em direcção ao sítio denominado Alto da Murraça, onde está hoje o hotel Eva. No “projeto” desta praça não se contemplaria qualquer espaço para a venda do peixe, muito embora aqui se descarregasse, guardasse e salgasse o atum⁶⁴⁹. No cais, perto das muralhas, estas atividades também não tinham lugar, porque em 1540, quando Faro foi elevada a cidade e doada a D. Catarina, mulher do rei D. João III, a rainha concedeu ao concelho o espaço fronteiro à misericórdia para construir um cais que funcionasse unicamente para o desembarque das mercadorias, sendo obrigatório “que esteja sempre limpo e bem consertado e não se faça nele casa nem sirva de outra coisa salvo de cais e de recolhimento da dita madeira e despejo da dita praça”⁶⁵⁰. Será, pois, no terreiro que, entretanto, se formou junto da praça e junto ao rio que encontramos a localização dos vendedores de pescado, que para aqui foram transferidos, talvez em finais do século XVI ou inícios do século seguinte. Em 1728⁶⁵¹, encontramos posturas municipais para regulamentar e delimitar a área destinada à salga e secagem do peixe ao longo da ribeira, mais concretamente o espaço compreendido entre o cais e a porta da vila. Além disso, nas proximidades do cais existia uma fonte pública, referida por volta de 1600 por Henrique Fernandes Sarrão, que deveria permanecer limpa, mantendo dela afastada qualquer imundície: “Dentro da cidade está uma praça e terreiro, ao longo do rio, que é o principal dela, muito aprazível, e onde vão todos os da cidade passear a pé e a cavalo. E no rio tem uma fonte ao longo deste terreiro, que é de água doce, ornada e cercada com seu edifício e se cobre d’água salgada com a maré cheia”⁶⁵². A localização da fonte encontra-se representada nos desenhos do referido engenheiro militar Sande Vasconcelos.

⁶⁴⁹ As visitas da Ordem de Santiago à igreja do Espírito Santo da cidade de Faro em 1554 indicam que naquele ano ainda existia nas proximidades da igreja uma barraca de atuns, administrada pela misericórdia e uma barraca para o sal, necessário à conserva dos atuns. LAMEIRA, Francisco e SANTOS, Maria Helena (1988). *Visitações de Igrejas Algarvias da Ordem de São Tiago de 1554*. Faro: ADEIPA, p. 85.

⁶⁵⁰ “uns chãos ao longo dos muros da minha cidade de Faro contra a torre de Cataafes (?) que partem do Norte com a Ramada donde se faz a minha feitoria dos atuns e do sul com a barraca e chãos de Manuel Estevens, morador na dita cidade, e do levante com os muros dela e do poente com o rio da dita cidade os quais chãos a dita minha cidade de Faro me enviou pedir pera neles se fazer um cais para se descarregar e pôr a madeira e outras coisas que à dita cidade vem [...] *apud* IRIA, Alberto (1961). “As Pescarias nos Algarve. Subsídios para a sua História”. *Conservas de Peixe*, n.º 190, junho, p. 27.

⁶⁵¹ LAMEIRA, Francisco Ildefonso, CANÁRIO, António Colaço (1991). *Posturas Camarárias da Cidade de Faro de 1728*, Faro: ed. Câmara Municipal de Faro, p. 121.

⁶⁵² *Dois Descrições do Algarve do século XVI*, apresentação, leituras, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães (1983). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, p. 163.

As atas de vereação do século XIX indicam que era costume vender e salgar o peixe entre o pelourinho (em frente ao hotel Faro)⁶⁵³, e o paço⁶⁵⁴ pelo que conseguimos ter a perceção da mudança que ocorrera entre os finais do século XVI e inícios XVII, sendo claro que o mercado, (*i. e.*, os vendedores de peixe) foi retirado do centro para os subúrbios de então.

Os vendedores de frutas, legumes, carne e pão que se localizavam intramuros, como vimos, perto dos paços do concelho, parecem ter abandonado esta área, ainda em finais do século XV, para acompanharem a expansão urbana, estabelecendo-se nas zonas mais concorridas do arrabalde. Aliás, o espaço a poente da atual praça Ferreira de Almeida, onde atualmente se localiza a Sociedade Fareense, encontra-se designado no *Tombo dos prédios urbanos do concelho*, de finais do século XVIII, como “Praça Velha”, devendo ter adquirido uma certa notabilidade porque foi por aqui que o rei D. Sebastião fez a sua entrada na cidade de Faro, em 1573⁶⁵⁵. Não sabemos se seria aqui que estavam os vendedores que tinham abandonado o núcleo amuralhado, reforçado pelo adjetivo “velha”.

A dispersão dos vendedores, levou a câmara – que entre outras funções administrativas, cabia-lhe a organização do mercado – a rogar ao rei D. Manuel para que os postos de venda retornassem para dentro dos muros: “diziam como a cerca da dita vila dos muros adentro estava muito mal povoada e havia nela muitas casas derrubadas as quais, como caíram, nunca mais se levantaram e que todos se trabalhavam de viverem no arrabalde por razão da praça, os açougues, e as tendas e mercadorias estarem nos ditos arrabaldes pedindo-nos que mandasse-mos que se tornasse tudo dentro da vila como sempre foi de costume”⁶⁵⁶. Sublinhe-se, pela sua atualidade, o facto de a revitalização do núcleo amuralhado passar, em 1499, pela reposição das atividades comerciais. Além das

⁶⁵³ “O Presidente fez saber à Camara, que achando-se sumamente necessitada de reparo aquela parte do Cais da Praça desde o Edifício da extinta Dizima até ao Boqueirão, fronteiro ao alto do Baleizão, e tendo igualmente necessidade daqueles consertos o cais da salga do peixe, trazia servido sobre este objeto o canteiro Francisco Ferreira da Fonseca, o qual se lhe havia oferecido a fazer por si e mais operários indispensáveis toda a obra, e a deitar abaixo até á base o pelourinho que ameaça ruina, pela quantia de trinta mil reis (fl. 62). ADF, Livro das vereações, *Vereação do dia 24 de maio de 1843* (fls. 61v-63v).

⁶⁵⁴ “o que tudo se costumava vender desde o muro, junto do pelourinho até ao Paço, ficando prohibido vender-se nesse lugar cousa alguma” ADF, Livro das vereações, *Vereação do dia 5 de Novembro de 1845* (fls. 197v-198v).

⁶⁵⁵ RODRIGUES, Tânia (2016). *Faro na Época Moderna: do Urbanismo à Arquitectura*, *op. cit.*, pp. 22-23.

⁶⁵⁶ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Liv. 11. Para que as praças de venda se mudem do arrabalde para dentro da cidade concedido pelo senhor rei D. Manuel em 1499 confirmado por D. João III, fls. 130v-131.

razões estéticas invocadas, importaria, não obstante, ajuizar se haveria outros motivos, nomeadamente o de assegurar os rendimentos que o concelho recolhia do aluguer dos alpendres. A decisão do rei D. Manuel, confirmada também pelo seu herdeiro, D. João III, retomava a interrompida tradição de se vender dentro das muralhas, ao mesmo tempo que centralizaria ali as atividades económicas, facilitando o seu controlo e regulamentação:

“parecendo-nos coisa justa e proveitosa a ela para mais enobrecimento mandamos que daqui em diante a dita praça, açougues, tendas de panos, especiaria e mercadoria se mudem e vendam dentro na dita vila e não em nenhum outro lugar de fora, nem salvo de cada um à sua parte pode vender e o que quiser; e o pescado se venderá na ribeira como é de costume e quando o contrário desta se fizer queremos que cada vez pague quinhentos reais pera as obras dos muros da dita vila, executados pelos juizes e oficiais dela”⁶⁵⁷.

Uma vez mais, a expressão praça refere-se ao ato de mercadejar (comprar, vender) e não ao espaço físico. Pressupõe-se, naturalmente, que os comerciantes voltem a vender dentro dos muros⁶⁵⁸. O concelho pretendia recuperar para a vila-adentro as atividades comerciais como forma de enobrecer o centro político, administrativo e religioso da cidade. Mas continua a discriminar as atividades mais sujas e que não quadravam com a dignidade que aquele centro requer, como é o caso do comércio do pescado ao determinar-se que continue a vender-se fora dos muros da vila. Ignoramos se se terá cumprido este desígnio ou se, em vez disso, permaneceu no campo das intenções, mesmo sabendo das pesadas multas impostas. De qualquer forma, o esforço em trazer de novo o comércio para dentro dos muros deve ter-se gorado na sequência da transição do bispado da cidade de Silves para Faro, em 1577, pelo bispo D. Jerónimo de Osório⁶⁵⁹. Posto que a fixação da sé em Faro arrastara consigo a elite eclesiástica de Silves e outra gente nobre, que construíram aí também as suas residências. Esta nova condição – a de ser núcleo episcopal – pode ser uma das razões que afastara de vez a ideia de trazer o mercado para dentro

⁶⁵⁷ *Idem, ibidem*, fls. 130v-131.

⁶⁵⁸ Relembramos que a decadência económica e abandono do espaço intramuros se deveu, em parte, à expulsão ou conversão ao cristianismo da comunidade judaica, decretada por D. Manuel em 1496. Os judeus, que alimentavam grande parte das trocas comerciais, tinham o seu bairro no interior das muralhas no local onde foi edificado, na primeira metade do século XVI, o convento da Nossa Senhora da Assunção. Sobre este convento consultar PAULO, Dália (2007). *O Convento de Nossa Senhora da Assunção: (des)construção da memória*. Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve.

⁶⁵⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero (2006). “A meio do reino do Algarve: Faro, séculos XVI-XVII”. *Monumentos*, 24, p. 20.

das muralhas. Por isso, há que destacar o impacto que poderá ter causado a vinda do episcopado para se estabelecer no núcleo medieval convertendo a igreja matriz em catedral, em torno da qual se contruiu o paço episcopal.

Em substituição, o espaço escolhido para os vendedores de fruta, legumes, carne e pão foi a praça da ribeira, extramuros, onde já estava a misericórdia e a alfândega, para que as vendas se fizessem à frente de todos, dificultando a fuga aos impostos. Joaquim Romero Magalhães refere que nos inícios de Setecentos muitos dos hortelãos de Faro estavam obrigados a ir vender suas frutas e verduras na praça, espaço urbano da cidade em frente à misericórdia, todas as manhãs. A venda era feita sob uns arcos, que aí terão existido, e o seu uso tinha um horário estipulado pelas posturas municipais⁶⁶⁰. Quanto à localização dos arcos estes poderiam ser os que Tânia Rodrigues identificou em duas residências que se localizavam na praça da Ribeira (antiga praça da Rainha e atual jardim Bívar), cuja ampliação em finais do século XVIII fez desaparecer essas estruturas, terminando, igualmente, com os postos de venda. As casas em questão situavam-se na esquina de um dos quarteirões com uma face voltada para a praça pública e outra virada para a rua dos Morranceiros (atual rua da Marinha). Pelas dimensões, a autora colocou a hipótese de que “toda a fachada deste quarteirão, que deitava para a praça principal da cidade, fosse uma pequena arcaria de vinte e cinco varas?”⁶⁶¹. O documento das posturas municipais de Faro, redigidas em 1728, também mencionam os “arcos da praça”⁶⁶². Esses arcos podem corresponder aos arcos do terreiro do trigo, edificado nesta praça, onde atualmente se localiza o Banco de Portugal, e antes disso, ao mercado de verduras e fruta: “Estas casas são as que estão aforadas a Maria dos Santos, viúva de Pedro da Silva e estão debaixo do arco da Praça aonde se vende trigo e é a primeira do arco para a parte da misericórdia é o foro de três mil réis”⁶⁶³.

Nos finais do século XVIII e inícios do seguinte, a praça da Ribeira, antiga praça da Rainha e atual jardim Manuel Bívar, e o núcleo medieval foram sujeitos a uma

⁶⁶⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero (1988). *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Imprensa Universitária. Editorial Estampa, p. 242.

⁶⁶¹ RODRIGUES, Tânia (2010). *Faro na Época Moderna: do Urbanismo à Arquitectura*. Faro: Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve, pp. 159-160.

⁶⁶² “que das Ave Marias por diante esteja quedo às portas da cidade, quer dentro, quer fora [...] ou debaixo dos arcos da praça, embuçado, pague duzentos réis da cadeia, metade para o Conselho e metade para quem acusar”. *Apud* LAMEIRA, Francisco Ildefonso, CANÁRIO, António Colaço (1991). *Posturas Camarárias da Cidade de Faro de 1728*, Faro: ed. Câmara Municipal de Faro, p. 12.

⁶⁶³ Documento fornecido por Tânia Rodrigues, ADF, *Escritura de reconhecimento de um foro de três mil réis que paga José Ferreira e sua mulher em umas casas ao Colégio da Companhia de Jesus desta cidade*. 24 junho.1668, fls. 116-119v.

renovação arquitetónica, levadas a cabo por D. Francisco Gomes do Avelar, que em 1789 veio para Faro ocupar o cargo de bispo do reino do Algarve. No projeto encomendado pelo bispo ao arquiteto genovês Francisco Xavier Fabri (Francesco Saverio Fabri)⁶⁶⁴ – realçamos a reedificação da igreja e hospital da Misericórdia, a construção do arco da Vila – que dá acesso ao núcleo medieval, e o restauro do antigo paço episcopal, ampliando-o e adaptando-o a seminário. A misericórdia e o arco da Vila foram entendidos naquele projeto como uma única peça de arquitetura, numa coerente articulação entre o velho e o novo. A praça, aberta para o rio, é delimitada apenas pelos lados oriente e sul. Tem como edifício central, no lado este, a igreja da Misericórdia, à qual lhe foi anexada uma arcada lateral, construída para renovar o antigo hospital. O topo sul da praça é dominado pelo triunfante e majestoso arco da Vila para dignificação da entrada do núcleo episcopal. A praça estende-se para norte, paralelamente ao rio sempre em espaço estreito, mas comprido, até terminar nos armazéns da Companhia das Reais Pescarias dos Atuns, para onde transita a alfândega, em inícios do século XIX.

A partir do século XVIII, todas as aquelas características associadas ao mercado – cheiros, cores, sons, divergências entre pessoas – tornaram-se num incómodo, que não se compatibilizava com a praça espaço nobre e principal da cidade, sobretudo após a renovação urbana levada a cabo pelo bispo D. Francisco Gomes do Avelar. Deste modo, as vendas, isto é, o mercado, foram sendo desviadas para a periferia da praça, onde se aguentaram até à segunda metade do século XIX. Por outro lado, as descrições registadas nas atas de vereação relativamente à venda do peixe, e demais atividades associadas a este género alimentar que tinham lugar em pleno coração da cidade, mostram que antes da década de 1845 não houve em Faro mudanças importantes na forma como se fazia o comércio do peixe, relativamente aos séculos anteriores; ou seja, mudanças que exigissem a construção de uma infraestrutura de raiz concebida para albergar o mercado e que alterasse, significativamente, a imagem do tecido urbano da cidade, bem como a maneira de vender o produto, pelas condições higiénicas que passaram a ser exigidas.

Aproximando-se o final do século XIX vemos, finalmente, concretizada a construção de dois mercados cobertos, edificados em pleno coração da cidade: o das

⁶⁶⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre o significado destes arranjos arquitetónicos encomendados pelo bispo D. Francisco Gomes do Avelar ao arquiteto Francisco Xavier Fabri, consultar CORREIA, José Eduardo (1996). “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”. *Anais do Município de Faro*, vol. XXVI, pp. 85-118.

frutas, hortaliças e carnes junto ao hospital da Misericórdia⁶⁶⁵, e o do peixe, junto ao cais⁶⁶⁶ (Fig. 93).



Figura 93. Faro. Praça da Ribeira, século XIX.

Legenda: 1 – Arco da Vila. 2 – Hospital da Misericórdia. 3 – Mercado da fruta e legumes (antiga localização do terreiro do trigo?). O ocidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, 7º Anno, Volume VII, N.191, 11 de abril de 1884, pp. 83, 85.

⁶⁶⁵ ADF, *Livro das vereações*, Sessão de 13 de agosto de 1873, fls. 110-111v.

⁶⁶⁶ ADF, *Livro das vereações*, Sessão do dia 23 de março de 1878, fls. 296-297v.

4.5 - Tavira

Frei João de São José, na sua *Corografia do Reino do Algarve*, de 1577, destaca Tavira das demais urbes deste reino, descrevendo-a como a mais importante⁶⁶⁷. Um dos fatores que contribuiu para tal importância de Tavira no contexto algarvio prende-se com as tarefas administrativas correlacionadas com a expansão ultramarina, na assistência ao Norte de África, nomeadamente o envio de mantimentos e militares. Paralelamente, a participação no contexto da expansão favoreceu o intercâmbio comercial entre os dois continentes. A abertura ao comércio de longa distância trouxe consequências importantes para cidade, nomeadamente o aumento demográfico e a expansão urbana.

De acordo com o *numeramento* de 1527-1532, Tavira contava com uma população a rondar os 1567 fogos. Este número, em comparação com outras urbes costeiras portuguesas, colocava Tavira como o maior aglomerado populacional, estando somente atrás de Lisboa e Porto⁶⁶⁸. Um século antes, Nicolaus Von Popplau ficara impressionado com a vibrante vida urbana da então vila, destacando no seu relato de viagem a existência de um grande número de mercadores flamengos, que aqui circulavam, atraídos pelo negócio da fruta, transportada para a Flandres⁶⁶⁹.

Em meados de Quatrocentos, as muralhas não marcavam mais os contornos da urbe. Nesta centúria, a muralha tinha perdido a funcionalidade defensiva caindo, consequentemente, a proibição de construir casas encostadas aos muros defensivos, como se pode constatar pela doação de algumas torres. As torres, algumas delas danificadas, seriam reparadas ou adaptadas para servirem como habitação. Em 1458, D. Afonso V fez a doação da torre do Mar a Vasco Annes Corte Real, armador mor. A torre Velha foi entregue a Vasco Annes Corte Real, o Moço, pelo rei D. João II, em 1483. D. Manuel, em 1499, doou uma torre pequena de taipa, a João Lopes da Costa, fidalgo⁶⁷⁰. Em torno do antigo perímetro defensivo formaram-se quatro arrabaldes de tamanho bastante

⁶⁶⁷ SÃO JOSÉ, Frei João de [1577]. *Corografia do Reino do Algarve*, apresentação, leituras notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães (1983). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, p. 49.

⁶⁶⁸ CRUZ, Maria Leonor Garcia da (2006). “Tavira no processo de abandono de praças portuguesas do norte de África no século XVI. Abertura de um estudo”. In *Espirito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, pp. 24-43.

⁶⁶⁹ Citado por MAGALHÃES, Joaquim Romero (1970). *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*. Lisboa: Cosmos, p. 139.

⁶⁷⁰ CANTO, Ernesto do (1883). *Os Corte-Reaes; memoria historica, acompanhada de muitos documentos inéditos*. Ponta Delgada: Archivo dos Açores, pp. 103, 115, 194.

considerável, com algumas ruas, edifícios e templos religiosos perfeitamente identificáveis a partir das legendas da *Planta de la Cividad de Tavilla*⁶⁷¹, desenhada por Leonardo Ferrari, por volta 1650. São eles: o Mal Foro, o de Bela Fria, o da Ribeira e o de Além da Ponte. Como constata Walter Rossa, a expansão para fora das muralhas não estava unicamente relacionada com o aumento demográfico, mas também pela procura de novos espaços, suficientemente amplos para abrigar as trocas comerciais⁶⁷². De facto, antes de se tornar definitivamente consolidada no século XVI, a Ribeira já se apresentava como o principal espaço comercial da cidade. Para se entender e interpretar o passado da Ribeira temos, pois, que considerar a forma como este espaço era percebido e visualizado, ou seja, quais os interesses que antecederiam as diversas intervenções.

No espaço urbano, a palavra *ribeira* é usada para identificar a margem ribeirinha da urbe, tratando-se de um espaço extramuros que desde cedo assumiu o papel de porto⁶⁷³. A urbanização da Ribeira acontece na sequência do fenómeno de assoreamento das margens do rio, muitas vezes submersas pelas águas do Gilão. Na génese do espaço ribeirinho está o edifício das tercenas, antigos armazéns destruídos em 1338 numa ocasião em que as hostes do rei castelhano, Afonso XI de Leão, invadiu o Algarve, saqueando algumas vilas incluindo Tavira: “fue a Tavira, que es lugar de muchas viandas e de muchas huertas et moro ay tres dias, e mandolas talar todas; e por que la taraçana estaua fuera de la villa, como quiera que estuviuese en ella algunas gentes para la defender, el rrey mandola entrar, e los que estauan en la taraçana desanpararonla, e los del rrey de Castilla pusieron le fuego e ardio/poco della”⁶⁷⁴. Este episódio histórico é particularmente importante para se entender o desenrolar da formação da praça e perceber o quanto este edifício contribuiu para a divisão funcional do espaço ribeirinho.

Após o incêndio de 1338, as velhas tercenas devem ter caído em desuso como se pode comprovar, aliás, pela construção de um alpendre numa das paredes e pelas sucessivas doações de partes do edifício. Em 1459, D. Afonso V deixou a D. Sancho de

⁶⁷¹ SMA, *Planta de la Cividad de Tavilla*, desenhada por Leonardo Ferrari [c. 1650]. Collection Foreign City and Fortress plans, Portugal, Tavira.

⁶⁷² ROSSA, Walter (2002). “A cidade portuguesa”. In *A urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português, op. cit.*, p. 222.

⁶⁷³ Segundo Carlos Caetano, no urbanismo português o vocábulo Ribeira agrega a zona portuária, área de construção naval, embarque e desembarque de mercadorias, lugares de armazenamento e mercado de comestíveis. CAETANO, Carlos (2004). *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora, p. 90.

⁶⁷⁴ DIEGO CATALÁN, Juan Núñez de Villaizán (1977). *Gran crónica de Alfonso XI: edición crítica*. Vol.2 Universidad Complutense de Madrid: Editorial Gredos, p. 190.

Noronha, conde de Odemira, primo do rei, “duas naues das nossa taracenas de tauuira quaaes a elle prouuer [...] fazer dellas em ellas o que lhe aprouuer como de sua cousa propria”⁶⁷⁵. O facto de a doação referir que se pode fazer nelas o que se quiser indica que parte das tercenas seriam submetidas a uma reconstrução, podendo adquirir características habitacionais. Porém, numa outra carta doação das naves das tercenas, em 1517, pelo rei D. Manuel a Diogo Pessanha, é especificado que “nom alevantando mais a dita naue da altura doutra nossa terecena” e que “nom poderá fazer casas somente a poderá cobrir, lograr della no que vem lhe vier porque em qualquer tempo que seja que comprir a nosso serviço nos poderemos seruir da dita terecena sem lhe por isso darmos satisfação”⁶⁷⁶. Neste caso, o aforamento apresenta-se como uma possível renda para a coroa, mas também uma forma de o rei ter os seus armazéns melhorados e estimados, sem qualquer investimento da sua parte. Em março de 1536, o rei D. João III doou a Bernardo Corte Real “hu pedaco (sic) de naue que sobeyou da naue em que se fez alfandega noua”⁶⁷⁷. Segundo João Cordeiro Pereira, o dinamismo do porto resultou na construção de uma alfândega justamente numa das naves das tercenas, claramente identificada com a legenda número 15 do referido desenho de Leonardo de Ferrari. Na segunda metade do século XVII a câmara instalou-se no lote das tercenas⁶⁷⁸.

As contínuas alterações funcionais daqueles antigos armazéns ou depósitos régios estiveram em conexão direta com as diversas fases de construção do espaço ribeirinho, ao longo dos séculos XV e XVI. Nestas centúrias, a ribeira apresentava-se como um “tabuleiro” de obras. Do lado oriental das tercenas observa-se um grande investimento em infraestruturas públicas necessárias para as atividades comerciais, preparando o espaço para receber o mercado; do lado ocidental definiam-se ruas e travessas e delimitavam-se lotes para a construção de residências.

Desde o reinado de D. João I que a ribeira abrigava as trocas comerciais, distribuídas da seguinte forma: um alpendre, também designado de açougue, arrumado ao longo da parede este das tercenas, no qual era vendido a verdura, a fruta, a carne e o pão⁶⁷⁹; em frente, junto à muralha medieval, perto da torre do Mar, encontrava-se outro

⁶⁷⁵ ANTT, Liv. 4 de *Místicos*, fl. 1.

⁶⁷⁶ ANTT, Liv. 7 *Odiana*, fl. 209.

⁶⁷⁷ *Apud* PEREIRA, João Cordeiro (2003). *Portugal na Era de Quinhentos: Estudos vários*, Cascais: *Patrimonia Historica*, p. 109.

⁶⁷⁸ ANICA, Arnaldo Casimiro (1993). *Tavira e o seu Termo – Memorando Histórico*, Vol I. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, pp. 282-283.

⁶⁷⁹ AMT, *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho*. Reforma

alpendre onde se concentravam os vendedores de peixe; nas proximidades localizava-se a casa do tabelião, que desempenhava uma função essencial na elaboração de contratos e outros documentos relacionados com os negócios que ali se faziam⁶⁸⁰ (Fig. 94).

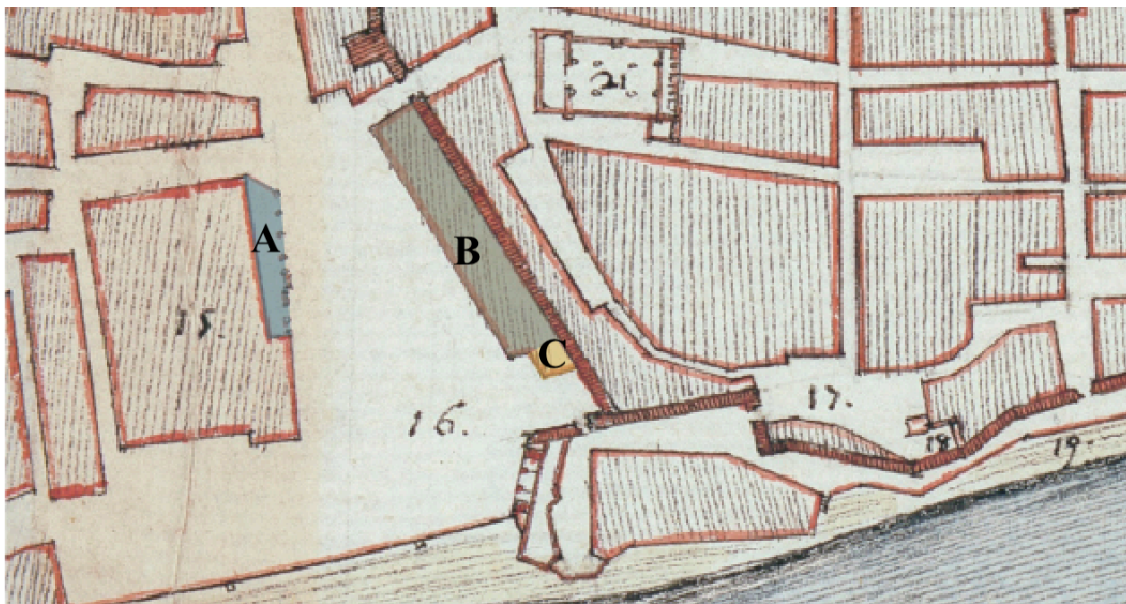


Figura 94. Tavira. Praça da Ribeira. Localização dos pontos de venda durante o reinado de D. João I, no detalhe da Planta de tavilla desenhada por Leonardo Ferrari [ca. 1650]. (SMA).

Legenda: A – Açougues. B- área aproximada da venda do pescado. C - área aproximada da casa do tabelião.

Em pouco tempo, esta organização apresentou-se ultrapassada e incapaz de corresponder às necessidades comerciais da urbe, como se pode ler na *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho*⁶⁸¹, escrita em 1504. Neste ano, Brás Luís, contador do rei D. Manuel no Algarve, redigiu um longo libelo contra o concelho de Tavira sobre a posse indevida dos açougues que estavam anexados às tercenas e que pertenciam à coroa. Essa queixa fornece um relato quase completo da formação do espaço do mercado na praça da ribeira entre os reinados de D. João I e D. Afonso V. No entanto, o documento, apesar de oferecer uma visão fundamental para entendermos as razões que levaram às alterações formais dos açougues, deve ser interpretado com cautela, porque quando é confrontado com outra documentação coeva vê-se que ele silencia muitos aspetos importantes, como veremos.

dos Tomos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fls. 84.

⁶⁸⁰ Romero Magalhães refere que em 1533 existiam 13 tabeliães em Tavira. MAGALHÃES, Joaquim Romero (1970). *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*. Lisboa: Cosmos, p. 239.

⁶⁸¹ AMT, *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho*. Reforma dos Tomos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fls. 83v-97v.

Na longa *Sentença da Rellação das Boticas* depreende-se que os açougues eram administrados pelo concelho. Um acordo feito entre D. João I e a câmara impunha que aquela concessão abrangesse os custos de manutenção dos referidos açougues aplicando, para tal, as receitas provenientes do salaio, um tributo que se pagava sobre o pão cozido⁶⁸². É provável que o concelho tenha interpretado a administração dos açougues como uma forma de posse. Em inícios do século XV, já no reinado de D. Afonso V, o longo alpendre apresentava-se velho e desorganizado. Ciente do mau funcionamento dos velhos açougues e da falta de condições de higiene provocadas pelo congestionamento dos vendedores, o concelho decidiu refazer o alpendre:

“dentro do dito alpendre dos ditos Assougues avia huns Arcos muito pequenos em que se cortaua a Carne pera mantimento da dita villa antre as molheres que vendiaõ paõ, e fruta, e por assim os Assougues com a dita Carne estarem de mestura eraõ tamtas as Moscas com o pão, fruta que a gente se anojaua disso e ainda era pouca honrra pera a villa, e que então engenharaõ, e acordarão todos os do dito Comçelho e Pouo fazerem no Cabo do dito Alpendre dos ditos Assougues huma muito homrrada caza apartada, e Serrada sobre si onde dentro nella tinhão feitos sinco Talhos omde muito honestamente, e com grande Limpeza se Cortaua as dita carnes”⁶⁸³.

Além disso, Brás Luís acusa os administradores daquele edificio de prejudicarem os habitantes por terem reduzido o antigo açougue. No lugar dele foram construídas, por iniciativa própria, e sem autorização do rei, onze boticas, cujas rendas iam para o concelho, em vez de reverterem para a coroa. É claro que esta renovação mascarou certas implicações, nomeadamente as que o contador enumera:

“os offiçiais da dita villa se meteraõ a fazer nove Boticas nos ditos Assougues, e as apropriaram asy aforamdoas, e alugamdoas como se foraõ suas com as quais tolheram o uzo ao Pouo, e a nos nosso direito e tanto que fizeraõ aquellas noue Boticas Lançaraõ mãos pelas outras duas Boticas amtigamente feitas, e começaraõ logo aremdar, e aforar todas as onze Boticas como se fora sua própria herança, e que o dito comçelho viera a tomar a remda”⁶⁸⁴.

Nas boticas ou lojas apenas os mercadores mais ricos – que vendiam produtos exóticos, como especiarias, ou outros artigos de luxo – podiam pagar ao concelho as altas

⁶⁸² ANTT, Liv. 2 *Odiana*, fl. 250.

⁶⁸³ AMT, *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho*. Reforma dos Tombos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fl. 85.

⁶⁸⁴ *Idem, ibidem*, fl. 87v.

rendas que cobrava pelo aforamento daqueles novos espaços comerciais, situação que implicou o afastamento dos comerciantes mais pobres, por estarem impossibilitados de suportar esse custo⁶⁸⁵.

A documentação produzida durante o reinado de D. Afonso V fala noutros aspetos que não vêm referidos naquela extensa *Sentença*, nomeadamente indícios de uma má gestão dos açougues e das fangas por parte do concelho, muito embora este se tenha defendido, dizendo que se tratou de um período de escassez de cereais. Não é por acaso, que os contadores dos diferentes reis retiraram, por duas vezes, a renda do salaio ao concelho – uma antes de 1443⁶⁸⁶ e outra de 1486 até 1496⁶⁸⁷ – porque o valor da venda dos cereais apresentava uma baixa percentagem daquilo que os contadores esperavam vir a receber.

Em 1443, o rei D. Afonso V devolveu o tributo do pão cozido ao concelho, devendo ser aplicado na construção de umas fangas – um edifício público destinado a receber os cereais que chegavam à vila. Foi o próprio monarca a ditar a forma desse edifício, com arcos e esteios de pedra, ou seja, com uma galeria aberta para a praça, para abrigar a venda e os vendedores dos cereais: “E que estando ora eles de posse da renda do dito çalayo e tendo hordenado de fazerem della huua muy boa cousa em a praça da Rybeira da dyta tavuilla que he grande defensam della isso mesmo poer certos esteos e arcos nas ditas fanguas”⁶⁸⁸. Uma das singularidades desta passagem reside na forma arquitetónica ditada e imposta pelo rei D. Afonso V. O projeto das fangas formulado na mente do rei apresenta-se único no contexto arquitetónico algarvio deste século. A forma arquitetónica das fangas atrai ao ponto de serem referidas, em meados do século XVI, como “Paço honrado em que se vendia o pão”⁶⁸⁹. A aplicação destes adjetivos qualificativos – *paço honrado* – significa a construção de um edifício digno, erudito, em termos formais, e que permite encontrar paralelos ou influências nos modelos das *loggias* renascentistas, provenientes dos principais centros culturais italianos⁶⁹⁰. As fangas de

⁶⁸⁵ Outra interpretação deste documento e outra leitura sobre o espaço ribeirinho podem ser lidas em MACIEIRA, Isabel, MANTEIGAS, Rita (2008). “A Ribeira de Tavira: dízimas... cordas, mastros, remos... especiarias... carnes e versas”. In *Tavira, Patrimónios do Mar*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, pp. 34-46.

⁶⁸⁶ ANTT, Liv. 2 *Odiana*, fl. 250.

⁶⁸⁷ ANTT, Liv. 1 *Odiana*, fl. 16.

⁶⁸⁸ ANTT, Liv. 2 *Odiana*, fl. 250.

⁶⁸⁹ AMT, *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho*. Reforma dos Tombos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fl. 83v.

⁶⁹⁰ Não deve ser esquecido, como refere Nuno Senos, que nos inícios do século XV houve, ocasionalmente, contactos com a cultura italiana, do qual se destaca D. Afonso, IV conde de Ourém, que foi manifestamente

Tavira também podem ser comparadas à estrutura arquitetónica do chafariz de El-Rei, em Lisboa. Embora com funções distintas, ambos foram construídos encostados à muralha medieval sobre uma arcaria de pedra, como se demonstra no desenho tridimensional hipotético que se fez para ilustrar. Como parece constar no desenho cartográfico de Leonardo de Ferrari⁶⁹¹, as fangas de Tavira tinham a seguinte configuração: arcada no piso inferior, ladeada por duas divisões aparentemente fechadas. Ao que se supõe, uma serviria de depósito dos cereais que chegavam à vila e a outra era destinada aos assuntos administrativos das fangas, onde estariam funcionários do rei e ou do concelho a controlar rigorosamente as entradas e saídas dos cereais (Fig. 95).

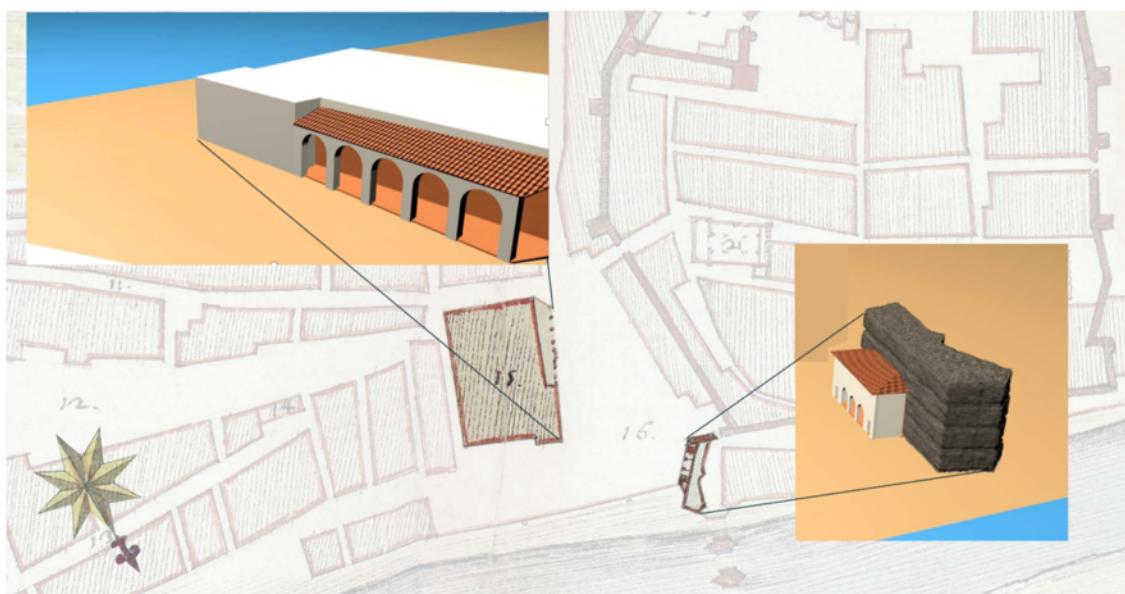


Figura 95. Tavira. Praça da Ribeira. Localização dos açougues e boticas (esquerda) e fangas (direita) no detalhe da Planta de Tavilla desenhada por Leonardo Ferrari [ca. 1650] (desenhos 3D elaborados por Nuno Martins).

Deve ser sublinhada a localização das fangas, que ocupam um lugar de destaque na praça, perto da ponte, que estava bem protegida pela muralha e pela torre do Mar, tal como se encontra representada no referido desenho de Leonardo de Ferrari. Parece haver um objetivo fiscal implícito na escolha deste lugar, uma vez que os bens tinham que

influenciado pelas suas extensas viagens, que incluíam duas estadias em Itália (1436-38 e 1452-53). Foi sem dúvida durante estas duas viagens que Afonso reuniu algumas das ideias arquitetónicas que utilizou na renovação dos seus castelos de Ourém e Porto de Mós. SENOS, Nuno (2017). “The Classical Ideal in Portugal and the Portuguese World: From Lisbon to China”. In *Companion to the History of Architecture*, pp. 1-29.

⁶⁹¹ SMA., *Planta de la Ciudad de Tavilla*, desenhada por Leonardo de Ferrari [c. 1650], and the Collection Foreign City and Fortress plans, Portugal, Tavira.

passar pelas muralhas onde estavam sujeitos a impostos. Além disso, entre os eixos viários existentes, terrestres e fluviais, a ponte era uma passagem obrigatória para quem vinha do outro lado do rio Gilão, nomeadamente de Espanha, Castro Marim e de Alcoutim, de onde era proveniente, aliás, boa parte dos cereais que abasteciam a vila⁶⁹². Atravessar o rio pela ponte envolvia penetrar as muralhas, sujeitando-se simultaneamente, às leis, costumes e posturas da vila.

A presença de açougues e fangas, quer de um lado e do outro da praça da ribeira, aponta para outras razões além das intenções de enobrecimento e embelezamento da urbe. Tinham como objetivo estimular e melhorar o abastecimento da vila, bem como controlar

a organização do mercado, estipulando desde logo os lugares adequados para as vendas. O centro da praça abria para o rio. Por isso, era importante que este espaço de comunicação, passagem, cargas e descargas não fosse ocupado por vendedores, sobretudo vendedores ambulantes e pobres.

As atividades comerciais estendiam-se pela rua Nova, onde habitavam ricos mercadores, alguns deles estrangeiros. Esta artéria tinha início na praça da Ribeira estendendo-se paralelamente à *horta del Rei* e à muralha, mantendo comunicação com a porta de Alfeiçom e porta da Vila (Fig. 96).



Figura 96. Tavira. A rua Nova no detalhe do borrão do alçado da planta de Tavira, pelo engenheiro militar José de Sande Vasconcelos, 179?, (FBN).

⁶⁹² De acordo com Romero Magalhães, a cidade de Tavira tinha muita ligação com o interior algarvio, sendo o trigo proveniente de Martim Longo e de Alcoutim. MAGALHÃES, Joaquim Romero (1970). *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*. Lisboa: Cosmos, p. 240.

A importância e nobreza desta rua levou o Rei D. Manuel a impedir que “em nhuu tempo q seja nõ se aposente nehuua pessoa que seja na rrua noua dauilla detauilla. E esto por avermos Respeito aos estrangeiros e mercadores pousarem na dita Rua em ella pousarem em suas mercadorias pera nobreza da dita villa”⁶⁹³. Este trecho pode ser lido como um sintoma de desordem numas das principais artérias da urbe, mas também indicia a existência de um controlo sobre o uso do espaço por parte da coroa. Por “Respeito aos estrangeiros e mercadores”, D. Manuel apresentara àquela classe de comerciantes o uso quase exclusivo da rua, certamente com a intenção de criar um ambiente mais apropriado para receber os negócios mais honrosos. Uma característica distintiva das casas podia ser a existência de arcos ou galeria aberta no piso inferior que serviriam de loja ou oficina. Apesar de não termos dados concretos, a legenda *Arcada* num dos levantamentos de José de Sande Vasconcelos⁶⁹⁴ faz supor uma sequência de arcos no piso térreo da casa. Surge, por isso, uma dúvida: se a proibição de aposentadoria (hospedagem, pousadia) nesta rua estaria, igualmente, relacionada com a utilização indevida que estes espaços cobertos e abertos proporcionavam.

Em Tavira, o século XVI caracterizou-se por um certo impulso demográfico, significando um maior número de construção que precisava de ser controlado. Daí que o lado ocidental das tercenas, onde se desenvolveu a parte residencial, na qual residiam alguns mercadores, fosse distribuída numa malha de ruas paralelas e transversais ao rio, fruto de um planeamento urbano imposto através de medidas legislativas que foram sendo transmitidas através das cartas ou contratos de aforamento, para garantir o alinhamento entre as fachadas, impedindo um crescimento desalinhado. Além disso, a existência de frações de terreno vazias na ribeira deu margem de manobra para se aforarem lotes de grande dimensão, ao mesmo tempo que se delineavam ruas largas e travessas, tal como consta numa carta de aforamento a um mercador inglês, João Bala, em 1501. Neste ano, D. Manuel aforou ao inglês um lote com 50 varas de comprimento e 17 varas de largura (55 metros por 18,7 metros), cujo alinhamento era guiado pela margem do rio com a condição de deixar “antre os ditos chaãos [...] tam grande Rua como seja Rezam, deyxando também serventia das trauessas que sam duas pera o dito Ryo”⁶⁹⁵. No que diz respeito ao lote do estrangeiro, tem que ser acrescentado que pode ser sinal de uma

⁶⁹³ ANTT, Liv. 5 *Odiana*, fl. 210.

⁶⁹⁴ FBN, *Borrão do Alçado da planta de Tavira...desenhado pelo engenheiro militar José de Sande Vasconcelos, 179?*.

⁶⁹⁵ ANTT, Liv. 1 *Odiana*, fls. 202v-203.

presença permanente ou o desejo de se fundir com os naturais de Tavira. De acordo com Jean Chauvard, que analisou a presença de estrangeiros em Veneza, na Época Moderna, qualquer estrangeiro tinha dificuldade em adquirir propriedades devido à competição de outros interessados, pelo que a existência de documentação como a que acabámos de citar pode significar um vínculo mais forte à cidade onde se encontra estabelecido⁶⁹⁶. Mas outras interpretações podem existir. Este caso pode revelar, simplesmente, que D. Manuel incentivava a presença de mercadores estrangeiros com vista a reforçar a economia da urbe.

A carta de elevação de Tavira a cidade, concedida em 1520, pelo rei D. Manuel, não só destaca os atos de lealdade e os serviços que prestava à Coroa, nomeadamente o auxílio no domínio das terras do Norte de África⁶⁹⁷, mas também pode ser lido como um reconhecimento da impressionante expansão urbana, registando-se a construção de diversas infraestruturas públicas próprias de uma cidade. Os séculos XV e XVI foram, sem dúvida, séculos marcantes na história urbana de Tavira. Porém, as mudanças que observamos no tecido urbano foram apenas o começo de grandes transformações que se registam, igualmente, nos séculos seguintes. O *Mappa das Anteguidades, q se achão em a Cidade de Tavira*⁶⁹⁸, no qual se encontra desenhada da praça da Ribeira, com destaque para a casa da câmara (antigas boticas e alfândega) e do corpo da guarda (antigas fangas), encerra, definitivamente, a longa história das transformações anteriores e fixa a imagem da praça setecentista que, por sua vez, será apagada pelas destruições que ocorreram nos séculos XIX e XX (Fig. 97).

⁶⁹⁶ CHAUVARD, Jean-François (1998). “Scale di osservazione e inserimento degli stranieri nello spazio veneziano tra XVII e XVIII secolo”. In CALABI, Dontella, LANARO, Paola, (a cura di). *La città italiana e i luoghi degli stranieri, XIV-XVIII secolo*. Rome-Bari: Laterza, p. 94.

⁶⁹⁷ AZEVEDO, Pedro, 1917. “As cartas de criação de Cidade concedidas a povoações portuguesas”, *op. cit.*, pp.12-14.

⁶⁹⁸ BPE, *Mappa das Anteguidades, q se achão em a Cidade de Tavira, offerecido ao Exmo e Rmo Senhor D. F. Manoel do Senaculo, Bispo de Beja. Dezenhado por Joze Justiniano Henriques, [ca.1796]. Gav. 4. N.º 23.*

VISTA DA PRAÇA D' TAVIRA TIRADA DA PARTE OCCIDENTAL.



Figura 97. Tavira. Detalhe da Vista da Praça d' Tavira da Parte Occidental no Mappa das Anteguidades, q se achão em a Cidade de Tavira, [ca.1796]. (BPE).

Considerações finais

“É bastante discutível se algum problema já foi plenamente resolvido; porquanto não é na solução que devemos dar ênfase”⁶⁹⁹.

A declaração do filósofo espanhol Jose Ortega y Gasset retrata a forma como a presente investigação sobre *Os espaços de mercado nas cidades portuguesas, séculos XVI-XVIII* foi levada a cabo, colocando-se a ênfase no conhecimento dos processos de formação desses lugares, que foram sujeitos a constantes mudanças. Na verdade, incide mais na forma como os espaços de mercado evoluíram ao longo dos tempos, do que na aparência que adquiriram. A afirmação de Ortega y Gasset também serve para justificar a falta de respostas a algumas das questões colocadas nos objetivos, já que a pretensão não era a de resolver ou de responder a tudo, mas tão só mostrar a relevância dos problemas pesquisados.

A investigação recaiu numa reflexão sobre o espaço de mercado e a sua arquitetura e uma pergunta foi colocada logo à partida: os edifícios com alpendres, arcos ou balcões presentes nas praças ou ruas são elementos que identificam a presença do mercado na cidade? Assim, foi possível colocar a questão do espaço de mercado de maneira diferente porquanto intimamente ligada à sua arquitetura. A partir daqui seguiu-se uma abordagem metodológica invulgar. Encontrar alusões aos espaços de mercado nas fontes primárias foi um processo difícil pelo facto de não serem referidos de forma declarada e concreta, como acontece, por exemplo, na documentação do século XIX. Por esse motivo, a procura pelos lugares de mercado na cidade foi realizada através de vocábulos relacionados com as atividades mercantis: *praça, rossio, alpendre, arcos, balcão, açougue, fangas, celeiro, tenda e botica*.

Por causa desta ligação, houve necessidade de explicar o sentido das palavras que formam o título da tese. Assim, o capítulo inicial focou-se no significado de *cidade, mercado e feira*. Quando fazemos referência à *cidade* trata-se de uma alusão meramente topográfica, considerando-a eminentemente como um espaço urbano, independente do título político ou administrativo alcançado. Quanto ao vocábulo *mercado* – carregado de definições diversas, ambíguas e abstratas – ele foi entendido e investigado na tese enquanto espaço físico e arquitetónico; enquanto lugar onde se realizam as trocas

⁶⁹⁹ ORTEGA Y GASSET, Jose, (1961). *Que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, p. 90.

mercantis. Na sequência da definição de *mercado*, verificou-se a necessidade de escrever sobre o significado de *feira*, pela dificuldade que existe em diferenciar as características mais relevantes que os distinguem funcionalmente, muito embora a palavra *feira* seja menos equívoca.

Rastrear e interpretar os espaços de mercado a partir dos referidos vocábulos permitiu trazer para a discussão um espaço concreto e identificável, aspetos que têm ficado à margem dos debates historiográficos portugueses, sobretudo no que se refere ao estudo das formas arquitetónicas que estes sítios alcançam. Esta metodologia mostrou-se bastante proveitosa na medida em que permitiu diferenciar quais os espaços vocacionados para o mercado dos restantes espaços públicos da cidade. Com isso também foi possível romper com a ideia que tendia a considerar todas as praças e todas as ruas – sobretudo as ruas Direitas – e adros como espaços comerciais.

Evitando aquele pressuposto, que se apresentava como premissa redutora, no segundo capítulo, *O mercado na cidade: topografias e morfologias*, foi crucial apurar quais os espaços urbanos que cada cidade reservava para o mercado. Para tal foi necessário analisar várias praças, ruas e rossios para tentar encontrar provas que permitissem reconhecer os espaços com vocação comercial, respondendo a esta questão: de que forma se estabeleceram as atividades comerciais num determinado espaço? A primeira constatação é que os lugares onde, desde tempos imemoriais, foi costume se juntarem vendedores estão, em muitos casos, na origem das principais praças das urbes. Contudo, a adaptação do tecido urbano para fazer face à circulação comercial apresentou diversas variações, consolidadas em diferentes momentos históricos, como resposta às necessidades que, gradualmente, emergiam nesses centros e que encontram uma justificação a partir do carácter geográfico, político, social, religioso e económico de cada assentamento urbano.

Antes de serem praças, isto é, antes da sua delimitação e contorno arquitetónico, eram áreas espaçosas, bastante concorridas, mormente junto às portas das muralhas ou na continuação de um caminho principal que ligava uma cidade às outras. Daí que estes espaços passassem a ser olhados pela coroa e pelo concelho como um problema urbano exigindo, pois, um ordenamento que permitisse controlar as atividades comerciais. A abundante presença de vocábulos como alpendres, arcos, fangas e açougues traduzem, justamente, uma mudança nesses lugares, mas também revelam o acompanhamento de um período de prosperidade económica que se observa a partir da segunda metade do

século XV. É durante o reinado de D. Afonso V que se verifica uma série de iniciativas que segue uma padronização nas estruturas arquitetónicas destinadas a acolher as trocas comerciais.

Enquanto área comercial, a praça foi surgindo no espaço urbano de forma variada e sob diversas razões e contextos, em correspondência com as necessidades que cada urbe ia tendo. As praças analisadas têm em comum o facto de uma das funções predominantes ser a mercantil, evidenciada pelo conjunto de edifícios ali presentes. Geralmente, o que atribui a identidade comercial à praça é a existência de edifícios comerciais, bem como alpendres ou arcos nos pisos térreos das edificações circundantes.

Onde as diferenças se manifestaram com maior clareza foi nos casos das praças de Beja e Elvas, ambas planeadas pelo rei D. Manuel. Em Elvas, a falta de evidências documentais que testemunhe a presença de atividades mercantis leva-nos a concluir que a nova praça foi concebida apenas para ser o centro religioso e administrativo. Neste período, a verdadeira praça de mercado continuava a ser a praça de São Tiago. Em Beja, a adaptação atípica do açougue para funcionar como igreja da Misericórdia, por volta de 1550, terminou com a funcionalidade original da praça, que era estritamente comercial. A partir dos casos de Elvas e de Beja pode-se antever uma tendência para separar as funções das praças. Mas quando analisamos outros casos coevos, concluimos que essa tendência não pode ser generalizada. Nas praças de Guimarães e Coimbra verificou-se uma sobreposição das funções religiosa, política e mercantil, pelo que nestes casos o mercado teve de ser confinado a certas áreas da praça, nomeadamente em edifícios próprios – sob os arcos dos paços do concelho e/ou sob os alpendres circundantes, para permitir aquela polivalência, o que implicava a delimitação clara das zonas dos adros.

Por ser parte integrante da praça, o adro tende a ser considerado espaço de mercado. A análise sobre a formação e função de vários adros permitiu concluir que os monarcas e o concelho impuseram constantes medidas que evitassem a invasão de vendedores que comprometiam a sacralidade daquele espaço. O interesse em manter a zona sagrada livre das ações profanas ficou demonstrado nas ações urbanísticas levadas a cabo pelo rei D. Manuel, ao determinar a consagração de uma parcela obrigatória para servir de adro e garantir a sacralidade em torno do templo. Para remediar a polifuncionalidade, esta resolução é de enorme importância porque se apresenta como um dos principais efeitos do planeamento urbano da praça, na medida em que parece existir, propositadamente, uma diferenciação das arquiteturas ou de elementos arquitetónicos que servem para acolher e destacar a subdivisão funcional daquele espaço aberto.

No caso da praça de Viseu importa destacar que se trata de um espaço próximo à sé, mas sem qualquer relação com ela. No entanto, deve ser salientado que o concelho desta cidade parece ter tido mais força que o bispo. Nesta cidade, D. Miguel da Silva planeou a construção de um duplo alpendre que permitisse fazer a ligação entre o paço episcopal e a sé e, no piso inferior, arrumar as regateiras que se encontravam dispersas pela praça. Aquela varanda iria produzir um efeito de ordem nas trocas comerciais. Contudo, o concelho conseguiu impedir que D. Miguel tivesse qualquer papel na remodelação da praça pública e, com isso, evitar que o bispo estendesse demais o seu poder para os assuntos relacionados com a vida pública da cidade.

Os exemplos analisados revelam que a praça não pode ser considerada como um espaço urbano cujas funções são repetitivas de cidade para cidade, só pelo facto de terem um denominador comum: a concentração dos principais serviços e edifícios de poder. Embora essa organização pareça repetível, para a maioria das cidades verifica-se uma complexidade nessa organização da qual não podem ser descurados os contextos históricos, porque foram eles que deram origem à sua concepção.

No que se refere às ruas de mercado existem algumas características comuns que precisam ser destacadas. Geralmente, a localização das ruas de mercado tem uma forte conexão com as funções mercantis da praça. O facto de a praça atrair, inevitavelmente, grande parte da população, essa circunstância pode ter ajudado na criação de ruas mercantis, instalando-se ali diversos comerciantes. Relativamente ao aspeto arquitetónico das ruas de mercado, a documentação revela que uma das características das fachadas que indicam a natureza comercial destas artérias é a existência de uma alpendrada ou arcaria. Estes elementos formais apresentam-se relevantes para essa atividade, tendo sido desde o século XV objeto de uma atenção particular por parte dos monarcas e do concelho, como forma de promover a dignidade e a beleza dos espaços. Os alpendres e arcadas presentes na correnteza de uma rua são, possivelmente, um aspeto que serve para acentuar a distinção funcional das várias artérias da urbe. Todavia, a ausência desta particularidade arquitetónica, como se verificou em Braga e em Coimbra, não significa uma ausência de uma padronização das fachadas nem tão pouco a inexistência mercantil.

Se compararmos as ruas comerciais de Braga e Coimbra com a rua Nova dos Mercadores, em Lisboa, e com a rua Ancha, em Évora – cujas fachadas apresentavam uma sequência de arcos ou alpendres – vemos que o volume arquitetónico dessas ruas era composto por casas com portas largas, separadas por uma pilastra, pilares ou colunas sobre as quais assentava uma arquitrave ou ombreira de porta. Embora constitua uma

derivação da estrutura do alpendre, em Braga e em Coimbra esta composição não chegava a formar uma rua coberta, com comunicação direta entre lojas, o que, do ponto de vista de uso comum, não parece representar um problema. É que um dos dilemas que estava presente nas ruas de mercado era a constante tensão entre os proprietários, o rei e o concelho, que reivindicavam as receitas provenientes dos aforamentos dos espaços cobertos. Em Lisboa esses problemas são mostrados de forma clara na documentação. Numa ocasião, o concelho chegou a pedir ao rei D. João III que obrigasse os comerciantes da rua Nova dos Mercadores a pagar o foro à câmara, tendo o rei decidido a partilha dos lucros: entre os proprietários das casas e a câmara. Para Évora, embora não haja referências diretas, é possível, a partir dos contratos de construção de casas com arcos na rua Ancha, revelar detalhes que mostram formas de prevenir e acautelar a propriedade concelhia, nomeadamente deixar bem assente no contrato que o chão coberto – o ar ou o vão – pertencia ao concelho, do qual recebia uma quantia anual. No caso da rua Nova do Porto, o valor comercial da artéria é visível pela forma como foi concebida. Aqui os lotes foram previamente delimitados para maximizar a densidade ocupacional, com parcelas de pequena dimensão, compridas e estreitas. Tal como na rua Nova dos Mercadores de Lisboa, no Porto, para que o rei reconhecesse quais eram as casas que pagavam foro à coroa, D. Manuel ordenou a colocação das suas armas sobre os portais, como forma de as tributar com mais certeza.

Relativamente aos espaços das grandes feiras e dos grandes mercados, como são os rossios, terreiros e campos de feira, observou-se, nos casos de Guimarães e Lisboa, que foram convertidos em praça. Esta transformação dos rossios parece ter tido como objetivo a reorganização de áreas até então consideradas marginais, mas com uma presença constante de vendedores, dotando-as de infraestruturas adequadas para as atividades mercantis, o que revela os interesses e benefícios económicos que estavam associados ao uso destes espaços. Nos casos em que os lugares das feiras não possuíam qualquer arranjo arquitetónico específico, a manutenção dos limites contrastava fortemente com aqueles rossios que, com o passar do tempo, se transformaram em praças urbanas e cujas fronteiras se tornavam mais sólidas. Nos exemplos em que os rossios eram autênticos descampados, as medições, os mapas ou os desenhos eram meios que permitiam preservar a fisionomia de eventuais usurpações, como aconteceu com os rossios de Évora e Estremoz, cujos limites foram claramente definidos e demarcados por leis e práticas de medição.

No que se refere à arquitetura envolvente, pode estimar-se que a existência de alpendres ou arcos era uma condição inerente ao espaço de mercado. Assim, a arquitetura em torno das praças, ruas e rossios constitui a essência da organização comercial no espaço urbano. Um instrumento que a coroa implementou, em constante colaboração mútua com os poderes locais (o concelhio e o religioso), para controlar os espaços de mercado. A construção destas estruturas arquitetónicas, que estavam sujeitas a uma autorização por parte dos poderes, configurava um investimento vantajoso e, por isso, carregava consigo inúmeras disputas sobre o uso, a propriedade e os direitos dos lucros e gestão tributária. Para a resolução destes problemas, evidenciaram-se vários modelos administrativos, veiculados pelas mais diversas formas, obrigando a regras e a condições que iam desde a ocupação urbana, passando pela dimensão e forma dos edifícios, à utilização de marcas, até aos contratos de construção e aforamento. Esta questão pode representar um dos motivos pelos quais a autorização da construção de arcos e alpendres no espaço urbano tinha de ter o consentimento régio ou concelhio e sempre sob condições especiais. Na verdade, estas ações são uma demonstração do controlo e da governança por meio da arquitetura. O direito das receitas provenientes destes edifícios comerciais pode indicar quem geria aquele espaço.

No que se refere ao campo fiscal e ao abastecimento da urbe, o comércio e as transações ilegais de alimentos sempre representaram um problema para a coroa, pelo que a existência de edifícios próprios, como açougues, celeiros ou fangas, desempenhou um papel importante para evitar a comercialização paralela. Neste sentido, o terceiro capítulo, *As arquiteturas do mercado: tipologias e funções*, concentrou-se na identificação dos edifícios públicos que tinham uma vocação comercial. Assim, houve a necessidade de fazer uma incursão pelo vocábulo alpendre, uma vez que esta palavra, quando aparece na documentação, tanto pode estar a fazer referência a um tipo de construção como a uma tipologia arquitetónica. Enquanto tipologia arquitetónica, interessa sublinhar que o alpendre foi a infraestrutura mais utilizada para as atividades comerciais. Enquanto edifícios isolados, alguns alpendres abrigavam a venda do pão, da carne ou do peixe, ou seja, tratavam-se de açougues alpendrados. No século XVI, a descrição da arquitetura dos alpendres exprime uma profunda alteração na fachada, que parece ser cada vez mais monumental, uma arquitetura de prestígio claramente inspirada nos modelos de *loggia* italianas, como foi explicado com os casos de Loulé e Braga.

As arquiteturas do mercado foram observadas na perspectiva do que era o poder concelhio e da sua responsabilidade na fiscalização e no provimento da urbe. Assim, a inclusão do paço do concelho na arquitetura dos mercados trouxe uma compreensão significativa desse encargo. A releitura e comparação tipológica de alguns edifícios concelhios, nomeadamente entre os reinados de D. Manuel e D. João III, revelaram uma mudança funcional, visível a partir da organização arquitetónica. Se no período manuelino as galerias do piso térreo dos edifícios municipais tinham uma função efetivamente comercial, a partir do reinado de D. João III esses arcos tornaram-se meramente representativos do poder concelhio e, noutros, este tipo de galeria foi completamente ausente. Outros dados históricos podem explicar as várias fases arquitetónicas de forma mais clara. Neste período, há um dado fundamental para entendermos o contexto histórico-arquitetónico dos edifícios municipais, e que diz respeito ao modo como o rei D. João III se interessou pela organização comercial nos edifícios italianos, cuja influência pode ter norteado uma ou outra forma arquitetónica. A introdução de novos edifícios com funções específicas, como foram o caso dos açougues – de que são exemplo os açougues de Beja e de Elvas – e os celeiros públicos, também pode estar por detrás dessas mudanças. Estes novos equipamentos demonstram uma reorganização administrativa relativa aos bens de consumo. A existência de açougues e celeiros, enquanto edifícios individuais e isolados, parecem ter tido um efeito considerável na conceção destas novas fachadas das casas concelhias, ou podem explicar a organização dos paços do concelho correspondentes ao período de D. João III, nos quais as atividades comerciais não têm mais lugar na parte fonteira do edifício. A relação da ausência de arcos com o surgimento de novos açougues correspondeu a uma tentativa de delinear uma evolução estrutural e funcional do paço do concelho, evolução essa gerada pelos novos comportamentos relacionados com a comercialização dos bens alimentares, bem como para monitorizar de perto o fluxo e movimentação de mercadorias. Constatase, pois, que o concelho não é representado apenas por um único edifício público, mas dele fazem parte um conjunto de edifícios públicos – alpendres, açougues e celeiros – articulados entre si.

Retomando a metodologia usada, que se baseou, sobretudo, no método comparativo, tem-se a consciência que isolar estes espaços da própria evolução urbana da cidade pode ter prejudicado, parcialmente, algumas possibilidades de interpretação. Para suprir eventuais falhas, foram estudadas, no capítulo IV, *O mercado na evolução*

urbana: estudos de caso, cinco cidades: Braga, Guarda, Évora, Faro e Tavira. A intenção deste capítulo foi analisar as áreas comerciais de uma determinada cidade sem perder de vista a localização geográfica e a expansão urbana de cada uma. A vontade era perceber até que ponto o mercado teve um papel preponderante na fixação ou no surgimento de novos espaços; até que ponto o mercado teve uma influência na transformação urbana dessas cidades. No entanto, a (re)organização dos espaços de mercado nas cidades portuguesas que se formaram em diferentes momentos, dependendo dos contextos locais e regionais, permitiu apurar diferentes cronologias. Um aspeto comum a salientar no estudo das cinco cidades é que em todas se observa um empenho para organizar e delimitar o mercado no espaço urbano, evitando com isso a dispersão dos vendedores em espaços que não foram definidos para receberem essas funções. Porém, enquanto que na Guarda, Évora, Faro e Tavira as tentativas de reorganização e mudança se observam a partir da segunda metade do século XIV, em Braga só se fazem sentir a partir do início do século XVI.

No que se refere à criação dos espaços de mercado, Braga representa uma clara exceção relativamente aos estudos de caso analisados. Primeiro, tratou-se de uma ação que foi conduzida pelos arcebispos. Quando se pretendia alterar fisicamente o espaço eram os arcebispos a tomarem as decisões. Outra diferença que se verifica em Braga é que não existe uma verdadeira praça de mercado, mas sim um conjunto de edifícios comerciais dispersos pela malha urbana, e junto às principais portas da cidade, mas unificados por uma importante artéria comercial – a rua Nova do Sousa ou do Souto.

A formação dos espaços de mercado na cidade da Guarda apresenta-se significativa na medida em que a documentação evidencia um aspeto que, embora tenha ocorrido na maioria das cidades, é omissa nas fontes escritas e que diz respeito à mudança do mercado para outro ponto urbano. Embora pareça óbvia a necessidade de centralizar as trocas comerciais, outras razões podem ser depreendidas, nomeadamente os interesses que estavam em causa, levando a recorrentes conflitos pela disputa dos benefícios económicos associados. No caso da Guarda, a coroa opunha-se à mudança do mercado da praça de São Vicente porque queria continuar a receber os lucros dos aforamentos dos alpendres, proibindo, inclusivamente, as vendas noutra praça urbana. Nesta cidade, também merece ser destacado que a sua posição geográfica, em zona de serra, afastada dos principais portos comerciais, e de difícil acesso, obrigou os monarcas a outorgar constantes privilégios que incentivassem a vinda de mercadores para a cidade. Apesar da referência precoce à mudança do mercado, na verdade, o novo espaço comercial na praça

de Santa Maria da Vitória ou do Mercado, perto da sé, demorou a concretizar-se, tendo-se oficializado apenas a partir do século XVII.

Em Évora, a dimensão da praça do Giraldo, que se formou à porta do Alconchel, possibilitou a coexistência de várias funções. Por ser a praça ao mesmo tempo o principal espaço público, o mercado não podia interferir nas atividades religiosas e concelhias que ali tinham lugar. Para tal, era preciso definir a área destinada às trocas comerciais para que as diversas funções que esta praça desempenhava se articulassem. Neste sentido, a documentação dos séculos XVI a XVIII revela que certos elementos arquitetónicos – como o pelourinho, a fonte, a escadaria da igreja de Santo Antão, bem como o conjunto de arcadas em torno do perímetro da praça – foram usados para definir os limites do mercado no principal espaço público da cidade.

Em Faro e Tavira a fixação dos espaços de mercado acontece logo na primeira metade do século XV, durante o período da expansão marítima. Nestas cidades, a ribeira, para além de apresentar um primeiro processo da expansão urbana para fora dos muros medievais, é simultaneamente o espaço económico.

Em Faro há que sublinhar os avanços e recuos na formação das áreas comerciais, tendo que ser destacado o impacto que a vinda do episcopado causou nestes espaços, nomeadamente a conversão da igreja matriz em catedral, em torno da qual se contruiu o paço episcopal. Até ao século XVI, coexistiram nesta cidade dois pontos de venda: no núcleo amuralhado comercializava-se a carne, o pão, as frutas, as hortaliças e outros produtos não comestíveis, como eram os tecidos trazidos pelos mercadores estrangeiros; nas tercenas, próximas à porta da Vila, vendia-se o peixe. Este espaço extramuros ganhou outro interesse a partir do reinado de D. Manuel. A edificação de um hospital, da igreja da Misericórdia e da alfândega aponta para a criação de um espaço urbano público, ou seja, uma praça, como lugar distinto, destinado a receber os mais importantes edifícios. Esta valorização parece ter incentivado os vendedores de frutas, legumes, carne e pão, localizados intramuros, para acompanharem a expansão urbana, estabelecendo-se nas zonas mais concorridas do arrabalde. Esta situação levou o concelho a pedir ao rei D. Manuel que obrigasse os vendedores a retornarem aos postos de venda dentro das muralhas. Contudo, na sequência da transição do bispado da cidade de Silves para Faro, em 1577, uma nova função ao espaço intramuros foi atribuída, a de núcleo episcopal, pondo fim às atividades comerciais neste espaço.

Em Tavira, desde o reinado de D. João I que as trocas comerciais tinham lugar na zona ribeirinha. Na formação deste espaço de mercado há que destacar um documento

que relata a forma como o concelho se apropriava dos bens da coroa, descrito em 1504 pelo contador do rei D. Manuel no Algarve, sobre a posse indevida dos açougues. Esta exposição fornece um relato quase completo da criação e organização do espaço do mercado na praça da ribeira, entre os reinados de D. João I e D. Manuel. Tal como na Guarda, a formação do mercado foi acompanhada por conflitos de interesses, que envolveu sempre a intervenção dos monarcas. Sublinhe-se, ainda, a forma como a ribeira de Tavira foi dividida funcionalmente. Ao longo dos séculos XV e XVI, a área ribeirinha apresentava-se como um “tabuleiro” de obras. Do lado oriental das tercenas observa-se um grande investimento em infraestruturas públicas necessárias para as atividades comerciais, preparando o espaço para receber o mercado; do lado ocidental definiam-se ruas e travessas e delimitavam-se lotes para a construção de residências, algumas de mercadores.

O conjunto de análises que foram feitas aos espaços de mercado ao longo deste trabalho revela que as práticas comerciais exigiram uma transformação urbana, atestada pela arquitetura envolvente, sinal de que os poderes tinham plena consciência das questões comerciais, mais concretamente uma preocupação com o abastecimento da cidade, dos benefícios económicos que advinham dessas atividades e da necessidade de as organizar e tributar.

À luz destas considerações, torna-se necessário refletir com mais atenção sobre um aspeto que está relacionado com a morfologia arquitetónica dos espaços de mercados e dos seus edifícios, que é a existência de limites para as atividades comerciais no espaço urbano. Para além das necessidades do enobrecimento e de proteção das condições climáticas, os alpendres e os arcos podem ter sido usados para demarcar os limites do mercado no espaço urbano. Existe uma planta cartográfica que representa bem esta ideia de limite. Trata-se da *plaza del Baratillo*, na cidade do México, na qual estão desenhados dois momentos, antes e depois de 1760: um primeiro momento que regista o mercado desorganizado e um segundo momento que apresenta uma proposta de organização⁷⁰⁰. Em ambos, o mercado não ocupa a totalidade da praça. Mesmo na representação do mercado desorganizado é possível observar que ele está confinado a um lado da praça, entre o portal dos Mercadores e o edifício dos *Cajones*, muito embora haja uma

⁷⁰⁰ EXBALIN, Arnaud (2015). “L’ordre urbain à Mexico. Acteurs, règlements et réformes de police (1692-1794)”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], posto online no dia 11 junho 2015, consultado o 15 dezembro 2015. URL: <http://nuevomundo.revues.org/68104>.

proliferação de vendedores nas praças e ruas circundantes, que foram banidos na proposta de organização (Fig. 98).

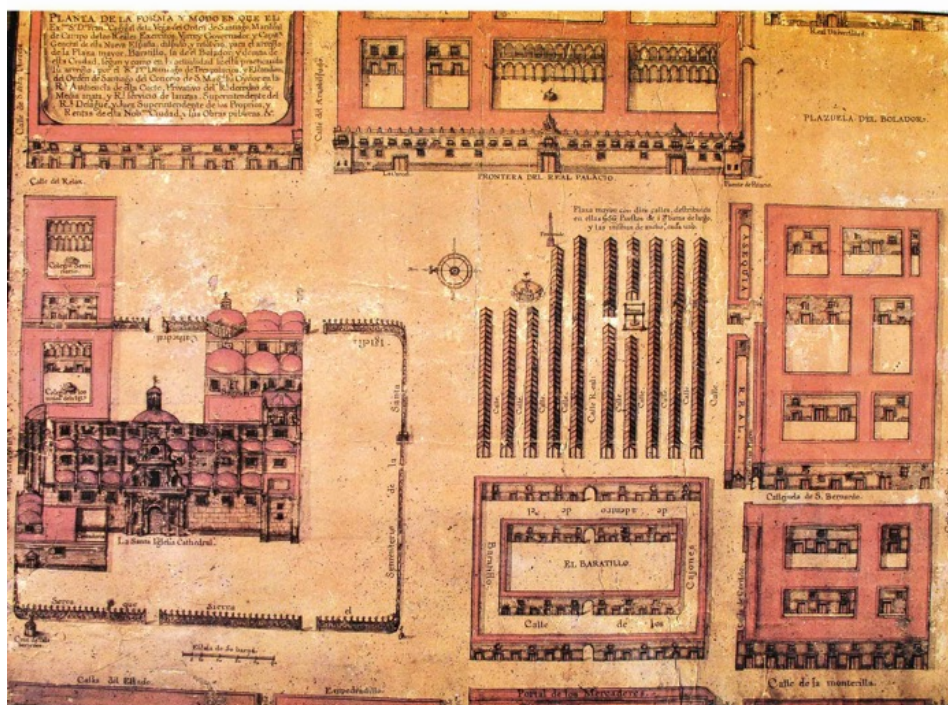


Figura 98. Mexico. Plaza Mayor de Mexico. Ca. 1760. Coleção Lenin Molina (reproduzido a partir de EXBALIN, Arnaud, 2015, p. 10).

O planeamento da praça mexicana *del Baratillo* remete-nos, igualmente, para um outro conceito de espaço de mercado⁷⁰¹. Se entre os séculos XV e primeira metade do século XVIII as transformações arquitetónicas e formais dos espaços de mercado são resultado da necessidade de abastecimento, de organização e de controlo das trocas comerciais, na segunda metade do século XVIII as mudanças que ocorreram, dentro de uma cultura iluminista, devem-se mais, na verdade, a uma reestruturação urbana direcionada para a ordem e higiene, motivos que justificam a construção de mercados cobertos ou a transição das atividades comerciais para zonas mais periféricas.

A partir dos planos da edificação de Vila Real de Santo António, no Algarve, inaugurada a 13 de maio de 1776⁷⁰², importa deixar aqui uma observação pertinente que retrata um pouco a transição cultural que se vive relativamente aos espaços de mercado. Na planta relatório elaborada pelo engenheiro militar José de Sande Vasconcelos, em outubro de 1774, encontra-se definido um espaço destinado para o mercado, localizado na rua da Princesa, na área compreendida entre a parte posterior da casa da câmara e a fachada posterior da alfândega, o que em parte representa, no conjunto do tecido urbano, um processo de marginalização das atividades comerciais. A documentação indica que os habitantes da nova Vila, bem como os comerciantes que vinham comercializar, se instalaram na praça Real para realizarem as suas trocas comerciais, dando pouca atenção ao simbolismo desta nova praça que, mais ou menos inconscientemente, a identificaram como espaço de mercado. Assim, ainda a vila se encontrava em construção, no ano de

⁷⁰¹ Transcrição das legendas (que se encontram dentro de cartelas localizadas em ambas a representações no canto superior esquerdo. [Em cima] Planta, Y Demonstracion de como estava la Plaza mayor de esta Ciudad de Mexico antes de despejarla para la Jura de nuestro Catholico Rey el Señor Don Carlos III (que Dios guarde) estando todo su plan, com muchos altos, y bajos, encharcandose en ella las aguas yobedisas; impidiendo las entradas à la Sta. Iglesia, Real Palacio, y sus contornos; cujo mapa se executo de mandato del Ex.mo Sr. D. Francisco Cagigal de la Vega, del Orden de Santiago, Mariscal de Campo de los Reales Exercitos, Virrey Governador, y Capitan General de esta Nueva España: Siendo Duperintendente de esta obra el Sr. D. Domingo (?) de Trespalacios , y Escandon del [Orden?] de Santiago del Concejo de Sua Mag. Su [oydor?] en la Real Audiencia de esta Corte, Pribativo del R[eal] derecho de media anata, y R. Servicio de Lanzas, Superintendente del R[eal] Desague &. [Em baixo] Planta de la Forma e Modo en que el Ex.mo Sr. D.on Francisco Cagigal dela Vega del Orden de Santiago, Mariscal de Campo de los Reales Exercitos, Virrey Governador e Capitan General de esta Nueva España, dispusoi, y resolvio, para arreglo de la Plaza mayor, Baratillo, la de el Bolador; y demas des esta Ciudad, segun y como en la actualidad se esta praticando sus arreglo, por el Sr. D. Domingo de Trespalacios, e Escandon del Orden de Santiago del Concejo de S. Mag Su Oydor en la Real Audiencia de esta Corte, Privativo del R[eal] derecho de media anata, y R. Servicio de Lanzas, Superintendente del R[eal] Desague y Juez Superintendente de los Proprios, y Rentas de esta Nob.ma Ciudad e sus Obras publicas &.

⁷⁰² *Plantas das manobras realizadas a 13, 14 e 15 de Maio de 1776*. Reprodução do Arquivo António Rosa Mendes para as Comemorações da Fundação de Vila Real de Santo António. Ed. Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2007.

1774 quando “barracas de negociantes cobriam então a espaçosa praça Real e uma imensa multidão de compradores e de vendedores, que aos dias de semana abraçava os construtores, sobremaneira a dita Praça”⁷⁰³. Apesar de na planta estar delineado um *terreno para mercado publico* não há qualquer referência a uma estrutura arquitetónica que abrigue as atividades comerciais (Fig. 99).

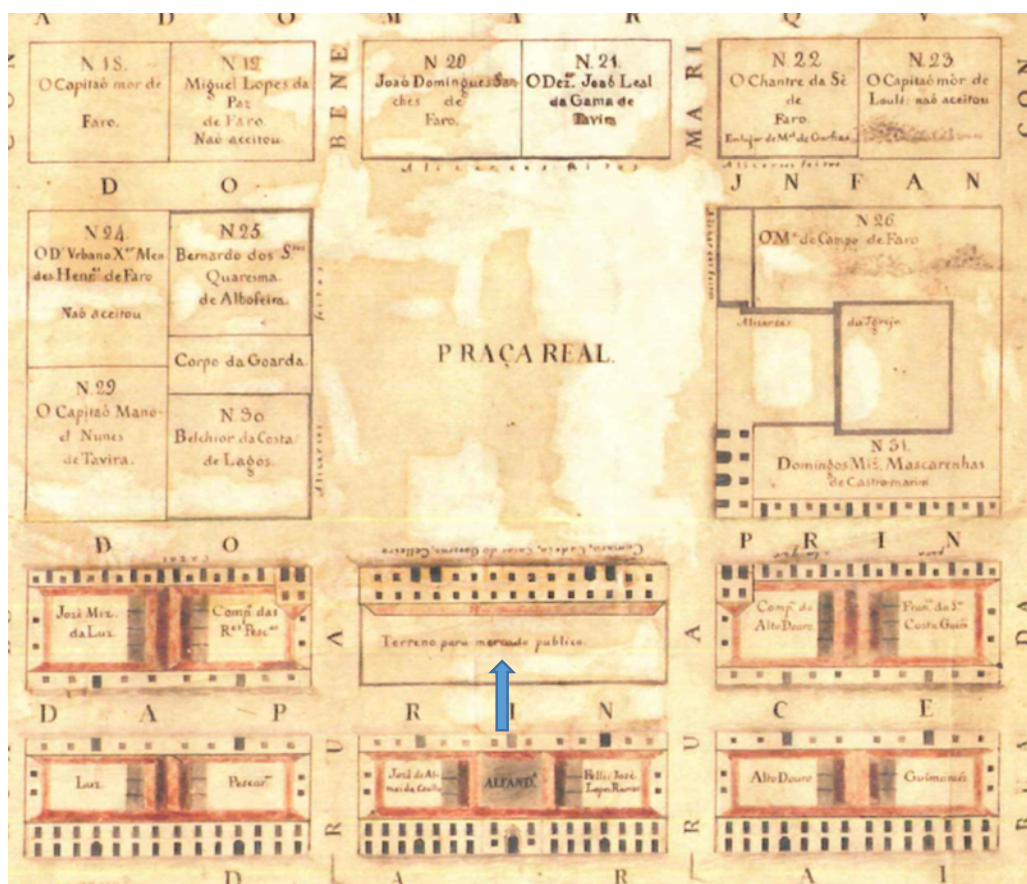


Figura 99 - Vila Real de Santo António. Detalhe do desenho relatório, outubro de, 1774. José de Sande Vasconcelos. Arquivo Municipal António Rosa Mendes.

⁷⁰³ IRIA, Alberto (1948). *Vila Real de Santo António reedificada pelo Marquês de Pombal (1773-1776). Subsídios para a sua monografia e elementos para a história da administração pombalina*. Lisboa: Ethnos, p. 19.

Pode, por isso, ter existido uma alteração ao projeto inicial da casa da câmara, tendo sido construída uma arcada, desfazendo, possivelmente, o programa inicial que apontava a cedência deste terreno a particulares⁷⁰⁴: “o grande edifício da Caza da Camera pela parte da Praça, e a Arcada da parte da Feira, *que* fica posterior, estão quanto ao todo inteiramente acabadas, e só lhe faltão alguns forros e repartições, e algumas Trapeiras”⁷⁰⁵. Um levantamento arqueológico daquele espaço revelou que a arcada era composta por uma sequência de 15 arcos⁷⁰⁶, que se destinava ao mercado, que tinha sido proibido na praça Real. Segundo Horta Correia, tratou-se de uma situação semelhante ao rossio de Lisboa, em que transitou para a praça da Figueira o mercado das frutas e hortaliça⁷⁰⁷.

No caso de Vila Real de Santo António, para retirar dali o caos, ruídos e sujidades que o mercado causava naquele espaço nobre, a solução passou pela criação de uma arcada na fachada posterior da casa da câmara, para ali concentrar as funções comerciais que, inicialmente, o edifício concelhio não dispunha, demarcando assim o perímetro do mercado no tecido urbano. Este espaço coberto criava, de certa forma, uma praça do mercado na fachada posterior da casa do concelho, cumprindo um papel semelhante aos dos paços dos concelhos dos séculos anteriores. Cabe aqui destacar como a arcada (e também o alpendre) é tida como uma estrutura adequada para as atividades mercantis. De certa forma, a arcada padroniza o modelo de praça de mercado. É também interessante ressaltar a forma como os habitantes e comerciantes encararam a praça Real. Por ser espaço aberto, amplo, onde se encontram os principais edifícios da urbe, foi vista como lugar ideal para a montagem de tendas provisórias e barracas de madeira, bancas e tabuleiros de madeira nos dias de mercado, mas a forte carga simbólica contida na construção de uma praça Real dissocia-a da função comercial. Este novo conceito de

⁷⁰⁴ Numa planta que contem a organização do piso inferior e da parte posterior da casa da câmara, levantada em janeiro de 1774, assinada pelo ministro do rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), é representado um lote com o seguinte esclarecimento: *Terreno para particulares, ficando livre entre eles, Cadeya, e Selleyro, hum páteo de 12 palmos como mostra a planta*. Esta legenda foi interpretada por José Eduardo Horta Correia como sendo um terreno destinado a edificações. CORREIA, José Eduardo Horta (1997). *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. op. cit., p. 154.

⁷⁰⁵ *Apud* IRIA, Alberto (1948). *Vila Real de Santo António reedificada pelo Marquês de Pombal (1773-1776). Subsídios para a sua monografia e elementos para a história da administração pombalina*, op. cit., Doc. N.º 44, p. 57.

⁷⁰⁶ OLIVEIRA, André (2009). “Casa da Câmara de Vila Real de Santo António Levantamento arqueológico”. *Monumentos*. N.º 30. Dedicado a: Vila Real de Santo António, a cidade ideal. Lisboa: IRHU, p. 57.

⁷⁰⁷ CORREIA, José Eduardo Horta (1997). *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, op. cit., p. 154.

praça permite concluir que uma das grandes características das praças iluministas é a ausência de compras, vendas, consumo. Não é o espaço onde se fazem as trocas comerciais, é o espaço onde se fazem os grandes tratos comerciais. Estas constatações são, porém, sementes para investigações futuras.

Para rematar, tem-se consciência de que os casos aqui estudados abrangem elementos próprios que não são relacionáveis entre si pelo simples facto de cada caso ser um caso. Contudo, além dos diferentes ritmos e contextos pode-se constatar que a questão do mercado teve um efeito profundo no desenvolvimento do tecido urbano da cidade, sendo uma presença constante na história (urbana) da cidade: acompanhou o seu crescimento, as suas mudanças e as suas transformações. Havia sempre a necessidade de lhe atribuir um lugar e um edifício. Mesmo nos casos em que o mercado não proporcionou mudanças particularmente marcantes, como se verificou em Vila Real de Santo António que contornou o problema com a edificação de uns arcos, a localização do mercado no espaço urbano não era uma questão menor.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Évora (ADE)

Colecção de treslados de documentos de arquivo municipal eborense.

Livros do cartório da câmara, 155, 156, 157, 166, 211.

Livros notariais, cota 224.

Livro III dos originais, carta d'El-Rey á camara respondendo a apontamentos que lhe enviaram por Andre Falcão.

Posturas, 1775. “Orteloas”, Liv. 211.

Próprios do concelho, paços do concelho e cadea.

Arquivo Distrital de Faro (ADF)

Escritura de reconhecimento de um foro de três mil réis que paga José Ferreira e sua mulher em umas casas ao Colégio da Companhia de Jesus desta cidade. 24 junho.1668.

Livro das vereações, vereação do dia 24 de maio de 1843.

Livro das vereações, vereação do dia 5 de novembro de 1845.

Livro das vereações, sessão de 13 de agosto de 1873,

Livro das vereações, sessão do dia 23 de março de 1878.

Arquivo Distrital da Guarda (ADG)

Actas de Vereação. Sessões da Câmara da Guarda, 23 de agosto de 1889. Caixa 561, Fundo do Governo Civil.

Arquivo Distrital de Viana do Castelo (ADVC)

Plantas de tudo o que contem a Mizericordia da Villa de Vianna tanto pello que pertence ao seu Plano como ao seu Prospecto e Elevação. Medidas e deleniadas por Gonçalo Luis

da Silva Brandão anno de MDCCLXXVI. Cota 3.27.1.7
<https://digitarq.advct.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=1072192>

Arquivo Distrital de Setúbal (ADS)

Açougue [Localização e descrição do edifício do açougue, em Setúbal. Desenho do edifício do açougue].1852. Cota: 12/445/pt. 50/2.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP)

Planta da cidade de Guimarães de autoria de Manoel d'Almeida Ribeiro, 1863. Cota 8-3-3-1.

Arquivo Municipal de Braga (AMB)

Primeiro livro do tomo dos bens e propriedades, foros e pensoins ertencentes ao Senado da Camera Secular desta Cidade de Braga [fevereiro a julho de 1737].

Arquivo Municipal de Lisboa (AML)

Antigo paços do concelho de Évora. Lado sueste da praça de Geraldo. Cassiano Branco / Projectos apresentados em concursos públicos / Agência do Banco de Portugal em Évora. Cota: V - B.P. 25.

[A cidade de Évora - A praça do Giraldo no século passado e no presente: iconografia histórica], 1944, pp. 3, 4. Cota: III - R.E. 39

Casa da Almotaçaria, Livro 2º da Casa da Almotaçaria, [Postura sobre a proibição de obstrução da praça e adro da igreja de S. Nicolau], doc. 24, f. 10v.

Chancelaria da Cidade. D. João II ordena o abastecimento do paço dos Estaus. Livro 1º de serviços a El Rei, doc. 28, f. 34 e 34v. [28 de março de 1486].

Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, doc. 20, f. 31 e 31v [D. Dinis estabelece com o concelho de Lisboa as condições para a construção da muralha da Ribeira de Lisboa, a edificar entre a Torre da Escrivainha e as casas do rei da Rua Nova, cujo financiamento deveria ficar a cargo de ambas as autoridades].

Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, doc. 351, f. 262v. D. João I regula a aposentadoria na Rua Nova de Lisboa.

Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, doc. 244. D. Afonso V envia ao concelho de Lisboa instruções relativamente aos aforamentos, fl. 296.

Chancelaria Régia, Livro 1º de D. Manuel I, doc. 46 (antigo 47). D. Manuel I ordena pagamento por utilização de espaço do hospital de Todos-os-Santos.

Chancelaria Régia, Livro 1º de D. Manuel I, doc. 25 (antigo 26). D. Manuel responde a um conjunto de questões colocadas pela Câmara de Lisboa [8 de agosto de 1498].

Chancelaria Régia, Livro 1º de D. Manuel I, doc. 37 (antigo 38). [D. Manuel ordena, com exceção para algumas ruas onde não provocam problemas, a demolição das sacadas existentes em Lisboa. 17 de junho de 1499].

Chancelaria Régia, Livro 3º de D. Manuel I, doc. 97, f. 115 e 115v. D. Manuel estipula a forma como devem ser instalados os tabuleiros na Rua Nova de Lisboa e incumbe a Câmara da sua fiscalização [15 de março de 1512].

Chancelaria Régia, Livro 3º de D. Manuel I, doc. 105 e 105 A, f. 124 a 125v. [A Câmara de Lisboa define as dimensões dos tabuleiros cuja construção D. Manuel autorizara, sob certas condições, na Rua Nova dos Mercadores, em Lisboa, posterior a 27 de agosto de 1512].

Ribeira Velha, Painel de Azulejos. Catálogo da exposição de documentos e obras relativos à história de Lisboa (1947). Cota: A10795.

Arquivo Municipal do Porto (AMP)

Zona da Alfândega e Rua Nova. Coleção Olhares sobre o Porto Medieval, Desenhos, nº 2. Cota D-PST/2388(2).

Arquivo Municipal de Tavira (AMT)

Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho. Reforma dos Tombos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003.

Arquivo Municipal de Viana do Castelo (AMVC)

Plantas de tudo o que contem a Mizericordia da Villa de Vianna tanto pello que pertence ao seu Plano como ao seu Prospecto e Elevação. Medidas e deleniadas Por Gonçalo Luis da Silva Brandão anno de MDCCLXXVI. Cota 3.27.1.7
<https://digitarq.advct.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=1072192>

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Chancelaria de D. Manuel I, Liv. 32, Liv. 42.

Chancelaria de D. João III, Liv. 11.

Dicionário Geográfico de Portugal. Oliveira do Castelo, Guimarães. Vol. 18, n.º 134.

Dicionário Geográfico de Portugal. Sé, Viseu, vol. 43, n.º 515.

Livro 2 e 3 das *Beiras*.

Livro 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8 *Odiana*.

Livro 4 de *Místicos*.

Livro 8 *Estremadura*.

Requerimento de Pêro Soares para ser isento de foro ao concelho de umas tendas defronte de umas casas que fizera na praça de Beja. Fragmentos, cx. 6, mç. 2, n.º 38.

Tombo do Bens e de Raíz da Casa da Câmara e do Concelho de Beja, 1526. Cota, Gavetas, Gav. 24, mç. 1, n.º 17, fl. 2.

Biblioteca Digital do Exército (BDE)

Planta da Cidade de Elvas, [1700-1900]. Cota - 10651-2-23A-33.

Carta geral militar e topografica da praça de Estremos / levantada pelo Major Manoel Joaquim Brandão de Souza, em 1818.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Campo de Sancta Anna [Braga]. Cota do exemplar digitalizado: d-359-v.

CASTRO, João Baptista de [1836], *Roteiro terrestre comprehendendo as jornadas e summarios de distancias da capital a huma grande parte das terras do Reyno de Portugal e Algarves: precedido do cathalogo das feiras e mercados que se fazem no Reyno e seguido de dois indices, hum das jornadas que comprehende, e outro das terras, pontes, fontes, etc., que nas mesmas se encontram : ordenado tudo em forma alphabetica* [Manuscrito], COD. 13175.

Constituições do Bispado Deuora, 1534. O mesmo vem referido nas *Constituições do arcebispado Deuora nouamente feitas por mandado do illustrissimo & reuerendissimo señor dom Ioam de Mello arcebispo do dito arcebispado & c* [sic]. Euora: em casa de Andre de Burgos, 1565. fls. 48-49.

FREIRE, Vasco, 1612-1621. *Livro das Antiguidades da cidade de Beja e de outras particulares depe(n)dentes dellas*, Reservados da Biblioteca Nacional, COD. 885.

RIBEIRO, Manuel Botelho, 1797 [1630]. *Dialogos Moraes, Historicos, e Politicos. Fundação da Cidade de Vizeu historia de seus Bispos geraçoens das suas Familias, com a noticia de muitas cousas, que nella aronteceraõ, varias Antiguidades, e outros Sucessos curiosos*, COD. 907.

SEIXAS, José Figueiredo (1773?). *Tratado de Ruação para emenda das ruas, das cidades, villas e logares deste reino*.

Planta da Cidade de Évora, [entre 1750 e 1790?]. Cota do exemplar digitalizado: d-343-a. <http://purl.pt/26078>.

TINOCO, João Nunes (1650). *Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar* [Material cartográfico] / Delineada por João Nunes Tinoco, Architecto de S. M[a]g[esta]de anno 1650. Lisboa: Lith[ographia] da Imp[rensa] Nac[ional], 1853. Cota do exemplar digitalizado: cc-1081-a <http://purl.pt/4503>.

VASCONCELOS, José de Sande (ca. 1790) *Plano do terreno que circunda o armazem da polvora construído nos suburbios de Faro*.

Biblioteca Nacional do Brasil (BNB)

De Guimarães. [S.l.: s.n.], [ca.1570].. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1133141/cart1133141_1.html.

De Vila do Conde. [S.l.: s.n.], [ca.1570].. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1090201/cart1090201.jpg

Borrão do Alçado da planta de Tavira...desenhado pelo engenheiro militar José de Sande Vasconcelos, 179?.

Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço (Guarda) (BEMEL)

Privilégio. fl.126. [D. Manuel, 1519].

ProuiSão para hu Solorgião e Boticario, fl.126v. [D. João III, 1544].

Biblioteca Pública de Évora (BPE)

Man. Cod. 40 - 1, *Carta do Infante D. Luís*.

Man. Cod. 73-11 - *Promemória da fundação da Igreja de Sto. Antam de Evora*.

Man. Cod. 75-16 - *Promemória das casas da Camara de Évora*.

Man. Cod. 58 - *Regimento das fontes aqueducto, e fabrica da agua da prata da Cidade de d'Euora, reformado, & acrescentado por El Rey Dom Philippe segundo nosso Sñor no ano de M. D. L.XV*.

Mappa das Anteguidades, q se achão em a Cidade de Tavira, offerecido ao Exmo e Rmo Senhor D. F. Manoel do Senaculo, Bispo de Beja. Dezenhado por Joze Justiniano Henriques, [ca.1796]. Gav. 4. N.º 23.

Biblioteca Pública de Toronto (BPT)

Georg Braun, 1598, *Illustris civitatis Conimbriae in Lusitania ad flumen Illundam effigies*, Toronto Reference Library
<https://www.torontopubliclibrary.ca/detail.jsp?Entt=RDMDC-912-46935-B67&R=DC-912-46935-B67>.

Hemeroteca de Lisboa (HE)

Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais (1934). Revista Trimestral, N.º 11, Jan-Mar. Lisboa: S. Industriais da C.M.L.

O occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro, 7º Anno, Volume VII, N.191, 11 de abril de 1884.

Instituto Geográfico Português (IGP)

Plano hidrográfico dos Portos e Barra de Faro e Olhão, levantado entre 1869 e 1872, por Bento Maria Freire de Andrade, Engenheiro Hidrográfico e Augusto Gerardo Pery, engenheiro militar, Cota 10AP9.

Leiden University Libraries (LUL)

Vista Panorâmica de Lisboa, ca. 1570., COLLBN J29-15-7831-110/30a-q, <http://hdl.handle.net/1887.1/item:291826>

Real Academia de la Historia (RAH)

[Plano da cidade de Faro], Colección: Departamento de Cartografía y Artes Gráficas —
Signatura: C-003-078, N° de registro: 00113, Signatura antigua: C-I c 78.

Swedish Military Archives (SMA)

Planta de la Cividad de Tavilla, desenhada por Leonardo de Ferrari [c. 1650]. Collection
Foreign City and Fortress plans, Portugal, Tavira.

Fontes impressas

ALBERTI, Leon Batista (2011). *Da Arte edificatória*. Tradução do latim de Arnaldo Monteiro
do Espírito Santo. Introdução, notas e revisão disciplinar de Mário Júlio Teixeira Kruger.
Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ARDEMANS, Teodoro (1754). *Ordenanzas de Madrid y otras diferentes que se practican en las
ciudades de Toledo y Sevilla, con algunas advertencias a los alarifes y particulares...* En
la Imprenta, y Libreria de Joseph Garcia Lanza, Plazuela del Angel.

Alvará 7 de março de 1615, D. Filipe II (1598-1621), Livro 1613-1619, p. 1615. *Colecção de
Legislação Portuguesa*, consultado em
<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/1/19/p156>.

Alvará de 4 de dezembro de 1645, D. João IV (1640-1656), Livro 1675-1700, p. 1644. *Colecção
de Legislação Portuguesa*, consultado em
<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/9/43/p171>.

Alvará, 25 de abril de 1684. D. Pedro II (1667-1706). Livro 1675-1700, p. 13. *Colecção de
Legislação Portuguesa*, consultado em
<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/9/43/p13>.

Alvará 28 de novembro de 1674. D. Pedro II (1667-1706). Livro 1675-1700, p. 322. *Colecção
de Legislação Portuguesa*, consultado em
<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/9/100/p348>.

Alvará de 27 de maio de 1690, D. Pedro II (1667-1706), Livro 1683-1700, p. 242. *Colecção de
Legislação Portuguesa*, consultado em
<https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/9/100/p242>.

AZEVEDO, Pedro (1917). “As cartas de criação de Cidade concedidas a povoações
portuguesas”. *Separata do Boletim da “segunda classe”. Vol. X. Academia das Ciências
de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

- BRAGA, Alberto Vieira (1953). *Administração seiscentista do município vimarense*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- BRANDÃO, João (1917). “Majestade e grandezas de Lisboa em 1552”. *Archivo Histórico Português*, Vol. XI. Edição de Anselmo Braamcamp Freire e J. J. Gomes de Brito.
- BLUTEAU, Raphael (1712-1728). *Vocabulário Portuguez e Latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, vols.1, 2 e 4.
- Chancelarias Portuguesas*. D. Pedro I (1357-1367) (1984). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Cortes portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* (2001). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, José Pereira da (1994). *Vereações da Câmara Municipal do Funchal*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- DUARTE, Luís Miguel (2014). “Actas de Vereação de Loulé, Século XVI, 1522-1527”. Suplemento da revista *Al-Ulyà*, n.º 14. Loulé: Edição Arquivo Municipal de Loulé.
- DIEGO CATALÁN, Juan Núñez de Villaizán (1977). *Gran crónica de Alfonso XI: edición crítica*. Vol. 2. Universidad Complutense de Madrid: Editorial Gredos.
- D’OLIVEIRA, Frei Nicolao (1620). *Livro das Grandezas de Lisboa*. Impresso em Lisboa por Iorge Rodriguez.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1916). “Tombo da Comarca da Beira (1395)”. *Archivo Histórico Portuguez*, Vol. X. Lisboa.
- FREIRE, Antonio de Oliveira (1739). *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal, que contem huma exacta relaçam de sua Provincias, Comarcas, Cidades, Villas, Freguezias, montes, rios, portos com a sua situaçãõ, extensaõ, e limites, a qualidade de cada paiz, as fortalezas, o numero, costumes, e commercio dos seus habitantes, as principaes dignidades Ecclesiasticas, os titulos honorificos de sua Nobreza, a serie, e acçoens mais famosas de seus Reys, e tudo o mais memoravel desta antiga, e illustre Monarchia*. Lisboa Occidental: Na officina de Miguel Rodrigues.
- FREITAS, Bernardino José de Senna (1890). *Memórias de Braga, contendo muitos e interessantes Escriptos extrahidos e recopilados de diferentes Archivos, assim de Obras Raras, como de Manuscritos ainda inéditos*. Tomo II. Braga: Imprensa Catholica.
- GOES, Damião, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*. Capítulo LXXXV. Das Igrejas,

mosteiros, ospitais castello fortaleza, & outras obras que el Rei dom Emanuel fez de novo, & mandou reparar, & dos lugares que ganhou aos mouros em Africa, & em Asia. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa.

GÓIS, Damião (2001). *Descrição da Cidade de Lisboa*. Tradução de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.

LAMEIRA, Francisco e SANTOS, Maria Helena (1988). *Visitações de Igrejas Algarvias da Ordem de São Tiago de 1554*. Faro: ADEIPA.

LAMEIRA, Francisco Ildefonso, CANÁRIO, António Colaço (1991). *Posturas Camarárias da Cidade de Faro de 1728*, Faro: Ed. Câmara Municipal de Faro.

Livro das Posturas Antigas (1974). Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Livro das Fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por de Duarte de Armas, Escudeiro da casa do rei D. Manuel I, [1508-1509], documento digitalizado <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3909707>

MARQUES, José (2001-2002). “Arquivo Histórico. Actas das Vereações”. *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Vol. L, 104-105 (117-118), pp. 504-526.

MARQUES, José (2003). “Arquivo Histórico. Actas das Vereações”. *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Vol. LI, 106 (119), pp. 339-356.

MARQUES, José (2004). “Arquivo Histórico. Actas das Vereações”. *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Vol. LII, 107 (120), pp. 346-365.

MARQUES, José (2006). “Arquivo Histórico. Actas das Vereações”. *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Vol. LIV, 109 (122), pp. 388-420.

MARQUES, José (2009-2012). “Arquivo Histórico. Actas das Vereações”. *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Vol. LVII, 112-115 (125-128), pp. 600-625.

MARQUES, José (2016). “Arquivo Histórico. Actas das Vereações”. *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Tomo 2, Vol. LXI, 119 (132), pp. 808-853.

MARTINS, José Luís Mamede, MARTINS, Natércia M. Ramos Pereira (1988). “Livro 1º do Registo da Câmara. Beja 1506/32”. *Arquivo de Beja*, (2ª série), 1.

Plantas das manobras realizadas a 13, 14 e 15 de Maio de 1776. Reprodução do Arquivo Municipal de Vila Real de Santo António para as Comemorações da Fundação de Vila Real de Santo António (2007). Vila Real de Santo António: Edição Câmara Municipal de

Vila Real de Santo António.

- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (1800) *Discursos apresentados á Meza da Agricultura sobre varios objectos relativos á cultura, e melhoramento interno do reino: traduzidos da lingua ingleza debaixo dos auspicios e ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente nosso senhor*. Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Literaria do Arco do Cego.
- PINTO, Pedro (2015). “Minuta de instruções régias para uma embaixada a Itália (ant. 1538)”. *Fragmenta Historica - História, Paleografia e Diplomática*, 3, pp. 99-114.
- PINTO, Pedro (2017). “Resumos e transcrições de documentos relativos à Rua Nova”. In *A Cidade Global. Lisboa no Renascimento. The Global City. Lisbon in the Renaissance*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, Imprensa nacional Casa da Moeda, pp. 365-381.
- PORTUGAL, Tomás António de Villa Nova (1790). “Memória sobre a preferência que entre nós merece o estabelecimento de mercados ao uso de feiras de anno para o comércio intrínseco”. In *Memórias econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal, e suas conquistas*. Tomo 2. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias.
- ROCHA, Ricardo (1750) (1989). *Mapa das ruas de Braga*. Introdução de Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos. Braga: Universidade do Minho.
- SÃO JOSÉ, Frei João de (1983) [1577]. *Corografia do Reino do Algarve*. Apresentação, leituras notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- VIANA, Abel (1946). “O Tombo primitivo da Misericórdia de Beja”. *Arquivo de Beja*. Vol. III.
- VIANA, Abel (1955). “O Livro X do Registo das Provisões da Câmara Municipal de Beja, 1560-1791”. *Arquivo de Beja*, Volume XII.
- VIEIRA, João Pedro (transcrição) (2018). “Tombo dos Bens do Concelho de Beja (1509-[1541])”. *Fragmenta Historica*, 6, pp. 295-305.
- VITERBO, Joaquim De Santa Rosa de [1799] (1984). *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usáram, e que hoje regularmente se ignoram...*, edição crítica por Mário Fiúza. Vol. II. Porto: Livraria Civilização.

Bibliografia

- AAVV (1981). *Beja. Centro Histórico – Plano de Salvaguarda e recuperação*. Beja: Edição da FADEPA.
- AFONSO, José Ferrão (2000). *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto: FAUP Publicações.
- AFONSO, José Ferrão (2000). “A construção de um novo centro cívico: Notas para a História da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV”. *Museu*, IV^a série, 9, pp. 29-70.
- AFONSO, José Ferrão, OLIVEIRA, Marta M. Peters, RAMOS, Sílvia (2013). “Guimarães *ad radicem montis Latito*”. *Monumentos*, 33, pp. 8-21.
- AFONSO, José Ferrão (2016). “Manuel Luís e a «Nova Braga» de Frei Agostinho de Jesus”. *Revista Cultural Bracara Augusta* 51, Vol. LXI, pp. 183-235.
- ALARCÃO, Jorge (1983). *A Arquitectura do Mercados Romanos*. Braga: Minia.
- ALARCÃO, Jorge de (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ALLIX, André (1922). “The Geography of Fairs: Illustrated by Old-World Examples”. *Geographical Review*, Vol. 12, 4, pp. 532-569.
- ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de (2014). *A Nuvem e Juno. Praças e cultura urbana no Sul de Portugal no início da Idade Moderna*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (2014). “Formas urbanas do Porto setecentista: a praça intramuros”. *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, vol. 14, pp. 685-700.
- AMARAL, Luís Carlos, DUARTE, Luís Miguel (1985). “Os Homens que pagaram a Rua Nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)”. *Revista de História*, 6, pp. 7-96.
- AMORIM, Inês (2000). “Urbanismo e cidades portuárias: Aveiro na segunda metade do século XVIII”. *Análise Social*, Vol. XXXV (156), pp. 605-650.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (2001). *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ANICA, Arnaldo Casimiro (1993). *Tavira e o seu Termo – Memorando Histórico*, Vol. I. Tavira: Câmara Municipal de Tavira.

- ANJINHO, Isabel de Moura (2016). *Fortificação de Coimbra: das origens à modernidade*. Vol. I a III. Coimbra: CEAACP. Universidade de Coimbra.
- ARAUJO, Renata (1990). *Lisboa – a Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ARNOUX, Mathieu (2015). “Les marchés médiévaux (XIe-XIVe siècles): entre institution, économie et société”. In BAYARD, Françoise, FRIDENSON, Patrick, RIGAUDIÈRE, Albert (Dir.), *Genèse des marchés: Colloque des 19 et 20 mai 2008*, Nouvelle édition [en ligne]. Paris: Institut de la gestion publique et du développement économique, pp. 17-36.
- ASCHERI, Mario (2015). “Conclusioni. I portici, un aspetto dell’identità cittadina”. In BOCCHI, Francesca, SMURRA, Rosa (a cura di). *I portici di Bologna nel contesto europeo*. Atti del convegno internazionale di studi, Bologna, 22-23 novembre 2013. Roma: ed. Luca Sossella, pp. 267-273.
- AUGUSTO, Octávio Cunha Gonçalves Simões (2012). *A Praça De Coimbra e a afirmação da baixa – origens, evolução urbanística e caracterização social*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BALZAMO, Nicolas (2018). “Une controverse sans débat: Jean-Baptiste Thiers, les chanoines de Chartres et la question du commerce sous les porches des églises (1677-1680)”. *Archives de sciences sociales des religions*, 183, pp. 51-71.
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão (2015). “O Hospital Real de Coimbra: acervo documental de uma instituição assistencial (1504-1772)”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXVIII, pp. 7-75.
- BANDEIRA, Miguel Sopas (1993). “O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII. A cidade *reconstruída* a partir do *Mapa das Ruas de Braga* e dos *Índices dos Prazos das Casas do Cabido*”. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, 1ª Série, Vol. IX, pp. 101-223.
- BANDEIRA, Miguel Sopas (2001). *O espaço urbano de Braga. Obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974). A cidade dos finais do Antigo regime ao advento da II República*. Tese de Doutoramento. Vol. I. Braga: Universidade do Minho.
- BARATA, António Francisco (1909). *Évora Antiga*. Évora. Minerva Commercial.
- BARATA, Filipe Themudo (1996). “Negócios e crédito: complexidade e flexibilidade das práticas creditícias (século XV)”. *Análise Social*. Vol. XXXI (136-137), pp. 683-709.

- BARROCA, Mário Jorge (1992). “Medidas-Padrão medievais portuguesas”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. 2ª série. Vol. 9, pp. 53-85.
- BARROS, Amândio Jorge Morais (1986-1987). “Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na 2ª metade do século XV”. *Revista de História*, 7, pp. 159-174.
- BARROS, Henrique da Gama (1896). *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*. Tomo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- BELLI, Gianluca (2008). “I luoghi di mercato a Firenze tra Medioevo e Rinascimento”. In CALABI, Donatella (a cura di). *Il mercante patrizio. Palazzi e botteghe nell'Europa del Rinascimento*. Varese: Bruno Mondadori, pp. 79-97.
- BELLI, Gianluca (2011). “Gli spazi del mercante e dell'artefice nella Firenze del Quattrocento”. In BELLUZZI, Amadeo, BELLI, Gianluca (Eds.). *Nati sotto Mercurio. Le architetture del mercante nel Rinascimento Fiorentino*. Firenze: Polistampa, pp. 7-72.
- BEIRANTE, Ângela (1988). *Évora Medieval*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- BIFFI, Marco (2002). “La lessicografia storica dell'architettura: i casi di “loggia, loggiato, portico, porticato”. In CATALDI, Giancarlo, CORONA, Roberto (a cura di). *Logge e/y Lonjas. I luoghi del commercio nella storia della città. Los lugares para el comercio en la historia de la ciudad. Atti del convegno* (Firenze, 20-21 novembre 2000). Firenze: Alinea Editrice, pp. 59-70.
- BILOU, Francisco (2010). *A refundação do Aqueduto da água da Prata em Évora, 1533-1537*. Lisboa: Edições Colibri.
- BOCCHI, Francesca (1997). “Lo Specchio della città”. In BOCCHI, Francesca (a cura di). *Lo Specchio della Città. Le piazze nella storia dell'Emilia Romagna*. Casalecchio di Reno: L'Inchiostroblu, pp. 9-35.
- BOCCHI, Francesca (2004). “Il mercati medieval negli statuti dei secoli XIII e XIV”. In *Il mercato, le fiere, la città. I Luoghi del commercio nella storia di Carpi*. Carpi: Comune di Carpi, pp. 9-26.
- BOCCHI, Francesca (2015). “Formazione dei portici di Bologna nel Medioevo”. In BOCCHI, Francesca, SMURRA, Rosa (a cura di). *I portici di Bologna nel contesto europeo*. Atti del convegno internazionale di studi, Bologna, 22-23 novembre 2013. Roma: ed. Luca Sossella, pp. 11-20.

- BONET CORREA, Antonio (1976). “Le concept de Plaza Mayor en Espagne depuis le XVIe Siècle”. In *Forum et plaza mayor dans le monde hispanique: colloque interdisciplinaire*. Madrid: Casa de Velázquez, pp. 79-105.
- BONIFÁCIO, Horácio (1991); SILVA, Margarida (2007). “Paço Episcopal de Coimbra/Museu Nacional Machado de Castro”. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5683.
- BORGES, António Garcia (2003). *História Urbana em Postais e Fotografias da Freguesia da Santa Maria da Covilhã*. Covilhã: Ed. Junta de Freguesia de Santa Maria.
- BRAUDEL, Fernand (1983). *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- BRAUDEL, Fernand, (1986). *L'identité de la France. I. Espace et Histoire*. Paris : Éditions Arthaud.
- BRAUDEL, Fernand (1992). *Civilization and Capitalism, 15th-18th Century. The Wheels of Commerce*. Vol. II. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- BRAUDEL, Fernand (1992). *Civilização material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII. As Estruturas do Quotidiano: o possível e o impossível*. Tomo 1. Lisboa: Teorema.
- BRAUDEL, Fernand (1997). *Civilização material, economia e capitalismo – Séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes.
- BRAGA, Alberto Vieira (1959). “Curiosidades de Guimarães: Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas Camarárias. Direitos Paroquiais”. *Revista Guimarães*, Vol. XVIII, pp. 161-302.
- BRILHANTE, Maria João (2005). *Mofina*. Dir. Osório Mateus. Lisboa: Quimera, [e-book].
- CABEÇAS, Mário Henriques Z. (2008). *Festas, Urbanismo e Arquitectura: A Praça Nova de Elvas*. Curso de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- CABRAL, Caroline Almeida Aragão (2012). *Casos de Câmara. Quatro “Paços” na consolidação de um modelo*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Departamento de Arquitectura.
- CAETANO, Carlos (2004). *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora.

- CAETANO, Carlos Manuel Ferreira (2011). *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*. Vols. 1-2. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- CAETANO, David (2005). “Mais de 20 enterramentos na Praça Velha”. *ArqueoBeira – Recursos Arqueológicos da Beira Interior. Notícias*. Guarda, fevereiro 2005. <http://www.arqueobeira.net/noticias/reportagens.htm#>.
- CALABI, Donatella (1993). *Il mercato e la città. Piazze, strade, architetture d'Europa in età moderna*, Venezia: Marsilio.
- CALABI, Donatella; LANARO, Paola (2000). “Lo spazio delle fiere e dei mercati nella città italiana di età moderna”. *Atti della “Trentaduesima Settimana di Studi*, 8: 12, pp. 109-141.
- CALABI, Donatella (2001). *La città del primo Rinascimento*. Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli Spa.
- CALABI, Donatella (2001). *Storia della Città: l'età moderna*. Venezia: Marsilio.
- CALABI, Donatella (2006). “Renewal of the shop system: Italy in the early modern period”. In BLONDÉ, B., STABEL, P., VAN DAMME, I., STOBART, J. (eds.). *Retail Circuits and Practices in Medieval and Early Modern Europe*. Turnhout: Brepols, pp. 51-64.
- CALDAS, Pe. António José Ferreira (1996). *Guimarães. Apontamentos para a sua História*, parte I, 2ª Edição. Guimarães: CMG/Casa de Sarmiento.
- CÂMARA, Teresa Bettencourt da (1992). *A Praça do Sapal em Setúbal. Um estudo de urbanismo quinhentista*. Setúbal: Salpa - Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal.
- CANTO, Ernesto do (1883). *Os Corte-Reaes; memoria historica, acompanhada de muitos documentos inéditos*. Ponta Delgada: Archivo dos Açores.
- CARITA, Hélder (1999). *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CARITA, Hélder (2001). “Legislação e administração urbana no século XVI”. *Actas do Colóquio Internacional. Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- CARITA, Hélder (2018). “A Varanda alpendrada na evolução na casa senhorial Luso-Indo-Brasileira - século XVI a XVIII”. *Actas do III Colóquio Internacional A Casa Senhorial:*

Anatomia de Interiores. Porto: Universidade Católica Editora – Porto; CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (EA-UCP), pp. 7-29.

CARVALHO, A., L. de (1946). *Os Mesteres de Guimarães (mercadores e mesterais)*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.

CARVALHO, Afonso de (2012). *Da Toponímia de Évora: século XV*. Vol. 2. Lisboa: Edições Colibri.

CASTILHO, Júlio de (1904). *Lisboa Antiga*. 2ª Edição. Lisboa: Antiga Casa Bertrand-José Bastos.

CASTILHO, Liliana (2012). *A Cidade de Viseu nos séculos XVII e XVIII: Arquitectura e Urbanismo*, vol. 1. Porto: Universidade do Porto.

CHAUVARD, Jean-François (1998). “Scale di osservazione e inserimento degli stranieri nello spazio veneziano tra XVII e XVIII secolo” In CALABI, Dontella, LANARO, Paola, (a cura di). *La città italiana e i luoghi degli stranieri, XIV-XVIII secolo*. Rome-Bari: Laterza, pp. 85-107.

CHENEY, Liana De Girolami (2016). “Giorgio Vasari and Mannerist Architecture: A Marriage of Beauty and Function”. *Urban Spaces in Journal of Literature and Art Studies*. Vol. 6. 10, pp. 1150-1171.

COELHO, António Borges (1987). *A inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. Vol. 1. Lisboa: Caminho.

COELHO, Teresa Maria da Trindade Campos (2014). *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*. Vol. II. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (1997). “Antigo Seminário e Paço Episcopal. Uma Investigação na Base de um Projecto de Arquitectura”. *Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda*. 1ª série. Ano I, 1, pp. 17-26.

CONDE, Manuel Sílvio Alves (1996). *Tomar Medieval. O Espaço e os Homens*. Cascais: Patrimonia Historica.

CONDESSA, Maria Sofia Marques, (2001). *A memória das cidades: dos séculos XII a XIV nas Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Cascais: Patrimonia Historica.

CORDEIRO, Maria Teresa Gomes (2015). *Inquisição e Cristãos-Novos na cidade de Viseu (Portugal): morfologia, identidades e integração sociocultural (séculos XVI-XVII)*. Tese de Doutoramento. Salamanca: Universidad de Salamanca.

- COSTA, Adelaide Pereira Millán (2014). “O impacto urbano no discurso jurídico da baixa Idade Média em Portugal. Uma abordagem possível”. *Edad Media. Revista de Historia*. 15, pp. 59-78.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (2005). *D. Manuel I. 1469-1521. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1983). *D. Diogo de Sousa Novo Fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- CONSTABLE, Olivia Remie (2004). *Housing the Stranger in the Mediterranean World: Lodging, Trade, and Travel in Late Antiquity and the Middle Ages*. Cambridge: University Press.
- CORREIA, Fernando Cecílio Calapez (1998). *Elementos para a História da Misericórdia de Lagos*. Lagos: Santa Casa da Misericórdia.
- CORREIA, José Eduardo Horta (1996). “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”. *Anais do Município de Faro*. Vol. XXVI, pp. 85-118.
- CORREIA, José Eduardo Horta (1997). *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto: FAUP Publicações.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da (2006). “Tavira no processo de abandono de praças portuguesas do norte de África no século XVI. Abertura de um estudo”. In *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, pp. 21-45.
- CUNHA, Mário Raul de Sousa (2013). (...) *visitando nós ora pessoalmente o dito mestrado de Santiago (...) As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitectura e Materiais*. Tese de Doutoramento. Vol. 1. Porto: Universidade do Porto.
- DAVIS, James (2012). *Medieval Market Morality: Life, Law and Ethics in the English Marketplace, 1200-1500*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DIEGO CATALÁN, Juan Núñez de Villaizán (1977). *Gran crónica de Alfonso XI: edición crítica*. Vol. 2 Universidad Complutense de Madrid: Editorial Gredos.
- DUARTE, Eduardo Alves (2000). *Carlos Amarante (1748-1815) e o final do classicismo: um arquitecto de Braga e do Porto*. Porto: FAUP Publicações.
- DUARTE, Luís Miguel (2007). *A Feira da Vila: 1407-2007*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

- DUBOIS, Henri (1993). “Les ducs de Bourgogne et les foires”. *Publications du Centre Européen d'Etudes Bourguignonnes*, 33, pp. 163-176.
- EIZAGUIRRE ESPIAU, Mercedes (1999). “El espacio ambiguo: apuntes para una reflexión sobre el soportal (y Sevilla)”. *Laboratorio de Arte*, 12, pp. 385-392.
- EXBALIN, Arnaud (2015). “L’ordre urbain à Mexico. Acteurs, règlements et réformes de police (1692-1794)”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], URL: <http://nuevomundo.revues.org/68104>.
- FARAVEL, Sylvie (2015). “Les “couverts” ou “arcades” dans les bastides du sud-ouest de la France”. In BOCCHI, Francesca, SMURRA, Rosa (a cura di). *I portici di Bologna nel contesto europeo*. Atti del convegno internazionale di studi, Bologna, 22-23 novembre 2013. Roma: ed. Luca Sossella, pp. 211-224.
- FARIA, João Lopes de (1997). “Vereações (Guimarães, 1531)”. *Revista de Guimarães*, 107, pp. 13-166.
- FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José (2004). “Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos XV e XVI”. *Revista de Guimarães*, 113/114, pp. 43-209.
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2009). “Novas notas para a história da cartografia urbana e para a morfologia urbana de Guimarães”. *IV Congresso Histórico de Guimarães, 4ª Secção – História e Geografia das Populações*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 117-133.
- FONSECA, Cláudia Damasceno (2010). “Cidade”. In TOPALOV, Christian, LILLE, Laurent Coudroy, DEPAULE, Jean-Charles, MARIN, Brigitte (Dir.). *L’Aventure des mots de la Ville à travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris: Robert Laffont, pp. 282-288.
- FONSECA, Cláudia Damasceno (2011). *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FONSECA, Maria Teresa Couto Pinto Rios da (2000). *Absolutismo e Municipalismo. Évora. 1750-1820*. Tese de Doutoramento. Vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- FELIX, Aubert (1898). “Essai historique sur le droit des marchés et des foires, par P. Huvelin”. *Bibliothèque de l’école des chartes*. Tome 59, pp. 623-626.
- FEIO, Alberto (1984). *Coisas Memoráveis de Braga*. Braga: Universidade do Minho, Biblioteca Pública de Braga.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2010). *Guimarães: “Duas Vilas, um só Povo”*. *Estudo de História Urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM.

- FERREIRA, Raúl Hestenes (1976). “Recuperação dum troço da arcada da Praça da República em Beja”. *Arquivo de Beja*. 2ª série, 1.
- FRANÇA, José-Augusto (1997). “Lisboa Pombalina e a Estética do Iluminismo”. In *Lisboa Iluminista e o seu tempo*. (Actas do Colóquio). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 9-22.
- FREIRE, Anselmo Braancamp (1907). *Ammarrado ao Pelourinho*. Lisboa: Oficina Tipográfica Calçada do Cabra.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e (1999). *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea Editora.
- GARCIA, A. Elias (1943). “Rui de Pina. O Seu testamento”. *Altitude. Revista da Federação de Municípios da Beira-Serra*. Ano III, 2.
- GOMES, António Saúl (1990). “A praça de São Martinho de Leiria do século XII à reforma de 1546”. *Mundo da Arte. Revista de Arte, Arqueologia e Etnografia*, IIª série, pp. 57-77.
- GOMES, Jesué Pinharanda (1981). *História da Diocese da Guarda*. Braga: Editora Pax.
- GOMES, Rita Costa (1987). *A Guarda Medieval 1200-1500. Posição, Morfologia e Sociedade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- GONÇALVES, Iria (1980). “Aspectos económicos e sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 1, pp. 153-204.
- GONÇALVES, Nuno (2013). *Biblioteca Particular*. Lisboa: Editor Otium Cum Dignitate.
- GONZALEZ GONZALEZ, José Manuel (2006). “Un documento excepcional para la historia del Urbanismo Español: el pleito de Gómez Hidalgo por hacer unos portales en la Plaza de San José de Badajoz”. *Revista de Estudios Extremeños*. Tomo LXII, 1, pp. 343-358.
- GORDO PELÁEZ, Luis Jacinto (2010). *Equipamientos y edificios municipales en la Corona de Castilla en el siglo XVI*. Tese de Doutoramento. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Geografía e Historia. Departamento de Historia del Arte II (Moderno).
- GRECI, Roberto (1983). “Luoghi di fiera e di mercato nelle città medievali dell’Italia Padana”. *Studi in onore di Gino Barbieri. Problemi e metodi di Storia ed Economia*, Vol. II. Pisa: IPED Edizioni.

- GRECI, Roberto (2011). *Città e territorio*. Parma: Università degli Studi di Parma.
- GRILLO Paolo (1998). “Spazi privati e spazi pubblici nella Milano medievale”. *Studi Storici*, Anno 39, 1, pp. 277-289.
- GRILO, Maria Ludovina (1994-1995). “O Concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758 (Conclusão)”. *A Cidade de Évora Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. IIª Série. 1, pp. 89-149.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan (2013). *A rainha colecionadora: Catarina de Áustria*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan (2017). “Fazer compras na Rua Nova dos Mercadores”. In *A Cidade Global. Lisboa no Renascimento. The Global City. Lisbon in the Renaissance*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- GROHMANN, Alberto (2003). *La città medievale*. Roma: GLF Editori Laterza.
- GUÀRDIA BASSOLS, Manuel, OYÓN BAÑALES, José Luis (2015). *Introduction: European markets as markets of cities*. Barcelona: Museu d'Història de Barcelona; Institut de Cultura; Ajuntament de Barcelona.
- GUIDONI, Enrico (2006). “Tipologia e metrologia delle piazze dal medioevo al novecento”. In *Le Piazze Italiane dal medioevo all'Ottocento. Progettazione, vedute, metrologia*. Roma: Edizioni Kappa, pp. 5-9.
- GUIDONI, Enrico (1990). “I portici nella tradizione urbanistica europea”. In BOCCHI, Francesca (a cura di). *I Portici di Bologna e L'edilizia civile e medievale*. Bologna: Grafis Edizione, pp. 55-63.
- HAMILTON Sarah, SPICER, Andrew (2005). “Defining the Holy: the Delineation of Sacred Space”. In *Defining the Holy. Sacred Space in Medieval and Early Modern Europe*. Burlington: Ashgate Publishing Company, pp. 1-26.
- HARDING, Vanessa (2006). “Shops, Markets and Retailers in London's Cheapside c. 1500 - 1700”. In BLONDÉ, B., STABEL, P., VAN DAMME, I., STOBART, J. (eds.). *Retail Circuits and Practices in Medieval and Early Modern Europe*. Turnhout: Brepols, pp. 155-170.
- HARRELD, Donald (2003). “Trading places: the public and private spaces of merchants in sixteenth-century Antwerp”. *Journal of Urban History*, 29(6), pp. 657-669.
- HAUGHEY, Patrick (2018). “Introduction. The architecture of trade is as old as human history”. In *A History of Architecture and Trade*. New York: Routledge, pp. 1-9.

HIGOUNET, Charles, (1982). “La place dans les bastides médiévales”. *Plazas et "Sociabilité" en Europe et Amérique latine*. 6, pp. 119-129.

Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora (1966). Vol. I, N.º VII. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

IRIA, Alberto (1948). *Vila Real de Santo António reedificada pelo Marquês de Pombal (1773-1776). Subsídios para a sua monografia e elementos para a história da administração pombalina*. Lisboa: Ethnos.

IRIA, Alberto (1954). “As Pescarias nos Algarve. Subsídios para a sua História”. *Conservas de Peixe*. n.º 98.

IRIA, Alberto, (1957). “As Pescarias nos Algarve. Subsídios para a sua História”. *Conservas de Peixe*, n.º 134.

IRIA, Alberto, (1964). “As Pescarias no Algarve. Subsídios para a sua História”. *Conservas de Peixe*, n.º 224.

JACOBI, Lauren (2018). “An anachronism of trade: The Mercato Nuovo in Florence (1546–1551)”. In *A History of Architecture and Trade*. New York: Routledge, pp. 128-141.

JEAN-MARIE, Laurence (2007). “La place dans les villes normandes des XIe-XIIIe siècles: un espace difficile à percevoir et définir”. In *La Place Publique Urbaine du Moyen Âge à nos Jours*. Études réunies par BAUDOUX-ROUSSEAU, Laurence, CARBONNIER, Youri, BRAGARD, Philippe. Arras: Artois Presses Université, pp. 23-35.

JESÚS FUENTE, Mari (2010). “Mercado”. In TOPALOV, Christian, LILLE, Laurent Coudroy, DEPAULE, Jean-Charles, MARIN, Brigitte (Dir.). *L'Aventure des mots de la Ville à travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris: Robert Laffont, pp. 735-739.

JURGEN, Paul (1969). “Commercial use of Medieval Town Halls in Italy”. Abstract of papers presented at the Twenty-Second Annual Meeting of the Society of Architectural Historians”. *Journal of the Society of Architectural Historians*. Vol. 28, 3, p. 222.

KEENE, Derek (2015). “Portici in England”. In BOCCHI, Francesca, SMURRA, Rosa (a cura di). *I portici di Bologna nel contesto europeo*. Atti del convegno internazionale di studi, Bologna, 22-23 novembre 2013. Roma: ed. Luca Sossella, pp. 199-209.

LANGHANS, Franz-Paul (1946). *As Corporações de Ofícios Mecânicos: subsídios para sua história*, Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional.

LARANJEIRA, Mateus Eduardo da Rocha (2013). *As Casas de Câmara e Cadeia nos Açores*

- (*séculos XV – XVIII*). Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve.
- LEGUAY, Jean-Pierre (1984). *La rue au Moyen Age*. Rennes: Éditions Ouest-France.
- LIÉVAUX, Pascal (2007). “Hôtels de ville et places publiques dans les cités françaises du XVIe au XVIIIe siècle”. In BAUDOUX-ROUSSEAU, Laurence, CARBONNIER, Youri BRAGARD, Philippe (Dir.). *La place publique urbaine du Moyen-âge à nos jours*. Arras : Artois Presses Université, pp. 89-95.
- LOPES, Bruno (2012). “Familiares do Santo Ofício, População e Estatuto Social (Évora primeira metade de setecentos)”. *Atas do I Congresso Histórico Internacional As cidades na História: População*, Vol. III – Cidade Moderna, pp. 279-307.
- LUIS, David Igual (2008). “Poder, mercat i espai urbà a València entre els segles XIII i XV”. *Encontre Internacional Los espacios de poder en las sociedades urbanas del arco mediterráneo occidental (ss. IX-XV)*. Chambéry: Universidad de Lérida y Universidad de Saboya-Chambéry, Lérida.
- LOPES, Maria da Conceição (2000). *A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Ivlia*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MACIEIRA, Isabel, MANTEIGAS, Rita (2008). “A Ribeira de Tavira: dízimas... cordas, mastros, remos... especiarias... carnes e versas”. In *Tavira, Patrimónios do Mar*, Tavira: Câmara Municipal de Tavira, pp. 35-46.
- MACHADO, Carla Manuela Sousa (2014). *Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1970). *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*. Lisboa: Cosmos.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993). “As estruturas da produção agrícola. Os Celeiros”. In MATTOSO, José. *História de Portugal. No Alvorecer da Humanidade*, Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 243-282.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1997). “Os Concelhos”. In MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade*. Vol. 3. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 161-169.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1988). *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Imprensa Universitária. Editorial Estampa.

- MAGALHÃES, Joaquim Romero (2006). “A meio do reino do Algarve: Faro, séculos XVI-XVII”. *Monumentos*, 24, pp. 18-23.
- MAYOROVA, Marina Ivanovna (2017). *Casas de Alcaidaria. Estruturas habitacionais nos castelos portugueses entre os finais da Idade Média e os inícios da Época Moderna*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse (1984). “Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Separata, 2ª série, Vol. 2. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- MANGAS, Francisco Duarte Ferreira (2016). *Segurar a Fome. O Terreiro do Trigo de Lisboa no século XVI*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- MANSO, Maria de Deus Beites (1990). *Évora capital de Portugal: 1531-1537. Itinerários de D. João III*. Lisboa. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- MARGAIRAZ, Dominique (2015). “Institutions et espaces de marché : de l’abstrait au concret”. In BAYARD, F., FRIDENSON, P., & RIGAUDIÈRE, A. (Eds.). *Genèse des marchés : Colloque*. 19 et 20 mai 2008. Paris: Institut de la Gestion Publique et du Développement Économique, pp. 42-65.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1952). “Damião de Góis e os mercadores de Danzing”. *Separata do Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Ano IV, 15-16, pp. 1-22.
- MARQUES, António H. de Oliveira (1968). “Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média”. In GODINHO, Vitorino Magalhães (Dir.). *A Marcha da Humanidade*, 2ª edição. Lisboa: Edições Cosmos, pp. 11-123.
- MARQUES, A.H. Oliveira (1974). “O Trabalho”. In *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- MARQUES, José (1982). “Património régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. (Subsídios para o seu estudo)”. *Revista de História*, 3, pp. 73-97.
- MAROTO SILVA, María Pilar (Ed.) (2016). *El Bosco: la exposición del V Centenario*. Madrid: Museo Nacional del Prado.
- MARTINS, Sandra Raquel da Silva Oliveira (2013). *O Concelho de Braga na segunda metade do século XV: O governo d’Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.

- MARTÍNEZ TABOADA, Pilar (1994). “La apertura de la plaza Mayor de Sigüenza por el Cardenal Mendoza: preludio del desarrollo urbanístico renacentista de la ciudad”. *Anales de historia del arte*, 4, pp. 173-180.
- MATTOSO, José (1987). “Introdução à História Urbana: A Cidade e o Poder”. In *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 9-29.
- MAURÍCIO, Rui (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532): Urbanismo e Arquitectura*. Vol. I e II. Leiria: Edições Magno.
- MEIRELES, Maria José Marinho de Queiroz (2000). *O património urbano de Guimarães no contexto da idade contemporânea (séc. XIX-XX): permanências e alterações*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa (2009). *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*. Tese de Doutoramento. Vols.1-2. Braga: Universidade do Minho.
- MERLO, Alessandro (2016). *Logge italiane. Genesi e processo di trasformazioni*. Firenze: Dipartimento di Architettura Università degli Studi di Firenze.
- MILHEIRO, Maria Manuela (1993). “Braga no século XVIII: a urbanização dos Campo dos Touros”. *Separata da Revista Museu*, IV série, 1.
- MILHEIRO, Maria Manuela de Campos (2003). *Braga. A Cidade e a Festa no século XVIII*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Universidade do Minho.
- MODIGLIANI, Anna (1998). *Mercati, Botteghe e Spazi di Commercio a Roma tra Medioevo ed Età Moderna*. Roma: Roma nel Rinascimento.
- MOITA, Irisalva (1987). “A casa dos Bicos – o sítio e edifício II”. *Lisboa. Revista Municipal*. Ano XLVIII-2, Série, 19 -1, pp. 15-32.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2011). “Violência urbana, mobilização e domesticidade”. In MATTOSO, José, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Orgs.). *História da Vida Privada em Portugal, A Idade Moderna*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- MOREIRA, Rafael (1988). “D. Miguel da Silva e as Origens da Arquitectura do renascimento em Portugal”. *Mundo da Arte*, IIª série, n.º 1. Lisboa: Publ. Ciência e Vida, pp. 5-23.
- MOREIRA, Rafael (1993). “O Hospital Real de Todos-os-Santos e o Italianismo de D. João II”. In PEREIRA, Paulo (Dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos (catálogo da exposição dos 500 anos)*. Lisboa: Câmara Municipal, pp. 23-30.

- MOREIRA, Rafael (1995). “Arquitectura: Renascimento e classicismo”. In PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da Arte Portuguesa. Do “modo” gótico ao maneirismo*. Vol. II. Lisboa: Temas e Debates, pp. 303-373
- MORENO, Humberto Baquero (1982). “O mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)”. In *Estudos de História de Portugal, séculos X-XV, homenagem a A. H de Oliveira Marques*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Universitária/ Editorial Estampa, pp. 23-32.
- MOURATO, Helena Cristina Peixe (2000). *Salvaguarda da Imagem urbana de natureza histórica de Évora. A praça do Giraldo*. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora.
- NASCIMENTO, Aires A. (1998). “D. Diogo de Sousa Bispo do Porto, Homem de Livros e Leitor de Savonarola”. *Hvmanitas*, Vol. L, pp. 701-708.
- NEVOLA, Fabrizio (2011). “Home Shopping: Urbanism, Commerce, and Palace Design in Renaissance Italy”. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 70(2), pp. 153-173.
- NEVOLA, Fabrizio (2013). “Surveillance and control of the street in Renaissance Italy”. *I Tatti Studies in the Italian Renaissance*, 16 (1/2), pp. 85-106.
- OLIVEIRA, André (2009). “Casa da Câmara de Vila Real de Santo António Levantamento arqueológico”. *Monumentos*, 30, pp. 54-60.
- OLIVEIRA, António de. (1996). “As cidades e o poder no período filipino”. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXI, Vol. 2, pp. 305-340.
- OLIVEIRA, António José de (2011). *Clientelas e artistas em Guimarães nos séculos XVII e XVIII*. Porto: Tese de Doutoramento. Vol. 1. Porto: Universidade do Porto.
- OLIVEIRA, Aurélio (2006). “Documentos e Memórias para a História do Barroco Bracarense”. *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Vol. LIV, 109, pp. 469-483.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1885-1887). *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1a parte, Vols. I-II. Lisboa: Typographia Universal.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires (2011). *André Soares e o Rococó do Minho*. Tese de Doutoramento. Vols. I-IV. Porto: Universidade do Porto,
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de, SILVA, Libório Manuel (2014). *Braga de/by André Soares*. Braga: Edições Centro Atlântico.

- OLIVEIRA MARQUES, António Henriques, GONÇALVES, Iria, ANDRADE, Amélia Aguiar (1990). *Atlas das cidades medievais portuguesas: séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (no prelo). “Da arqueologia à história: as tercenas de Faro”. *Encontro com a História*, 17 de junho de 2016, Mértola.
- OLIVEIRA, Marta Maria, *et alii* (2008). “O Campo Novo de Braga. O Plano, a Praça e a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe”. In *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 271-293.
- ORTEGA Y GASSET, Jose (1961). *Que é a Filosofia?*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano.
- PACHECO, Milton (2017). “O Paço dos Estaus de Lisboa. A génese fundacional de Quatrocentos”. In *Lisboa Medieval. Gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, pp. 313-352.
- PAULO, Dália (2007). *O Convento de Nossa Senhora da Assunção: (des)construção da memória*. Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve.
- PENSABENE, Patrizio (2008). “I portici nelle case medievali di Roma”. In *Il reimpiego in architettura*. Roma: École française de Rome, Sapienza Università di Roma, Dipartimento di storia dell’architettura, restauro e conservazione dei beni architettonici, pp. 1000-1027.
- PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa (2000). *Da Casa Grande da Rua dos Pelames à casa nova da Rua de Dom Gualdim*. Braga: Edições APPACDM de Braga.
- PEREIRA, Daniela Sofia Nunes (2006). *As Transformações urbanísticas da Guarda na Época Moderna: a formação da praça*. Dissertação de Licenciatura em Património Cultural. Faro: Universidade do Algarve.
- PEREIRA, Daniela (2009). “A estrutura urbanística da Covilhã entre a Idade Média e a Idade Moderna”. *Monumentos*, 29, pp. 16-23.
- PEREIRA, Daniela Nunes (2017). *A Evolução urbanística de Lagos, século XV-XVIII*. Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve.
- PEREIRA, Gabriel, [1885-1891] (1998). *Documentos históricos da cidade de Évora*, 1ª, 2ª, 3ª partes. Lisboa: INCM.
- PEREIRA, João Cordeiro (2003). *Portugal na Era de Quinhentos: Estudos vários*. Cascais: Patrimonia Historica.

- PEREIRA, Paulo (1995). “As grandes edificações (1450-1530)”. In PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da Arte Portuguesa. Do “modo” gótico ao maneirismo*. Vol. II. Lisboa: Temas e Debates, pp. 11-101.
- PEREIRA, Paulo (1997). “A conjuntura artística e as mudanças de Gosto”. In MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. No Alvorecer da Humanidade*, Vol. 3. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 373-397.
- PETROWISTE, Judicaël (2016). “Infrastructures commerciales et dynamiques de l’habitat dans le Midi toulousain des XIIIe-XIVe siècles”. *Archéologie du Midi médiéval*. Tome 34, pp. 217-233.
- PINTO, Sandra Mara Gameiro (2006). *Análise Formal: Recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- PINTO, Sandra M. G. (2014). “A ‘rua direita’ portuguesa: elemento estruturador ou designação toponímica?”. *Revista de Morfologia Urbana*, 1, Vol. 2, pp. 42-43.
- PIRENNE, Henri (sd). *As Cidades da Idade Média*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- QUEIRÓS, Eça de (2000). *A Relíquia*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- RAMOS, Carla Susana Barbas dos (1997). *A Administração Municipal e as Vereações do Porto, desde 1500 a 1504*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- RAU, Virgínia (1982). *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença.
- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- RIBEIRO, Maria do Carmo, MELO, Arnaldo Sousa (Coords.) (2012). *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória.
- RIBEIRO, Orlando (1971). “Cidade”. In SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, pp. 554-580.
- RIBEIRO, Orlando (1994). *Opúsculos Geográficos: temas urbanos*, Vol. V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- RIBEIRO, Orlando, (sd.). *Geografia e civilização. Temas portugueses. Espaço e Sociedade*, 2. Lisboa: Livros Horizonte.
- ROMANO, Dennis (2015). *Markets and Marketplaces in Medieval Italy, c. 1100 to c. 1440*. New Haven & London: Yale University Press.
- ROMANO, Marco (2015). *La Piazze Europea*. Veneza: Marsilio.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (2000). *Guarda Monografia. Pré-História, História e Arte*. Guarda: Santa Casa da Misericórdia da Guarda.
- RODRIGUES, Dalila (2001). “Património Arquitectónico de Viseu - uma réplica desconhecida do claustro renascentista da Sé”. *Millenium*, N.º 22.
- RODRIGUES, Lisbeth de Oliveira (2013). *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*. Tese de Doutoramento. Vol. I. Braga: Universidade do Minho.
- RODRIGUES, Tânia (2016). *Faro na Época Moderna: do Urbanismo à Arquitectura*. Olhão: Sul, Sol e Sal.
- ROSSA, Walter (1995). “A Cidade Portuguesa”. In PEREIRA, Paulo (Dir.), *História da Arte Portuguesa*. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 223-232.
- ROSSA, Walter (2002). “A Cidade. O sonho de Nero, o desenho, o comércio tradicional e outras provocações expressas de forma desordenada”. In *A urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, pp. 35-43.
- ROSSA, Walter (2002). “A Cidade – palco expressivo da *portugalidade*”. In *A urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, pp. 25-33.
- ROSSI, Aldo (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.
- ROUSSEL, Christiane (2010). “Les infrastructures marchandes dans la Franche-Comté et ses marges du XVe au XVIIIe siècle”. In OTTENHEYM, Konrad A., DE JONGE, Krista; CHATENET, Monique (ed.). *Public buildings in early modern Europe*. Brepols, pp. 249-260.
- RUBIO MASA, Juan Carlos (2007). “Mercados, ferias y urbanismo. Génesis y desarrollo de las plazas intramuros de Zafra”. In *Ferias y Mercados en España y América. A propósito de la 550 Feria de San Miguel de Zafra*. Zafra: Centro de Estudios del Estado de Feria, pp. 721-736.

- SÁ, Alberto (2001). *Sinais da Guimarães Urbana em 1498*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- SAMBRÍCIO, Carlos (1996). “Una propuesta urbana para la Calle Mayor”. *Arquitectura*, pp. 29-38, <https://www.coam.org/media/Default%20Files/fundacion/biblioteca/revista-arquitectura-100/1993-2000/docs/revista-articulos/revista-arquitectura-1996-n307-pag29-38.pdf>
- SANTOS, Luís Filipe Aparício Fernandes dos (2009). *A Misericórdia de Faro*. Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve.
- SANTOS, Manuel Luís F. dos (1996). “Memórias da Guarda. Santa Maria do Mercado, uma Igreja da Ordem de Malta”. *Jornal Terras da Beira*, 21 de novembro de 1996. Guarda.
- SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula (2010). *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- SANTOS, Rui (1995). *Celeiro de Portugal algum dia. Crescimento e crises urbanas na Região de Évora 1595-1850*. Tese de Doutoramento. Vol. I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- SARAIVA, José Mendes da Cunha (1946). *Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilégios e Inquirições*. Vol. 1. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.
- SENOS, Nuno de Carvalho Conde (2000). *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- SENOS, Nuno (2017). “The classical ideal in Portugal and the Portuguese world: From Lisbon to China”. In PAYNE, A. (Ed.). *The Companions to the History of Architecture: Renaissance and Baroque Architecture*. Vol. IV. New York: Wiley-Blackwell, pp. 624-652.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1973). *A Concessão do foro de cidade em Portugal, dos séculos XII a XIX*. Lisboa: *Portugaliae Historica*.
- SERRÃO, José Vicente (1996). “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII”. In *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 63-77.
- SILVA, António Fialho (2017). *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Tese de Doutoramento em História Medieval. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- SILVA, Francisco Ribeiro da (coord) (2000). *Filipe II de Espanha, rei de Portugal (Colectânea de Documentos filipinos guardados em Arquivos Portugueses)*. Vol. 1. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- SILVA, Walter Rossa Ferreira da (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- SMITH, Colin (2002). “The Wholesale and Retail Markets of London, 1660-1840”. *The Economic History Review*, Vol. 55, 1, pp. 31-50.
- SOUSA, Eliana Susana Miranda de (2013). *Vila do Conde no início da Época Moderna Construção de uma nova centralidade*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- SMURRA, Rosa, (2019). “The communal palaces of medieval Italian cities”. In *Political Functions of urban spaces and town types through the ages. Making use of the historic towns atlases in Europe*. Cracóvia: Universidade de Cracóvia.
- STABEL, Peter (2006). “From the market to the shop: retail and urban space in late Medieval Bruges”. In BLONDÉ, B., STABEL, P., VAN DAMME, I., STOBART, J. (eds.). *Retail Circuits and Practices in Medieval and Early Modern Europe*. Turnhout: Brepols, pp. 79-108.
- STABEL, Peter (2000). “The Market-Place and Civic Identity in Late Medieval Flanders”. In *Shaping Urban Identity in Late Medieval Europe*. Leuven-Apeldoorn: Garant Publishers, pp. 43-64.
- SVALDUZ, Elena (2004). “Spazi di fiera e di mercato: le opportunità di una comparazione”. In *Il mercato, le fiere, la città. I luoghi del commercio nella storia di Carpi*. Catalogo mostra, a cura di P. Borsari, M. Ghizzoni. Carpi, pp. 103-119.
- SOROMENHO, Miguel (2005). “O alpendre da Irmandade do Santíssimo Sacramento da matriz de Viana”. *Monumentos*, 22, pp. 166-171.
- SOROMENHO, Miguel (2012). “O Paço da Ribeira à medida da Corte: de Filipe I a D. Pedro II”. In *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio. História de um Espaço Urbano*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 37-71.
- SOROMENHO, Miguel (2018). “Os Filipes em Belém: dois desenhos de Teodósio de Frias (I) para o Mosteiro dos Jerónimos”. *Cadernos do Arquivo Municipal. A escrita e os atos: estudos de paleografia e diplomática municipais (séculos XIII-XVIII)*. IIª série, 10, pp. 244-235.

- SOUZA, Maria Luiza Zanatta de (2011). *Um novo olhar sobre “Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa”*. *Francisco de Holanda, 1571*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP.
- TEIXEIRA, Helena Regina Lopes (2016). “O papel das estruturas portuárias no desenvolvimento urbano das cidades costeiras Euro-Atlânticas. O Exemplo do Porto no início da Época Moderna”. In POLÓNIA, Amélia, RIVERA MEDINA Ana María (Ed.). *La gobernanza de los puertos atlánticos, siglos XIV-XX: políticas y estructuras portuarias*. Madrid: Casa de Velázquez, pp. 229-237.
- TEIXEIRA, Fernando José (2008). “III- As alpendradas do Toural”. *Jornal O Conquistador*. Quinzenário Regionalista de Guimarães. Secção Região.
- TEIXEIRA, Manuel C. (2001). “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”. In *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TRINDADE, Luísa (2002). *A Casa Corrente de Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Idade Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- TRINDADE, Luísa (2005). “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”. *Media AETas. Revista de Estudos Medievais*. IIª Série, Vol. I, pp. 121-158.
- TRINDADE, Luísa (2009). *O Urbanismo na Composição de Portugal*. Tese de Doutorado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- TRINDADE, Luísa (2012). “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”. In *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 209-227.
- TRINDADE, Luísa (2016). “Uma outra representação da Rua Nova dos Mercadores, em Lisboa: a tábuca do “martírio de S. Sebastião”, de Gregório Lopes”. *Medievalista online*, (20), 1-25. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-740X2016000200004&lng=pt&tlng=pt.
- VALE, Alexandre de Lucena e (1945). *Livro dos Acordos de 1534 da Cidade de Viseu. Subsídio para o estudo da vida municipal portuguesa no século XVI*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.
- VASCONCELLOS, Joaquim de (1883). *História da Arte em Portugal*, N.º 2. Porto: Typographia Elzeviriana.

- WALSH, Claire (2014). “Stalls, Bulks, Shops and Long Term Change in Seventeenth- and Eighteenth-Century England”. In *The Landscape of Consumption Shopping Streets and Cultures in Western Europe, 1600–1900*. Londres: Palgrave Macmillan, pp. 37-56.
- WEBER, Max (1969). *Classic Essays on the Culture of de Cities*, Edited by Richard Sennett, New Jersey: Brandeis University.
- WELCH, Evelyn (2006). “The fairs of early modern Italy”. In BLONDÉ, B., STABEL, P., VAN DAMME, I., STOBART, J. (Eds.). *Retail Circuits and Practices in Medieval and Early Modern Europe*. Turnhout: Brepols, pp. 31-50.
- WELCH, Evelyn (2009). *De Compras en el Renacimiento. Culturas del consumo en Italia, 1400-1600*. València: Universitat de Valencia.
- WELCH, Evelyn (2010). “Luoghi e spazi di mercati e fiere”. In CALABI, Donatella, SVALDUZ, Elena. (a cura di). *Il Rinascimento italiano e l'Europa. Luoghi, spazi, architetture*. Vicenza: Angelo Colla Editore, Fondazione Cassamarca, pp. 65-88.
- SVALDUZ, Elena (2004). “Spazi di fiera e di mercato: le opportunità di una comparazione”. In *Il mercato, le fiere, la città. I Luoghi del commercio nella storia di Carpi*. Carpi: Comune di Carpi, pp. 103-119.
- ZAGGIA, Stefano (2008). *Palazzi pubblici e spazi urbani mercantili: permanenze e trasformazioni in età moderna*. Roma: Bulzoni Editore.